TAMIRA MAIRA FIORAVANTE

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE REALIZAÇÃO DA
CONCERTAÇÃO SOCIAL NO BRASIL À LUZ DAS EXPERIÊNCIAS
ITALIANA E ESPANHOLA**

TESE DE DOUTORADO

ORIENTADORA: PROFA. TITULAR WALKÜRE LOPES RIBEIRO DA SILVA

FACULDADE DE DIREITO DA USP

SÃO PAULO

2011

TAMIRA MAIRA FIORAVANTE

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE REALIZAÇÃO DA
CONCERTAÇÃO SOCIAL NO BRASIL À LUZ DAS EXPERIÊNCIAS
ITALIANA E ESPANHOLA**

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Direito, sob orientação da Profª. Titular Walküre Lopes Ribeiro da Silva

**FACULDADE DE DIREITO DA USP
SÃO PAULO
2011**

SUMÁRIO

1. JUSTIFICATIVA.....	4
2. DELIMITAÇÃO DO TEMA E AS PRINCIPAIS QUESTÕES A SEREM ANALISADAS.....	6
3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	9
4. CONTRIBUIÇÃO ORIGINAL À CIÊNCIA JURÍDICA.....	11
 CAPÍTULO 1. O PLURALISMO POLÍTICO COMO CONDIÇÃO PARA O PLURALISMO JURÍDICO E PARA O DIÁLOGO SOCIAL	12
1.1. A formação dos grupos sociais e a sua importância para a construção da sociedade civil.....	12
1.2. Formas de relacionamento entre sociedade civil e Estado e modelos de análise de mudanças sociais	18
1.3. Pluralismo político, pluralismo jurídico e autonomia privada coletiva.....	26
 CAPÍTULO 2. DIÁLOGO SOCIAL E CONCERTAÇÃO SOCIAL.....	34
2.1. Conceito e natureza jurídica da concertação social.....	34
2.2. Partes e objeto da concertação social	38
2.3. Diferenças entre concertação social e negociação coletiva de trabalho	43
2.4. Condições para a realização da concertação social.....	48
2.5. Desafios atuais do modelo clássico de concertação social	64
 CAPÍTULO 3. A EXPERIÊNCIA ITALIANA DE CONCERTAÇÃO SOCIAL	68
3.1. Cenário político italiano na década de 1970: os anos de chumbo e os acordos interconfederais	68
3.2. Década de 1980 e a prática do “scambio politico” na Itália	74
3.3. Concertação social na Itália na década de 1990.....	83
3.4. O fim da concertação social estruturada e o início do diálogo social na Itália nos anos 2000.....	95
 CAPÍTULO 4. A EXPERIÊNCIA ESPANHOLA DE CONCERTAÇÃO SOCIAL.....	103
4.1. Transição do franquismo para a democracia à luz das primeiras experiências de diálogo social: 1975 a 1986.....	103
4.2. Bloqueio das experiências de concertação social na Espanha: 1987-1995.....	118
4.3. Retomada das experiências de concertação social e a importância dos pactos sociais para a alteração negociada da legislação trabalhista espanhola (1996-2004)	127

4.4. As experiências de diálogo social vivenciadas pela Espanha a partir de 2004	135
CAPÍTULO 5. A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE CONCERTAÇÃO SOCIAL	141
5.1. Transição política e surgimento de novos atores sociais (1979-1985).....	141
5.2. Primeiras tentativas de pacto social (1985-1990)	149
5.3. Início da adoção do neoliberalismo no Brasil e impactos nas estratégias sindicais (1990-1995).....	157
5.4. Ápice das políticas neoliberais e bloqueio das experiências de concertação social (1995-2003).....	165
5.5. Tentativa de retomada das experiências de concertação social (2003 - 2010)	173
CONCLUSÕES	185
RESUMO.....	188
ABSTRACT.....	189
RIASSUNTO	190
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	191

1. JUSTIFICATIVA

Os direitos que passam a ser entendidos como concessões deixam de ser direitos para serem alternativas aos direitos. Tal cidadania excludente predomina em sociedades, como a brasileira, que conviveram com experiências corporativistas. O corporativismo, em suas diferentes versões, dentre as quais a brasileira, teve como objetivo não provocar avanço e mudança social, mas freá-los por meio do aprisionamento das formas coletivas de expressão das liberdades e de um “consenso imposto de cima”.¹

Para alterar tal padrão de exercício de cidadania, são necessárias instituições, mediações e comportamentos que contribuam para a criação de espaços sociais de expressão política que primem pelo pluralismo e pela liberdade. O exercício do poder requer contestação periódica, uma vez que a autoridade daqueles investidos no poder é criada e recriada como resultado da manifestação da vontade do povo. A partir da expressão das diferenças extrai-se a força para a união em moldes democráticos, contexto no qual os seres humanos são capazes de se unir na diferença, sem se abstrair de suas particularidades.

O Brasil é marcado por uma extrema desigualdade social e pela transição incompleta para a democracia promovida pela Constituição Federal de 1988, ao não reconhecer de modo amplo a liberdade sindical. Nesse contexto, é absolutamente necessário o fortalecimento dos atores sociais (principalmente do sindicato) para o desenvolvimento de formas eficientes de participação social que incrementem a responsividade do Estado para com a sociedade, de modo a aumentar a influência dessa última sobre a direção política do país.

A ampliação e o aprimoramento dos canais de participação dos atores sociais é um importante elemento legitimador das decisões políticas que afetam a sociedade como um todo. Esse aprimoramento democrático causa importantes mudanças na esfera política, como bem esclarece Norberto Bobbio: “Uma das características da forma democrática de governo é o aumento dos sujeitos que agem politicamente, vale dizer, que colaboram direta ou indiretamente na formação das decisões coletivas, o que tornou mais amplo, e mais ainda fluido, ou menos definido e com fronteiras mais incertas, o ‘espaço político’”.²

¹ROMAGNOLI, Umberto. *El derecho, el trabajo y la historia*. Madrid: CES, 1997. p. 101-106.

²BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 456-457.

A liberdade sindical, o exercício da autonomia privada coletiva e os mecanismos jurídicos que protegem a sua prática incrementam a cidadania nos locais de trabalho e estimulam o amadurecimento democrático. O exemplo da Itália é emblemático a esse respeito. Dessa forma, a liberdade sindical é indispensável à estruturação de relações coletivas de trabalho em um verdadeiro Estado Democrático de Direito, o qual deve ser o pólo irradiador de uma busca permanente de consensos mínimos a respeito das relações de trabalho.

O respeito à liberdade sindical e ao pluralismo político deve ser o ponto de partida para a inovação e o experimentalismo institucionais que propiciem o aprofundamento da democracia, da transparência e do controle social sobre as instituições públicas. Dessa forma, objetiva-se construir percepções coletivamente compartilhadas a respeito das prioridades sociais e dos meios mais aptos para atingi-las, de modo a melhor aproximar as políticas públicas das reais necessidades da população.

Uma das técnicas que pode colaborar na consecução dos objetivos acima mencionados é a concertação social. Ela é praticada desde o início do século XX na Europa setentrional e posteriormente foi adotada, com as devidas adaptações, por vários outros países ao redor do mundo. Na maioria dos casos, a concertação social colaborou para a reconstituição da identidade dos trabalhadores enquanto sujeito-coletivo, sendo tal re-elaboração de identidades, sempre mutáveis e intercambiáveis, feita na luta pela defesa e promoção de seus interesses.³

Nesse sentido, a concertação social deve ser considerada pelos parceiros sociais como uma das ferramentas, não a única, de interferência dos grupos sociais sobre o Estado e sobre outros grupos sociais e dos indivíduos sobre os respectivos grupos, como também o são o plebiscito, o referendo, as audiências e consultas públicas, bem como os procedimentos eleitorais clássicos.⁴ Adequadamente empregado, a concertação social tem toda a possibilidade de colaborar para o fim do simulacro de representação sindical atualmente existente no Brasil e para a efetiva vivência da democracia e da liberdade sindical nas relações de trabalho no país.

³SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 55.

⁴FREITAS JR, Antonio Rodrigues de. *Conteúdo dos pactos sociais*. 1991. Tese (Doutorado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. fl. 13.

2. DELIMITAÇÃO DO TEMA E AS PRINCIPAIS QUESTÕES A SEREM ANALISADAS

O presente trabalho tem como preocupação principal identificar os impasses e as dificuldades enfrentadas pelo Brasil para a realização da concertação social e o grau de interesse por parte dos atores sociais no aprofundamento da democracia e da participação popular na vida pública brasileira, de modo a criar um espaço público diferenciado, de informação, debate e construção de instituições políticas legítimas. Ressalta-se que a construção de tal espaço necessariamente passará pelo reconhecimento pleno da liberdade sindical no Brasil.

Ao longo da História, a concertação social tem sido praticada nos mais distintos países, inclusive com a celebração de pactos sociais na Tunísia, Colômbia, Quênia, Singapura e Malásia.⁵ Todavia, por serem a Itália e a Espanha os exemplos mais inspiradores de concertação social, principalmente por terem conseguido superar a herança corporativista vivenciada por tais países no passado (objetivo ainda não completamente alcançado pelo Brasil), o presente trabalho comparará a experiência brasileira com a experiência italiana e com a experiência espanhola. Quando oportuno e necessário, serão feitas referências ao contexto europeu-comunitário dentro do qual a experiência italiana e a experiência espanhola se inserem.

Quanto à apresentação do trabalho, inicialmente serão abordados os pressupostos necessários para a realização da concertação social. A partir das noções de pluralismo jurídico e político, das transformações sofridas pela representação de interesses e das novas formas de ação promovidas pelo sindicato; buscar-se-á tornar clara a estreita relação entre concertação social, promoção da democracia, afirmação da autonomia privada coletiva e respeito à liberdade sindical.

Em seguida, será analisada a concertação social em si. Para tanto, inicialmente serão feitos alguns esclarecimentos terminológicos, a fim de distinguir a concertação social de temas correlatos, tais como diálogo social, concertação política, negociação coletiva de trabalho, pacto social e contrato coletivo de trabalho. Nesse tópico também será feita uma

⁵CÓRDOVA, Éfren. *Pactos sociais: experiência internacional, tipologia e modelos*. São Paulo: MTb-IBRART, 1985. p. 9.

classificação das espécies de concertação social⁶ e os possíveis resultados que cada uma delas pode oferecer, tendo à vista ser a concertação social apenas uma técnica, e não a panacéia para a solução de déficits democráticos.

Depois, será investigada a experiência italiana de concertação social: o contexto sócio-político em que surgiu e se desenvolveu, os objetivos pretendidos por cada um dos parceiros sociais com a concertação social, os obstáculos por eles encontrados para a obtenção de consenso, o tipo de resultado obtido com a concertação social e o impacto (positivo ou negativo) que tais resultados tiveram no reforço da democracia nas instituições italianas, bem como na vivência da liberdade sindical entre os sujeitos das relações de trabalho.

Em seguida, será investigada a experiência espanhola de concertação social: o contexto sócio-político em que surgiu e se desenvolveu, os objetivos pretendidos por cada um dos parceiros sociais com a concertação social, os obstáculos por eles encontrados para a obtenção de consenso, o tipo de resultado obtido com a concertação social e o impacto (positivo ou negativo) que tais resultados tiveram no reforço da democracia nas instituições espanholas, bem como na vivência da liberdade sindical entre os sujeitos das relações de trabalho.

Expostos os principais aspectos da concertação social praticada na Itália e na Espanha, será abordada a experiência brasileira no tema. A partir da análise dos principais fatos políticos, econômicos e sociais ocorridos no Brasil a partir da década de 1970 até os dias atuais, tentar-se-á identificar o real interesse e a real possibilidade de os atores sociais brasileiros atuarem de modo transparente e legítimo em eventuais práticas concertativas que forem iniciadas no país, sob a premissa de que esse objetivo somente será conseguido mediante a existência plena da liberdade sindical.

As principais questões teóricas a serem abordadas na pesquisa são: (i) pressupostos políticos e sociais para a realização da concertação social: relação entre concertação social, pluralismo jurídico e político, democracia, autonomia privada coletiva e liberdade sindical (e se a liberdade sindical deve preceder a concertação social, ou ambas podem ser paralelamente construídas); (ii) diferenças entre os termos concertação social, diálogo

⁶Como esclarece Américo Plá Rodríguez (*La concertación social*. Encuentro Iberoamericano de Derecho del Trabajo. Puebla, 1987. p. 251), a concertação social pode ser classificada de acordo com vários critérios: (i) do ponto de vista do contexto normativo, ela pode ser formal ou informal; (ii) quanto à origem, a concertação pode ser provocada ou espontânea; e (iii) no que se refere à duração, a concertação pode caracterizar-se como uma medida conjuntural ou como uma política permanente.

social, pacto social, negociação coletiva de trabalho e; (iii) conceito e classificação das espécies de concertação social.

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Os métodos de abordagem que serão utilizados no presente trabalho são: indutivo, dedutivo, analítico sintético e dialético. Ao procurar explicações para fatos particulares, mediante conceitos gerais, recorre-se ao método dedutivo. Diversamente, emprega-se o método indutivo quando se parte de fatos conhecidos para se chegar a conclusões gerais. Para a análise de documentos e textos, usa-se o método analítico-sintético.

A análise das organizações sindicais (tanto de trabalhadores quanto de empregadores) partirá da premissa de considerá-las como um sistema de ação distinto de outros contextos por meio da comunicação reflexiva, a qual também atua na estruturação interna do grupo e de sua identidade. Por meio de rituais coletivos e/ou de procedimentos deliberativos elaborados processos sistêmicos autônomos podem ser constituídos e a autonomia do grupo afirmada e ampliada.⁷

Os métodos de procedimento a serem empregados são: dogmática jurídica (que se apóia no tripé doutrina, legislação e jurisprudência) e direito comparado, de modo a confrontar o ordenamento jurídico brasileiro com o ordenamento jurídico italiano e com o ordenamento jurídico espanhol.

A dogmática jurídica será utilizada com a devida cautela, devido à constatação de que os problemas sociais não são resolvidos por teorias conformes a modelos, mas pela experiência da democracia, que envolve a informação aos interessados, a organização das iniciativas dos cidadãos e o respeito às deliberações coletivas. Os seres humanos têm o direito de viver em um mundo que considerem oportuno. Conseqüentemente, a todas os grupos existentes em uma determinada sociedade devem ser dados iguais direitos e oportunidades para acederem aos centros de poder dessa sociedade.⁸

Quanto às técnicas de pesquisa, serão utilizadas a consulta de fontes primárias (Constituição, leis ordinárias, normas internacionais, etc) e a consulta de fontes secundárias (pesquisa bibliográfica). Esclarece-se, todavia, que a atividade interpretativa de tais fontes não terá como objetivo principal a mera determinação do que o autor pretendia dizer, por meio de uma lógica da validação. O desafio primordial será “agarrar” e “ser agarrado” pelo

⁷TEUBNER, Gunther. Hypercycle in law and organization: the relationship between self-observation, self-constitution and autopoiesis. *European Yearbook in the Sociology of Law*, Milano, p. 69, 1988.

⁸FEYERABEND, Paul K. *Diálogo sobre o método*. Trad. António Guerreiro. Lisboa: Editorial Presença, 1991. p. 80-81.

conteúdo do texto e estabelecer um diálogo relevante com esse último, a partir da definição mais completa possível do que significa compreender um texto, uma vez que sujeito e o objeto da ciência histórica não existem independentemente um do outro. Não se pretende simplesmente determinar, entre interpretações rivais, qual seria a mais adequada.⁹

⁹PALMER, Richard E. *Hermenêutica*. Trad. Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1986. p. 77.

4. CONTRIBUIÇÃO ORIGINAL À CIÊNCIA JURÍDICA

A contribuição da pesquisa à ciência jurídica encontra-se na identificação, tanto a partir dos pressupostos teóricos a respeito da formação e atuação dos grupos sociais, como também com fundamento na experiência histórica italiana e espanhola, do real interesse e possibilidade dos atores sociais brasileiros em atuarem de modo transparente e legítimo em práticas concertativas, assumindo ser o reconhecimento pleno da liberdade sindical condição indispensável para que a concertação social seja realizada em moldes democráticos e traga resultados socialmente úteis. Trata-se de um grande desafio uma vez que, quanto mais fragmentada é a sociedade (como é o caso brasileiro), mais difícil é a obtenção de consensos sociais.

Ademais, registre-se que o Brasil ainda está por concluir a sua transição para a democracia. Se na década de 80 procedeu-se à redemocratização política e se a partir da década de 1990 o país vive uma relativa estabilidade econômica, a democratização no plano social ainda não foi realizada, o que tornará uma eventual experiência brasileira de concertação social bastante peculiar em relação aos demais países.

As mudanças sociais não podem ser impostas unilateralmente por um interlocutor social, se pretendem ser duradouras. É preciso elaborar alternativas e tomar decisões, em um processo coletivo-conflitante próprio da sociedade política, para terminar a reconstrução do corpo social destruído pela ditadura e não completamente recomposto pela Constituição Federal de 1988. Observa-se, todavia, que uma estratégia de democratização implica a restauração da soberania popular, o respeito aos direitos civis e políticos e o fomento aos direitos econômico-sociais, estando a liberdade sindical na confluência dessas duas dimensões de direitos humanos.

CAPÍTULO 1. O PLURALISMO POLÍTICO COMO CONDIÇÃO PARA O PLURALISMO JURÍDICO E PARA O DIÁLOGO SOCIAL

1.1. A formação dos grupos sociais e a sua importância para a construção da sociedade civil

O fenômeno associativo é inerente à condição humana e característica fundamental da vida em sociedade. Interessante ressaltar que a sociedade não é separada dos indivíduos que a compõem, uma vez que o indivíduo somente atinge plenamente as suas potencialidades quando interage positivamente dentro do contexto cultural no qual se encontra inserido. Como bem esclarece Ruth Benedict:

“Na realidade, sociedade e indivíduo não são coisas antagônicas. A cultura fornece a matéria-prima de que o indivíduo faz a sua vida. Se ela é pobre, o indivíduo sofre; se é rica o indivíduo tem a possibilidade de aproveitar as oportunidades que lhe oferecem. Cada interesse particular de um homem ou de uma mulher é servido pelo enriquecimento das reservas tradicionais de sua civilização.”¹⁰

Assim, grupos com as mais distintas configurações, modo de atuação e propósitos surgem para a defesa e promoção de seus interesses coletivos, que não se resumem à soma de interesses individuais, mas à combinação destes, o que origina um tipo de interesse distinto tanto do interesse individual quanto do interesse público.¹¹

Os grupos, todavia, não surgem espontaneamente; o seu nascimento depende da combinação de uma série de fatores, dentre os quais se destaca a percepção coletivamente compartilhada por um determinado grupo da existência de um interesse para cuja obtenção vale a pena unir forças. Tal conceito relacional de grupo é bem esclarecido por Iris Young, para quem:

“(...) o que faz de uma coletividade um grupo é menos algum conjunto de atributos que seus membros compartilham do que as relações nas quais eles se posicionam ante os outros. Dessa forma, a diferença social pode

¹⁰BENEDICT, Ruth. *Padrões de cultura*. Trad. Alberto Cadeias. Lisboa: Edição Livros do Brasil, [s.d.], p. 277-278.

¹¹SANTORO-PASSARELI, Francesco. *Nozioni di diritto del lavoro*. Napoli: Eugenio Jovene, 1961. p. 21.

ser forte ou fraca, ela pode ser mais ou menos saliente, dependendo do ponto de vista da comparação”.¹²

Os principais valores sociais considerados pelos indivíduos na sociedade moderna são realizados por meio dos grupos, independentemente do modo de organização que possam assumir. Dessa forma, os grupos possuem uma importância central para a compreensão do indivíduo em suas relações sociais, na medida em que o que era antigamente considerado como características inatas da personalidade são elementos induzidos pela cultura, isto é, pelo resultado das interações sociais entabuladas pelo indivíduo ao longo de sua vida.

Reconhecer que a sociedade, bem como a comunidade política e outras esferas sociais, organizam-se coletivamente não significa ignorar o indivíduo. Pelo contrário: os grupos existem para que os indivíduos, por meio de sua adesão ao grupo e conseqüente atuação para a defesa e promoção de um interesse percebido como comum, preencham valores e necessidades pessoais.

Os grupos podem passar por três fases de desenvolvimento, que podem ser assim denominadas: incipiente, consciente e institucionalizada. Em uma situação em que há um potencial interesse coletivo, o qual não é percebido pelos indivíduos que poderiam integrar um eventual grupo, este é considerado incipiente. Um grupo consciente é aquele que possui um senso de coletividade, mas que ainda não se institucionalizou. Por fim, um grupo organizado possui um interesse em comum, bem como os meios e objetivos para promovê-lo.

Na medida em que os grupos se organizam de maneira mais estável, em geral mas não necessariamente sob a forma de associações (as quais passam a ter personalidade jurídica, mediante o preenchimento dos requisitos previstos na legislação sob a qual a associação será criada), eles se tornam estruturas de poder, uma vez que concentram vontade, energia e músculo para a realização de determinados objetivos coletivamente determinados.¹³

Importante observar que as forças sociais por si só não são suficientes para a criação de grupos de interesse para a defesa e promoção dos interesses dos seus membros. O surgimento de grupos não é automático, pois os padrões de comportamento não são

¹²YOUNG, Iris. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 90.

¹³LATHAM, Earl. The group basis of politics: notes for a theory. *The American Political Science Review*, New York, v. 46, n. 2, p. 376-377; 382-384, jun. 1952.

uniformemente compartilhados ao longo da sociedade e nem tampouco constantes ao longo do tempo. Para tanto, é necessário o oferecimento de certas vantagens àqueles que se afiliam à associação. Tais vantagens podem ser uma combinação de benefícios de natureza material (bens, facilidades etc), moral e social (reconhecimento público).¹⁴

A transformação de grupos de interesse em grupos de pressão tem sido objeto de extensos estudos tanto na área da Ciência Política quanto na Sociologia, sendo certo que a doutrina mais autorizada entende que tal mudança está diretamente relacionada ao desenvolvimento de uma identidade coletiva, entendida como um conjunto de atitudes, comprometimentos e regras de comportamento publicamente expressas por um indivíduo, que amplia assim o seu senso de identidade através da aquisição de um vínculo social desejado. Dessa forma, as identidades coletivas podem funcionar como um incentivo seletivo à participação.¹⁵

Além da análise que enfoca a relação entre o indivíduo e o grupo, o fenômeno associativo também é usualmente investigado na perspectiva de suas relações com o Estado, com o mercado e com a comunidade ao longo da história. Na maioria da literatura especializada, as associações têm sido consideradas como uma fonte de desordem. Tradicionalmente, a história das sociedades ocidentais é dividida em dois períodos principais: a expansão dos mercados no século XIX e a expansão do Estado intervencionista no século XX. Em ambos os períodos as associações eram mal-vistas: no primeiro, elas eram consideradas um impedimento ao desenvolvimento do mercado livre; no segundo, elas eram entendidas como um obstáculo ao crescimento do Estado, sendo essa percepção reforçada pelas experiências corporativistas vivenciadas em alguns países no século XX.¹⁶

Apesar da evidência histórica em contrário, persiste a tendência de compreender o fenômeno associativo em termos de seu real ou potencial prejuízo eventualmente causado às outras três bases da ordem social: comunidade, mercado e Estado. O fato de que a ação associativa possa influir negativamente nas outras três bases da ordem social não exclui por si eventuais contribuições que ela possa oferecer. Uma vez que a comunidade, o

¹⁴SALISBURY, Robert H. Interest groups. In: GREENSTEIN, Fred I.; POLSBY, Nelson W. (Eds.). *Nongovernmental politics*. Reading: Addison-Wesley Publishing Company, 1975. p. 193; 197.

¹⁵McADAM, Doug; FRIEDMAN, Debra. Collective identity and activism: networks, choices and the life of a social movement. In: MORRIS, Aldon D.; MUELLER, Carol McClurg (Eds.). *Frontiers in social movement theory*. London, New Haven: Yale University Press, 1992. p. 157.

¹⁶SCHMITTER, Philippe C.; STREECK, Wolfgang. Community, market, State-and Associations? the prospective contribution of interest governance to social order. *European Sociological Review*, Oxford, v. 1, n. 2, p. 120; 1985.

Mercado e o Estado também podem se influenciar negativamente, importa verificar o comportamento de cada uma dessas quatro ordens e as relações que estabelecem entre si.

Nesse sentido, a partir do advento da Era Moderna, as ordens da comunidade, do mercado e do Estado tornaram-se interdependentes e passaram a ser crescentemente afetadas pelos problemas não resolvidos em cada uma dessas esferas. Nesse sentido, um Estado sem algum tipo de solidariedade espontânea não é mais do que uma conspiração militar ou burocrática e as comunidades modernas correm o risco de perder as correspondentes identidades e autonomias na ausência de um Estado. Por outro lado, as relações capitalistas de mercado seriam auto-destrutivas sem a existência de um grau mínimo de confiança, estima de consentimento fundado em práticas comunitárias; tais relações nem mesmo existiriam na ausência de uma autoridade pública para assegurar o cumprimento dos contratos, isso sem falar das inúmeras outras facilidades que o Estado moderno coloca à disposição de produtores, consumidores, capitalistas e trabalhadores em geral.¹⁷

Uma das principais conseqüências do fenômeno associativo é o surgimento da sociedade civil, a qual pode ser conceituada como um sistema auto-organizado de grupos intermediários que possuem quatro características principais. Tais grupos são relativamente independentes tanto em relação às autoridades públicas quanto às instituições privadas, tais como família e empresa. Ademais, tais grupos são capazes de refletir e de atuar coletivamente na defesa e promoção de seus interesses, sem todavia visar à substituição dos agentes públicos no governo, mas aceitando agir dentro de um marco institucional-legal pré-definido.

A sociedade civil, assim, possui um papel crucial na construção e consolidação da democracia, por meio do estabelecimento de relações de cooperação e de competição que são confiavelmente conhecidas, regularmente praticadas e voluntariamente aceitas pelos atores sociais. Concretizado dessa forma, o regime democrático terá institucionalizado a incerteza em determinadas áreas e funções da vida pública, ao mesmo tempo em que assegurará que a concorrência para o exercício de influência sobre os destinos da vida pública seja legítima e favorecedora do bem comum. A moderna democracia se

¹⁷SCHMITTER, Philippe C.; STREECK, Wolfgang. op. cit., p. 121.

fundamenta, assim, nessa ‘incerteza vinculada’, e no ‘consentimento contingente’ dos atores sociais em relação aos resultados produzidos.¹⁸

O cerne da experiência democrática reside, assim, na definição de um conjunto estável de instituições aceitas e passíveis de serem defendidas pela maior parte da sociedade. Não é uma tarefa fácil, por serem as escolhas disponíveis não apenas conflituais entre si (certos grupos propugnam um maior acesso ao poder, outros defendem melhores mecanismos de responsabilização dos agentes políticos), mas também produzirem efeitos sociais distintos: uma vez traduzidas em políticas públicas, elas afetarão as taxas de crescimento econômico, distribuição de renda e riqueza, acesso à educação e mesmo a identidade nacional.

De certa forma, esses temas são vislumbrados pelos atores sociais e incorporados nas negociações feitas a respeito das regras; mesmo assim, ainda é possível a ocorrência de erros e de consequências imprevistas. A afirmação da democracia, a curto prazo, depende da habilidade dos atores sociais em resolver as suas diferenças a respeito das regras; a longo prazo, ela dependerá do impacto que as políticas públicas (fundamentadas nas regras supramencionadas) terão sobre os grupos dentro da sociedade civil.

A contínua responsividade do governo às preferências de todos os cidadãos, considerados como politicamente iguais e capazes de expressar suas preferências a seus concidadãos e às autoridades públicas tanto por meio da ação individual quanto pela ação coletiva, sem discriminação devido ao conteúdo ou à fonte da preferência é uma característica-chave da democracia moderna¹⁹ que se torna, assim, um conjunto complexo de instituições, que envolvem múltiplos canais de representação e espaços para tomada de decisões. A cidadania, a principal característica do sistema democrático, não se limita à realização de eleições periódicas. Ela também pode ser exercitada por meio da afiliação a associações, participação em movimentos reivindicatórios etc. Da mesma forma, a exigência de responsividade por parte das autoridades públicas não é garantida apenas por meio dos mecanismos tradicionais do processo legislativo; é possível evitar esses mecanismos partidários e entabular negociações diretamente com os agentes públicos dentro da estrutura estatal.

¹⁸SCHMITTER, Philippe C.; STREECK, Wolfgang. op. cit., p. 124.

¹⁹DAHL, Robert A. Poliarquia: *participação e oposição*. Trad. Celso Mauro Paciornick. São Paulo: Edusp, 1997. p. 34.

O fortalecimento da sociedade civil pode contribuir para a afirmação e consolidação da democracia sob vários aspectos. Em primeiro lugar, ela estabiliza expectativas dentro de um determinado grupo social e, dessa forma, fornece às autoridades um conjunto mais coerente e confiável de informações com as quais poderão governar. Ademais, uma sociedade civil atuante fortalece idéias e padrões de comportamento que são cívicos, isto é, que consideram o grupo como um todo e respeitam o processo democrático, sem contar que ela fornece meios para auto-expressão e identificação que estão mais próximos dos grupos sociais e assim, menos alheios às suas demandas. Por fim, a sociedade civil pode colaborar na resistência a eventuais arbitrariedades promovidas pelos governantes, sejam eles ilegítimos usurpadores ou maiorias intolerantes.²⁰

Não obstante, a sociedade civil também pode afetar a experiência democrática de maneira traumática. Nesse sentido, ela pode tornar a formação de maiorias e de consensos mais difícil, demorada e precária, o que poderá diminuir a legitimidade dos governos. A sociedade civil também poderá introduzir no processo de formulação de políticas públicas uma distribuição de influência desigual, especialmente se os princípios que orientam a formação dos grupos forem estritamente individualísticos e voluntarísticos.²¹

Ademais, a influência da sociedade civil sobre a vida pública pode resultar em políticas públicas não desejadas inicialmente por ninguém e com as quais nenhum grupo poderá subseqüentemente se identificar. Poderá também haver o reforço de uma tendência segundo a qual cada movimento ou organização satisfaz os seus interesses à custa do grupo, o que resulta em um sistema econômico deficiente. Outra possível consequência perigosa é a organização de interesses e de comunidades que são étnica, lingüística ou culturalmente exclusivas ou separatistas.²²

Qualquer sociedade civil é uma combinação dos efeitos supramencionados, e não existe garantia de que os efeitos positivos preponderarão sobre os negativos. Isso porque a sociedade civil não é um produto automático ou irrefletido de fatores tais como capitalismo, urbanização, alfabetização, mobilização social e desenvolvimento, apesar de todos esses fatos a favorecerem. Ao contrário, a emergência da sociedade civil requer políticas públicas deliberadas e práticas implícitas por parte dos particulares.²³

²⁰SCHMITTER, Phillip C. Some Propositions about civil society and the consolidation of democracy. *Reihe Politikwissenschaft*, Wien, v. 10, p. 4, sept. 1993.

²¹Id. Ibid., p. 5.

²²Id. Ibid., p. 14.

²³Id. Ibid., p. 15.

Para curar o eventual mal praticado pelos grupos de interesse que atuam em sentido contrário aos interesses permanentes e coletivos da comunidade (sendo tais grupos também denominados “facções”), uma possível solução é atuar diretamente sobre a regulamentação dessas últimas, de modo a vincular a contribuição dos grupos a um ideal democrático de governo.²⁴ Assim, onde desigualdades manifestas de representação política existem, recomenda-se a promoção da representação organizada dos interesses excluídos; onde os particularismos do grupo comprometem a soberania e a deliberação democrática, deve-se encorajar uma ação coletiva mais atenta ao interesse alheio; e onde a participação das associações pode aprimorar a efetividade de políticas públicas, recomenda-se uma participação mais formal e direta das associações na administração pública.

Não obstante, a regulamentação legal do direito de associação pode ser entendida como apenas um dos possíveis remédios para combater o “mal das facções”, as quais podem surgir das diferentes capacidades que grupos distintos possuem para serem ouvidos dentro do processo de barganha política, o que pode gerar uma situação de sub-representação de grupos, cujo silêncio poderia comprometer a democracia e a própria política, que é mais do que um mero procedimento, mas uma busca concreta pelo bem comum.²⁵

Nesse sentido, a participação dos grupos poderia ser uma alternativa bem-vinda ou complementar os esforços regulatórios feitos pelo poder público devido à capacidade especial das associações de obterem informações locais, fiscalizarem comportamentos e promoverem a cooperação entre entidades particulares. Nessa hipótese, é interessante que as associações sejam expressamente consideradas parceiras na definição e implementação de políticas públicas.

1.2. Formas de relacionamento entre sociedade civil e Estado e modelos de análise de mudanças sociais

Grupos de interesse formalmente organizado dentro da sociedade civil tendem a se tornar indispensáveis e a adquirirem um caráter de ubiquidade, com influência e penetração cada vez maiores no aparato do Estado e na formação e promoção de uma

²⁴MADISON, James. O Federalista. O Federalista nº 10 – O tamanho e as diversidades da União como um obstáculo às facções. In: WEFORT, Francisco C. (Org). *Clássicos da política*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1997. v. 1, p. 263.

²⁵Id. Ibid., p. 264.

consciência coletiva. Ao descrever e analisar tal fenômeno, Philippe Schmitter identificou três modelos principais de intermediação de interesse: pluralismo, corporativismo e sindicalismo.²⁶

O pluralismo pode ser definido como um sistema de intermediação de interesses no qual as unidades constituintes são organizadas em um número inespecífico de múltiplas, voluntárias, competitivas, não hierarquicamente ordenadas e auto-determinadas (em relação ao tipo e ao escopo de interesse) categorias que não são especificamente autorizadas, reconhecidas, subsidiadas, criadas ou de qualquer outra forma controlada pelo Estado no que tange à eleição de suas lideranças e à articulação de interesses e que não exercem o monopólio da atividade de representação dentro das suas respectivas categorias.²⁷ Na feliz síntese de Marco Maraffi:

“(...) em um sistema político pluralístico são ativos numerosos grupos, reunidos em torno de uma variedade de interesses sociais, cada um dos quais dispõe de recursos próprios para influenciar o processo de formação das decisões, cada grupo possui acesso aos lugares em que são tomadas as decisões, onde podem fazer valer os recursos dos quais é dotado; os recursos políticos são, sim, distribuídos de maneira desigual, mas as desigualdades não são cumulativas e, assim, cada grupo pode utilizar uma combinação própria de recursos para defender os interesses dos próprios membros (ou os da organização). Cada interesse organizado há assim a possibilidade de fazer sentir a própria voz e de exercitar um poder de veto em relação aos outros grupos. Não existe assim um único centro de poder soberano, mas muitos centros de poder, nenhum dos quais é inteiramente soberano: em outras palavras, o poder é disperso na mão de muitos sujeitos”.²⁸

Nesse contexto, ressalta-se que as decisões do Estado refletem ou são o resultado de uma miríade de interesses articulados pelas organizações e associações. Assim, o comportamento estatal é levado em consideração com referência à pressão dos grupos de interesse. Todavia, ainda permanece aberta a questão de *como* tais organizações conseguem determinar o comportamento estatal.²⁹

Em outras palavras, o pluralismo dos grupos de interesse consegue justificar adequadamente o motivo pelo qual as liberdades de associação e de organização são

²⁶SCHMITTER, Philippe C. Modes of interest intermediation and models of societal change in Europe. In: _____; LEMBRUCH, Gerhard (Eds.). *Trends toward corporatist intermediation*. London, Beverly Hills; SAGE publications, 1979. p. 64.

²⁷Id. Still the century of corporatism? *The Review of Politics*, Notre Dame, v. 36, n. 1, p. 96, 1974.

²⁸MARAFFI, Marco. Introduzione. In: _____ (Org.). *La società neo-corporativa*. Bologna: Il Mulino, 1981. p. 16.

²⁹NEDELMANN, Birgitta; MEIER, Kurt G. Theories of contemporary corporatism static or dynamic? In: SCHMITTER, Philippe C.; LEMBRUCH, Gerhard (Eds.). op. cit., p. 97.

necessárias e importantes para a democracia. Porém, o pluralismo não consegue justificar uma política como o resultado da configuração das demandas de grupos sociais na medida em que, para tal teoria, não existe um conceito de ordem “correta” ou de associações “naturais” que o Estado seria obrigado a proteger e a integrar em um conjunto orgânico, tal como as idéias medievais a respeito da relação entre Estado e sociedade. Assim, o pluralismo simplesmente não é uma teoria da representação: ele não contém princípios para definir quais interesses devem ser levados em conta no processo decisório”.³⁰

O corporativismo pode ser definido, por sua vez, como um sistema de intermediação de interesses no qual as unidades constituintes são organizadas em um número limitado de categorias singulares, compulsórias, não-competitivas, hierarquicamente ordenadas e funcionalmente diferenciadas, reconhecidas ou autorizadas (se não criadas) pelo Estado, que concede deliberadamente a tais entidades o monopólio da representação dentro das suas respectivas categorias em troca da observância de certos controles nas respectivas seleções de líderes e articulação de demandas e apoios.³¹

Nesse sentido, ressalta-se que o corporativismo denota uma estrutura política típica de formas avançadas de capitalismo, que integra grupos de produtores socioeconômicos organizados por meio de um sistema de representação e mútua interação cooperativa no que se refere ao plano da liderança, e de um sistema de mobilização e controle social no que se refere às massas populares. O corporativismo é um processo sistemático que apenas tornou-se amplamente divulgado após a Segunda Guerra Mundial, quando a garantia do pleno emprego passou a ser um objetivo importante para evitar as repercussões políticas que a repetição do desemprego em massa da década de 1930 poderia trazer.³²

O corporativismo é muito mais do que um modo específico de articulação de interesses, mas um padrão institucionalizado de formação de políticas no qual grandes organizações de interesse (notadamente representantes de trabalhadores e de empregadores) colaboram entre si e com o Estado não apenas para a articulação e intermediação de interesses, mas também para a alocação de valores e implementação de políticas públicas. Não é simplesmente um incremento dos mecanismos de consulta e cooperação entre os Poderes Públicos e os grupos de interesse organizado, características

³⁰ ANDERSON, Charles W. Political design and the representation of interests. In: SCHMITTER, Philippe C.; LEMBRUCH, Gerhard (Eds.). *Trends toward corporatist intermediation*. London, Beverly Hills: Ed. SAGE Publications, 1979. p. 282-284.

³¹ SCHMITTER, Philippe C. Still the century of corporatism?, cit., p. 93.

³² PANITCH, Leo. The development of corporatism in liberal democracy. In: SCHMITTER, Philippe C.; LEMBRUCH, Gerhard (Eds.). op. cit., p. 123; 131; 133.

bastante comuns nas economias capitalistas desenvolvidas, mas um alto grau de colaboração entre esses grupos na definição da política econômica.³³ Como bem esclarece Álvaro Espina:

“Frente ao isolamento e ao chauvinismo dos Estados corporativistas do entreguerras, aparece agora um neocorporativismo no qual o Estado, que assume um papel modesto mas muito ativo de organizador da convivência social e econômica – passa a desempenhar no contexto internacional um papel participativo e cooperativo. Esse processo foi muito favorecido porque a trégua na guerra de classes foi acompanhada de uma trégua paralela das hostilidades no teatro europeu.”³⁴

As prioridades em matéria de políticas públicas passaram, assim, a ser o resultado de processos negociados sob a supervisão do Estado e regidos por uma lógica de parceria social, a qual pressupõe um tipo de sistema político (formado por um Estado nem suficientemente poderoso para impor políticas de modo unilateral nem tão fraco para ser capturado por interesses privados, pelo regime parlamentarista predominante, no qual público e privado conseguem se reconhecer como parceiros, e por partidos políticos fortes, que atuam como agentes de legitimação do intercâmbio) e um tipo de agenda (que consiste no debate a respeito da política de rendas).³⁵

O sindicalismo, por sua vez, pode ser definido como um sistema de intermediação de interesses no qual as unidades constituintes são um número ilimitado de singulares, voluntárias, não-competitivas (ou melhor, unificadas) categorias, não hierarquicamente ordenadas ou funcionalmente especializadas, nem tampouco reconhecidas, criadas ou autorizadas pelo Estado ou por partido, ou controladas na escolha de suas lideranças ou articulação de interesses por um Estado ou partido. Tampouco exercem um monopólio de representação, mas resolvem os seus respectivos conflitos e alocam os seus valores autonomamente, sem interferência estatal.³⁶

Importante observar que as três formas de articulação de interesse acima mencionadas podem ser postas em prática por meio de dois processos absolutamente

³³ LEHMBRUCH, Gerhard. Liberal corporatism and party government. In: SCHMITTER, Philippe C.; LEHMBRUCH, Gerhard (Eds.). op. cit., p. 150.

³⁴ ESPINA, Alvaro. Armonización de intereses *versus* lucha de clases. In: _____ (Org.). *Concertación social, neocorporatismo y democracia*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1991. p. 40.

³⁵ VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. *Lobismo*: um novo conceito para analisar a articulação de interesses no Brasil. Texto de discussão apresentado no âmbito do projeto “Grupos de Interesse Vs. Estado – Institucionalização do lobby no Brasil, desenvolvido pelo Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP) do IEI/UFRJ, jul. 1994. p. 12-13.

³⁶ SCHMITTER, Philippe C. Still the century of corporatism?, cit., p. 98.

distintos os quais, conseqüentemente, refletirão relações de poder e de influência radicalmente distintas. Nesse sentido, as formas de articulação podem ter surgido “de baixo para cima”, de maneira mais ou menos espontânea, como resposta às mudanças na própria sociedade civil; ou podem ter sido criadas “de cima para baixo”, como uma política pública deliberada, concebida e controlada por grupos preexistentes.³⁷

Assim, tomado em seu aspecto dinâmico, é possível afirmar que cada um dos três tipos ideais de intermediação de interesses, o pluralismo, o corporativismo e o sindicalismo, podem apresentar um subtipo societal e um subtipo estatal, os quais serão o resultado de processos econômicos, sociais e políticos bastante distintos, e causados por particulares relações de poder e de força existentes em um determinado período histórico em uma determinada sociedade.³⁸

Com relação à diferença entre corporativismo de Estado e corporativismo societal, verifica-se que, no primeiro caso, as organizações que representam os interesses sociais são subordinadas aos interesses do Estado, quando não criadas por ele, para atuarem como órgãos da política econômica do Estado. Ademais, as estruturas corporativas autoritárias pressupõem a destruição das organizações autônomas dos trabalhadores e a correspondente substituição por órgãos criados de cima para baixo. Por outro lado, no corporativismo societal, a evolução em direção a estruturas e arranjos corporativos é um movimento espontâneo proveniente de baixo para cima e que respeita a fundamental autonomia dos atores coletivos envolvidos nesse processo.³⁹

Especificamente em relação ao corporativismo societal (também denominado corporatismo liberal), a doutrina esclarece que ele se apóia na premissa de que existe uma forte interdependência entre os interesses dos grupos sociais em conflito na economia capitalista. Verifica-se também uma forte autonomia constitucional dos grupos envolvidos, bem como a natureza voluntária das formas de integração por eles institucionalizada como tentativa de conciliar interesses conflitantes de grupos bastante coesos que não poderiam ser ajustados por meio de eleições ou instrumentos majoritários. O declínio de tal integração vertical de interesses ocorrida a partir da década de 1970 em tais países, todavia, não teve como resultado o correspondente declínio no conflito de classe causado pela

³⁷SCHMITTER, Philippe C. Modes of interest intermediation and models of societal change in Europe, cit., p. 66.

³⁸Id. Still the century of corporatism?, cit., p. 104.

³⁹MARAFFI, Marco. op. cit., p. 20.

desigualdade na distribuição de renda e pela alienação no trabalho.⁴⁰ Na feliz síntese de Maraffi:

“(...) o neocorporativismo é, ao contrário, um sistema essencialmente policêntrico no qual as organizações dos interesses mantêm as respectivas autonomias e entram em uma relação com os outros parceiros institucionais que se presume baseada na colaboração recíproca e na contratação. Nesse sistema a coerção possui um papel muito marginal; a ênfase é colocada na troca, na contratação, na recíproca adaptação. As sanções tendem a ser muito mais positivas do que negativas: a participação em estruturas e composições corporativas é incentivada, favorecida, solicitada, mais que imposta ou considerada, de jure ou de facto, obrigatória. Em termos jurídicos, o fundamento da associação e do seu agir continua a ser o seu caráter privatístico e não existem normas que imponham a ela deveres de caráter público ou social; a sua ação, em outras palavras, desenvolve-se na esfera da autonomia definida pelo direito privado. (...) O resultado desses processos podemos chamá-lo por comodidade de ‘compromisso social-democrático’: os representantes da classe operária são integrados no processo de formação das decisões econômicas em troca do respeito à compatibilidade com a economia capitalista e com o controle da própria base (sobretudo em termos de moderação salarial)”.⁴¹

Nas relações entre o Estado e os interesses organizados de grupos dominantes econômicos e subordinados, verifica-se uma importante assimetria e o Estado passa a ser visto como um aliado dos interesses econômicos dominantes por meio do uso das organizações dos trabalhadores para o controle dos seus membros, mesmo que aos empregadores em questão desagrade a necessidade de intervenção do Estado para assegurar a subordinação dos trabalhadores.⁴²

De qualquer maneira, a doutrina indica que um modo para melhor identificar se determinada experiência corporativista foi do tipo societal ou estatal é analisá-la sob seu aspecto dinâmico. Nesse sentido, o corporativismo seria tratado como uma forma de interação baseada ou consistente em unidades de ação, denominadas fases de proposição, consulta e deliberação, nas quais diferentes demandas e interesses influenciam as demandas e interesses dos demais envolvidos. Com a identificação do modo dominante com o qual os atores definem uma questão (ou o objeto do conflito), bem como a situação

⁴⁰ LEHMBRUCH, Gerhard. Consociational democracy, class conflict and the new corporatism. In: SCHMITTER, Philippe C.; LEMBRUCH, Gerhard (Eds.). op. cit., p. 54; 55; 59.

⁴¹ MARAFFI, Marco. op. cit., p. 21; 26.

⁴² CROUCH, Colin. Strategie di dominio: alcuni tipi ideali. In: MARAFFI, Marco (Org.). op. cit., p. 128-129.

na qual a interação acontece, seria mais fácil identificar a preponderância do Estado ou das organizações na condução da experiência corporativa.⁴³

Com efeito, uma das principais questões relativas a uma teoria do corporativismo consiste em identificar os motivos pelos quais grandes organizações decidem integrar ou permanecer em um sistema de cooperação “liberal corporativista”, bem como identificar se, como regra geral, o sistema corporativista tende a substituir a democracia parlamentar em sua função de formadores de políticas públicas. A experiência histórica demonstra que nos países de economia de mercado com governos constitucionais, entre o sistema corporativista e o regime representativo tende a desenvolver-se uma diferenciação estrutural que permite a ambos absorverem um volume maior de questões, estabelecendo-se entre os dois subsistemas uma espécie de simbiose que pode adotar diversas formas, freqüentemente mutáveis sendo que, em muitos casos, a mudança tende em direção a um “transbordamento” do sistema corporativista.⁴⁴

Para ser compatível com a teoria democrática, o processo dos grupos de interesse deve demonstrar ser: i) capaz de gerar políticas em prol do interesse público, ao invés do interesse de apenas alguma “facção”; ii) imparcial, dentre os interesses potenciais ou atuais da comunidade, uma vez que nenhum segmento social pode afirmar possuir uma autorização para governar com base no conhecimento autêntico do destino e finalidades da humanidade e, por isso, todos devem ser capazes de formular o seu julgamento a respeito dos fins da ação pública; e iii) complementar, mas não substitutivo à representação direta popular, de modo que ele atue como um reforço à soberania popular. A representação de interesses somente é legítima na medida em que é um instrumento para a obtenção de objetivos públicos estipulados. Assim, as políticas públicas originadas a partir da atuação dos grupos de interesse não são legítimas por serem feitas por um determinado tipo de órgão representativo, mas porque elas estão em linha com um padrão explícito de decisão pública.⁴⁵

Sublinham, ainda, os estudiosos, que a verdadeira distinção organizativa se dá entre liberalismo e pós-liberalismo, não entre pluralismo e corporativismo societal; entre os dois sistemas existe muito mais continuidade do que ruptura decorrente de uma evolução causada por fatores tais como: importância crescente das associações formais de

⁴³NEDELMANN, Birgitta; MEIER, Kurt G. op. cit., p. 106-108.

⁴⁴LEHMBRUCH, Gerhard. Liberal corporatism and party government, cit., p. 149.

⁴⁵ANDERSON, Charles W. op. cit., 278-280; 293; 295.

representação, interpenetração entre a esfera pública e a esfera privada e expansão do âmbito da política estatal. Nesse sentido, seria mais adequado opor o corporativismo a um certo modo de compreender o pluralismo, qual seja, aquele inspirado na imagem do mercado concorrencial.⁴⁶

Assim, para entender a configuração institucional-comportamental resultante de cada um dos seis subtipos de intermediação de interesses, Schmitter utiliza três modelos de mudança social: o paradigma da diferenciação estrutural (com forte influência durkheimiana), o paradigma do materialismo histórico (fundamentado nas idéias de Max Weber e dos revisionistas de Karl Marx) e o paradigma da economia política (criado principalmente a partir dos escritos mais teoricamente abstratos de Karl Marx).⁴⁷

Entretanto, o próprio autor pondera que esses três modos de mudança social possuem limitações no que tange à sua aplicabilidade a casos práticos, pois partem de um pressuposto comum: que as mudanças no modo de representação de interesses são principalmente resultados de mudanças prévias e independentes na estrutura econômica e social, sem levar em consideração a importância dos processos políticos e organizacionais emergentes. Outro equívoco presente nas três teorias é confinar o Estado a um papel meramente reflexivo ou responsivo, sem perceber o muitas vezes indireto e não intencional impacto das políticas públicas na determinação do tempo, forma, estrutura interna, área geográfica de representação, modalidades de representação e tipos de lideranças nas associações.⁴⁸

O Estado, com efeito, deve ser compreendido a partir das seguintes premissas: i) deve ser visto como um conjunto de instituições sem contornos bem definidos, ou seja, é necessário considerar o Estado como uma forma complexa de articulação entre instituições estatais; e entre instituições estatais e não estatais, na genérica reprodução da acumulação de capital e dominação política; ii) as forças políticas não existem independentemente do Estado, mas são constituídas em parte por meio de suas formas de representação e intervenção; iii) o poder estatal é uma relação social complexa que reflete o mutável equilíbrio de forças em um determinado contexto; (iv) o poder estatal será capitalista na medida em que cria, mantém ou restaura condições necessárias para a acumulação do capital e é não capitalista na medida em que não colabora nesses propósitos. Assim, nem as

⁴⁶MARAFFI, Marco. op. cit., p. 31; 32.

⁴⁷SCHMITTER, Philippe C. Modes of interest intermediation and models of societal change in Europe, cit., p. 91.

⁴⁸Id. Ibid., p. 92.

formas da representação nem os tipos de intervenção estatal são neutros: ambos estruturam a formação de forças políticas e as respectivas habilidades para alcançar determinados efeitos por meio do Estado.⁴⁹

1.3. Pluralismo político, pluralismo jurídico e autonomia privada coletiva

Inicialmente, cumpre recordar a existência de uma importante distinção entre pluralismo político e pluralismo jurídico, este último conhecido também como pluralismo normativo. Trata-se de uma diferença entre um modelo analítico e uma orientação normativa, entre ciência política e filosofia política; os quais estão estreitamente relacionados, tendo sido o pluralismo, entendido como modelo analítico, profundamente influenciado pelas proposições normativas dos filósofos políticos pluralistas.⁵⁰

Desse modo, o reconhecimento do pluralismo político dentro de marcos institucionais democráticos, com o estabelecimento de mecanismos que corrijam eventuais distorções que comprometam a existência da própria diversidade de interesses, é fundamental para que a divergência de interesses de grupos que normalmente surge no convívio em sociedade.

É inquestionável a importância e o valor das instituições formais para a plena vivência da democracia. Dentre tais instituições, destacam-se as eleições periódicas para o preenchimento de determinados cargos públicos. Na precisa observação de Guillermo O'Donnell:

“Nesse sentido, a democracia é uma aposta coletiva: ainda que de má vontade, cada ego aceita que todos os outros alter tenham o mesmo direito de (isto é, sejam iguais em relação a participar na crucial decisão coletiva que determina quem os governará durante certo tempo. A despeito do peso infinitesimal de cada voto nessa decisão, a sensação de não serem mais meros súditos, mas cidadãos que exercem seu direito equitativo de escolher quem os governará, contribui muito para explicar o enorme entusiasmo que costuma acompanhar as primeiras eleições depois do fim do governo autoritário”.⁵¹

⁴⁹JESSOP, Bob. Corporatism, parliamentarism and social democracy. In: SCHMITTER, Philippe C.; LEMBRUCH, Gerhard (Eds.). op. cit., p. 190-192.

⁵⁰MARAFFI, Marco. op. cit., p. 12.

⁵¹O'DONNELL, Guillermo. Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina, *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 51, p. 39, jul. 1998.

Todavia, o reconhecimento do direito ao voto e das demais liberdades civis e políticas não é suficiente. Nesse contexto, adquire destaque o conceito de democracia participativa, que pode ser entendida como um conjunto heterogêneo de aspirações e linhas de tendência que visam abrir algumas brechas na cidadela do governo representativo, para que as instituições se tornem mais permeáveis às influências dos grupos sociais e aos temas por ele vinculados. Dentre as formas de democracia participativa, destaca-se a democracia deliberativa, a qual possui contornos mais definidos, pois exclui a pura e simples ação de pressão dos movimentos sociais sobre as instituições, ao mesmo tempo em que busca um confronto argumentativo e real entre os diversos pontos de vistas existentes a respeito de um determinado tema.⁵²

Apesar de as eleições oferecerem uma oportunidade institucional para os cidadãos expressarem seu ponto de vista a respeito do governo, bem como validarem ou não o sistema político vigente, é importante superar o mito que reduz a democracia a um processo técnico e que não examina o seu verdadeiro conteúdo. A necessária revalorização da política na sociedade civil e, conseqüentemente, do papel atribuído ao cidadão como sujeito integrante das políticas públicas não deve restringir-se à dimensão institucional-formal, pois a legitimidade de um sistema político é condicionada a fatores institucionais, históricos e culturais. Nesse sentido, ampliar a participação dos cidadãos na política relaciona-se com a forma como eles descodificam e internalizam normas e valores em relação à política, ou seja, o tipo de cultura política.⁵³

Por isso, a criação de um espaço público intermediário por meio do exercício da democracia participativa não deve ter como objetivo institucionalizar os movimentos sociais, transformá-los em partidos políticos ou atribuir-lhes poderes legais e competências legiferantes, mas aumentar a capacidade de invenção e elaboração de suas reivindicações e, conseqüentemente, o seu grau de influência na tomada de decisões, enquanto os movimentos e sujeitos coletivos mantêm as respectivas autonomias.⁵⁴

Com efeito, entre democracia participativa e democracia representativa existe uma tensão impossível de ser eliminada, pois elas se fundamentam em fontes de legitimação distintas e contrastantes: de um lado o voto por parte de (quase) todos os cidadãos, de

⁵²BOBBIO, Luigi. Dilemmi della democrazia partecipativa. *Democrazia e Diritto*, Milano, n. 4, p. 12; 14, 2006.

⁵³BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 21, p. 89 e 96, nov. 2003.

⁵⁴MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova: revista de cultura e política*, São Paulo, n. 17, p. 64, jun. 1987.

outro, a participação ativa de poucos. E se baseiam em modalidades de interação antitéticas: formais na primeira hipótese, informais na segunda. E assim, pelas suas próprias naturezas, não é possível, nem recomendável, unificá-las.⁵⁵

O exercício da representação política por meio de organizações civis e a eventual emergência de inéditas idéias de representação não podem ser plenamente compreendidos se submetidos analiticamente à lógica das instituições do sistema eleitoral e do Poder Legislativo. A transformação contemporânea da representação é fruto de alterações no funcionamento das instituições tradicionais do governo representativo, mas resulta também da ampliação das funções da representação política.⁵⁶ A constante interação e recíproca influência entre a democracia representativa e a participativa origina um sistema jurídico que pode ser qualificado como democrático em três sentidos, conforme bem esclarece Guillermo O'Donnel:

“Primeiro, o de que ele preserva as liberdades e garantias políticas da poliarquia. Segundo, o de que preserva os direitos civis de toda a população. E terceiro, no sentido de que estabelece redes de responsabilidade e accountability que impõem que todos os agentes, privados e públicos, inclusive os funcionários dos escalões mais altos do regime, estão sujeitos a controles apropriados, legalmente estabelecidos, da ilegalidade de seus atos. Na medida em que preencha essas três condições, esse Estado é não apenas governado pela lei; é um Estado legal democrático, ou um Estado democrático de direito”.⁵⁷

A diversidade de grupos de interesse favorece, em tese, a implementação da democracia em sentido material. Nas democracias modernas é possível identificar que os grupos inevitavelmente possuem um papel importante, que o perigo das facções é real, mas que o tipo “certo” de associação, que não surge espontaneamente, poderia contribuir para a democracia. Não é uma tarefa fácil analisar qualitativamente a interação entre os grupos, de modo a aproximá-los do ideal democrático, e não existe uma receita pronta para tanto. Mas não se trata de um objetivo impossível.⁵⁸

Da mesma maneira, o regime democrático não possui um conjunto único e exclusivo de instituições, mesmo que, em determinadas circunstâncias, um determinado

⁵⁵BOBBIO, Luigi. op. cit., p. 22-23.

⁵⁶GURZA LAVALLE, Adrian; HOUTZAGER, Peter P. ; CASTELLO, Graziela. Representação política e organizações civis. Novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 46, fev. 2006.

⁵⁷O'DONNELL, Guillermo. op. cit., p. 50. Vale a pena observar que o autor utiliza o termo “accountability” no sentido de mecanismos obrigatórios de sanção e controle.

⁵⁸COHEN, Joshua; ROGERS, Joel. Secondary associations and democratic governance. *Politics and Society*, London, v. 20, n. 4, p. 413-415; 425-426; 430, Dec. 1992.

país possa exemplificar um ‘tipo ideal’ de democracia. Há uma miríade de combinações possíveis, o que apresenta o desafio de escolher as opções que melhor atendem os interesses sociais tanto a curto quanto a longo prazo. Nesse sentido, deve-se investigar o tipo de democracia que se pretende implementar, levando-se em conta que a qualidade da democracia, mais do que a sua quantidade e duração, variará conforme o grau de sociabilidade do grupo, cujos efeitos serão melhor sentidos a médio e longo prazo.⁵⁹

Em um determinado contexto político e social, certos grupos e interesses podem estar subrepresentados, enquanto outros grupos podem monopolizar os mecanismos de influência dos processos decisórios de políticas públicas, o que comprometeria o funcionamento tanto da sociedade civil quanto da democracia. Para evitar tal fenômeno, e assegurar que as associações contribuam construtivamente para a realização do bem comum, é possível tomar algumas precauções e medidas.

Assim, para que os interesses dos grupos possam se harmonizar adequadamente à luz das circunstâncias econômicas, políticas e sociais, faz-se necessário o reconhecimento, antes de mais nada, do pluralismo jurídico. A existência de uma pluralidade de fontes normativas, estatais e não estatal é, assim, o pressuposto metodológico indispensável para o estudo de um dos princípios fundamentais das relações de trabalho: a autonomia privada coletiva.⁶⁰

A autonomia privada coletiva pode ser definida como o poder, reconhecido aos particulares pelo Estado, de regularem coletivamente os seus interesses. Em termos concretos - e no plano das relações de trabalho, a autonomia privada coletiva fundamentaria o direito de greve, a negociação coletiva de trabalho e a própria liberdade sindical, os quais devem ser simultaneamente garantidos, sob pena de não permitir uma vivência efetivamente democrática das relações de trabalho.⁶¹

Com base no modelo de troca política, que não se refere apenas a uma espécie de relações entre a experiência sindical e o sistema político, mas que representa o próprio gênero de tal relação, com a definição de estratégias que conectam a representação dos interesses funcionais e os fatores políticos, as quais têm como consequência a criação de

⁵⁹SCHMITTER, Phillippe C. The consolidation of democracy and representation of social groups. *The American Behavioral scientist*; New York, v. 35, 4/5, p. 429; 433, mar./jun. 1992.

⁶⁰SILVA, Walküre Lopes Ribeiro da. Autonomia privada coletiva. In: SOUTO MAIOR, Jorge Luíz; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves (Orgs.). *Curso de direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 2008. v. 3, p. 49.

⁶¹ZAGO-GARELLI, Carlo. *La libertà sindacale*. Padova: CEDAM, 1979. p. 204-205.

vínculos recíprocos entre as organizações e o sistema político,⁶² verifica-se que o conceito-chave para a afirmação de relações coletivas de trabalho legítimas está no pleno reconhecimento da autonomia privada coletiva, a qual fundamentará tanto a liberdade sindical quanto a negociação coletiva de trabalho e o direito de greve.

Existe um debate, jamais resolvido, a respeito do papel a ser atribuído ao sindicato (principal ator das relações coletivas de trabalho) e das funções sindicais que este deve desempenhar, o que evoca a difícil e constante dialética entre a liberdade sindical e o conceito político de unidade sindical, os quais, aparentemente, seriam contrapostos. De um lado, a liberdade pressuporia não apenas o pluralismo dos atores sociais, mas também a liberdade de escolha de meios de atuação sindical. Do outro, a unidade colocaria a questão de unicidade de organização ou a imposição, de cima para baixo, de limites à própria liberdade em prol da funcionalidade do sistema.

Na realidade, esses dois conceitos não se excluem. A experiência vivida por diversos países no pós-Segunda Guerra Mundial demonstrou que o tempo tem permitido a convivência do interesse público com os interesses dos grupos e vice-versa, o que colaborou para conjugar a autonomia privada coletiva com o exercício de poderes públicos, de modo a realizar um sistema estruturado de relações coletivas de trabalho.

Todavia, a partir do último quartel do século XX, em muitos países a manutenção do equilíbrio desses interesses teve momentos verdadeiramente difíceis. Com efeito, a manifesta instabilidade dos arranjos corporativistas a partir do início da década de 1970 em muitos países da Europa Ocidental fez com que o Estado adotasse respostas do tipo coercitivo. Ironicamente, o propósito de tais medidas coercitivas não era destruir os sindicatos, mas justamente definir, codificar e validar pelo Estado as obrigações dos sindicatos perante o Estado e os empregadores de forma consistente com a manutenção do sistema corporativista.⁶³

Assim, se os sindicatos, como estruturas democráticas e voluntárias, não desejassem voluntariamente adotar um conceito corporativista do interesse nacional, então, devido ao difícil cenário político e econômico vivenciado na década de 1970, o Estado coercitivamente os constrangeria a fazê-lo. Todavia, para atingir esse desiderato, tais medidas coercitivas teriam de ir além do campo imediato das relações de trabalho, por

⁶²BAGLIONI, Guido. Costanti e varianti in tema di scambio politico. *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*, Milano, ano 5, n. 20, p. 842, 1983.

⁶³PANITCH, Leo. op. cit., p. 142-143.

meio da limitação, em muitos casos, da liberdade de associação e de organização, o que apresentaria um risco à continuidade da própria democracia.⁶⁴

O balanceamento dos valores constitucionais é feito na dialética entre liberdade e unidade, onde as diferenças de ênfase se devem ao desenvolvimento do contexto produtivo, às alianças políticas e à acentuação dos papéis institucionais exercidos pelos sindicatos. De qualquer maneira, a própria funcionalidade do sistema se fundamenta na correlação e complementariedade desses dois valores: liberdade sindical e unidade de ação sindical,⁶⁵ sendo certo que a liberdade sindical não é um fim em si mesmo, mas um importante instrumento para assegurar, por meio de acordos, convenções e contratos coletivos de trabalho, condições de vida e de trabalho compatíveis com a dignidade humana, característica indispensável a todo regime democrático autêntico.⁶⁶

O sindicato, portanto, pode ser compreendido como um ator político de pleno direito, que não apenas defende os próprios interesses específicos, como também é capaz de desenvolver uma estratégia, ou seja, uma sucessão de decisões intertemporais na qual a ação atual é avaliada em termos de pertinência à consecução de objetivos futuros. Tal fato possui três importantes conseqüências: i) a ação do sindicato reflete algo mais do que as exigências imediatas de seus membros; ii) o sindicato pode “sub-utilizar” o seu poder a curto prazo para perseguir objetivos a longo prazo; iii) essa “sub-utilização”, observadas certas condições, pode ser realizada pelo sindicato sem isso resulte em perda imediata e significativa de consenso.⁶⁷

À luz da experiência histórica de diversos países, verifica-se que a variável mais importante para explicar o momento no qual o sindicato atribui mais importância à ação do Estado no atingimento dos próprios interesses é a capacidade do sindicato de colocar em crise a economia geral devido à aquisição de vantagens salariais e redução de jornada de trabalho mediante negociação coletiva de trabalho: o recurso à ação do Estado torna-se mais provável quando a capacidade de interferência do sindicato for baixa (pois, incapaz de desenvolver os próprios interesses no contexto do mercado, procura fazê-lo por meio da ação estatal) ou for alta (pois a atuação bem-sucedida do sindicato no que se refere à

⁶⁴PANITCH, Leo. op. cit., p. 144.

⁶⁵PESSI, Annalisa. Tra costituzione formale e materiale. L'indissolubile matrimonio dell' ordinamento italiano. Libertà e unità sindacale. *Argomenti di Diritto del Lavoro*, Padova, n. 6, p. 1267-1268, 2007.

⁶⁶SILVA, Walküre Lopes Ribeiro da; MASSONI, Túlio de Oliveira; FIORAVANTE, Tamira Maira. Liberdade sindical e direitos humanos. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, Brasília, ano 16, n. 31, p. 66, mar. 2006.

⁶⁷LANGE, Peter. Sindacati, partiti, stato e liberal corporativismo. In: MARAFFI, Marco (Org.). op. cit., p. 202.

política salarial pode gerar externalidades negativas que comprometem os próprios interesses do sindicato, razão pela qual este tende a recorrer à atuação no âmbito do Estado), e se torna menos provável quando tal poder sindical é moderado.⁶⁸

Todavia, a tendência cada vez maior de o sindicato recorrer à atuação dentro do Estado não necessariamente indica a tendência de obrigatoriamente instaurar relações de cooperação formais com as organizações institucionalizadas do capital mediadas pelo Estado: o sindicato também poderia escolher permanecer em modalidades pluralistas de mediação dos interesses, na esperança de poder dessa forma maximizar as suas vantagens políticas à custa do capital. Três fatores que podem impulsionar o sindicato rumo a um arranjo neocorporativista são: i) a potencial mobilidade do capital tanto no plano interno quanto no plano internacional, o que faz com que o sindicato busque impedi-la mediante o oferecimento de maior estabilidade, regularidade e previsibilidade ao contexto econômico; ii) as externalidades econômicas negativas que podem surgir a partir de uma atuação sindical forte podem comprometer as coalizões políticas e sociais que sustentam uma série de políticas públicas cuja manutenção interessa ao sindicato; iii) a ameaça de que a estrada pluralista conduza o sindicato ao boicote do sistema político como um todo, na medida em que os potenciais danos provocados pelas ações sindicais no mercado podem gerar coalizões fortes o suficiente para alterar as normas fundamentais de um determinado país.⁶⁹

Premido pelas circunstâncias acima mencionadas, Estado, organizações de trabalhadores e de empregadores buscam atingir consensos, sendo que a permanente possibilidade de desaparecimento das características neocorporativistas, causada por fatores tais como a perda de controle dos trabalhadores que compõem a base do sindicato e o surgimento de lideranças tanto nas organizações de empregadores quanto de trabalhadores que representam um desafio ao arranjo neocorporativista, é que torna possível e estimula a renovação dos entendimentos entre as partes.

Da vivência da liberdade sindical em seu mais amplo aspecto poderão surgir experiências de concertação social as quais, se bem estruturadas, poderão colaborar positivamente para a afirmação da democracia e para a criação de uma sociedade civil forte e sensível aos problemas sociais e comprometida com a luta contra a exclusão social. Um dos fatores importantes para o sucesso de experiências concertativas é a consciência, tanto por parte dos Poderes Públicos como por parte das organizações de trabalhadores e

⁶⁸LANGE, Peter. op. cit, p. 203; 209; 211.

⁶⁹Id. Ibid., p. 215-218.

empregadores, da interdependência de interesses concorrentes e o papel ativo dos grupos autônomos para a consecução de objetivos coletivos.⁷⁰

⁷⁰LEHMBRUCH, Gerhard. Liberal corporatism and party government, cit., p. 172.

CAPÍTULO 2. DIÁLOGO SOCIAL E CONCERTAÇÃO SOCIAL

2.1. Conceito e natureza jurídica da concertação social

Inicialmente, cabe anotar que parte da doutrina identifica uma importante diferença conceitual entre diálogo e concertação social. Com efeito, o diálogo social tem sido visto como “termo indefinido e aberto, que diz muito e compromete pouco, abarca uma diversidade de relações entre sindicatos, empresários e poderes, sob a forma de encontros e contatos que não têm necessariamente que chegar a atos jurídicos concretos”⁷¹, o qual pode consistir “simplesmente em uma troca de impressões”.⁷²

Após reflexão mais aprofundada a respeito do tema, chegou-se à conclusão de que a noção de diálogo social inclui todas as formas de interação entre os sujeitos das relações de trabalho (as organizações dos trabalhadores, os empregadores e as suas organizações e o Estado) distintas do conflito aberto, como, por exemplo, a informação, a consulta, a participação, a negociação coletiva de trabalho e a concertação social. O diálogo social inclui, assim, todas as instâncias de interação social supramencionadas, independentemente do fato de se esgotarem em si mesmas ou originarem um resultado concreto, que pode ou não ocorrer.⁷³

Trata-se de uma série de atividades, não necessariamente de imediata importância regulatória (normativa), configuradas de diversas maneiras do ponto de vista institucional, postas em vigor a respeito de temas considerados de potencial interesse comum às partes envolvidas e tratáveis com métodos distintos do antagonístico, mesmo que não necessariamente de maneira não conflitual, tendo à vista de resultados teoricamente úteis a todos os atores. Registre-se que as diversas formas de diálogo social se colocam em um *continuum*, mais do que em posição de clara diversidade funcional.⁷⁴

⁷¹RODRÍGUEZ-PÍÑERO Y BRAVO FERRER, Miguel. La institucionalización de la representación de intereses: los consejos económicos y sociales. In: DURÁN LOPEZ, Federico. (Coord.). *El diálogo social y su institucionalización en España y Iberoamérica*. Madrid: CES, 1998. p. 80.

⁷²MARTÍN VALVERDE, Antonio. Concertación social y tripartismo: modelos de concertación social en Europa. In: DURÁN LOPEZ, Federico (Coord.). op. cit., p. 105.

⁷³ERMIDA URIARTE, Oscar. Diálogo social: teoria y práctica. *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo, v. 28, n. 106, p. 161, abr./jun. 2002.

⁷⁴TREU, Tiziano. Cogestione e partecipazione. *Giornale di diritto del lavoro e di relazioni industriali*, Milano, anno 11, n. 44, p. 599, 1989. Texto vai da 597 a 629.

A concertação social, por sua vez, refere-se ao mais alto nível de negociação e visa promover o interesse geral da sociedade, dela podendo resultar o pacto social, que pode ser definido por como “o auto-planejamento, pela própria nação das linhas básicas que, pelo consenso dos interlocutores sociais e do Estado, constituirão o programa de ação para o país”.⁷⁵ O primeiro e principal efeito da concertação social seria o controle de situações potencialmente conflituosas, que são preventivamente desarmadas seja sob a ótica dos atores diretamente envolvidos, seja sob a dos sistemas econômico e político. Porém, também deve ser ressaltado que, com a concertação social, ocorre um real enfraquecimento do Estado e fortalecimento de novas formas de organizações de interesse.⁷⁶

Visa-se, assim, estabelecer um processo político continuado e recorrente que anime os parceiros sociais a se comportarem não como normalmente fariam sob a pressão das forças de mercado ou sob as condições da concorrência, mas de um modo que objetiva produzir resultados distintos. A concertação social seria, assim, a “segunda melhor opção” para a gestão de políticas públicas: não é a preferida pelos sindicatos nem pelas associações de empregadores, mas é uma solução que pode ser obtida politicamente e desde logo impor-se aos agentes contratantes uma vez que as alternativas (conflito aberto entre as classes, altos índices de conflitividade setorial, regulação autoritária e até mesmo risco de ruptura do processo político) são muito piores.⁷⁷

Do ponto de vista *sociológico*, é possível considerar a concertação social um exemplo de integração social, pois, para que ela fosse alcançada, os elementos de estabilidade, coordenação funcional e consenso inerentes a todas as sociedades preponderaram sobre os elementos de dissenso, conflito e mudança também inerentes a todas as sociedades, na medida em que integração e conflito são aspectos complementares, e não alternativos, da estrutura social.⁷⁸

Do ponto de vista do *contexto normativo*, a concertação social pode ser formal ou informal. A concertação social costuma traduzir-se na assinatura de grandes pactos sociais, que adquirem notória publicidade como, por exemplo, o Acordo Scotti na Itália ou o

⁷⁵NASCIMENTO, Amauri Mascaro. A negociação coletiva no contexto democrático – sistema brasileiro e avaliação de experiências estrangeiras pós corporativas. *Revista LTr*, São Paulo, v. 49, n. 10, p. 1.180, out. 1985.

⁷⁶FEBBRAJO, Alberto. Appunti sociologico-giuridici sul “gioco” della concertazione. In: DIRITTO del lavoro e corporativismi: ieri e oggi. Milano: Franco Angeli, 1988. p. 344.

⁷⁷SCHMITTER, Philippe C. La concertación social en perspectiva comparada. In: ESPINA, Alvaro (Coord.). op. cit., p. 71.

⁷⁸DAHRENDORF, Ralf. *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*. Trad. José Viegas. Brasília: Ed UnB, 1982. p. 148-150.

Acordo Econômico-Social na Espanha. A concertação social informal, por sua vez, se expressa em uma política de discussão, acordo, transação, exteriorizada em múltiplos instrumentos ou contratos coletivos de níveis distintos ou decisões próprias dos diversos setores sociais.⁷⁹

Independentemente do contexto normativo que venha assumir, a concertação social é uma resposta entre as várias possíveis às exigências de governabilidade em uma sociedade complexa, à qual corresponde uma complicada estrutura política que empurra à formação de governos de coalizão. Nesse contexto, a concertação social pode ser uma tentativa ou meio para a consolidação de coalizões governamentais, sendo que as formas mais institucionalizadas de concertação social historicamente têm sido acompanhadas por altas doses de “espetacularidade” quando da formação do consenso, que se reflete na busca, pelos parceiros sociais, de uma relação direta com a opinião pública, principalmente através do uso dos meios de comunicação de massa.⁸⁰

Do ponto de vista da *origem*, a concertação social pode ser provocada ou espontânea. A provocada é consequência da ação dos propulsores, geralmente o governo, um órgão estatal, ou mesmo a Igreja Católica, de criar um foro especialmente para o desenvolvimento das atividades concertativas ou no qual, ainda que tenha outra finalidade, os atores sociais se sintam representados. A espontânea, por sua vez, é resultado natural das relações entre as partes, sem o esforço especial de nenhuma delas e à margem de um órgão especial.⁸¹

Do ponto de vista de sua *duração*, a concertação social pode se caracterizar como uma medida conjuntural ou como uma política permanente. Portanto, a concertação apresenta-se "como solução de uma determinada situação ou como solução de uma série de situações que se prolongam no tempo",⁸² sendo certo que a permanência da concertação social tende a ser vista como um sinal de maturidade, de estabilidade do sistema de relações de trabalho e da existência de um alto grau de consenso social.⁸³

Verifica-se, assim, a estreita relação entre concertação social e democracia, conceituada como um procedimento para a tomada de decisões ao qual são chamados o maior número possível de representantes de grupos de interesse organizado, dentre os

⁷⁹PLÁ RODRIGUEZ, Américo. op. cit., p. 250.

⁸⁰GIUGNI, Gino. Gobierno privado y parlamentarismo. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). *Concertación social tras la crisis*. Barcelona: Ariel, 1990. p. 13.

⁸¹ERMIDA URIARTE, Oscar. op. cit., p. 162.

⁸²PLÁ RODRIGUEZ, Américo. op. cit., p. 251.

⁸³ERMIDA URIARTE, Oscar. op. cit., p. 162.

quais se destaca o sindicato. Com efeito, a interdependência entre estratégias sindicais e políticas públicas, entre, entre questões de política econômica e mercado de trabalho, é crescentemente indissolúvel. E por esse motivo, temas que tradicionalmente eram objeto exclusivo da ação contratual e sindical e, dessa forma, permaneciam à esfera da contratação bilateral “deslizaram progressivamente de modo irreversível no mercado político.”⁸⁴

A natureza jurídica da concertação social, por sua vez, pode ser vista sob duas óticas, dependendo do ângulo de observação: como expressão da autonomia privada coletiva ou como um novo tipo de intervencionismo estatal do tipo corporativista, equívoco que pode ser questionado na medida em que existem importantes diferenças entre corporativismo e concertação social: a) o corporativismo supõe um Estado absorvente e dominante; b) a concertação supõe uma prática que pode, ocasionalmente, alterar-se, seguindo novos rumos, enquanto que o corporativismo alude a um sistema de relações políticas e estruturais estáveis; c) o corporativismo traduz uma orientação política geralmente de direita, enquanto a concertação social não possui coloração política e, se tivesse, seria de caráter progressista; d) resulta a concertação social da democracia porque se baseia no pluralismo, enquanto a ideologia corporativista representa a negação daquela.⁸⁵

Em outras palavras, muitos autores se referem à concertação social como expressão do corporativismo, isto é, como um aumento e modificação da natureza do intervencionismo estatal, por entenderem que “a intervenção estatal e autoritária é cada vez menor, tendendo a ser substituída pela estabilização por meio da solução de consenso”. Essa concepção se baseia “na visão de um Estado que assume a iniciativa da organização dos interesses, reconhece-os, delega funções e os faz participar na tomada de decisões políticas”.⁸⁶

Contudo, a melhor doutrina prefere vincular a concertação social à autonomia privada coletiva, na medida em que se insere no contexto do pluralismo, no qual se destaca a relevância dos corpos intermediários existentes entre o Estado e o indivíduo, bem como a “legitimidade e o respeito das diversas correntes políticas e ideológicas. Esses dois

⁸⁴DE LUCA TAMAJO, Raffaele. Profili giuridici delle prassi neocorporativi. In: DIRITTO del lavoro e corporativismi: ieri e oggi, cit., p. 615.

⁸⁵PLÁ RODRIGUEZ, Américo. op. cit., p 245-246.

⁸⁶BARROS JR., Cássio Mesquita. Desempleo y concertación social. In: ENCUESTRO IBEROAMERICANO DE DERECHO DEL TRABAJO. Uruguay: Ed. Puebla 1987. p. 36.

elementos concorrem para a criação de uma sociedade livre e complexa que o Estado deve reconhecer e respeitar como tal".⁸⁷ Adicionalmente, pode-se situar o fenômeno na transição da democracia representativa, na qual o povo delega periodicamente sua soberania, seu poder de decisão e de controle, para a democracia participativa, na qual intervêm ativamente as partes sociais no grande confronto político nacional.⁸⁸

2.2. Partes e objeto da concertação social

As partes da concertação são o Estado e os interlocutores sociais. Nesse sentido, afirma-se que a concertação é um acordo tripolar e não meramente tripartite, para destacar que na concertação o governo não se limita a desempenhar um papel de árbitro ou mediador, mas atua como uma parte a mais: contrai compromissos, persegue determinados objetivos e discute na negociação como qualquer outro interlocutor⁸⁹ em pé de igualdade com os demais, desempenhando também o papel de garantidor.

Assim, o governo não se vale da posição de supremacia que lhe compete em razão da defesa do interesse geral, nem os sujeitos coletivos fazem uso de sua autonomia contratual para conseguir um efeito contratual, com a pretensão de vincular o governo ao seu cumprimento, mas ambos cooperam paritariamente na busca de uma solução compartilhada dentro da qual são sintetizados e encontram recíproca satisfação tanto o interesse geral quanto o coletivo.⁹⁰

Não obstante, a participação do governo e dos atores sociais em experiências de concertação social apresenta algumas questões importantes. No que diz respeito ao Estado, a sua intervenção terá como limite o respeito à manutenção das condições essenciais de funcionamento do sistema neocapitalista, cuja estratégia coloca em primeiro plano a obtenção do benefício necessário para a reprodução do sistema, de forma a fomentar novos processos de acumulação do capital.⁹¹

⁸⁷ PLÁ RODRIGUEZ, Américo. op. cit., p. 254-255.

⁸⁸ RAZO DELGUE, Juan. *Los pactos sociales y el desempleo*. Texto apresentado como tese ao Congresso Internacional de Direito do Trabalho de Santos, de 21 a 24 de maio de 1986. p. 16.

⁸⁹ PLÁ RODRIGUEZ, Américo. op. cit., p. 246.

⁹⁰ MARESCA, Arturo. *Concertazione e contrattazione. Argomenti di Diritto del Lavoro*, Padova, n. 2, p. 200, 2000.

⁹¹ MORENO VIDA, Maria Nieves. *Los pactos sociales en el derecho del trabajo*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 1989. p. 27.

No que tange aos sindicatos, eles agora cumprem uma dupla função de agente econômico e negociador e como veículo de participação social e política em todos os âmbitos da sociedade. E essa dupla função apresenta ao sindicato uma dialética conflitiva em dois aspectos. De um lado, trata-se de uma dialética “interna”, na medida em que a função de representação de interesses da classe pode estar em contradição com a função política do sindicato, uma vez que a assunção de compromissos, de forma a melhor integrar o trabalhador socialmente e a colaborar para a estabilização da sociedade que justamente se pretendia questionar e transformar. Por outro lado, vislumbra-se também uma dialética “externa”, que traz novamente à tona a eterna tensão entre sindicato e partido político, na medida em que a concertação social em certa medida subtrai de funções outorgadas aos mediadores políticos clássicos (os partidos políticos) em favor das grandes organizações de interesse socioeconômico.⁹²

E assim tais organizações, ao atuarem como atores político-constitucionais, se interessam por interpenetrar os centros de decisão, em influir e mediar a partir da perspectiva dos seus interesses setoriais o conteúdo de suas decisões políticas. Como consequência, sistema político e sistema social se retroalimentam de maneira positiva, e criam um Estado que tende a executar suas políticas mediante o consenso dos seus destinatários e que por esse motivo adquire a qualificação de autêntico Estado Social e Democrático de Direito.⁹³

A doutrina reconhece que a concertação social é por definição tripolar, mas esclarece que os pactos que são seus instrumentos podem ser tanto bipartites como tripartites. Os pactos sociais bipartites são celebrados pelos dois interlocutores sociais sem a intervenção do Estado, como por exemplo o Acordo Marco Interconfederal Espanhol (AMI). Os pactos sociais tripartites são celebrados pelas duas partes e pelo governo, como por exemplo o Acordo Nacional de Emprego (ANE) espanhol. Entretanto, mesmo quando o Estado não intervém oficialmente como parte, muitas vezes estimula o pacto social fornecendo o local de reunião, as informações necessárias e o pessoal de secretaria. Não obstante, a variedade dos casos práticos é tão grande que o Acordo Econômico Social firmado no Uruguai em outubro de 1984 tem uma parte de caráter bipartite e outra de caráter tripartite.⁹⁴

⁹²MORENO VIDA, Maria Nieves. op. cit., p. 35; 36.

⁹³GALLEGO MORALES, Angel J. Exclusividad parlamentaria y vias de integración. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord.). op. cit., p. 51.

⁹⁴ERMIDA URIARTE, Oscar. Introducción al estudio de la concertación social. In: LA CONCERTACIÓN social: estudios en homenaje al professor Américo Plá Rodríguez. Montevideo: Amalio M. Fernandez, 1985. p. 33.

O qualificativo social delimita o objeto do acordo. Deve versar a respeito de aspectos sociais e econômicos, em sua mais ampla dimensão. Trata-se de assuntos que muitas vezes poderiam ser regulados por meio de um contrato coletivo de trabalho *latu sensu*, mas que as partes sociais, para melhor defesa dos interesses por elas tutelados, consideram conveniente integrá-los por regras que apenas podem ser criadas pelo poder público (local ou central).⁹⁵

Vale a pena ressaltar que o âmbito social não possui um conteúdo estrito, uma vez que não existe uma definição lógica de caráter operativo, que sequer a limite exclusivamente às relações de trabalho em sentido estrito, quais sejam, as relações de trabalho na empresa. De qualquer forma, verifica-se que a política social se desenvolve em um espaço que é o do compromisso entre lógicas e agentes. Para o Estado, a intervenção no social costuma ser generalização, enquadramento, com fundamento em uma lógica de coesão e integração social. Para os empresários, o social refere-se à lógica da gestão da mão de obra e da concorrência. Para os trabalhadores e suas organizações, o social atende a uma reivindicação de proteção contra os riscos sociais e promoção de maior justiça social.⁹⁶

Assim, do Estado provêm recursos econômicos e normativos (na forma decisões destinadas a tornarem-se lei ou regulamento administrativo, ou à transferência às partes sociais de competências que resultam na ampliação do poder dispositivo das mesmas). Das partes sociais provêm as utilidades relativas aos comportamentos que elas assumem dentro do espírito de concertação.⁹⁷ Da combinação e do peso diverso que os possíveis conteúdos podem assumir dentro de uma experiência concreta de concertação social será possível aferir a qualidade do intercambio realizado pelos parceiros sociais, o seu equilíbrio e eficiência como fator de estabilização e integração política, econômica e social.⁹⁸ Ainda que não possam ser enumerados todos os objetos possíveis, há alguns que ficam à margem da concertação: os culturais, os internacionais e os propriamente políticos.

Dependendo do seu conteúdo, a concertação social pode assumir três modalidades: (i) processuais, que fixam as regras do jogo para melhor desenvolvimento das relações de

⁹⁵MARESCA, Arturo. op. cit., p. 199.

⁹⁶CAIRE, Guy. Regulación y dialogo social: el punto de vista de los sindicatos. In: ESPINA, Alvaro (Coord.). op. cit., p. 228; 252.

⁹⁷LISO, Francesco. Contenidos y objetivos de la concertación social. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). op. cit., p. 99.

⁹⁸TREU, Tiziano. *La concertazione*. In: MONTUSCHI, Luigi (a cura di). *Un diritto in evoluzione: studi in onore a Yasuo Suwa*. Milano: Giuffrè, 2007. p. 652.

trabalho (“convenios para convenir”); (ii) substantivas, que se referem não aos trâmites, mas aos benefícios, como, por exemplo, as regras que introduzem novos rumos em relação às condições de trabalho, as que incorporam regras referentes ao financiamento do sistema de segurança social ou aos seus benefícios; e (iii) sócio-econômicas, que procuram conjugar a política de relações de trabalho e a interação dos atores sociais com a política econômica, fiscal e previdenciária do governo. Os exemplos mais conhecidos de concertação são do último tipo mencionado, por conjugarem temas trabalhistas, de segurança social, de preço e de custo de vida, tributários e de funcionamento dos serviços públicos.⁹⁹

Além dos objetos imediatos da concertação social acima mencionados, existe também um importante objeto mediato. Com efeito, ao estipularem pactos sociais, o governo e os atores sociais trocam entre si uma mesma mercadoria: a legitimidade recíproca. Com efeito, os sindicatos da Europa meridional, especialmente aqueles saídos de longos períodos de ditadura totalitária, solicitavam que fossem a eles garantido um novo papel na nova sociedade democrática. Tal garantia também vinha solicitada dos sindicatos da Europa central e oriental, os quais, após a queda dos respectivos regimes, se encontravam em um cenário de profundas reformas neoliberais.

Em ambos os casos, para alguns sindicatos havia ainda o problema do vínculo no passado com regimes comunistas, o que se tornava mais uma fonte de preocupação no que tange à sua legitimação e aceitação. Os governos, por sua vez, empenhados nas primeiras fases da delicada tarefa de enraizarem-se em uma democracia ainda jovem, desejavam demonstrar possuir vínculos com a sociedade civil, bem como assegurar-se que o movimento sindical, potencialmente forte, unisse forças com os defensores, mais do que com os subversores da nova ordem política.¹⁰⁰

Outro objeto mediato da concertação social é a busca da paz nas relações de trabalho. Nesse sentido, se por um lado todo tipo de acordo celebrado no vértice do sistema negocial das relações de trabalho implica um enquadramento das áreas a debater nos níveis inferiores de negociação e, em consequência, de uma diminuição do nível de conflituosidade nas relações de trabalho, por outro lado existem múltiplas vias e

⁹⁹PLÁ RODRIGUEZ, Américo. op. cit., p. 248.

¹⁰⁰CROUCH, Colin. Non amato ma inevitabile il ritorno al corporatismo. *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*, Milano, anno 20, n. 77, p. 69, 1998.

alternativas para para incentivar a paz laboral e que poderiam ser melhor exploradas, tais como o reforço dos meios extrajudiciais de composição de conflitos.¹⁰¹

De qualquer maneira, vale a pena ressaltar que o intercâmbio realizado em sede concertativa não se exaure na definição de objetivos comuns, mas também deveria resultar em mútua colaboração para a realização dos mesmos, sendo tal colaboração um teste decisivo para avaliar a utilidade da concertação social como instrumento de governabilidade, seja para os representantes dos trabalhadores e dos empregadores, seja para o poder público. Com efeito, a fraqueza implementativa constitui uma das razões para o déficit operativo e político da concertação social em muitos países.¹⁰²

Uma analogia com um conceito da teoria musical ajuda a sintetizar os aspectos até agora abordados a respeito da concertação social, nos seguintes termos:

“Assim, um concerto é uma longa peça musical para os distintos membros de uma orquestra que estão, de um lado, competindo um com outro (do significado da palavra latina *concertare* = competir contra), enquanto de outro lado estão, sobretudo, obrigados a cooperarem entre si. (...) Agora bem, como é sabido, um concerto pode adquirir formas muito diferentes, pode ter diversos objetivos, e métodos especiais de execução, como esses: i) pode ser uma execução autoritária, sob a severa direção de um regente ditatorial (...) em contraste, a maioria das representações musicais voluntárias produzem bons resultados, porque cada um está pessoalmente motivado; ii) frequentemente a partitura está claramente escrita, mas existem também concertos onde os participantes têm a oportunidade de expressar sua própria interpretação musical (...) iii) em alguns concertos dominam fortes instrumentos solistas, como trompas, trompetes, oboés etc, ou mesmo delicados instrumentos de corda. De novo aqui, em outros concertos, os instrumentos estão tão sintonizados e ordenados que cada instrumento possui um efeito igual; (iv) todos nós conhecemos essas orquestras, por exemplo, onde a música de câmara é representada por pequenos conjuntos, mas também existem orquestras muito grandes, com muitos instrumentos e músicos, aqui, o melhor exemplo é a orquestra sinfônica clássica; e v) o objetivo de todos esses tipos de concerto é basicamente o mesmo: criar um ambiente agradável, e criar uma aparência de que as dificuldades estão se diluindo. Mas isso nem sempre é possível: alguns concertos acabam com notas desarmônicas, tanto que se pensa que talvez tivesse sido melhor nem tocá-las”.¹⁰³

¹⁰¹ DEL REY GUANTER, Salvador. Concertación social y paz laboral: componentes jurídicos. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). op. cit., p. 196-197.

¹⁰² TREU, Tiziano. *La concertazione*, cit., p. 654.

¹⁰³ ZACHERT, Ulrich. Formas de participación estatal en la concertación social. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). op. cit., p. 163.

2.3. Diferenças entre concertação social e negociação coletiva de trabalho

Inicialmente, vale a pena ressaltar que, além das vantagens específicas a cada um dos sujeitos das relações de trabalho, tanto trabalhadores quanto empregadores podem vislumbrar uma vantagem comum na criação de organizações sindicais para a defesa de seus interesses, qual seja, a drástica economia, para ambas as partes, dos custos de transação: a exigência de rapidez, segurança e simplicidade para a constituição de relações individuais de trabalho é satisfatoriamente atendida pela negociação amalgamada das condições de trabalho que posteriormente se refletem de maneira mais ou menos automática nos contratos individuais de trabalho.¹⁰⁴

Também vale a pena observar que a opção dos trabalhadores pelo “método da sanção legislativa” ou pela contratação coletiva de trabalho dependerá da evolução de fatores econômicos, sociais e sobretudo políticos dos respectivos sistemas de relação de trabalho, o que configura uma verdadeira “zona sísmica” do direito coletivo do trabalho, constituída pela dinâmica entre método autônomo e método heterônomo de produção jurídica, e pela sobreposição entre lei e contrato coletivo de trabalho “latu sensu”, a qual poderá ser identificada não apenas na influência que a lei exerce quanto à determinação da estrutura da contratação coletiva de trabalho, mas também no que tange às matérias, que podem ser reguladas tanto pela lei quanto pela negociação coletiva de trabalho.¹⁰⁵

Em relação a esse último aspecto, podem ser identificados três modelos: (i) o promocional, por meio do qual a lei consolida os conteúdos da contratação coletiva de trabalho e ao mesmo tempo constitui para ela um trampolim; (ii) o institucional, que constitui os mecanismos de representação política de interesses profissionais, por meio de uma estratégia que privilegia os sindicatos centrais e institui centros públicos portadores do momento de pré-mediação ou mediação propriamente dita; e (iii) a democracia industrial, que instituiu mecanismos de representação dos interesses dos trabalhadores, os quais passam a conviver com as suas tradicionais instâncias representativas. Os três modelos partem da constatação da perda do consenso social e buscam recuperá-lo, por meio do

¹⁰⁴ ICHINO, Pietro. *Il contratto di lavoro*. Milano: Giuffrè, 2000. p. 151.

¹⁰⁵ VENEZIANI, Bruno. Legge e contrattazioni. Modelli de comparazione. *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*, Milano, anno 3, n. 12, p. 625; 643, 1981.

aproveitamento, em formas diversas, da generalidade da lei e da elasticidade do negócio jurídico coletivo.¹⁰⁶

De qualquer modo, a escolha entre o método autônomo ou heterônomo pelo sindicato permite identificar a estratégia por ele adotada em relação ao circuito tratativas-conflito-negociação que confere racionalidade ao sistema. Todavia, para que a recuperação do consenso social (requisito basilar da concertação social) seja bem sucedida, recomenda-se que as esferas relativas à concertação social e à negociação coletiva de trabalho sejam definidas da forma mais clara possível, para que o consenso não seja resultado de uma política de aquiescência não conflitual por parte dos sindicatos.¹⁰⁷

Dito isso, apesar de a concertação social e a negociação coletiva de trabalho serem meios para se chegar a uma norma e poderem ser praticadas pelos mesmos atores sociais, e apesar de a tradição européia em geral partir do pressuposto de que a heteroregulamentação das relações de trabalhista é perigosa e potencialmente ineficaz, e por esse motivo historicamente ter apoiado atuações triangulares explícitas ou implícitas entre os interlocutores sociais e o governo,¹⁰⁸ concertação social e negociação coletiva de trabalho diferem quanto aos pólos, métodos de deliberação, procedimento, objeto e resultado.

Com efeito, quanto aos pólos, a negociação coletiva de trabalho é bipolar (trabalhadores e empregadores coletivamente considerados), enquanto a concertação social é tripolar (Estado e organizações de trabalhadores e de empregadores).¹⁰⁹ Especificamente em relação ao Estado, verifica-se ser este um agente necessário mas não suficiente na concertação social, uma vez que ela não acontecerá a menos que exista uma deliberada intervenção por parte das autoridades públicas, mas essa intervenção não é suficiente para obter a concertação. Ademais, cumpre ressaltar que a função do Estado é genérica e não específica: existem numerosas diferenças entre os países quanto à atuação específica do Estado, mas uma semelhança geral quanto à presença do Estado enquanto tal. Observa-se também que a função do Estado na concertação social é dinâmica: independentemente da

¹⁰⁶VENEZIANI, Bruno. op. cit., p. 645.

¹⁰⁷Id. Ibid., p. 654; 669.

¹⁰⁸TREU, Tiziano. Negociación colectiva, consulta/concertación, negociación política. In: ESPINA, Alvaro (Coord.). op. cit., p. 305.

¹⁰⁹ERMIDA URIARTE, Oscar. Diferencias con los “pactos sociales” o “acuerdos marco”. In: _____; VILLAVICENCIO, Alfredo; CORTÉS, Juan Carlos (Orgs.) *Derecho colectivo del trabajo: materiales de enseñanza*. Lima: Ed. Pontificia Universidad Católica del Peru, 1998. p. 167.

função ou da atuação em um país determinado, ambas mudam com o tempo, desde o início das negociações e através das distintas etapas do processo.¹¹⁰

Ainda no que tange à posição assumida pelo Estado na concertação social, a doutrina identifica situações em que, apesar de trilateral, o Estado, nas etapas iniciais do procedimento de concertação, negocia separadamente com cada um dos parceiros sociais, sendo necessário para a sua conclusão o parecer simultâneo das três partes (concertação trilateral não contextual). Também se verificaram exemplos de concertação social em que houve a redução da composição de uma das partes, ainda que estejam presentes as três (concertação parcial subjetiva).¹¹¹

Também podem ser identificadas algumas diferenças no que se refere à forma de atuação dos sindicatos na concertação social. Dessa forma, é possível falar em formas de concertação social dependentes de movimentos sindicais poderosos, articulados e centralizados (tal como ocorreu na Áustria, Escandinávia e Bélgica), e outras formas baseadas em movimentos sindicais mais fracos cuja articulação dependia muito mais da força de um sindicato dominante em um setor exposto do que de uma confederação centralizada e poderosas organizações empresariais (situação exemplificada pela Alemanha, Suíça e Países Baixos, este último a partir da década de 1980).¹¹²

Quanto aos métodos de deliberação, a negociação coletiva de trabalho utiliza a regra da maioria, enquanto na concertação social as decisões são tomadas na maior parte dos casos pelo consenso unânime dos parceiros sociais.¹¹³ Por se tratar de uma contratação de cúpulas, não existe espaço para amplas consultas, votações e deliberações, sendo a concertação social um procedimento muito rápido e secreto, quase que uma “guerra relâmpago”.¹¹⁴ Por esse motivo, deve-se ter cautela na busca de consenso e no uso da concertação social a qual, a princípio, é útil quando a matéria envolve exclusivamente interesses representados pelos grupos organizados, que requerem uma atuação pública essencialmente com o intuito de tornarem eficazes os seus entendimentos.¹¹⁵

¹¹⁰SCHMITTER, Philippe C. La concertación social en perspectiva comparada, cit., p. 67.

¹¹¹OJEDA AVILES, Antonio. El bilateralismo como respuesta (imprópria) a la crisis de la concertación. In: _____ (Coord). op. cit., p. 174.

¹¹²CROUCH, Colin. Relaciones sindicales in Europa: ¿del conflicto a la concertación? In: ESPINA, Alvaro (Coord.). op. cit., p. 61.

¹¹³SCHMITTER, Philippe C. El corporatismo ha muerto, ¡larga vida al corporatismo! In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). op. cit., p. 30.

¹¹⁴TREU, Tiziano. *Contratação colectiva e relações industriais*. Lisboa: Associação portuguesa dos gestores e técnicos de recursos humanos, 1984. p. 138.

¹¹⁵VALLEBONA, Antonio. Interesse generale e concertazione. *Argomenti di Diritto del Lavoro*, Padova, n. 1, p. 2, 2008.

Quanto ao procedimento, observa-se que a negociação coletiva de trabalho possui um procedimento fixado em lei ou convencionalmente, enquanto inexistente um procedimento para se realizar a concertação social: cada caso é um caso. A concertação social não é sofrida pelas partes sociais nem imposta a elas, mas deve ser aceita tanto na fase de entendimentos quanto no seu ulterior desenvolvimento, deve sempre exercer um razoável grau de atração sobre aqueles que dela participam. Por esse motivo, um dos principais perigos que podem atingir a concertação social é justamente a sua burocratização, que terminaria por transformá-la de um espaço de substancial e produtivo confronto entre interesses distintos em um formalismo cumprido pelo governo devido aos compromissos assumidos, mas sem estar submetido ao impulso que apenas as partes sociais conseguem oferecer.¹¹⁶

Adicionalmente, a ausência de um excesso de formalização permitirá ao sistema de relações de trabalho ser flexível e capaz de adaptar-se às mudanças na estrutura produtiva e de acolher em seu próprio interior os novos interesses e as novas identidades que com o tempo surgem. Os sindicatos, a partir da sua capacidade de converter-se em intérprete e canal de representação de distintos interesses e diversos grupos, poderão acumular o patrimônio de consenso que posteriormente apresentará ao governo na mesa de negociações.¹¹⁷

Quanto ao objeto, a negociação coletiva de trabalho visa apenas o interesse coletivo dos grupos envolvidos (empresa, grupo de empresas ou sindicato patronal de um lado e, de outro, entidades representantes dos trabalhadores), sendo que desta negociação poderá resultar não uma convenção ou acordo coletivo de trabalho, conforme o nível de negociação realizado. Em outras palavras, a negociação coletiva de trabalho diz respeito às relações coletivas de trabalho, tanto do ponto de vista normativo quanto obrigacional, enquanto o objeto da concertação social é mais amplo: vai além das relações coletivas de trabalho e diz respeito à toda a comunidade, tratando-se de interesse geral, quase-público, e não interesse coletivo.

Quanto ao resultado, na negociação coletiva de trabalho exige-se um instrumento por escrito (convenção ou acordo coletivo de trabalho), o que nem sempre se verifica na concertação social, que poderá ou não resultar na celebração de um pacto social, que pode

¹¹⁶MARESCA, Arturo. op. cit., p. 208.

¹¹⁷GAROFALO, Mario Giovanni. Naturaleza jurídica de la concertación social. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). op. cit., p. 63.

assim ser considerado como a expressão formalizada da concertação social e o resultado da negociação trilateral (ou decisão conjunta) entre Estado e os parceiros sociais.¹¹⁸ Não obstante, em muitos exemplos de concertação social não existe um contrato formal provido de sanção: trata-se de algo menos vinculante e mais flexível, uma política consensual que se torna exequível em virtude da convergência das vontades dos parceiros sociais (empregados, empregadores e Estado), em um claro sinal de autonomia dos entes que dela participam.¹¹⁹

Outro aspecto importante que diferencia as convenções e acordos coletivos de trabalho dos pactos sociais é a coercitividade, já que os primeiros, como normas jurídicas, são coercitivos, enquanto os pactos sociais são destituídos de sanções, embora se apresentem como compromissos morais entre os interlocutores sociais e o governo.¹²⁰ Se com a realização de um contrato coletivo de trabalho *latu sensu* aperfeiçoa-se um acordo que vincula os sujeitos estipulantes aos quais não resta nenhum espaço que o reservado ao seu exato cumprimento, com os pactos sociais são definidos programas de ação que comprometem, no plano político, governo e partes sociais a assumirem comportamentos nos respectivos âmbitos de competência, e a exercitarem os poderes dos quais cada um deles é titular para obtenção dos objetivos negociados entre as partes.

Nesse sentido, o cumprimento por parte dos atores sociais dos acordos dependerá da capacidade que os negociadores tenham de obrigar que seus órgãos e filiados cumpram o quanto for estipulado, o que se relaciona diretamente às regras contidas nos estatutos sindicais. Por parte do governo, a capacidade de executar o acordado é dada pelo seu interesse em manter a concertação social, por ser o primeiro interessado em mantê-la, por se tratar da parte mais beneficiadas pelos pactos firmados. Portanto, a força vinculante depende tão somente da vontade das partes de manter viva a concertação que resultou nos pactos sociais. Essa força existirá na medida em que interesse às partes a existência de um sistema concertativo, no momento em que deixe de interessá-las, essa força acabará.¹²¹

Trata-se de uma cogência qualitativamente diversa, a ser analisada no plano político, na medida em que a omissão do governo pode ser sancionada pelas partes sociais

¹¹⁸MORENO VIDA, Maria Nieves. La naturaleza jurídica de los pactos sociales. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). op. cit., p. 75.

¹¹⁹MAGANO, Otávio Bueno. Participação, concerto, acordos sociais nas relações trabalhistas contemporâneas – direito dos trabalhadores à informação – a participação dos trabalhadores por métodos diferentes da negociação coletiva. *Revista do Direito do Trabalho*, São Paulo, v. 11, n. 62, p. 69, jul./ago. 1986.

¹²⁰NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Iniciação ao direito do trabalho*. 29. ed. São Paulo: LTr, 2003. p. 96.

¹²¹GORELLI HERNANDEZ, Juan. La fuerza de obligar de los pactos concertados. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). op. cit., p. 93.

por meio da retirada do consenso (ou simplesmente a ameaça de retirá-lo) à ação do Poder Executivo, de modo a enfraquecer significativamente as possibilidades de sucesso, cujo exemplo mais radical seria a convocação de uma greve geral.¹²² A falta de vinculatividade formal dos pactos sociais exclui, a princípio, qualquer problema de legitimidade constitucional, mas deixa aberto o problema do real funcionamento da democracia, para que se busque o consenso socialmente útil, e não simplesmente o consenso de grupos privilegiados enquanto tais.¹²³

2.4. Condições para a realização da concertação social

A possibilidade de funcionamento inspirado no tripartismo requer não apenas autonomia dos parceiros sociais e a sua independência, mas também a definição do objeto da contratação e a existência de vontade política de se alcançar um acordo.¹²⁴ Deve também ser criada uma rede concertativa constituída de uma série de coordenadas setoriais e territoriais, capaz de acompanhar, influenciar e condicionar cada decisão relevante, o que sugere um modelo em que o sistema da representação política dialogue com aquele da representação de interesses, pois “a concertação é, de per si, manca se não se completa com a outra, constituída pela disciplina da contratação e da representação/representatividade sindicais”.¹²⁵

Um dos principais fatores para a realização da concertação social é a existência de uma estrutura sindical centralizada, composta de sindicatos fortes, disciplinados e representativos, capazes de conjugar os planos micro e macro e de discutir questões que lhes digam respeito direta e indiretamente. Outros fatores importantes para a concertação social são a consciência dos parceiros sociais quanto à existência de um problema social grave que exige a tomada de medidas; bem como a vontade dos envolvidos de chegar a um acordo, eis que se uma das partes não o deseja seria inútil tentá-lo.¹²⁶

¹²²MARESCA, Arturo. op. cit., p. 204; 206.

¹²³VALLEBONA, Antonio. op. cit., p. 2-3.

¹²⁴ANASTASI, Alessandro. Sindacato, tripartitismo, concertazione sociale e riforme economiche: il “caso Polônia”. *Il Diritto del Lavoro*, Roma, ano 71, p. 331, lugl./ago. 1997.

¹²⁵CARINCI, Franco. Storia e cronaca di una convivenza: parlamento e concertazione. *Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico*, Milano, v. 50, n. 1, p. 69, 2000.

¹²⁶PLÁ RODRIGUEZ, Américo. op. cit., p. 251-252.

Adicionalmente, registra-se que outro fator de sucesso para a concertação social é a existência de um governo eficaz e estável no qual a sociedade civil deposita confiança de cumprir compromissos assumidos. Tal governo não necessariamente pró-trabalhador (uma vez que nem todos os governos sociais-democratas praticaram a concertação social, e porque esta aconteceu na presença de alternância política e com governos de centro-direita),¹²⁷ bastando, todavia, que não seja anti-trabalhador. Um último fator relevante para a concertação social é a existência de um marco institucional adequado, expressão deliberadamente imprecisa integrada por vários elementos indispensáveis, dentre os quais, a existência de um ambiente que permita desfrutar as liberdades civis e políticas.¹²⁸

Ao analisar a existência de tais condições para a realização da concertação social após a Segunda Guerra Mundial, verifica-se que o dogma econômico do *laissez-faire* que conduziu à catástrofe do conflito mundial não seria mais tolerado e as vicissitudes do mercado teriam que ser controladas. E assim, uma nova e estável forma de acumulação de capital e um novo paradigma harmonioso relações de trabalho pareciam começar no pós Segunda-Guerra Mundial. Essa fase, denominada por muitos como “Era de Ouro” do capitalismo, que efetivamente proporcionou importantes avanços econômicos e sociais, somente terminaria na década de 1970, com eventos econômicos, políticos e sociais que marcaram o início de uma nova fase na história da humanidade.

A literatura especializada entende que a “Era de Ouro” possui três pilares. O primeiro deles se refere ao fato de que as políticas públicas a partir do pós-Segunda Guerra teriam que priorizar o pleno emprego ou ao menos evitar o desemprego em massa. E, dessa forma, altas taxas de crescimento teriam que acompanhar altas taxas de emprego e melhoria do padrão de vida pelos menos para a maioria dos trabalhadores em economias capitalistas avançadas.¹²⁹

O segundo pilar diz respeito ao papel crucial que a dimensão internacional teve na garantia de estabilidade no pós-guerra. Nesse contexto, a *pax americana*, um sistema que garantiu aos Estados Unidos da América até a década de 1970 a hegemonia militar (que proporcionou intervenções militares em países como Coreia em 1951, Irã em 1953, Guatemala em 1954 e Líbano em 1957), política e econômica (através da assinatura e implementação dos acordos de Bretton Woods, no qual se fixou a paridade entre o ouro e o

¹²⁷TREU, Tiziano. *La concertazione*, cit., p. 657.

¹²⁸PLÁ RODRIGUEZ, Américo. op. cit., p. 253.

¹²⁹MUNCK, Ronaldo. *Globalization and labour: the new “great transformation”*. London: ZED Books, 2002. p. 26.

dólar, e da expansão sem precedentes das empresas norte-americanas por meio das então denominadas multinacionais).¹³⁰

O terceiro e último pilar foi sem dúvida a organização sindical existente naquela época, na qual os sindicatos no Ocidente buscavam representação política dentro do Estado, sob a premissa de que o conflito entre capital e trabalho poderia ser administrado em benefício tanto dos trabalhadores quanto dos empregadores, à luz da legitimidade da representação dos trabalhadores e da preferibilidade do compromisso sobre o conflito. E dessa forma o direito de associação dos trabalhadores foi um importante fator para o consenso da época.¹³¹

Registre-se também que durante a década de 1970 a progressiva institucionalização da mobilização coletiva fortaleceu os sindicatos; tal fato claramente limitou as escolhas apresentadas aos governos e aos empregadores para enfrentar os desafios do desemprego, da inflação crescente e da recessão que se apresentavam naquela época. Na falta de melhor alternativa, em muitos países os governos e os empregadores passaram a considerar a participação dos sindicatos na definição de políticas econômicas como uma “solução de segunda classe” e por esse motivo a década de 1970 pode ser considerada a década da concertação social.¹³²

Com efeito, pode ser vislumbrada uma clara e amplamente aceita transformação no campo de atuação do sindicato que, das reivindicações fundadas no local de trabalho e relativas sobretudo ao salário, às horas de trabalho, à organização do trabalho e às instituições de representação no local de trabalho; ampliou-se para pedidos centrados no Estado e relativos à reforma dos sistemas de assistência e previdência social, à planificação, orientação e controle dos investimentos e à criação de linhas políticas que visem assegurar a redução das desigualdades sociais e o aumento da ocupação.¹³³

Com base nesses três fundamentos, durante a “Era de Ouro” a reconstrução de sociedades devastadas pela Segunda Guerra Mundial prevaleceu sobre as diferenças políticas e sociais, em certa medida, e temporariamente houve uma mudança de paradigmas nas esferas econômica, social e política, em um consenso que ficou conhecido como Estado do Bem Estar Social. Tal regime simultaneamente conjuga tendências a aumentar a qualidade de vida da população, a desenvolver as habilidades da população e a

¹³⁰ I MUNCK, Ronaldo. op. cit., p. 27.

¹³¹ MUNCK, Ronaldo. *Globalization and labour: the new “great transformation”*, cit., p. 28.

¹³² LANGE, Peter. op. cit., p. 199.

¹³³ Id. Ibid., p. 200.

exercer o controle social sobre o jogo cego das forças de mercado, ao mesmo em que convida os cidadãos a se adaptarem às exigências da economia capitalista.¹³⁴

Nesse determinado momento histórico vivenciado por vários países da Europa Ocidental, a concertação social foi a via política que permitiu a solução de um problema de mercado, bem como a reconfiguração desse mesmo mercado em uma escala mais eficiente. Tal intervenção estatal na economia não poderia ser feita de maneira eficiente sem a participação dos setores afetados uma vez que, após a Segunda Guerra Mundial, a democratização dos sistemas eleitorais ergueu produtores e trabalhadores a um novo e fundamental substrato social da política. Como bem esclarece Alejandro Gallart Folch:

“Com efeito, depois de mais de um século de vida, o sindicato obreiro, instituição que aparecera modestamente como concretização de clandestinas liberdades proletárias e cujos primeiros resultados positivos se reduziram a fazer triunfar, apenas parcialmente, limitadas reivindicações sobre organização do trabalho, gravita hoje consideravelmente nos movimentos de opinião sobre os problemas centrais do mundo moderno, pois ainda que se invoque que tais organismos não possuem título para fazê-lo senão em matérias de índole econômica ou social, as de tal natureza preenchem, em nossos dias, a maior parte da que consideramos como esfera política”.¹³⁵

O Estado do Bem-Estar Social, assim, foi o resultado da aplicação desse novo paradigma político, e seu impacto sobre a política econômica foi irreversível, uma vez que os sistemas de seguridade social se encaixavam apenas parcialmente dentro da doutrina keynesiana, na medida em que seus institutos deixavam de ser meros estabilizadores de demanda agregada (tais como a proteção contra o desemprego), por resultarem em tendências acumulativas de crescimento da demanda a longo prazo.¹³⁶

O fim da “Era de Ouro” na década de 1970, ocasionado pelo colapso do sistema financeiro de Bretton Woods em 1974, os choques do petróleo em 1974-1975, a ascensão dos governos Reagan e Thatcher e suas correspondentes políticas neoliberais no final da década e a queda dos regimes socialistas no Leste Europeu no final da década seguinte, levou ao nascimento da fase da globalização atual, que agravou o processo de exclusão social.

¹³⁴REGINI, Marino. Introduction: the past and future of social studies of labor movements. In: _____ (Ed.). *The future of labour movements*. London: Sage, 1992. p. 5.

¹³⁵GALLART FOLCH, Alejandro. El sindicalismo como fenómeno social y problema jurídico. Buenos Aires: Victor P. de Zavalia Editor, 1957. p. 225.

¹³⁶ESPINA, Alvaro. op. cit., p. 18; 19; 35.

Mesmo após o impacto das transformações políticas, econômicas e sociais vivenciadas em meados da década de 1970, políticas de bem-estar social continuaram a serem implementadas, mas sem a existência de sólidas instituições e do compromisso político que tradicionalmente as sustentavam. O capital financeiro começava a se libertar da economia “real”, a lógica do mercado começava não apenas a preponderar, mas a se expandir para outros setores da vida social. Com efeito, a globalização econômica e o processo de reestruturação produtiva inauguraram uma nova forma de organização industrial, bem como impactaram profundamente a vida social e política a partir de então.¹³⁷

Nesse cenário, e a despeito das difíceis condições políticas e sociais da década de 1970, os sindicatos se beneficiaram de um círculo virtuoso, por meio do qual os governos e os empregadores os tratavam como parceiros na negociação e implementação de políticas macroeconômicas, e esse *status* publicamente confirmado, por sua vez, ajudava os sindicatos a obterem a adesão dos trabalhadores à organização sindical e à orientação política adotada pelo sindicato, em uma dinâmica auto-sustentável de troca política.¹³⁸

Dentre as espécies de troca política entre sindicato e o sistema político-estatal, destaca-se a espécie de troca política neocorporativa, na qual a separação entre a afirmação e composição dos interesses coletivos expressos por meio da ação sindical e os seus reflexos na esfera pública resulta são mais evidentes.¹³⁹ Verifica-se, assim uma importante mudança na postura adotada pelo sindicato, que em sua origem era instrumento de auto-defesa da classe e não órgão de colaboração, e que viveu e se desenvolveu por muito tempo em um ambiente insolidário de luta clandestina, sob um regime jurídico que objetivava asfixiá-lo.¹⁴⁰

A perspectiva neocorporativista que floresceu nas décadas de 1970 e de 1980 focou especificamente nas diferenças históricas a respeito do modo pelo qual as organizações sociais emergiram e o modo pelo qual elas continuam a afetar o desempenho econômico, principalmente nos países de economia avançada. Tal perspectiva sugeriu que a intermediação centralizada e formalizada, primariamente (mas não exclusivamente) por

¹³⁷ RODRIGUES, Iram Jacome. Transformações no mundo do trabalho e dilemas do sindicalismo. In: _____; SILVA, Josué Pereira (Orgs.). *André Gorz e seus críticos*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 207.

¹³⁸ HYMAN, Richard. Trade unions and the disaggregation of the working class. In: REGINI, Mario (Ed.). *The future of labour movements*. London: Sage, 1992. p. 157.

¹³⁹ BAGLIONI, Guido. op. cit., p. 843.

¹⁴⁰ GALLART FOLCH, Alejandro. op. cit., p. 227.

meio de associações que representam interesses de classe, setoriais e profissionais se tornou uma característica importante de muitas democracias modernas.

Como uma alternativa à intervenção e regulação diretas por parte do Estado, o “uso público dos interesses privados organizados” assume a forma de administração pública de interesses privados mediante delegação de responsabilidades públicas, devidamente autorizada e supervisionada pelo Estado. Trata-se da auto-regulação por parte dos grupos sociais de interesses especiais que ficam condicionados ao interesse público por instituições apropriadas. A especificidade dessa estratégia se fundamenta, principalmente, no tipo de interesse que será objeto de negociação e no tratamento que será dispensado a tal interesse. Nesse sentido, devem ser criadas condições para que a atuação coletiva contribua para os objetivos das políticas públicas sejam atingidos.¹⁴¹

Nesse contexto, os contratos e compromissos sociais negociados sob os auspícios corporativistas não apenas tiveram um impacto significativo nas taxas de inflação, níveis de desemprego e equilíbrio fiscal, mas também contribuíram para a governabilidade da comunidade política, por meio da síntese entre o interesse público e os interesses das partes sociais, à luz das mudanças na estrutura e na atuação sindical realizadas à época, que visaram tanto à manutenção de privilégios reconhecidos no auge do Estado do bem-estar social, quanto ao aproveitamento da oportunidade para estabelecer novos vínculos com os seus membros e para se inserir de modo mais independente no processo de formulação de políticas públicas.¹⁴²

Também cabe ressaltar que a concertação social abriu uma nova fase constitucional que influenciaria o posterior desenvolvimento das instituições políticas. Trata-se de um ‘duplo circuito’, no qual existe a soberania popular eletiva, expressa por meio do voto, e o da soberania popular participativa, expressa por meio da representação sindical. Esse duplo circuito permitiu que o sindicato também representasse o cidadão-consumidor, o cidadão-aposentado e o cidadão-desempregado. E forçou os governos da época a buscar uma legitimação tanto no plano político quanto no plano social, sendo este último capaz de se sobrepor ao consenso político não suficientemente forte e de causar a queda do próprio Poder Executivo incapaz ou impossibilitado de recuperar o consenso político.¹⁴³

¹⁴¹SCHMITTER, Philippe C.; STREECK, Wolfgang. op. cit., p. 128.

¹⁴²SCHMITTER, Phillippe C. The consolidation of democracy and representation of social groups, cit., p. 434; 436.

¹⁴³PESSI, Annalisa. op. cit., p. 1270.

O impacto que os interesses organizados efetivamente podem ter sobre o tipo de democracia vivenciada em determinada sociedade não pode ser verificado pela simples adição das organizações presentes em determinada comunidade política, uma vez que “a participação dos cidadãos não é um jogo neutro, mas uma forma concreta de se promover concepções e de se identificar com aqueles que as apóiam ou fazem alegações convincentes em sua defesa”.¹⁴⁴ Assim, deve-se levar em consideração o tipo de efeito causado pelas relações conflituais e cooperativas travadas entre elas.

As três principais dimensões a serem investigadas são: abrangência (as associações de classe, setoriais e profissionais, dentre todas as demais, tendem a fornecer as contribuições mais importantes para definir o tipo de democracia, outros interesses podem optar por outros meios que não a representação de interesses), monopólio (teoricamente um sistema democrático deveria encorajar a concorrência entre os grupos por recursos, membros, reconhecimento e acesso a autoridades, o que pode não ocorrer, daí a importância de se assegurar o respeito à autonomia privada coletiva em seus mais diversos aspectos), e coordenação (organizações isoladas tendem a ter capacidade reduzida de controle e de administração de interesses divergentes, o que traz à tona a importância das centrais sindicais e do papel que elas deverão assumir na atual conjuntura: sua capacidade de gerar comprometimento por parte de um setor social relativamente expressivo em torno de uma estratégia de ação a longo prazo).

Em relação a essa terceira dimensão, os representantes sindicais podem se encontrar em rota de possível colisão com os interesses das suas organizações, de um lado, e com os interesses do Estado, de outro. Enquanto o comportamento e os interesses dos membros do sindicato são fortemente influenciados pelas forças de mercado, os representantes estatais estão principalmente preocupados com a defesa e o desenvolvimento de suas capacidades coordenadoras hierarquizadas e com a administração burocrática do Estado.

Nesse contexto, se de um lado os governos europeus possuem menor necessidade de consenso do sindicato para suas políticas devido a uma capacidade relativamente maior de pressão por parte dos demais grupos sociais, do outro, mesmo quando solicitam cooperação, possuem maior dificuldade para fornecer os recursos materiais e simbólicos necessários para assegurá-la. Como consequência, surge a crescente dificuldade por parte

¹⁴⁴URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? *Lua nova*: revista de cultura e política. São Paulo, v. 67, p. 224, 2006.

dos governos de desenvolver um papel de “garante” dos benefícios futuros que possam ser pretendidos com a concertação social.¹⁴⁵

Essa situação pode deixar pouco espaço de manobra para os sindicatos. Eventualmente as forças de mercado podem se tornar fortes demais para serem objeto de um compromisso político; ou a concorrência eleitoral pode fortalecer demais os partidos políticos que representam os “verdadeiros” interesses dos cidadãos, o que comprometeria a estrutura concertada. Os representantes do Estado, por sua vez, preocupados com a excessiva delegação de autoridade a associações que eles não podem controlar completamente, poderão simplesmente proibi-las, por meio da lei ou de decisão judicial, que poderá ser fundamentada em leis de defesa da concorrência ou na Constituição do país.

Concretamente, o ponto de equilíbrio que poderá ser atingido dependerá de qual interesse será levado em consideração em primeiro lugar: o dos capitalistas maximizadores de lucro, os trabalhadores fortemente mobilizados, os eleitores que eventualmente se sentiram desrespeitados, os servidores públicos civis ou os juízes. Ademais, a estrutura associativa-corporativa também precisará enfrentar uma série de clivagens secundárias, dentre as quais se destaca a divergência entre os interesses que estão organizados dentro da estrutura e os interesses menos organizados, ou menos especificáveis funcionalmente, que estão fora dela.¹⁴⁶

A administração privada de interesses, ou os intermediários neocorporativos, além de serem mecanismos de implementação de políticas públicas, também são produtores de interesses de grupo. Ao contrário da imagem geralmente atribuída a essas entidades, que seriam vistas como simples “organizações voluntárias”, elas são muito mais do que receptoras passivas das preferências expressas pelos seus constituintes, uma vez que contribuem para a constituição de identidades sociais.¹⁴⁷

A observação empírica das experiências neocorporativas da década de 1970 mostrou que os interesses de grupos organizados não são dados, resultam da interação multifacetada entre a estrutura social e a estrutura organizacional. Dessa forma, o conteúdo do interesse coletivo depende tanto da maneira pela qual ele é organizado, quanto da estrutura da organização que o interesse visa representar. Essa relação pode apenas ser

¹⁴⁵REGINI, Marino. Il declinio del corporativismo nel nuovo lessico delle relazioni industriali. In: DIRITTO del lavoro e corporativismi: ieri e oggi, cit., p. 392; 393.

¹⁴⁶SCHMITTER, Philippe C.; STREECK, Wolfgang. op. cit., p. 127.

¹⁴⁷Id. Ibid., p. 128.

parcialmente definida como um processo de formação de objetivo organizacional, uma vez que, ao mesmo tempo, ela também forja uma identidade coletiva.¹⁴⁸

As coletividades que estão para atuar na esfera pública não podem ser arbitrariamente criadas por lei, elas devem possuir algum tipo prévio de identidade e de existência. A representação política de interesses é, em grande medida, um fenômeno cultural, político e humano, que não apenas torna possível a existência de uma grande república, como também se torna um importante instrumento para trazer conflitos sociais perigosos para um fórum central único, no qual poderá ser equilibrado e controlado.¹⁴⁹

Para evitar que a saída do Estado da regulação direta em prol de auto-regulações procedimentalizadas não resultasse em perda de responsividade pública, foi necessária a criação de estruturas de definição de políticas públicas cuja dinâmica institucional obtivesse a definição de interesses que sejam parcialmente compatíveis com os objetivos de políticas públicas, em outras palavras, que produzissem bens públicos para a sociedade em geral. Caso contrário, o que entendido inicialmente como a devolução de responsabilidade pública a grupos privados de interesse terminaria com uma “colonização” pluralista do Estado pelos mesmos interesses que deveriam ser submetidos à disciplina pública.¹⁵⁰

Um dado importante para a compreensão dos fatos ocorridos a partir do início da década de 1980 e das mudanças pelas quais o sindicato passou nesse período foi a entrada definitiva em cena dos novos movimentos sociais, surgidos na década de 1970. Estes novos movimentos sociais possuem como características principais: (i) a centralidade da informação (a luta pela atribuição de sentido); (ii) novas formas de organização (informal e democrática); (iii) integração do pessoal e do político; e (iv) uma consciência planetária. Apesar de tais características remontarem ao movimento trabalhista do século XIX, o seu foco de atuação (sociedade civil e não mais as relações de produção) se ampliou no último quartel do século XX.¹⁵¹

Adicionalmente, verifica-se que desde o final da década de 1970 e durante toda a década de 1980 os empregadores, como resposta à instabilidade política vivenciada naquela época, buscaram alterar o equilíbrio de forças a seu favor e dessa forma

¹⁴⁸PITKIN, Hanna Fenichel. Representação, instituições e idéias. *Lua nova: revista de cultura e política*, São Paulo, v. 67, p. 16, 2006.

¹⁴⁹PITKIN, Hanna Fenichel. op. cit., p. 37.

¹⁵⁰SCHMITTER, Philippe C.; STREECK, Wolfgang. op. cit., p. 130-131.

¹⁵¹MELUCCI, Alberto. *Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society*. London: Hutchinson, 1989. p. 205-206; 214.

aproveitaram a oportunidade para banir o sindicato dos locais de trabalho ou diminuir a sua respectiva influência, no que foram auxiliados pelo Estado, que em muitos casos optou por restaurar a competitividade econômica por meio do avanço nas políticas neoliberais, o que compreendeu o abandono das políticas keynesianas de pleno emprego para a redução da inflação, desregulamentação do mercado de trabalho e o desmonte do Estado do Bem-Estar Social.¹⁵²

O conturbado período de reajustamento econômico, social e político ocorrido a partir de meados da década de 1970 e causado por incertezas e oscilações que solaparam o compromisso fordista fizeram com que o Estado adotasse uma série de experiências rumo a um sistema de regulação econômica e social bem distinto.¹⁵³ Não obstante, a revolução neoliberal praticada na década de 1980 não reduziu o papel do Estado como previsto pelos economistas, mas tornou-o ainda mais forte, que assumiu o compromisso de “manter o trabalho em seu devido lugar”.¹⁵⁴

E desse modo, no mundo inteiro foram criadas leis que facilitaram a subcontratação de serviços, a flexibilização nas formas de remuneração (os salários passariam a ser fixados de acordo com o desempenho e produtividade) e no regime de jornada de trabalho (turnos e horas de trabalho fixadas conforme as necessidades do empregador). Essa legislação veio ao encontro das demandas apresentadas pela reestruturação produtiva, a qual se intensificou na década de 1980 e que deve ser entendida como uma ampla gama de fenômenos relativos não apenas à execução do trabalho direto, mas também a outros aspectos.

O primeiro deles se refere à modalidade de relacionamento entre as firmas, com a subcontratação de outras pequenas empresas para efetuar parte do processo de trabalho da firma tomadora de serviços, seja externa, seja internamente a essa última, em um fenômeno conhecido como terceirização, o que resultou na divisão do mercado de trabalho em duas regiões bem distintas: centro (com trabalhadores com maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e reciclagem e vantagens indiretas relativamente generosas) e periferia (por sua vez composta por dois setores: o primeiro composto por trabalhadores em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, e o

¹⁵²FAIRBROTHER, Peter; YATES, Charlotte A. B. op. cit., p. 1.

¹⁵³HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994. p. 140-141.

¹⁵⁴MUNCK, Ronaldo. Labour dilemmas and labour futures. In: _____; WATERMAN, Peter (Orgs.). *Labour worldwide in the era of globalization*. London: Macmillian Press, 1999. p. 5.

segundo formado por trabalhadores em tempo parcial, temporários, subcontratados ou com atividades casuais).¹⁵⁵

O segundo aspecto da reestruturação produtiva diz respeito à organização econômica e logística da própria empresa, em que ocorrem desverticalização, supressão e fusão de linhas de produção, desaparecimento de funções produtivas e a utilização de trabalhadores sem vínculo formal com a empresa onde prestam serviços, em geral de forma intermitente e não contínua, sendo esse um outro sentido para o termo terceirização.¹⁵⁶

A terceira e última característica a ser ressaltada identifica o impacto da introdução de inovações tecnológicas no processo produtivo: a automação, que tanto pode referir-se à economia de tempo com a introdução de novas máquinas, quanto à supressão de partes do trabalho humano por máquinas ou sistemas inteligentes, substituição essa raramente absoluta por ser custosa e envolver mecanismos de compensação complexos, de modo que uma dialética de negação e dependência em relação ao trabalho vivo por parte das empresas ainda persiste.¹⁵⁷

Em muitos países, a incorporação gradual e seletiva de novas técnicas de gestão impediu a criação de um todo coerente e teve como consequência a agudização de certas tendências nefastas (precarização do trabalho, informalidade, exaustão do trabalhador), além de ter mantido o padrão de relacionamento entre chefias e subordinados, com o não reconhecimento da interlocução coletiva nas negociações de trabalho.¹⁵⁸

Além da reestruturação produtiva acima mencionada, na década de 1980 houve a redução do reconhecimento externo da representatividade dos sindicatos. Em muitos países os sindicatos foram utilizados como bode expiatório para a crise econômica vivenciada naquela época, o que serviu como argumento para rejeitar a troca política com ele realizada como uma perigosa legitimação de interesses contrários à rígida disciplina de mercado então praticada, alternativa considerada mais eficiente para enfrentar os desafios econômicos daquela época. Tal fato prejudicou o “caráter intermediador” do sindicato.¹⁵⁹

¹⁵⁵HARVEY, David. op. cit., p. 143.

¹⁵⁶Id., loc. cit.

¹⁵⁷Id. Ibid., p. 144.

¹⁵⁸SILVA, Leonardo Mello e. Mudanças na organização do trabalho em empresas brasileiras nas duas últimas décadas: uma visão geral. In: ESTANQUE, Elísio et al. (Orgs.) *Mudanças no trabalho e ação sindical: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 138-142.

¹⁵⁹MÜLLER-JENTSCH, Walter. Industrial relations theory and trade union strategy. *International Journal of Comparative Labour Law and Industrial Relations*, London, v. 4, n. 3, p. 179, 1988.

Como consequência, a integração do trabalhador no sistema social capitalista, a construção da solidariedade e de uma identidade coletiva para os trabalhadores ficou mais difícil e fica cada vez mais difícil. A “desagregação das relações industriais”¹⁶⁰ e consequentemente da classe trabalhadora, nesse contexto, pode ser entendida como uma variedade de processos talvez empírica mas não logicamente interdependentes: (i) mudança do coletivismo para o individualismo, que se reflete na queda das taxas de filiação sindical; (ii) fragmentação e polarização dentro da classe trabalhadora (divisão entre sindicalizados e não-sindicalizados) e dentro dos trabalhadores sindicalizados (aumento nos conflitos intra-sindicais); e (iii) crescente particularismo de identidades coletivas e projetos relativos ao empregador, ocupação e/ou setor econômico.¹⁶¹

Tal identidade é afirmada quando um grupo se reconhece como distinto dos demais, quando ele atribui a si mesmo um papel (por meio da adoção de valores, regras e emoções particulares) e quando ele permite a criação de uma visão de mundo compartilhada. Identidade, como uma construção social e como aprendizagem de formas de interpretação e de atribuição de sentido, permite a afirmação da autonomia e a atuação na sociedade.¹⁶² A importância da construção dos atores sociais se deve ao fato de que o jogo social não é natural e sim convencional, onde os atores sociais devem ser vistos como papéis determinados pela estrutura do jogo, os quais admitem certos comportamentos e não outros, e produzem determinadas consequências ao invés de outras.¹⁶³

As construções da identidade e da autonomia do trabalhador ficam dificultadas na medida em que as mudanças técnicas e organizacionais empreendidas pelas empresas tiveram como uma das principais consequências o apagamento das referências coletivas, o que solapa as práticas de resistência, que se fundamentavam em uma percepção socialmente compartilhada de uma relativa indiferenciação do trabalho (todos são iguais e “companheiros”), de uma clara hierarquia organizacional, a qual sofreu uma profunda desorganização devido ao fenômeno da polivalência.¹⁶⁴ Como resultado desse processo:

“Um número crescente de trabalhadores não consegue achar o seu lugar na divisão do trabalho ... essa é a medida da gravidade da doença que acometeu as sociedades salariais nesses tempos difíceis. O próprio

¹⁶⁰CROUCH, Colin. The future prospects for trade unions in Western Europe. *Political Quarterly*, London, v. 57, n. 1, p. 10, 1986.

¹⁶¹HYMAN, Richard. op. cit., p. 151.

¹⁶²CATALANO, Ana Maria. The crisis of trade union representation. In: MUNCK, Ronaldo; WATERMAN, Peter (Orgs.). op. cit., p. 28.

¹⁶³FEBBRAJO, Alberto. op. cit., p. 335-336.

¹⁶⁴SILVA, Leonardo Mello e. op. cit. p. 155.

princípio da integração do trabalho na estrutura empresarial, a força progressiva por trás do boom do pós-guerra, está agora ameaçado”.¹⁶⁵

Os sindicatos não permaneceram inertes a essa realidade social. As inovações causadas pela diversificação de interesses entre os trabalhadores (ao mesmo tempo em que a clientela tradicional do sindicato se estreita, novos trabalhadores desejam sobretudo formas mais estáveis de inserção no mercado de trabalho) pela inadequação de estruturas sindicais (pouco adaptadas às formas fragmentadas de emprego e às práticas empresariais de externalização de atividades) e a atitude hostil dos empregadores frente à negociação coletiva de trabalho devido aos importantes efeitos que ela possui em termos de custos e de concorrência em relação a outras empresas do mesmo setor, agora em escala internacional exigiu um posicionamento dos entes sindicais.¹⁶⁶

Uma resposta foi organizar os não-organizados e reorganizar os já organizados. De maneiras bastante díspares, e após experimentar outras estratégias, tais como reestruturação de sindicatos através de fusões e expansão de serviços a trabalhadores sindicalizados, as campanhas de filiação sindical tornaram-se uma necessidade premente para a revitalização do sindicato. Pouco depois, dentro do movimento sindical surgiu um intenso debate a respeito das melhores estratégias para arregimentar novos membros para os sindicatos, que podem ser subsumidas em dois modelos: o modelo de serviço e o modelo organizativo.¹⁶⁷

Sob a ótica do modelo de serviço, os sindicatos, por meio de seus diretores e demais empregados, deveriam servir os seus filiados de maneira mais efetiva e eficiente, pois tal modelo parte da premissa de que a defesa dos interesses individuais dos trabalhadores garantia a filiação sindical. No modelo organizativo, por sua vez, os membros são ativos participantes na definição das formas de atuação do sindicato e valoriza-se a autonomia dos membros do sindicato na resolução de problemas, de modo a evitar as instituições sindicais já estabelecidas e pressionar diretamente os empregadores por meio do ativismo na comunidade e no local de trabalho. Entre esses dois modelos, as campanhas de filiação sindical procuram transferir mais recursos para a construção de

¹⁶⁵AGLIETTA, Michel. Capitalism at the turn of the century: regulation theory and the challenge of social change. *New Left Review*, London, n. 232, p. 72, Nov./Dec. 1998.

¹⁶⁶SERVAIS, Jean-Michel. Globalização, competência econômica e solidariedade: um papel renovado para os sindicatos. *Revista LTr*, São Paulo, v. 68, n.8, p. 675, jun. 2004.

¹⁶⁷FAIRBROTHER, Peter; YATES, Charlotte A. B. Unions in crisis, unions in renewal? In: YATES, Charlotte, FAIRBROTHER, Peter (Eds.) *Trade unions in renewal: a comparative study*. London: Continuum, 2003. p. 18.

alianças com coalizões comunitárias e organizações não-governamentais e o fortalecimento da base sindical, sendo certo que o resultado final dependerá em grande parte do papel desempenhado pelas centrais sindicais em uma determinada estrutura sindical.¹⁶⁸

Importante observar que a revitalização do movimento sindical não é um fim em si, mas configura um importante instrumento para a plena realização das funções representativa (entendida como dar voz no plano das relações de trabalho a todo e qualquer trabalhador), econômica (que visa equilibrar as demandas por competitividade com as exigências de redistribuição da riqueza socialmente produzida) e social (assegurar a integração social do trabalhador) atribuídas ao sindicato.¹⁶⁹ O conflito inerente a capital e trabalho, assim, deve ser visto como o detentor de uma normatividade intrínseca e permanente, pois visa obter um novo marco regulatório que reequilibre as relações de trabalho.¹⁷⁰

De maneira radical, as sociedades têm sido transformadas de dentro para fora, de cima para baixo e de baixo para cima. Tudo o que era sólido a respeito de conceitos tais como capitalismo organizado, classe, indústria, cidades e Estado-nação se desmancha no ar. A construção de uma política progressista nesse contexto não será feita por meio do retorno a uma situação pretérita, mas por meio do reconhecimento das mudanças que aconteceram e da atuação decisiva sobre elas.

Mais do que a crise do sindicalismo, o que se vivencia no início do século XXI é a crise de um certo tipo de sindicalismo, de base limitada. Com efeito, a atuação sindical que visava apenas o operário do sexo masculino no plano nacional está em crise. Mas vozes, interesses e experiências distintos entraram em cena e têm colaborado para mostrar alternativas ao sindicato no século XXI.¹⁷¹ Não se trata de simplesmente contrapor a ‘má e antiga estratégia’ dos sindicatos à ‘boa’ atuação dos movimentos sociais da atualidade. Tal conduta, além de contraprodutiva, é enganadora e impediria a necessária investigação das reais possibilidades de mudança na atuação e no desempenho das funções do sindicato, reflexão essa que se faz cada vez mais necessária.¹⁷²

¹⁶⁸FAIRBROTHER, Peter; YATES, Charlotte A. B. op. cit., p. 19; 25.

¹⁶⁹SERVAIS, Jean-Michel. op. cit., p. 682; 677.

¹⁷⁰SILVA, Otávio Pinto e. Negociação coletiva em tempos de reforma sindical. *Revista do Advogado*, São Paulo, v.26, n. 86, p. 64, jul. 2006.

¹⁷¹HYMAN, Richard. Changing trade union identities and strategies. In: _____; FERNER, A. (Eds.). *New frontiers in European industrial relations*. Oxford: Blackwell, 1994. p. 13.

¹⁷²HUNTER, Allen. Rethinking revolution in light of the new social movements. In: DARNOVSKY, Marcy; EPSTEIN, Bárbara; FLACKS, Richard. (Eds.). *Cultural politics and social movements*. Philadelphia: Temple University Press. 1995. p. 326.

Historicamente, os sindicatos foram decisivos para a promoção da democracia em vários países e ainda são uma das principais vozes na luta pela ampliação da cidadania. Nesse sentido, não se pode simplesmente ignorar a experiência adquirida pelo sindicato no passado, mas atribuir a elas um novo conteúdo político e organizacional de modo a adequá-la ao novo contexto sócio-político.¹⁷³ O sindicato permanece como corpo intermediário indispensável para a negociação de consenso social devido à sua inerente capacidade de construir solidariedades coletivas.

As fórmulas alternativas à representação sindical ao longo da história, úteis sem dúvida na medida em que favorecem um clima de cooperação na empresa, não conseguem assumir integralmente as funções do sindicato, principalmente devido a três fatores: a limitada e desigual difusão de tais práticas, o fato de que, em muitos casos, elas pressupõem uma relativa estabilidade no emprego que a empresa somente pode garantir a uma parcela limitada de sua mão de obra, e o fato de a empresa não ter como objetivo primordial a integração social.¹⁷⁴

Mesmo em momentos de grande fragilidade, não se deve desconsiderar o papel do sindicato nas contradições fundamentais do sistema capitalista de produção. As novas formas de representação sindical imaginadas devem permitir a criação para os trabalhadores de sistemas de referência e modelos culturais autônomos, de modo a permitir a reapropriação da cultura organizacional por parte dos trabalhadores.¹⁷⁵

Para tanto, deve-se deixar de se contrapor o momento atual à “uma era de ouro na qual os trabalhadores eram espontaneamente coletivistas e os sindicatos uniam forças em torno de um projeto de classe unificado”. Na prática, por serem o conflito e a divisão inerentes às relações sociais, a solidariedade nunca foi natural, mas construída por meio de um deliberado esforço por parte das lideranças e ativistas sindicais e o sucesso, quando alcançado, sempre se mostrou temporário e parcial.¹⁷⁶

À medida que velhas formas de estrutura e de organização sindical se dissolvem, novas formas são criadas. Se por um lado as antigas maneiras de se pensar a respeito dos movimentos sociais não são compatíveis com a realidade complexa vivenciada atualmente,

¹⁷³GODIO, Julio. Los sindicatos en las economías de mercado de América Latina. Colombia: FESCOL, 1993. p. 165.

¹⁷⁴SERVAIS, Jean-Michel. op. cit., p. 677-678.

¹⁷⁵CATALANO, Ana Maria. op. cit. p. 34.

¹⁷⁶HYMAN, Richard. Trade unions and the disaggregation of the working class, cit., p. 159.

por outro lado as novas maneiras de imaginar os meios, formas e fins da luta coletiva ainda não foram devidamente estabelecidos e estabilizados.¹⁷⁷

Dessa forma, os sindicatos têm buscado formas novas e menos defensivas de enfrentar os desafios. A heterogeneidade crescente da força de trabalho e o impacto cada vez maior da “especialização flexível” podem e devem ser vistos como oportunidades, apesar de serem também limites à atuação tradicional do sindicato. A inexistência de uma mítica classe trabalhadora fica cada vez mais evidente e identidades distintas conseguem encontrar a sua voz e articular as suas próprias identidades, sendo certo que “qualquer reivindicação que os cidadãos para a arena política e queiram tornar tema da representação é invariavelmente um reflexo da luta pela redefinição de fronteiras entre suas condições sociais e a legislação”.¹⁷⁸

O sindicato passa a buscar o controle dos meios de interpretação e de criação de consenso, de visões de mundo e de sentimentos. Nesse contexto, o sindicato passa a ser valorizado pela sua capacidade de ação comunicativa, entendida não como um mero ato de interpretação de um fato, mas como um processo interpretativo cooperativo que possibilita o consenso e a ação coordenada de grupos excluídos, divididos e contrapostos pelo atual modo de produção.¹⁷⁹

Não há atalhos para a identificação e redefinição de interesses de uma maneira solidarística: a luta é sempre necessária para assegurar uma (relativa) unidade entre os trabalhadores e suas organizações e para permitir novos meios de transcender divisões. O que é certamente necessário é a criação de uma nova razão, de novos motivos para a solidariedade entre os trabalhadores.¹⁸⁰ Observe-se que, a princípio, não há motivo para considerar que as “novas” categorias de trabalhadores (mulheres, jovens e imigrantes) sejam inerentemente contrárias a se organizarem coletivamente. Assim, mesmo que esses trabalhadores possuam interesses distintos, teoricamente o sindicato ainda pode redirecionar a sua atuação para alcançar esses novos filiados e atender as suas prioridades.

Para a recriação da solidariedade e de uma identidade comum aos trabalhadores torna-se necessário um “engajamento radical” e otimista, que se fundamenta na ação contestatória e não em uma fé na análise e discussão racionais, e se instrumentaliza nos

¹⁷⁷FISCHER, R.; KLING, J. Introduction: the continued vitality of community mobilization. In: _____; _____ (Eds.). *Mobilizing the community: local politics in the era of the global city*. London: Sage, 1993. p. XIV.

¹⁷⁸URBINATI, Nadia. op. cit., p. 196.

¹⁷⁹CATALANO, Ana Maria. op. cit. p. 37-38.

¹⁸⁰HYMAN, Richard. Trade unions and the disaggregation of the working class, cit., p. 166.

movimentos sociais.¹⁸¹ Com o aprofundamento das relações entre os sindicatos e os movimentos sociais, o sindicato se torna o repositório de uma visão social mais ampla, e passa a ser vinculado tanto aos movimentos de bairro quanto ao local de trabalho, e adquire tanto uma dimensão cultural quanto econômica.¹⁸²

À luz dessa influência, o sindicato atual deve compreender a importância de coalizões flexíveis, informais e horizontais e buscar uma maior articulação com as forças políticas e governos de modo a transformar todas as estruturas e relações sociais rumo a uma direção pluralista, democrática, inovadora e cooperativa. Tais idéias não devem ser entendidas como condições sem as quais não haverá mudança, mas proposições que podem estimular uma reflexão a respeito das possíveis modificações na atuação sindical.¹⁸³

2.5. Desafios atuais do modelo clássico de concertação social

O movimento sindical poderá caminhar em muitas direções. Um cenário possível é o reaparecimento de alguma forma de concertação social, talvez menos institucionalizada e com um objeto mais restrito. Isso se deve ao fato de a concertação social ainda permitir a realização de alguns objetivos gerais dos trabalhadores, tais como criação de empregos e políticas sociais e econômicas menos contaminadas por interesses setoriais, metas essas difíceis de serem alcançadas por meio da negociação coletiva de trabalho ou da representação parlamentar. Em segundo lugar, a concertação social poderia criar o substrato de orientações gerais que permitiriam o desenvolvimento de novas formas de negociação coletiva descentralizadas e flexíveis, mais coerentes com a heterogeneidade do mercado de trabalho atual.¹⁸⁴

No contexto da concertação social, à medida que a função de representação sindical se amplia, a natureza ambivalente dessa última - social e política, particular e geral - transforma e expande a política uma vez que não apenas permite que o social seja traduzido no político, mas também promove a formação de grupos e de identidades políticas e altera a identidade do social. A singularidade da democracia, assim, reside no

¹⁸¹GIDDENS, Anthony. *The consequences of modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990. p. 137.

¹⁸²ARONOWITZ, Stanley. Postmodernism and politics. In: ROSS, Andrew (Ed.). *Universal abandon? the politics of postmodernism*. Edinburgh: Ed. Edinburgh University Press, 1988. p. 61.

¹⁸³WATERMAN, Peter. A new union model for a new world order. In: MUNCK, Ronaldo; WATERMAN, Peter (Orgs.). op. cit., p. 261.

¹⁸⁴REGINI, Marino. Introduction: the past and future of social studies of labor movements, cit., p. 11-12.

fato de extrair das diferentes, variadas e específicas crenças e opiniões a respeito de quais são os interesses dos cidadãos a força para a união.¹⁸⁵

Atualmente, as instituições sociais em geral e os sindicatos em particular precisam se adaptar a mercados cada vez mais abertos, mais competitivos e mais internacionalizados, e a uma organização do trabalho que a cada dia se torna mais complexa, especializada e segmentada. As transformações econômicas, políticas e sociais tornam premente uma reflexão a respeito da atuação sindical, a qual, historicamente, foi um importante fator de afirmação e concretização tanto dos direitos civis e políticos quanto dos direitos econômicos e sociais no mundo inteiro.

O atual estágio de desenvolvimento do capitalismo e as atuais características do mercado de trabalho fazem com que o sindicato seja obrigado a imaginar identidades e solidariedades possíveis de serem afirmadas e desenvolvidas.¹⁸⁶ Para fazer frente a esse desafio, novas estratégias de atuação passaram a ser utilizadas pelo sindicato para manter o seu papel de defesa e promoção dos interesses dos trabalhadores e empregadores em um cenário de capitalismo “desorganizado” em escala internacional e de uma nova fase do processo de mundialização.

Efetivamente, o internacionalismo, que pode ser entendido como uma estrutura triangular e multifacetada de oportunidades, recursos e ameaças dentro da qual a luta transnacional é mobilizada entre atores estatais, instituições internacionais e atores não-governamentais, recentemente tem mudado, com uma crescente fusão entre temas tradicionalmente tratados no plano interno com temas tradicionalmente debatidos no plano internacional.¹⁸⁷

Desse modo, a mundialização não é um processo inexorável e pré-determinado, ao qual os atores sociais precisam se adaptar, sem maiores questionamentos. Com vistas a intervir construtivamente nesse processo e a colaborar para o fim de uma estrutura social que despacha um número cada vez maior de pessoas para um mundo de favor, no qual suas vozes dissonantes são caladas, em uma completa negação da cidadania, a atuação sindical é uma necessidade.

¹⁸⁵URBINATI, Nadia. op. cit., p. 210, 218.

¹⁸⁶RODRIGUES, Iram Jacome. op. cit., p. 216.

¹⁸⁷TARROW, Sidney. *The new transnational activism*. New York: Cambridge University Press, 2005. p. 203; 207, 218.

Sem o saudosismo de uma suposta “era de ouro”, que efetivamente nunca ocorreu, uma vez que a solidariedade é uma construção diária de um grupo que percebe o valor de atuar conjuntamente, o sindicato deve lutar para recuperar a possibilidade do dissenso, da novidade e da diferença, espaço esse tão necessário para a construção da cidadania. Nesse contexto, a prática da concertação social, sob nova roupagem, pode ser uma alternativa, uma vez que, cada vez mais, tem-se entendido que a participação no poder público e a responsabilidade podem ter um valor intrínseco e não meramente instrumental necessário ao desenvolvimento dos indivíduos. Tal fato não significa diminuir a importância da representação política, que implica nada menos que uma decisão a respeito da dignidade do próprio domínio político e uma oportunidade para “dividir o poder e a responsabilidade sobre aquilo que estamos fazendo conjuntamente como sociedade”.¹⁸⁸ Na feliz síntese de Raffaele De Luca Tamajo:

“(...) aqueles que censuram esses novos modelos de produção normativa não percebem a circunstância de que na constituição material moderna as relações reais, mesmo no âmbito do direito público, são cada vez mais regidas por coordenadas privatísticas e contratuais. Mesmo ali onde a doutrina tradicional do Estado oferece um enfoque em termos de heteronomia ou soberania, ou mesmo do primado do direito público, a realidade subjacente deixa emergir uma série de relações compreensíveis apenas através das categorias do direito privado, mas não por isso subversivas em relação a outras estruturas constitucionalizadas pela democracia parlamentar”.¹⁸⁹

As profundas mudanças políticas, sociais e econômicas vivenciadas pelos governos nacionais a partir do início da Terceira Revolução Industrial não necessariamente significaram o abandono da concertação social como instrumento de ação. Provavelmente os parceiros sociais optarão por agregar maior valor a outros instrumentos acessórios à concertação social, respectivamente a contratação coletiva descentralizada e a maior ênfase na representação política, de forma a alterar no geral o relacionamento entre os parceiros sociais.¹⁹⁰

Com efeito, a partir da década de 1990, no momento em que as forças de mercado claramente chamam para si o ônus de impor a disciplina macroeconômica aos grupos de interesse, o coordenamento social, agora modelado em um sistema em rede, onde os acordos setoriais passaram a vincular e a disciplinar a contratação realizada entre os

¹⁸⁸PITKIN, Hanna Fenichel. op. cit., p. 42-43.

¹⁸⁹DE LUCA TAMAJO, Raffaele. op. cit., p. 620.

¹⁹⁰REGINI, Marino. Il declinio del corporativismo nel nuovo lessico delle relazioni industriali. In: DIRITTO del lavoro e corporativismi: ieri e oggi, cit., p. 394.

representantes do empregador e dos trabalhadores a nível de empresa, permite que a concertação social assuma uma estrutura mais ágil, capaz de recompor as exigências contrastantes de macrocoordenação e flexibilidade salarial. Trata-se de um modelo coerente e distinto do paradigma clássico, e não um desvio do mesmo.¹⁹¹

Vislumbra-se, assim, o surgimento e a valorização de novas formas ou novos níveis de concertação, a nível empresarial e às vezes, setorial ou regional. Em comparação à concertação social tradicionalmente praticada na Europa Ocidental na década de 1970, que era uma tentativa de gestão conjunta da inflação e da crise, tais novas formas, que podem ser denominadas “concertação do reajuste industrial”, isto é, dos processos que permitem às empresas reestruturarem-se e tornarem-se competitivas. Em tais exemplos de micro e mesoconcertação social, o poder público nem sempre está presente formalmente, mas desenvolvem um papel indireto de “incubadoras” de acordos entre organizações de trabalhadores e empregadores que visem readaptar o sistema produtivo.¹⁹²

A ruptura do modelo clássico de concertação social não deve ser interpretada como o fim do modelo de organizações interdependentes engajadas a praticar o mútuo entendimento. Com concertação social ou sem ela, a colaboração, o respeito e a submissão de todos os interesses às diretrizes nacionais é um fato.¹⁹³ Nesse cenário, verifica-se a emergência de espaços de configuração autônoma de uma nova realidade social complexa, que apenas poderão ser regulados diretamente pelo Estado naqueles elementos que se referem a seu processo legítimo de criação e institucionalização.¹⁹⁴

¹⁹¹TRAXLER, Franz. Le metamorfosi del corporativismo: dai modelli classici ai modelli snelli. *Stato e Mercato*, Firenze, n. 69, p. 452; 466, dic. 2003.

¹⁹²REGINI, Marino. El declinar del intercambio político centralizado y la emergencia de formas nuevas de concertación. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). op. cit., p. 16, 20.

¹⁹³PEREZ YRUELA, Manuel. Corporatismo y concertación. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). op. cit., p. 44.

¹⁹⁴PORRAS NADALES, Antonio J. Corporatismo y representación. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). op. cit., p. 38.

CAPÍTULO 3: A EXPERIÊNCIA ITALIANA DE CONCERTAÇÃO SOCIAL

De maneira geral, a experiência italiana de concertação social pode ser agrupada em três fases: uma primeira fase preambular e informal, situada na década de 1970; uma segunda fase, localizada na década de 1980, na qual a concertação social observou o modelo do “scambio político”, e uma terceira fase, relativa à década de 1990, na qual a concertação social atingiu o seu auge e se torna uma prática bastante estável e se estruturou como um método de ação política fundamentado na delegação de autoridade às partes sociais. No início da década de 2000, a vivência da concertação social na Itália foi abruptamente interrompida e substituída por um modelo que procurou se inspirar no diálogo social praticado em nível europeu-comunitário.

Nesse sentido, verifica-se que a concertação social na Itália foi uma experiência cíclica e instável, que apresentou diversas configurações ao longo do tempo, que resultaram em distintas relações entre os parceiros sociais. Por meio de um breve percurso histórico, que partirá do conturbado panorama político e social vivenciado na Itália na década de 1970, no presente capítulo serão abordados os principais acordos tripolares celebrados ao longo das décadas de 1980 e 1990 e analisados os contextos institucional, político e econômico em que surgiram, com o intuito de esclarecer a racionalidade organizativa e política dos atores, os objetivos pretendidos e as regras produzidas. Por fim, à luz das experiências anteriores, será abordada a radical mudança que a concertação social sofreu a partir da década de 2000 na Itália e se ela permanece ainda uma alternativa política e socialmente viável para o país.

3.1. Cenário político italiano na década de 1970: os anos de chumbo e os acordos interconfederais

A década de 1970 começou na Itália sob o forte impacto do “outono quente” de 1969, ponto culminante da grande agitação política e social que tomou o país desde o mês de maio de 1968 e conscientemente escolhido para coincidir com a época da renovação dos

principais contratos coletivos de trabalho de abrangência nacional.¹⁹⁵ O segundo semestre de 1969 foi, assim, marcado por inúmeros piquetes, atos de sabotagem e incidentes com a polícia e com os representantes dos empregadores, sendo os principais protagonistas os trabalhadores nas indústrias metal-mecânicas, os quais foram posteriormente seguidos por trabalhadores de outros ramos importantes da atividade econômica, tais como a indústria química, o que caracterizou um fenômeno, tipicamente italiano, da “sindicalização da contestação”.¹⁹⁶ E desse modo:

“Nos anos 70, a situação normal para o sindicato se torna a agitação e a luta. O entendimento é apenas momentâneo, a paz dura pouco, e a condução dos conflitos coletivos absorve mais energia e recebe mais atenção que a gestão de acordos. Transformar todo o conflito latente em conflito aberto, e liberar energia para transformar fábrica e sociedade: essa é a filosofia subjacente a essa cultura”.¹⁹⁷

Devido às suas conseqüências, o “outono quente” foi visto pelo movimento sindical muito mais como uma “longa primavera”, uma vez que trouxe importantes reflexões tanto para os empregadores quanto para as organizações de trabalhadores. No que tange às empresas, a crise da autoridade tradicional demonstrou a necessidade de reconstruir o exercício do poder diretivo em bases mais favoráveis à participação dos trabalhadores, sem, contudo, comprometer a continuidade da produção. O sindicato, por sua vez, viu-se diante da necessidade de articular uma relação cada vez mais dinâmica e constante com a inteira massa trabalhadora, em linha com uma vontade de renovação social que primasse pela melhoria e ampliação dos canais de participação.¹⁹⁸

Em termos jurídicos, tal fato resultou na promulgação do Estatuto dos Trabalhadores, verdadeira lei de sustento aos sindicatos no local de trabalho e ponto de partida para a afirmação de uma real unidade sindical, objetivo que deve ser construído não a partir de entes sindicais de cúpula em direção à base da estrutura sindical, mas fundamentalmente a partir dos próprios trabalhadores, experiência para a qual os trabalhadores italianos foram gradualmente se preparando ao longo da década de 1970.¹⁹⁹

¹⁹⁵ GIUGNI, Gino. Le tendenze evolutive della contrattazione collettiva in Italia. In: _____. *Il sindacato fra contratti e riforme: 1968-1973*. Bari: De Donato, 1973. p. 81.

¹⁹⁶ Id. Sindicato: anni 70. In: _____. *Il sindacato fra contratti e riforme: 1968-1973*, cit., p. 104.

¹⁹⁷ ACCORNERO, Aris. La cultura conflittuale del sindacato. *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*. Milano, anno 5, n. 18, p. 269, 273, 1983.

¹⁹⁸ GIUGNI, Gino. L'autunno caldo sindacale. In: _____. *Il sindacato fra contratti e riforme: 1968-1973*, cit., p. 19; 29; 33.

¹⁹⁹ Id. Sindicato di partito o unità sindacale democratica? In: _____. *Il sindacato fra contratti e riforme: 1968-1973*, cit., p. 184.

Dessa forma, a consideração do sindicato como interlocutor da empresa na gestão bilateral e conflitual da relação de trabalho, bem como o reconhecimento da titularidade de direitos fundamentais de liberdade ao trabalhador, constituem pontos fundamentais do Estatuto dos Trabalhadores e que continuam até a presente data a corroborar a validade da opção feita pela lei.²⁰⁰

Em termos econômicos, a primeira fase da concertação social da Itália iniciou-se em um contexto de recessão econômica nacional e internacional, influenciadas grandemente pelos choques petrolíferos realizados na época, de crescimento da inflação (que permanecerá a mais alta do mundo ocidental por toda a década de 1970), de aumento do setor submerso do mercado de trabalho, de diminuição da produção e de elevação das despesas públicas, fatores que aumentaram a tendência de vincular as relações coletivas de trabalho ao contexto mais amplo de política econômica.²⁰¹

Vale registrar ainda que a fase embrionária da concertação social foi facilitada pelo clima vigente à época de “solidariedade social” e de “compromisso histórico” entre os três principais partidos políticos de esquerda e centro-esquerda do país naquela época: Partido Comunista Italiano (PCI), Partido Socialista Italiano (PSI) e Democracia Cristã (DC), para fazer frente às forças reacionárias do país, que procuraram criar um clima de “exasperada tensão” que abrisse caminho para o surgimento de um governo autoritário, tal como aconteceu no Chile em 1973.²⁰²

Tal compromisso histórico foi possível graças a uma evolução no sistema de partidos da Itália, que pode ser sintetizada pela passagem do problema da alternância democrática (o que é e o que fará a esquerda) para a questão de quem estará no centro do sistema dos partidos. O sucesso eleitoral obtido pelo PCI nas eleições de 1975 e 1976 resulta em uma peculiar normalização da democracia na Itália: por meio de um pacto de solidariedade nacional renovado o PCI sairá plenamente legitimado a liderar uma aliança alternativa àquela capitaneada pela DC. Também no que se refere à consciência coletiva da época se difundiu o clamor reformista dos movimentos sociais aliado à luta contra o extremismo de direita e de esquerda pudessem a médio prazo aprimorar a democracia italiana e levar à prática de alternância entre um pólo moderado e outro progressista.²⁰³

²⁰⁰NAPOLI, Mario. Lo Statuto dei lavoratori dieci anni dopo. In: *Conflitto e consenso: quadro legale e relazioni industriali degli anni ottanta*. Roma: Edizioni Lavoro, 1983. p. 81.

²⁰¹GINSBURG, Paul. *Storia d'Italia: 1943-1996*. Torino: Giulio Einaudi, 1998. p. 411.

²⁰²Id. Ibid., p. 425.

²⁰³CARRIERI, Mimo; DONOLO, Carlo. Sindacato e sistema politico (Itália: 1775-1983). *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*. Milano, anno 6, n. 22, p. 399, 1984.

Dessa forma, a união de forças entre partidos políticos repercutiu no plano das relações coletivas de trabalho e fez com que o próprio sindicato tomasse a iniciativa de propor ao governo uma ampla troca política entre moderação salarial e objetivos de política de governo. Nesse sentido, o sindicato, tendo à vista as lições aprendidas no final da década de 1960, aceitou a crise da sua estratégia reivindicativa tradicional, bem como as novas demandas espontâneas, com o objetivo de elaborar uma linha de ação mais avançada, por meio da recuperação do controle sobre uma difusa espontaneidade de base que resulte não simplesmente na corroboração de novos interesses demonstrados pelos trabalhadores, mas na interpretação de tais expectativas de modo a reforçar o poder do próprio sindicato.²⁰⁴

Um exemplo prático da mudança de mentalidade dos atores sociais foi o acordo interconfederal sobre o custo de vida assinado em 1975, que definiu um mecanismo de gatilho salarial (escala móvel) para a defesa das remunerações mais baixas contra os efeitos erosivos da inflação. Dessa forma, o sindicato conseguiu tornar o salário uma variável independente em relação às demais grandezas econômicas. Os empregadores, por sua vez, conseguiram garantir um período de paz na empresa após a alta conflitualidade levantada pela questão salarial. A proteção do poder aquisitivo dos salários contra a aceleração dos preços repercute todavia negativamente no custo da mão-de-obra, que sofre um significativo aumento.²⁰⁵

Também relativo à fase do “compromisso histórico” assumido pelas partes sociais, foi celebrado o acordo interconfederal sobre o custo do trabalho e produtividade de 27 de janeiro de 1977, que representou a primeira tentativa de pacto social baseado na troca política entre sacrifícios imediatos em termos de moderação salarial e benefícios futuros, que consistirão no envolvimento do sindicato na realização de políticas econômicas expansivas. Tal moderação reivindicativa em troca de uma política orgânica de investimentos foi posteriormente conhecida como “linha do Eur”, em homenagem ao nome do palácio em que foi realizada em 1978 a conferência nacional da federação constituída pelas centrais sindicais CGIL, CISL e UIL, quando tal linha de ação foi aprovada.²⁰⁶

²⁰⁴REGALIA, Ida; REGINI, Marino; REYNERI, Emilio. Conflitti di lavoro e relazioni industriali in Italia: 1968-75. In: CROUCH, Colin; PIZZORNO, Alessandro (A cura di). *Conflitti in Europa: lotta di classe, sindacati e stato dopo il '68*. Milano: Etas Libri, 1977. p. 29.

²⁰⁵GUALMINI, Elisabetta. L'evoluzione degli assetti concertativi in Italia e in Germania. *Rivista Italiana di Scienza Politica*, Siena, v. 18, n. 1, p. 117, apr. 1997.

²⁰⁶TURONE, Sergio. *Storia del sindacato in Italia: 1943-1980*. Roma-Bari: Laterza, 1981. p. 479.

Apesar da presença de algumas características típicas da concertação social, o Estado não constou formalmente como parte no acordo interconfederal celebrado e desenvolveu apenas um papel de mediador com o objetivo de assegurar a conclusão de um acordo que, por visar solucionar problemas mais amplos de política nacional, tornou-se bem mais amplo do que os tradicionais objetivos da contratação coletiva de trabalho, sendo que posteriormente as disposições de tal contrato coletivo de trabalho foram estendidas a categorias às quais o contrato não era originariamente previsto.²⁰⁷

Nesse sentido, a contenção dos aumentos salariais vinculava-se não apenas ao aumento da produtividade, mas também à luta contra a inflação e à defesa da moeda e à criação de condições para novos investimentos e desenvolvimento da ocupação da força de trabalho, especialmente na região sul do país. Vela a pena registrar que, posteriormente, o conteúdo da negociação realizada entre as Partes foi recepcionado pelo Decreto-Lei de 1º de fevereiro de 1977, posteriormente convertido na Lei nº 91 de 31 de março de 1977.²⁰⁸

O contexto político de unidade nacional que havia favorecido a celebração do acordo interconfederal acima mencionado se deteriorou rapidamente e o acordo acabou por atuar em uma via de mão única, colaborando tão somente para a contenção dos aumentos salariais e sem realizar os demais objetivos de interesse dos Sindicatos. Com efeito, o final da década de 1970 foi um importante momento para desmistificação de toda uma série de ilusões, por parte dos sindicatos, a respeito da possibilidade de alcançar uma política, que estivesse, senão em sintonia, pelo menos em paralelo com a programação estatal. Ao Estado, por sua vez, caberia ver o sindicato não como contraparte, mas como um possível fator de condicionamento.²⁰⁹

O crescente processo de interseção entre o ordenamento intersindical e o estatal sublinhou a dificuldade da autonomia privada coletiva de enfrentar o fenômeno recessivo provocado pela crise econômica e, indiretamente, reforçou a necessidade do Estado desempenhar não apenas um papel de mediador, mas também de parte no processo de contratação política alimentado pela troca de não apenas recursos econômicos, mas

²⁰⁷DE LUCA TAMAJO, Raffaele. L' accordo interconfederale del 26 gennaio 1977 e Il quadro di riferimento politico-sindale. In: _____; VENTURA, Luciano (A cura di). *Il diritto del lavoro dell'emergenza*. Napoli: Jovene, 1979. p. 111.

²⁰⁸GHERA, Edoardo. La concertazione sociale nell'esperienza italiana. *Rivista Italiana di Diritto del Lavoro*, Milano, v. 19, n. 1, p. 117, 2000.

²⁰⁹GIUGNI, Gino. Sindacato e programmazione. In: _____. *Il sindacato fra contratti e riforme: 1968-1973*, cit., p. 56.

também políticos: consenso social em troca da legitimação pela representação funcional dos interesses entre Estado e grupos sociais organizados.²¹⁰

Nesse sentido, outro aspecto bastante debatido na época foi o próprio exercício da função política por parte dos sindicatos e da presença cada vez maior do sindicato no processo de formação da vontade política, em um fenômeno à época denominado “pansindicalismo” e “suplência sindical” em relação aos partidos políticos e ao próprio governo, o que sem dúvida influiria decisivamente no quadro constitucional, na medida em que incidiria sobre princípios fundamentais do Direito Público,²¹¹ sendo que os efeitos, positivos ou negativos, de tal tensão constitucional apenas seriam medidos em razão da capacidade do sindicato-operador político, de promover novas articulações nos próprios partidos políticos.²¹²

Também seria necessário, por parte dos partidos, um ato de consciente “humildade política” para a compreensão de que o reforço da atuação sindical na gestão do conflito social comportasse uma redistribuição de poder e de que as conseqüências de tal fato não necessariamente estariam sob o controle dos partidos, mas poderiam e deveriam por eles ser enfrentadas.²¹³

Enfim, a consolidação de uma esfera própria de interesses das organizações sociais, principalmente dos empregadores e dos sindicatos, apresentou à democracia representativa italiana o tema da insuficiência dos canais tradicionais de mediação exclusiva dos interesses particulares em relação ao interesse geral, na medida em que o interesse geral não apareceu mais como a síntese de interesses em conflito realizada por meio dos partidos políticos, mas como o êxito de processos de negociação multilateral entre as partes sociais e o poder público.²¹⁴ Desse modo, a falta de reciprocidade e de maturidade política das partes envolvidas bloqueou as tratativas entre sindicatos e governo até o Pacto de janeiro de 1983.²¹⁵

²¹⁰GHERA, Edoardo. op. cit., p. 118.

²¹¹GIUGNI, Gino. Stato sindacale, pansindacalismo, supplenza sindacale. In: _____. *Il sindacato fra contratti e riforme: 1968-1973*, cit., 3. p. 45.

²¹²Id. Il sindacato: dalla politica delle riforme all'autunno rivendicativo. In: _____. *Il sindacato fra contratti e riforme: 1968-1973*, cit., p. 123.

²¹³GIUGNI, Gino. Sindacato di partito o unità sindacale democratica? In: _____. *Il sindacato fra contratti e riforme: 1968-1973*, cit., p. 191.

²¹⁴NAPOLI, Mario. Intervento sul neocorporativismo. In: *Conflitto e consenso: quadro legale e relazioni industriali degli anni ottanta*, cit., p. 134.

²¹⁵REGINI, Marino. *I dilemmi del sindacato*. Bologna: Il Mulino, 1981. p. 173.

3.2. Década de 1980 e a prática do “scambio politico” na Itália

A segunda fase da experiência italiana de concertação social começa em um contexto de ingovernabilidade e de incerteza crescente a respeito do sistema econômico e das relações coletivas de trabalho. Diante de uma inflação fora de controle, o Poder Executivo se empenha em compatibilizar as suas decisões econômicas, políticas e administrativas com a manutenção de uma taxa negociada de inflação e assume a iniciativa de transformar a disputa a respeito da escala móvel em uma tratativa formalmente triangular, com o objetivo de estabelecer uma conexão entre os objetivos de política econômica e a contratação coletiva de trabalho. Surge então uma fase da concertação social denominada “scambio politico”, na qual o governo, em troca de uma revisão negociada da escala móvel e de uma redução salarial, oferece às partes sociais a fiscalização dos ônus sociais, o aumento dos benefícios assistenciais e um aprimoramento da assistência médica.²¹⁶

Importante ressaltar que, em uma situação de “scambio politico”, os benefícios são obtidos contra a ameaça à ordem social ou ao consenso social, sendo o poder de mercado verificado em função da necessidade de consenso social. Além disso, mais de um ator pode concorrer com o sindicato na tarefa de mediação do consenso, uma vez que no mercado político a formação de identidades coletivas é menos previsível, sendo necessário que o sujeito das reivindicações seja grande o suficiente para coordenar as reivindicações não somente de uma categoria de interesses homogêneos, mas também de um conjunto de portadores de interesse potencialmente contrastantes, de modo a garantir que a satisfação de um grupo não prejudique o interesse dos demais.²¹⁷

O “scambio politico” não é um simples consenso a respeito de fórmulas ou linhas políticas, e nem tampouco de renúncia a benefícios imediatos em vista de benefícios futuros concedidos pelos poderes públicos: trata-se de uma experiência muito mais ambiciosa e radical que visa unir, em uma visão interdependente, os dois perfis que a experiência histórica sindical italiana viu sempre de modo independente senão alternativo: a relação entre sindicato e Estado e entre sindicato e empresa. Nesse novo cenário, seria

²¹⁶PERULLI, Adalberto. Modelli di concertazione in Itália: dallo “scambio politico” al “dialogo sociale”. In: *Rappresentanza, rappresentatività, sindacato in azienda ed altri studi: studi in onore di Mario Grandi*. Padova: CEDAM, 2005. p. 592-593.

²¹⁷PIZZORNO, Alessandro. Scambio politico e identità collettiva nel conflitto di classe. In: CROUCH, Colin; PIZZORNO, Alessandro (A cura di). *Conflitti in Europa: lotta di classe, sindacati e stato dopo il '68*. Milano: Etas Libri, 1977. p. 411; 415.

enganoso considerar que o “scambio político” dificultaria o controle do sindicato por parte da base, na medida em que o problema da relação entre representação e base sindical se apresenta independentemente dos objetivos a serem alcançados.²¹⁸

Especificamente para que o “scambio politico” pudesse ser realizado na década de 1980 e para que o objetivo intervenção no mercado de trabalho fosse bem-sucedido, teria sido necessário que os sindicatos inserissem a tutela dos trabalhadores que perdem o posto de trabalho no contexto mais amplo da tutela dos desempregados sem nenhuma proteção ou garantia e considerassem seriamente a questão da qualidade profissional da força de trabalho, seja na fase anterior à celebração do contrato de trabalho, seja durante a sua vigência. A empresa, por sua vez, deveria renunciar à possibilidade de definir de modo exclusivo as políticas de contratação e aceitar a possibilidade de também negociar com os sindicatos e com os poderes públicos a esse respeito, de modo a enfatizar a oferta de trabalho.²¹⁹

Importante ressaltar que se trata de um método de formação de consenso não previsto na Constituição do país nem regulado pela lei e que, portanto, insere-se na Constituição material do país. Dessa forma, se o governo não respeita o acordo alcançado, perde o consenso das partes sociais e se expõe à sanção da greve política. Por outro lado, se as partes sociais não respeitam o que foi combinado, correm o risco de que o governo proponha e o parlamento adote normas que tendem a realizar, de forma autoritária, os objetivos da política econômica.²²⁰

A primeira tentativa de efetivamente praticar o “scambio político” na Itália foi o Protocolo Spadolini de 21 de junho de 1981, o qual buscou, de maneira pioneira, adotar uma política de renda para a instituição de uma relação direta entre política salarial e índice de inflação contratado. De maneira até então inédita, o governo tomou a iniciativa de definir objetivos de médio prazo ao redor dos quais pretendeu contratar o consenso dos sindicatos,²²¹ predispondo algumas condições, mas ainda permanecendo um ator externo ao negociado. Não obstante, os sindicatos não estavam prontos para essa forma de compromisso e, seja pela resistência, principalmente por parte da CGIL, seja pelo temor de

²¹⁸NAPOLI, Mario. Sindacato e scambio politico. In: *Conflitto e consenso: quadro legale e relazioni industriali degli anni ottanta*, cit., p. 144; 145; 146.

²¹⁹Id. Scambio politico e mercato del lavoro. In: *Conflitto e consenso: quadro legale e relazioni industriali degli anni ottanta*, cit., p. 157.

²²⁰PERSIANI, Mattia. *Diritto sindacale*. 10. ed. Padova: CEDAM, 2005. p. 69.

²²¹CARRIERI, Mimmo; DONOLO, Carlo. *Il mestiere politico del sindacato*. Roma: Editori Riuniti, 1986. p. 119.

encorajar um processo de centralização político-organizativa que comprometesse as prerrogativas sindicais, o Protocolo Spadolini pode ser considerado muito mais como um “exercício de estilo”, que produziu consequências apenas no plano da experimentação da política concertativa.²²²

O primeiro verdadeiro acordo tripolar foi, com efeito, o Protocolo Scotti, de 22 de janeiro de 1983, assinado por alguns Ministros de estado, pelas principais organizações de empregadores e pelas três centrais sindicais de trabalhadores: CGIL, CISL e UIL.²²³ O Protocolo continha, além de obrigações relativas às partes sociais contrapostas (custo de vida, horário, aumentos salarial, automação e disciplina da contratação e do conflito), também uma série de obrigações por parte do governo para a adoção de regras legislativas e administrativas relacionadas tanto ao trabalho quanto ao consumo (preços administrativos, tarifas elétricas, transporte urbano), o que mostrou uma clara inscindibilidade entre a posição do trabalhador como produtor de riqueza e como usuário da riqueza socialmente disponível.²²⁴

Nesse sentido, no que diz respeito à forma, o Protocolo Scotti constituiu uma novidade, especialmente quanto ao contexto do confronto entre sindicato e o governo e as organizações de empregadores, o que resultou não apenas em uma coordenação de objetivos, até então atingíveis em mesas distintas de negociação, mas provocou uma dimensão de troca quase sinalagmática, expressa na própria estrutura do acordo: nele são encontradas obrigações recíprocas entre os sujeitos coletivos e compromissos unilaterais do governo não apenas em relação aos sindicatos, mas também em relação aos empregadores, o que constituiu não apenas o sinal mais eloquente da passagem de uma estrutura negocial bilateral para uma triangular, mas também uma troca que se pautou pelo equilíbrio entre prestações respectivas.²²⁵

Verdadeiro acordo tripolar celebrado pelas partes sociais e não mero “laudo arbitral Scotti”, como alguns à época o denominaram, tratou-se de um “scambio político” efêmero,

²²²FANIZZA, Fiammetta. *Breve storia della concertazione in Italia*. Bari: Cacucci, 2006. p. 13.

²²³ITALIA. Protocollo globale d'intesa sul costo del lavoro, (c.d. Protocollo Scotti), sottoscritto da Governo e organizzazioni sindacali dei lavoratori e dei datori di lavoro il 22 gennaio 1983. Disponível em: <<http://64.233.163.132/search?q=cache:h4Ssb071rb4J:www.csmb.unimore.it/on-line/Home/Prova/cardCatIndiceAZ.36000374.1.1000.IndiceAZ.html+sentenza+corte+costituzionale+iatalia+%227+febbraio+1985%22+n%C2%BA+34&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

²²⁴VALLEBONA, Antonio. *Istituzioni di diritto del diritto del lavoro*. 6. ed. Padova: CEDAM, 2008. p. 150-151.

²²⁵NAPOLI, Mario. L'accordo sul costo di lavoro: scambio politico o scambio negoziale?. In: *Conflitto e consenso: quadro legale e relazioni industriali degli anni ottanta*, cit., p. 164.

uma vez que o governo de então não possuía condições de verdadeiramente garantir a execução das obrigações recíprocas: a instabilidade era determinada, tanto pela questão orçamentária, como também pela conflitualidade presente na própria maioria parlamentar e pela hostilidade da oposição (PCI). No que se refere à esfera sindical propriamente dita, adquiriu especial importância a questão da incerteza ou mais apropriadamente, da falta de regras a respeito da estrutura da contratação coletiva e a respeito da representação sindical, aspecto nem ao menos tangenciado no Protocolo Scotti.²²⁶

Tais características fizeram com que o Protocolo Scotti fosse considerado um “scambio *ad hoc*, pagmático, oportunista, contingente e conjuntural”,²²⁷ o qual anuncia, por linha política conjuntural, apenas algumas “pré-condições mínimas de realização” de um novo tipo de corporativismo, as quais, por si só, não são suficientes para garantir a sua efetividade, a qual dependerá de um comportamento coerente no plano das relações coletivas de trabalho, tanto por parte das associações de todos os níveis, como também dos respectivos associados.²²⁸

Vale a pena registrar que o fato de os sindicatos voluntariamente limitarem a própria autonomia em prol da realização de um interesse comum e geral, como, por exemplo, o combate à inflação formalizado por meio da assinatura do Protocolo Scotti, não corresponde à automática eliminação do conflito capital-trabalho e muito menos à mágica superação da instintiva e intransponível desconfiança recíproca entre trabalhadores e empregadores, razão pela qual a segura representatividade dos atores sociais, entendida como a capacidade de cada um dos atores sociais de assumir obrigações e cumpri-las, é um elemento estrutural dos modelos concertativos.²²⁹

Ressalta-se também que, já na segunda metade da década de 1980 os entendimentos tripolares desapareceram do cenário das relações de trabalho na Europa em geral (exceto entre os países do norte da Europa), o que resultou rapidamente em autocríticas por parte daqueles que apostavam em uma estabilização das práticas neocorporativas nos sistemas europeus de relações coletivas de trabalho. Especificamente na Itália no início de 1984 tentou-se assinar um acordo semelhante ao assinado no ano anterior, o que não foi

²²⁶ GHERA, Edoardo. op. cit., p. 121-122.

²²⁷ CARINCI, Franco. Il protocollo d'intesa 23 luglio 1993 fra storia e cronaca. In: *Rivista di Economia Politica*, Roma, v.83, n. 10, p. 156, 1993.

²²⁸ PERA, Giuseppe. Corporativismo vecchio e nuovo. In: *Scritti di Giuseppe Pera: il diritto sindacale*. Milano: Giuffrè, 2007. v. 1, v. 1.

²²⁹ RUSCIANO, Mario. Dalla contrattazione alla concertazione: l'effimero modello neo-corporativo. In: RESCIGNO, Pietro (Dir.). *Trattato di diritto privato: impresa e lavoro*. 2. ed. Torino: UTET, 2004. v. 1, p. 171.

possível, por razões de natureza econômica, política e social²³⁰, reforçadas pelos limites e pela falta de aplicação do Protocolo de 1983,²³¹ fato que determinou uma ruptura profunda não somente na relação entre sindicato e governo, mas entre os próprios entes sindicais.²³²

Com efeito, a experiência da concertação social sofreu um forte revés em 1984, quando a componente comunista da CGIL se opôs ao corte do custo de vida previsto no Protocolo de 14 de fevereiro de 1984, também conhecido como Protocolo de São Valentim, assinado por, de um lado, pela CISL, pela UIL e pela componente socialista da CGIL (não mais juntas na Federação Unitária) e, do outro lado, pela CONFINDUSTRIA, pela INTERSIND, pela ASAP e pela CONFAPI (já signatárias do acordo de 1983), além de outras organizações de empregadores, tais como do artesanato, do comércio e da agricultura.²³³

Uma linha de continuidade entre o Protocolo Scotti e o Protocolo de São Valentim pode ser vislumbrada não apenas na referência expressa que este último faz ao primeiro, mas também no que se refere à identidade não só quanto ao objetivo (redução dos preços em 7% em 1985 e 5% em 1986), mas também quanto ao instrumento, construído sobre o clássico binário da contenção dos salários e do controle dos preços administrados e supervisionados e das tarifas, de modo a predeterminar os índices de inflação que determinariam o reajuste automático dos salários (9% para todo o ano de 1984).²³⁴

Todavia, a parte comunista da CGIL disse “não” ao Protocolo de San Valentim o que fez com que o modelo de concertação social até então praticado na Itália, revelado na sua “impossível informalidade”, fosse visto como um “gigante de pés de barro”.²³⁵ A recusa da componente comunista da CGIL a tais condições para a assinatura de um novo

²³⁰ LANGE, Peter. La crisi della concertazione sociale in Italia. *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*, Milano, v. 9, n. 33, p. 61, 1988.

²³¹ TREU, Tiziano. L'accordo del 22 gennaio: implicazioni e aspetti giuridico-istituzionali, In: *CESOS: le relazioni sindacali in Italia, Rapporto 1982/83*. Roma: Edizioni Lavoro, 1984. p. 395.

²³² RICCIARDI, Mario. *Le relazioni sindacali negli anni della concertazione*. Bologna: CLUEB, 1999. p. 36-37.

²³³ CARINCI, Franco. Riparlando de concertazione. In: *Diritto del lavoro: i nuovi problemi. L'omaggio dell'Accademia a Mattia Persiani*. Padova: CEDAM, 2005. v. 1, p. 374.

²³⁴ ITALIA. Protocollo d'intesa 14 febbraio 1984 (c.d. Accordo di S. Valentino), sottoscritto da Ministero del lavoro e della previdenza sociale, Agci, Ania, Asap, Casa, Cisl, Cispel, Cilai, Cna, Confederazione Nazionale Coltivatori Diretti, Confederazione Generale Agricoltura Italiana, Confapi, Confartigianato, Confederazione Italiana Coltivatori, Confcommercio, Confcooperative, Confesercenti, Confetra, Confindustria, Fenit, Intersind, Lega Nazionale delle Cooperative e Mutue, Uil. Disponível em: <<http://64.233.163.132/search?q=cache:h4Ssb071rb4J:www.csmb.unimore.it/on-line/Home/Prova/cardCatIndiceAZ.36000374.1.1000.IndiceAZ.html+sentenza+corte+costituzionale+italia+%227+febbraio+1985%22+n%C2%BA+34&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 18 maio 2010.

²³⁵ RUSCIANO, Mario. op. cit., v. 1, p. 177.

Protocolo deveu-se a uma série de fatores, dentre os quais se destacam: o menor interesse suscitado pelo seu conteúdo uma vez que uma nova discussão a respeito de um instituto de indubitável importância simbólica e econômica como a escala móvel não vinha compensada por nenhuma contrapartida relevante, bem como o maior ônus político, tanto para o Partido Comunista Italiano (PCI) quanto para a componente comunista da CGIL, em conceder um voto de confiança ao governo Craxi.²³⁶

A objeção por parte da componente comunista da CGIL quanto aos termos do Protocolo de São Valentim fez com que o governo Craxi, para realizar os seus objetivos e contrastar o veto emitido pelo PCI e pela componente comunista da CGIL, adotasse uma “performance decisionista”,²³⁷ por meio da qual ele não estipulou um acordo formal com todas as partes sociais, mas se limitou a consultá-las, o que resultou, como fruto da plena autonomia estatal, na edição da Lei nº 219 de 12 de junho de 1984 (Lei nº 219/1984), a respeito do custo de vida. Dessa forma o governo, mediante o exercício da sua autoridade política, apropriou-se de resultados que não conseguiu obter na mesa de negociação, deslegitimando, assim, a atividade negocial como “procedimento privilegiado de negociação social”.²³⁸

Tal fato acarretou retumbantes manifestações populares por parte da componente comunista da CGIL, as quais não foram bem-sucedidas, resultando em uma fragorosa derrota para a referida central sindical, tanto na esfera política quanto na esfera judicial. No que se refere à esfera judicial, inicialmente a derrota verificou-se no juízo de constitucionalidade, com a rejeição da demanda por parte do Tribunal Constitucional que firmemente declarou que o interesse coletivo, mesmo que de dimensão confederativa, não pode prevalecer sobre o interesse geral, cuja defesa é remetida aos poderes constitucionais, que permanecem soberanos mesmo na ausência de consenso sindical a respeito da norma a ser criada.²³⁹

Vale lembrar que posteriormente tal entendimento foi corroborado pela Corte de Cassação em sessão plenária, que, ao analisar uma ação de natureza condenatória proposta

²³⁶CARINCI, Franco. *Riparlano di concertazione*, cit., v. 1, p. 374.

²³⁷TREU, Tiziano. *Le nuove relazioni industriali*. In: TREU, Tiziano (a cura di). *Il patto contro l'inflazione: contenuti e documenti delle intese governo-sindacati*. Roma: Edizioni Lavoro, 1984. p. 17.

²³⁸MARIUCCI, Luigi. *Il decreto e la Repubblica*. *Politica del diritto*. Bologna, v. 15, n. 2, p. 336, 1984.

²³⁹ITALIA. Corte Costituzionale. Sentenza nº 34, 7 febbraio 1985. Disponível em: <<http://64.233.163.132/search?q=cache:h4Ssb071rb4J:www.csmb.unimore.it/online/Home/Prova/cardCatIndiceAZ.36000374.1.1000.IndiceAZ.html+sentenza+corte+costituzionale+italia+%27+febbraio+1985%22+n%C2%BA+34&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 27 fev. 2010. A sentença discutia o corte do custo de vida previsto no Decreto-Lei nº 70 de 1984, convertido na Lei 219/1984 sem o consenso da componente comunista da CGIL.

por um sindicato com o intuito de obter uma indenização pelo descumprimento, por parte do governo, de realizar determinadas reformas, confirmou, por meio da Sentença nº 34 de 7 de fevereiro de 1985, que as iniciativas legislativas e administrativas do governo não são suscetíveis de negociação vinculante.²⁴⁰

Irresignada, a componente comunista da CGIL propôs um referendo abrogatório da Lei nº 219/1984, o qual foi realizado em 9 de junho de 1985. Apesar do intenso debate anterior ao referendo, ao final da votação o “não” obteve vitória esmagadora, fato que acelerou o processo de desdobramento sindical já em percurso, emblematicamente representado pelo colapso da Federação Unitária sindical CGIL-CISL-UIL, e representou um duro golpe para a componente comunista da CGIL.²⁴¹

A decisão da componente comunista da CGIL de não assinar o Protocolo de São Valentim em 1984 deveu-se menos à falta de uma “cultura de governo” ou de uma adequada consciência do papel central que a concertação social teria em um programa de governo de esquerda, do que a um legado político deixado pela relação mantida com setores da esquerda na década anterior, quando a potencial participação dos sindicatos em experiências de concertação era vista como recurso político no conflito entre os partidos, mesmo na falta de uma necessidade econômica. Em face de tal dilema, o PCI escolheu a pior entre uma série de soluções extremamente desagradáveis e a componente comunista da CGIL deixou de firmar o Pacto de São Valentim.²⁴²

Não obstante o alto custo político, social e econômico de tal episódio, ele deve ser considerado um “acidente de percurso”, que não alterou a substancial continuidade da experiência de concertação unitária com as três centrais sindicais históricas. Com efeito, o impacto causado pela recusa por parte da componente comunista da CGIL ressaltou o caráter efetivo e não meramente ritual da concertação e evidenciou os seus limites jurídicos, corroborados pela Corte Constitucional que se limitou a observar o caráter atípico da concertação social, sem considerá-la inconstitucional: desse modo, o modelo

²⁴⁰ ITALIA. Corte Suprema di Cassazione. Sezioni Unite Civili. Sentenza n.º 124, 8 gennaio 1993. Disponível em:

<http://64.233.163.132/search?q=cache:39qx4IX_VkJ:www.giustizia.it/giustizia/it/contentview.wp%3Bjsessionid%3D597B0A9313F673349B6A59F6FD0E8433.ajpAL01%3FpreviousPage%3Dmg_1_13%26contentId%3DART51347+corte+suprema+di+cassazione+italiana+sezioni+unite+civili+%228+gennaio+1993%22&cd=8&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 27 fev. 2010.

²⁴¹ GIUGNI, Gino. *Diritto sindacale*. Bari: Cacucci, 2006. p. 205.

²⁴² LANGE, Peter. La crisi della concertazione sociale in Italia, cit., p. 71-72.

concertativo saiu ileso do ponto de vista jurídico e à disposição para ser utilizado pelas partes sociais e pelo governo.²⁴³

Nesse sentido, a partir de meados da década de 1980, superada (temporariamente) a idéia de uma concertação tripolar tendencialmente global e centralizada, começaram a ganhar espaço procedimentos diferenciados de “negociação”, “consulta” ou mesmo de “administração conjunta”, caracterizados por um forte envolvimento dos sindicatos. Em outras palavras, diante da impossibilidade de governar o nível “macro” das relações coletivas de trabalho, a fórmula da concertação social passou a ser aplicada no nível “meso” (isso é, de categoria) e também “micro” (ou seja, de empresa),²⁴⁴ o que produziu novos modelos de reestruturação industrial, também denominados “regulação microssocial da economia”.²⁴⁵

Buscou-se envolver, de modo cada vez mais freqüente e formal, a contratação coletiva de trabalho na regulamentação do mercado de trabalho e na gestão das empresas, atribuindo ao sindicato funções cada vez mais ricas e inéditas.²⁴⁶ A contratação coletiva de trabalho assumiu, assim, um papel fundamental para a “desregulamentação”, “re-regulamentação” e para a “descentralização-devolução” das fontes normativas e se tornou o objeto principal das leis trabalhistas, que passaram a fazer referência à contratação coletiva de trabalho para atribuir a esta última o papel de integrar, executar e substituir a disciplina de determinados institutos jurídicos.²⁴⁷

Como exemplo da aplicação dos reenvios legislativos, foi estipulada uma série de acordos em matéria de contratos de formação e trabalho, a tempo parcial e por prazo determinado, e de organismos paritários para a formação profissional: tratou-se dos acordos interconfederais estipulados com a CONFINDUSTRIA em 18 de fevereiro de 1998 em 13 de setembro de 1999; com a CONFAPI em 16 de novembro de 1988 em 23 de

²⁴³TRIONI, Guido. Il sistema del diritto sindacale: dalle rappresentanza alla rappresentatività. *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*, Milano, v.7, n. 27, p. 585, 1985.

²⁴⁴RUSCIANO, Mario. Autonomia sindacale, interesse collettivo e interesse generale. In: RESCIGNO, Pietro (dir.). *Trattato di diritto privato: impresa e lavoro*. 2. ed. Torino: UTET, 2004. v. 1, p. 183.

²⁴⁵REGINI, Marino. *Confini mobili: la costruzione dell'economia tra politica e società*. Bologna: Il Mulino, 1991. p. 11.

²⁴⁶DE LUCA TAMAJO, Raffaele. L'evoluzione dei contenuti e delle tipologie della contrattazione collettiva. *Rivista Italiana di Diritto del Lavoro*, Milano, v. 4, n. 1, p. 16, 1985.

²⁴⁷GIUGNI, Gino. Giuridificazione e deregolazione nel diritto del lavoro italiano. *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*, Milano, v. 8, n. 30, p. 315, 1986.

março de 1989 e em 2 de novembro de 1989; com a ASAP em 23 de junho de 1989 e com o INTERSIND em 5 de janeiro de 1990.²⁴⁸

Dessa maneira, foi possível verificar que na segunda metade da década de 1980, a interrupção, ou, mais apropriadamente, o redimensionamento das negociações triangulares, não determinou a interrupção das relações entre as partes sociais e o governo, nem tampouco reduziu o papel deste último nas relações sociais. Com efeito, o Estado manteve a prática de consultar as partes sociais separadamente antes de adotar medidas legais importantes em matéria de política econômica e continuou a fornecer recursos econômicos e, sobretudo, político-institucionais ao resultado da negociação alcançada entre as partes sociais. Buscou-se especialmente reforçar, por meio da institucionalização, o poder negocial e o papel do sindicato, sobretudo no mercado de trabalho, bem como a “dimensão cooperativa da relação entre as partes sociais”.²⁴⁹

Como exemplo prático de tal intuito, merecem ser citadas as normas que compuseram a “legislação da flexibilidade” (como, por exemplo, a Lei nº 56 de 28 de fevereiro de 1987), que provocou uma parcial desregulamentação que não visou abolir os vínculos coletivos e determinar um retorno ao contrato de trabalho individual, mas substituir a rigidez da lei imperativa pela delegação de poderes derogatórios ao sindicato e à contratação coletiva de trabalho, com o intuito de gerir os processos de inovação tecnológica e organizativa e de enfrentar os seus efeitos no que se refere ao desemprego.²⁵⁰ Dessa forma, é possível concluir que a desregulamentação praticada na Itália na década de 1980 teve como ponto positivo ter fornecido um sustento institucional decisivo ao sindicato, na medida em que não o limitou mas ao contrário atribuiu a ele maiores funções normativas e poderes negociais,²⁵¹ o que contribuiu decisivamente para que a concertação social alcançasse a sua fase áurea na Itália na década de 1990, como será visto a seguir.

²⁴⁸ Para uma sintética exposição dos conteúdos de tais acordos, vide: RICCIARDI, Mario. *Sindacati politica contrattazione*. Bologna: CLUEB, 1992. p. 178 e ss.

²⁴⁹ GHERA, Edoardo. op. cit., p. 127.

²⁵⁰ LISO, Francesco. Autonomia collettiva e occupazione. *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*, Milano, v. 20, n. 2, p. 191, 1998.

²⁵¹ GHERA, Edoardo. op. cit., p. 128.

3.3. Concertação social na Itália na década de 1990

Pode-se afirmar que nos primeiros anos da década de 1990 os três atores da concertação social eram fracos e por esse motivo precisavam apoiar-se mutuamente. Com efeito, a simultânea fraqueza dos três, apesar de qualitativamente distinta, pode inclusive explicar a incomum capacidade de superar resistências e oposições internas tradicionalmente fortes. Os empregadores à época tinham a imagem bastante prejudicada devido ao amplo envolvimento em atividades ilícitas. Os sindicatos, um pouco menos enfraquecidos que os demais atores, sofriam os efeitos do aumento do desemprego. Mas sem dúvida foram os governos da época, muitos dos quais baseados em credenciais técnicas não derivadas de maioria parlamentar, como por exemplo foram os “governos técnicos” Amato (1992), Ciampi (1993) e Dini (1995) os que mais precisaram do sustento externo e da legitimação fornecida pelas organizações de interesse, em substituição à legitimação social.²⁵²

Além do cenário político interno, outro fator importante externo colaborou decisivamente para o fortalecimento das práticas concertativas na Itália na década de 1990: o Tratado de Maastricht, o qual impôs aos países que pretendessem aderir à recém criada União Européia o saneamento das finanças públicas e o controle rígido da inflação. Nesse novo cenário, a política de rendas não serve mais para conter os efeitos inflacionários causados pelos altos salários em uma situação de expansão do mercado de trabalho e de (ao menos tendencial) pleno emprego, mas há como objetivo principal moderar o custo do trabalho (e conseqüentemente do preço dos produtos e dos serviços) para manter a taxa de inflação dentro dos parâmetros que todos os países pertencentes à União Européia devem observar e de conter os índices de desemprego.²⁵³

²⁵²REGINI, Marino. Le implicazioni teoriche della concertazione italiana. *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*. Milano, anno 18, n. 72, p. 740-741, ott./dic. 1996.

²⁵³O Tratado da União Européia (TUE), também conhecido como Tratado de Maastricht por ter sido assinado na cidade holandesa de mesmo nome em 7 de fevereiro de 1992, constituiu uma pedra angular no processo de integração européia, pois modificou e completou o Tratado de Paris de 1951 que criou a CEEA, os Tratados de Roma de 1957 que constituíram a CEE e o EURATOM, e ainda o Ato Único Europeu de 1986, e desse modo ultrapassou, pela primeira vez, o objetivo econômico inicial das Comunidades Européias de constituir um mercado comum, dando-lhes uma vocação de unidade política e alterando-lhes formalmente o nome para União Européia. No que tange à política econômica, o TUE teve o ambicioso plano de criar uma União Econômica Monetária, que teria como ponto de chegada a adoção de uma moeda única, o Euro, a partir de 1º de janeiro de 1999. Para tanto, foi estruturado um plano em três fases: a primeira, iniciada em 1990 e concluída em 31 de dezembro de 1993, teve como objetivo a livre circulação de capitais. A segunda fase iniciou-se em 1º de janeiro de 1994 e foi encerrada em 31 de dezembro de 1998. Durante esse período, os países membros da União Européia deveriam coordenar as suas políticas econômicas para atingir os

Tornou-se, assim, premente a necessidade de favorecer a cooperação da força de trabalho e, conseqüentemente, dos sindicatos, para definir e atuar de modo consensual tanto em relação a mecanismos de controle da dinâmica salarial como também no que se refere a políticas de emprego e de ocupação. Tais circunstâncias favoreceram, assim, a reabertura de entendimentos centralizados entre o governo e as partes sociais, não mais limitados ao tema da indexação automática dos salários, mas incluindo também reforma da estrutura da contratação coletiva de trabalho e das relações coletivas de trabalho como um todo.²⁵⁴

O novo ciclo de concertação social na Itália começou timidamente com a celebração de acordos interconfederais com, respectivamente, a CONFINDUSTRIA, em 25 de janeiro de 1990; com a INTERSIND e a ASAP, em 21 de fevereiro de 1990; e com a CONFAPI, em 27 de abril de 1990. Esses três acordos possuíram como característica comum o compromisso das partes sociais de assumir como parâmetros de comportamento para as sucessivas renovações de contratos coletivos de trabalho de categoria o respeito aos objetivos de política econômica e às exigências de competitividade internacional do sistema produtivo. Ademais, tais acordos marcaram a reaproximação gradual do ator político à negociação centralizada e anteciparam a tendência da vinculação entre políticas econômicas e contratuais e a reforma da estrutura da negociação coletiva de trabalho.²⁵⁵

Como resultado, em 6 de julho de 1990 foi possível a celebração de um Protocolo de Entendimentos sobre o custo do trabalho entre governo, CONFINDUSTRIA e Sindicatos, o qual forneceu uma solução, ainda que transitória, ao tema da indexação salarial e prorrogou o sistema então vigente até 31 de dezembro de 1991.²⁵⁶ Do referido documento, deve ser ressaltado que, diante da perspectiva de integração ao mercado

objetivos fixados quantitativamente e conhecidos como “critérios de convergência”, de redução da inflação, dos juros e das flutuações do câmbio entre as moedas europeias, de controle do *deficit* e da dívida pública. Os países que alcançaram essas metas poderiam passar à terceira e última fase da criação da União Econômica e Monetária. Essa terceira e última fase começaria em 1º de janeiro de 1999, quando o Euro circularia oficialmente e haveria a fixação irreversível da sua equivalência em relação às moedas que participariam da integração, bem como o estabelecimento de um Banco Central Europeu (BCE). Conforme previsto, o Mercado Único Europeu entrou em vigor em 1º de janeiro de 1993 e o Tratado de Maastricht, por sua vez, entrou em vigor em 1º de novembro de 1993. Em 1º de janeiro de 1999 o Euro entrou oficialmente em circulação e, dos então quinze integrantes da União Européia, Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal o adotaram como moeda oficial, sendo que Grécia, Reino Unido, Dinamarca e Suécia não acederam à “zona do Euro”. Maio res informações a respeito do TUE e sua história estão em UNIÃO EUROPÉIA. Disponível em: <http://europa.eu/abc/treaties/index_pt.htm>. Acesso em: 23 mar. 2010.

²⁵⁴ GHERA, Edoardo. op. cit., p. 129.

²⁵⁵ BELLARDI, Laura. *Concertazione e contrattazione: soggetti, poteri e dinamiche regolative*. Bari: Cacucci, 1999. p. 51-52.

²⁵⁶ GHERA, Edoardo. op. cit., p. 130.

européu, os três sujeitos reconhecem, a título de princípio, a necessidade de submeter os próprios comportamentos a regras e vínculos, para que sejam realizáveis os objetivos de redução da taxa de inflação e de crescimento da economia, e individualizam explicitamente os instrumentos a serem utilizados para tanto.²⁵⁷

A definitiva retomada das negociações triangulares, com o expresso compartilhamento de objetivos entre governo e partes sociais foi consolidada com o Protocolo de 31 de julho de 1992 (também denominado Protocolo Amato em homenagem ao então Primeiro-Ministro da Itália) e o Protocolo de 23 de julho de 1993 (também denominado Protocolo Ciampi em homenagem ao então Primeiro-Ministro da Itália), entre si ligados por uma continuidade tanto política quanto em termos de conteúdo. Pode-se, assim, afirmar, que o Protocolo de 1992 constituiu não apenas a premissa, mas uma verdadeira e própria predefinição de regras e objetivos posteriormente aperfeiçoados pelo Protocolo de 1993.²⁵⁸

Com efeito, o Protocolo de 1992 determinou o fim do sistema automático de reajuste dos salários, sem ter previsto a sua substituição por outro mecanismo de proteção dos salários contra os efeitos da inflação e introduziu uma “moratória” da contratação coletiva de trabalho em nível de empresa até o final de 1993. O governo, por sua vez, se comprometeu a realizar a reforma do mercado de trabalho no setor público, no sentido de privatizá-lo, e de emanar legislação a respeito de preços e tarifas, política fiscal, ocupação e investimentos.²⁵⁹

Verifica-se, dessa forma, que o aspecto central do Protocolo de 1992 foi a contenção da dinâmica salarial sem a contraprestação típica de “scambio político” verificada na década anterior.²⁶⁰ E dessa maneira, o Protocolo de 1992, além de ter eliminado o nó histórico-político da escala móvel (também denominado reajuste automático dos salários), foco de muitas tentativas de concertação social anteriores, estabeleceu as premissas para uma regulação tripolar da contratação coletiva de trabalho e das próprias futuras tentativas de concertação social.

²⁵⁷BELLARDI, Laura. *op. cit.*, p. 53.

²⁵⁸GHERRA, Edoardo. *op. cit.*, p. 131.

²⁵⁹ITALIA. Protocollo sulla politica dei redditi, la lotta all'inflazione e il costo del lavoro, siglato il 31 luglio 1992. Disponível em: <<http://64.233.163.132/search?q=cache:h4Ssb071rb4J:www.csmb.unimore.it/online/Home/Prova/cardCatIndiceAZ.36000374.1.1000.IndiceAZ.html+sentenza+corte+costituzionale+italia+%227+febbraio+1985%22+n%C2%BA+34&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 28 mar. 2010.

²⁶⁰REGINI, Marino. Le implicazioni teoriche della concertazione italiana, *cit.*, p. 726.

Importante ressaltar também que, por também ter sido assinado pela CGIL (o que causou inclusive a renúncia do seu presidente, Bruno Trentin), o Protocolo de 1992 representou um ponto de inflexão nas relações entre sindicato e partidos políticos de esquerda e inaugurou uma nova fase, na qual o sindicato “se faz governo” e “faz o governo” e, desse modo, delimitou uma autonomia estratégica em relação às forças políticas, com as quais recomeçou a estabelecer relações competitivas no que tange à capacidade de interpretar e representar as instâncias de uma comunidade desorientada e em fase de transição, como era a sociedade italiana daquela época.²⁶¹

Como resultado das sementes lançadas pelo Protocolo de 1992, chegou-se à definição de um verdadeiro e próprio código, quase uma “constituição material”, das relações coletivas de trabalho,²⁶² formalizado no Protocolo de 1993, o qual definiu um quadro de princípios aplicáveis tanto ao setor público quanto ao setor privado, com o objetivo de compatibilizar as contratações coletivas de trabalho com as políticas econômicas e, particularmente, com o propósito de conter a inflação e sanear as finanças públicas de acordo com os parâmetros definidos pelo processo de integração europeia. Regras que (re)legitimam o papel de cada um dos atores no sistema, os qualificam quanto aos poderes e às funções expressamente reconhecidas e os vinculam a procedimentos que lhes permitem atuar em um clima de confiança recíproca.²⁶³

O Protocolo de 1993 representou, assim, um salto qualitativo da concertação social: das experiências das décadas anteriores, centradas essencialmente na “troca política” entre recursos materiais e consenso, passou-se a um movimento mais claramente caracterizado pela “co-decisão” e pelo “compartilhamento de objetivos”, modelo no qual a concertação social passou a ser, antes de qualquer coisa, um verdadeiro “método de ação política”,²⁶⁴ cujo objetivo primordial foi limitar o índice de inflação dentro dos parâmetros a serem observados pelos demais membros da União Europeia.

²⁶¹ MANIA, Roberto; SATERIALE, Gaetano. *Relazione pericolose: sindacati e politica dopo la concertazione*. Bologna: Il Mulino, 2002. p. 69.

²⁶² CARINCI, Franco. Parlamento e concertazione. *Quaderni di Argomenti di Diritto del Lavoro*, Padova, n. 4, p. 29-30, 1999.

²⁶³ BELLARDI, Laura. Le relazioni industriali e il protocollo del 3 luglio 1993. *Lavoro Informazione*. Milano, v. 11, n. 18, p. 9, 1993.

²⁶⁴ BELLARDI, Laura. Institutionalizzazione e (ins)tabilità della concertazione sociale. *Argomenti di Diritto del Lavoro*, Padova, v. 6, n. 1, p. 87, 2001.

A respeito do Protocolo de 1993, inicialmente cabe ressaltar a verdadeira “inovação parainstitucional”²⁶⁵ representada pela previsão de duas sessões de confronto entre as partes sociais e o Estado a respeito de política salarial, sem contudo desrespeitar ou mesmo enfraquecer as competências constitucionais tanto do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo. Na primeira sessão, entre maio e junho são indicados às partes, antes da apresentação do documento de programação econômico-financeira, os objetivos de política orçamentária para o triênio sucessivo, no que tange à dinâmica da despesa pública, taxas de inflação programada, crescimento do Produto Interno Bruto e ocupação. Na segunda sessão, em setembro, “no âmbito dos aspectos atuativos da política orçamentária, a serem transpostos na lei orçamentária, serão definidas as medidas concretizadoras dos instrumentos de atuação da política salarial, individualizando as coerências dos comportamentos das partes no âmbito de suas respectivas responsabilidades”.²⁶⁶

No que tange à estrutura da contratação coletiva de trabalho necessária à concretização das políticas definidas de comum acordo conforme o processo acima descrito, confirmou-se claramente a existência de um duplo nível de negociação coletiva de trabalho: um nacional e outro descentralizado (por empresa ou territorial). Porém, ao contrário do que acontecia no passado, existem nítidas diferenças de competência entre os dois níveis de negociação, mesmo que o Contrato Coletivo Nacional de Trabalho tenha a obrigação de individualizar as próprias matérias, não negociáveis em nível de empresa. Ademais, para aliviar a sobrecarga de matérias e de tensão inerente à renovação de contratos, foi prevista uma distinção, no interior do Contrato Coletivo Nacional de Trabalho, entre uma parte normativa, renovável a cada quatro anos; e outra econômica, renovável a cada dois anos.²⁶⁷

²⁶⁵ ACCORNERO, Aris. Protocollo delle regole e cultura della concertazione. In: Ufficio Studi Relazioni Industriali e Amministrazione Telecom Italia (A cura di). *Il Protocollo del luglio 1993*. Spunti per un dibattito. Roma: Aisri; Milano: Franco Angeli, 1993. p. 36.

²⁶⁶ ITALIA. Protocollo sulla politica dei redditi e dell'occupazione, sugli assetti contrattuali, sulle politiche del lavoro e sul sostegno al sistema produttivo.. Disponível em: <<http://64.233.163.132/search?q=cache:h4Ssb071rb4J:www.csmb.unimore.it/on-line/Home/Prova/cardCatIndiceAZ.36000374.1.1000.IndiceAZ.html+sentenza+corte+costituzionale+italia+%227+febbraio+1985%22+n%C2%BA+34&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

²⁶⁷ ITALIA. Protocollo sulla politica dei redditi e dell'occupazione, sugli assetti contrattuali, sulle politiche del lavoro e sul sostegno al sistema produttivo. Disponível em: <<http://64.233.163.132/search?q=cache:h4Ssb071rb4J:www.csmb.unimore.it/on-line/Home/Prova/cardCatIndiceAZ.36000374.1.1000.IndiceAZ.html+sentenza+corte+costituzionale+italia+%227+febbraio+1985%22+n%C2%BA+34&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

Forma-se, dessa maneira, um modelo que, se por um lado pode ser caracterizado pela centralidade do Contrato Coletivo Nacional de Trabalho, o qual esculpe a área de incidência da contratação descentralizada e desse modo acaba por desempenhar um papel de guia e controle da negociação em nível de empresa; por outro lado contém elementos de tímida valorização do nível descentralizado, ao qual é atribuído não tanto um caráter “integrativo”, mas uma função inspirada, em sentido amplo, pela idéia de subsidiariedade.²⁶⁸

Estreitamente vinculado aos níveis de contratação coletiva de trabalho, o Protocolo de 1993 inovou na parte relativa à disciplina dos sujeitos coletivos, ao prever a constituição de órgãos de Representação Sindical Unitária (RSU), que paulatinamente deveriam substituir os órgãos de Representação Sindical Empresarial (RSA) no local de trabalho; e ao reservar um terço das cadeiras da RSU às confederações sindicais históricas, em uma regra denominada “cláusula do terço”,²⁶⁹ inovação que teve como objetivo garantir um forte vínculo entre o nível nacional e o nível descentralizado de negociação coletiva de trabalho, este último bastante prestigiado pelo Protocolo de 1993, conforme acima mencionado. Tais regras, na medida em que qualificaram e legitimaram o papel de cada um dos sujeitos dentro das relações coletivas de trabalho, no que se refere aos poderes e às funções expressamente reconhecidas, vincularam a tais prerrogativas procedimentos que demandam, na medida do possível, confiança mútua.²⁷⁰

Adicionalmente, a criação da RSU e da respectiva “cláusula do terço” representou uma “solução salomônica” de compromisso tanto entre sindicato de trabalhadores e empregadores, quanto entre os próprios sindicatos de trabalhadores: de um lado, ao subtrair

²⁶⁸TREU, Tiziano. L'accordo del 23 luglio 1993: assetto contrattuale e struttura della retribuzione. *Rivista Giuridica del Lavoro e della Previdenza Sociale*, Roma, v. 44, n.1., p. 224, 1993.

²⁶⁹Conforme esclarece Edoardo Ghera (La riforma della rappresentanza sindacale nel protocollo di luglio e nell' accordo interconfederale del 20 dicembre 1993 In: GHERA, Edoardo; BOZZAO, Paola (Orgs). *La rappresentanza sindacale nei luoghi di lavoro*. Roma: SIPI, 1994. p. 9), o Protocolo de 1993 e o sucessivo Acordo Interconfederal para a constituição da RSU, assinado em 20 de dezembro de 1993 pela CONFINDUSTRIA, INTERSIND, CGIL, CISL e UIL, realizando um clássico compromisso entre os dois modelos clássicos de representação dos trabalhadores no local de trabalho (a canal único ou a canal duplo), previram para a constituição das novas estruturas unitárias uma composição mista, na qual convive tanto a representação eleitoral, sendo dois terços dos componentes da RSU eleitos por todos os trabalhadores da unidade produtiva, quanto a representação associativa, representada pela reserva de um terço das cadeiras da RSU às associações sindicais signatárias do Contrato Coletivo Nacional de Trabalho aplicável na unidade produtiva. Conforme previsto no Acordo Interconfederal, a RSU pode ser constituída em unidades produtivas com quinze ou mais empregados por iniciativa conjunta ou individual: i) das confederações sindicais signatárias tanto do Protocolo de 1993 quanto do Contrato Coletivo Nacional de Trabalho, ou ii) dos sindicatos que alcançassem o nível mínimo de 5% (cinco por cento) de filiação dos trabalhadores e tivessem prestado formal adesão ao Acordo Interconfederal.

²⁷⁰BELLARDI, Lualba. *Concertazione e contrattazione: soggetti, poteri e dinamiche regolative*, cit., p. 64.

a constituição dos órgãos de representação interna dos trabalhadores exclusivamente aos mecanismos de competição político-sindical, realiza-se o interesse do empregador de possuir um interlocutor estável e relativamente constante, de outro, conciliam-se as lógicas do sindicato-movimento, própria da CGIL, com a lógica do sindicato-associação, própria da CISL. Tratou-se do “*preço principal pedido pela CONFINDÚSTRIA para aderir ao nível duplo de contratação, pois tinha medo de perder pelo caminho as contrapartes nacionais e de encontrar no local do trabalho representações incontroladas e irresponsáveis: um preço pago de bom grado tanto pela CISL e pela UIL, quanto pela CGIL*”.²⁷¹

Como resultado do surgimento da RSU no cenário jurídico italiano, em 1995 foi realizado um referendo popular que abrogou o artigo 19, §1º, letra “a” e parte da letra “b” do Estatuto dos Trabalhadores. Desse modo, suprimida a letra “a”, a nova redação da sucessiva letra “b” constitui o índice exclusivo de representatividade e, portanto, a única chave de acesso aos direitos sindicais. A matéria foi transferida completamente à competência da contratação coletiva de trabalho e “é como dizer que hoje o Estatuto, promovendo e facilitando a contratação em favor dos sindicatos que já celebraram o contrato, sustenta, de fato, quem já se colocou de pé”,²⁷² sendo que posteriormente a legitimidade de tal alteração legislativa foi inclusive confirmada pela Corte Constitucional.²⁷³

Nesse sentido, o êxito final do referendo abrogatório realizado em 1995, que corroborou a passagem da RSA para a RSU que o Protocolo de 1993 pretendeu induzir, deveu-se ao fato de que tal resultado político expresso por meio da vontade popular, ao invés de ter provocado uma ruptura do oligopólio das confederações sindicais, reforçou-o, na medida em que, nas eleições para a RSU realizadas a partir de 1994, CGIL, CISL e UIL obtiveram resultados expressivos, em uma “verdadeira relegitimação social do sindicalismo confederativo”²⁷⁴, constringendo o sindicalismo autônomo a aceitar, para permanecer em competição com os demais sindicatos, a adesão a um sistema de regras organizado para restringi-lo por meio da verificação preventiva de um mínimo de

²⁷¹CARINCI, Franco. Il protocollo d'intesa 23 luglio 1993 fra storia e cronaca, cit., p. 164.

²⁷²GIUGNI, Gianni. La rappresentanza sindacale dopo il referendum. *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*. Milano, anno 17, n.7, p. 359, 1995.

²⁷³ITALIA. Corte Costituzionale. Sentenza 12 luglio 1996 n° 244. Disponível em: <http://www.cortecostituzionale.it/giurisprudenza/pronunce/scheda_indice.asp?sez=indice&Comando=LE T&NoDec=244&AnnoDec=1996&TrmD=&TrmM=>>. Acesso em: 02 abr. 2010.

²⁷⁴CARRIERI, Mimmo. *L'incerta rappresentanza: sindacati e consenso negli anni '90: dal monopólio confederale alle rappresentanze sindacali unitarie*. Bologna: Il Mulino, 1995. p. 32.

consistência (filiação de pelo menos cinco por cento dos trabalhadores com direito a voto) e do “desafio” eleitoral.²⁷⁵

De todo o exposto, pode-se concluir que o Protocolo de 1993 determinou, fundamentalmente, as regras para futuros entendimentos entre partes sociais. Não obstante o clima de profunda incerteza a respeito da transição política, o impulso à institucionalização das relações entre as partes sociais prevaleceu, considerando que o limite da informalidade é imposto pelo risco de tornar as relações coletivas de trabalho mais vulneráveis ao jogo de forças entre os sujeitos das relações coletivas de trabalho. Todavia, isso não se traduziu na imposição de vínculos, mas na delegação de responsabilidade e de funções às organizações de interesse, em um contexto caracterizado pela crise e pela presença de objetivos compartilhados.²⁷⁶ E desse modo, tal protocolo criou os pressupostos e os instrumentos para a estabilização, na fase de aplicação das novas regras, do modelo de concertação social.²⁷⁷

Logo, o Protocolo de 1993 não foi um “epílogo das políticas de concertação, mas significou o seu início na Itália”.²⁷⁸ Os anos sucessivos evidenciaram elementos de crise do modelo concertativo ou de modalidades de sua aplicação. Em alguns casos, tais deficiências podem ser atribuídas a fatores tipicamente políticos, em outros, foi possível verificar uma ainda incipiente cultura da concertação e de compartilhamento de suas regras, não tendo sido possível assegurar a sua estabilidade.²⁷⁹

Tendo à vista os fracos resultados alcançados pelas medidas nele definidas²⁸⁰, o Protocolo de 1993 foi posteriormente corrigido pelo Pacto pelo Trabalho de 24 de setembro de 1996, com o objetivo de favorecer a ativa administração da dinâmica da ocupação e, sobretudo, de absorver gradualmente o desemprego, sem iniciar uma espiral inflacionária.²⁸¹ Tal Pacto não foi um entendimento a respeito de regras, como foi o Protocolo de 1993, mas um projeto suficientemente orgânico de reforma do mercado de

²⁷⁵ PESSI, Roberto. La rappresentatività confederale tra concertazione e concorrenza. In: *Rappresentanza, rappresentatività, sindacato in azienda ed altri studi*. Studi in onore di Mario Grandi. Padova: CEDAM, 2005. p. 615.

²⁷⁶ REGINI, Marino. Le implicazioni teoriche della concertazione italiana, cit., p. 729.

²⁷⁷ ALLEVA, Pier Giovanni. L'accordo del 23 luglio 1993: un'analisi critica. *Rivista Giuridica del Lavoro e della Previdenza Sociale*, Roma, v. 44, n. 1, p. 245, 1993.

²⁷⁸ ACCORNERO, Aris. La partecipazione come prospettiva emancipatoria del nostro secolo? *L'impresa al plurale*: quaderni della partecipazione, Milano, n.3/4, p. 41, magg. 1999.

²⁷⁹ REGINI, Marino. Le implicazioni teoriche della concertazione italiana, cit., p. 742-743.

²⁸⁰ DELL'ARINGA, Carlo. Mercato del lavoro e occupazione. In: Ufficio Studi Relazioni Industriali e Amministrazione Telecom Italia (A cura di). *Il Protocollo del luglio 1993*. Spunti per un dibattito. Roma/Milano: Aisri/Franco Angeli, 1993.

²⁸¹ GHEZZI, Giorgio; ROMAGNOLI, Umberto. *Diritto sindacale*. Bologna: Zanichelli, 1997. p. 105-106.

trabalho que se pautou tanto pela territorialização quanto pela introdução de novos tipos de contrato de trabalho, com o intuito de adaptar a rede de tutela legal a novas categorias multiformes de trabalhadores com necessidades distintas durante os diversos momentos de suas vidas profissionais.²⁸²

A respeito da territorialização, vale a pena recordar que a Lei nº 662, de 23 de dezembro de 1996, limitava-se a individuar as tipologias contratuais que poderiam ser praticadas e a fixar diretrizes de orientação, deixando para um momento posterior a emanção de regras que disciplinassem de maneira mais completas os referidos instrumentos. Tal atividade foi atribuída, por força de lei, ao Comitê Interministerial para a Programação Econômica (CIPE) o qual, em 21 de março de 1997, decidiu adotar uma disciplina unitária para os pactos territoriais, que seria aplicável a todos os ramos da atividade econômica e em toda a Itália, com o objetivo de promover o desenvolvimento local em âmbito subregional. Todavia, ficou definido que os recursos específicos destinados pelo CIPE aos pactos territoriais apenas seriam destinados a áreas economicamente atrasadas.²⁸³

No que tange às novas tipologias de contrato de trabalho, vale a pena registrar que em 24 de junho de 1997 foi promulgada a Lei nº 196, também conhecida como “pacote Treu”, o qual, de maneira inovadora, acabou com uma proibição existente no ordenamento jurídico italiano desde 1960 e regulamentou o contrato de trabalho temporário, uma relação triangular a ser estabelecida entre o trabalhador, a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora de serviços. Outras importantes novidades foram introduzidas pelo pacote Treu para favorecer o trabalho a tempo parcial, os contratos por prazo determinado e os contratos de formação e trabalho.²⁸⁴

Nesse cenário, as indicações contidas no Relatório Conclusivo da Comissão Giugni a respeito do Protocolo de 1993²⁸⁵ levaram o governo D’Alema a buscar uma legitimação compensatória por meio de um acordo, denominado “Pacto social para o desenvolvimento e a ocupação”, também conhecido como “Pacto de Natal”, assinado em 22 de dezembro de

²⁸² MANIA, Roberto; SATERIALE, Gaetano. op. cit., p. 91.

²⁸³ D’ANGELO, Giuseppe. Programmazione, concertazione ed intervento pubblico nell’economia: i patti territoriali. *Lavoro e Previdenza Oggi*, Milano, anno 28, n. 4, p. 639, apr. 2000.

²⁸⁴ ITALIA. Legge 24 giugno 1997, n. 196. Disponível em: <<http://www.normattiva.it/dispatcher?service=213&datagu=1997-07-04&annoatto=1997&numeroatto=196&task=ricercaatti&elementiperpagina=50&redaz=097G0227&afterrif=yes&newsearch=1&fromurn=yes&paginadamostrare=1&tmstp=1270327686205>>. Acesso em: 02 abr. 2010.

²⁸⁵ ITALIA. Commissione per la verifica del Protocollo del 23 luglio 1993. Presidente Gino Giugni. Relazione Finale. *Rivista Giuridica del Lavoro e della Previdenza Sociale*, Roma, v. 49, n. 3, p. 571, 1998.

1998. Tratou-se de um acordo que, pela quantidade de participantes (trinta e três, incluindo o governo, sendo o lado patronal composto por vinte e uma entidades, lideradas pela CONFINDUSTRIA, e o lado dos trabalhadores composto por onze entidades, lideradas pela CGIL, CISL e UIL) e pela sofisticação dos conteúdos, pretendia ser o ápice de uma inteira sequência concertativa.²⁸⁶

Uma continuidade não apenas política, mas também de estratégia e de conteúdo liga o Pacto de 1998 aos dois Protocolos precedentes, dos quais representou “tanto uma cola quanto uma terapia”, tanto uma especificação quanto um aprofundamento, bem como o pressuposto para a estabilização do método concertativo e da racionalização das relações de trabalho, graças a um texto que refletiu fortemente o contexto europeu-comunitário.²⁸⁷

Com o intuito de favorecer o diálogo nos diversos e articulados processos decisórios, pela primeira vez na Europa a concertação social foi dividida em dois níveis: nacional e descentralizado. Adicionalmente, procedimentos distintos foram previstos de acordo com a matéria a ser objeto dos entendimentos. Foi feita uma distinção entre matérias de política social com efeito sobre as finanças do Estado e matéria de competência das partes sociais. No primeiro caso foi previsto um confronto prévio com as partes sociais em momentos indicados pelo próprio governo, durante o qual as partes sociais podem exprimir as suas observações e sugerir correções, que poderão ser ou não acatadas pelo governo. Para as matérias de competência das partes sociais e que não impactem as finanças públicas, o procedimento especificado pelo Pacto de 1998 atribui a decisão ao governo em conjunto com as partes sociais onde seja necessária uma intervenção legislativa, conforme se verifica a partir da leitura do referido documento:

“(...) 2. O método da concertação (...)”

3. Como consequência, a estrutura da concertação será definida da seguinte forma:

- para as matérias de política social que comportem um empenho de despesa por parte do orçamento do Estado, o governo realizará entendimentos prévios com as partes sociais, estabelecendo também, prazos temporais para a formulação de opiniões e eventuais propostas corretivas;
- no que se refere, ao contrário, às matérias que dizem respeito diretamente entre as relações entre empresas, seus trabalhadores e as

²⁸⁶CARINCI, Franco. Riparlando de concertazione, cit., v. 1, p. 384.

²⁸⁷VENEZIANI, Bruno. Concertazione ed occupazione: um dialogo interrotto? In: *Rappresentanza, rappresentatività, sindacato in azienda ed altri studi*. Studi in onore di Mario Grandi. Padova: CEDAM, 2005. p. 800.

respectivas organizações de representação e não comportem um empenho de despesa por parte do orçamento do Estado, ou para as partes normativas de medidas que, apesar de comportarem tal empenho de despesas, dizem respeito às mesmas matérias, inclusive as relativas às disciplinas comunitárias, será definido um sistema de regras que indiquem um percurso temporalmente regulamentado, apto a desenvolver as relações bilaterais das partes sociais com o objetivo de buscar e individualizar soluções coerentes com os objetivos da concertação.

4. Em particular, a respeito das matérias supra mencionadas:

- o Governo iniciará entendimentos prévios com as partes sociais a respeito de objetivos gerais a respeito do objeto da intervenção. A respeito do conteúdo de tais medidas e a respeito dos efeitos de caráter social e econômico as partes exprimirão as suas respectivas posições de mérito. O governo levará em conta as observações feitas, avaliará a oportunidade de realizar tal intervenção e as soluções normativas coerentes;
- na supracitada fase de entendimentos, as partes sociais poderão decidir, de comum acordo, disciplinar inteiramente ou em parte, os conteúdos das intervenções por meio de acordos bilaterais. Em tal caso, pedirão ao Governo que ele determine um prazo pré-fixado de duração razoável, durante o qual as partes poderão concluí-lo.
- nesse caso, no qual o acordo tenha sido concluído dentro do prazo pré-estabelecido e tenha sido coerente com as orientações anteriormente expressas pelo governo, ou tenha sido traduzido em um pacto concertativo trilateral, o próprio comprometer-se-á a promover-lo e a sustentá-lo em sede parlamentar, inclusive utilizando formas de consulta permanente com as próprias partes.

5. O procedimento acima indicado deve ser considerado válido também na hipótese em que a iniciativa de intervenção das matérias supramencionadas seja exercitada conjuntamente pelas partes soiais, previamente à fixação de objetivos com o Governo”.²⁸⁸

Formalizou-se, dessa maneira, um “duplo percurso de concertação: a concertação e a legislação negociada”, as quais podem ser consideradas “fungíveis”, na medida em que, em relação a decisões que possam impactar o orçamento estatal, as partes sociais podem considerar a conveniência de uma norma legislada e definir a respectiva formulação. Caso esteja em linha com os interesses do Poder Executivo, o acordo bipolar pode transformar-se em ato tripolar que posteriormente será convertido em ato legislativo. Vislumbrou-se, dessa maneira, a concertação como um “*método de formação das decisões e das políticas*”

²⁸⁸ ITALIA. Patto Sociale per lo sviluppo e l’occupazione siglato il 22 dicembre 1998. Disponível em: <<http://64.233.163.132/search?q=cache:h4Ssb071rb4J:www.csmb.unimore.it/on-line/Home/Prova/cardCatIndiceAZ.36000374.1.1000.IndiceAZ.html+sentenza+corte+costituzionale+italia+%227+febbraio+1985%22+n%C2%BA+34&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 28 mar. 2010.

*públicas vinculante tanto para o governo quanto para as partes sociais (e, por isso, em definitivo, como fonte normativa sobre a produção de regras de coordenação entre os sujeitos da concertação social e, especialmente, como instrumento de vinculação entre legislação e autonomia privada coletiva”.*²⁸⁹

De acordo com autorizada doutrina, apesar de o Pacto de Natal ter atuado mais como um “acordo-manifesto” do que como um conjunto de compromissos precisos e de prazos definidos, devido a uma ampliação do objeto, vislumbrou-se a intenção de superar os resultados obtidos com o Protocolo de 1993, no sentido de criar um modelo concertativo forte, por meio da confirmação das duas sessões sobre política salarial já previstas no Protocolo de 1993 e do reforço da concertação em nível nacional, paralelamente à sua extensão em nível territorial, merecendo por tal motivo o nome de “nova constituição da concertação social”.²⁹⁰

Não obstante a sua importante contribuição, o Pacto de 1998 passou muito ao largo do tema da representatividade sindical, considerado o problema central das relações coletivas de trabalho e condição fundamental para que a concertação social não se torne um “método político claudicante”. Com efeito, no referido pacto social o Sindicato foi visto como um sujeito político investido “de cima para baixo” de um poder de participação nas decisões governamentais, sendo indiferente o fato de que a representatividade sindical continuou a ser mais presumida do que real. Prevalecia até então a idéia de que a legitimação subjetiva da atuação sindical, caso fosse um problema, seria um problema com o qual seria possível (se não recomendável) ainda conviver.²⁹¹

No campo dos conflitos coletivos de trabalho, a escassa regulamentação da matéria existente à época começou a causar problemas, principalmente no setor terciário da economia, o que acentuou os limites do sistema de relações de trabalho italiano, evidenciados ainda mais à medida que o processo de integração comunitária avançava.²⁹² De maneira paralela e progressiva, as deficiências e fraquezas verificadas no Pacto de 1998 se tornaram cada vez mais explícitas e insustentáveis, o que fez com que nos anos 2000 a prática da concertação social sofresse uma mudança radical, como será visto no item a seguir.

²⁸⁹ GHERA, Edoardo. *Apud* MANIA, Roberto; SATERIALE, Gaetano. op. cit., p. 38.

²⁹⁰ CARINCI, Franco. Parlamento e concertazione, cit., p. 30-31.

²⁹¹ RUSCIANO, Mario. Autonomia sindacale, interesse collettivo e interesse generale, cit., v. 1, p. 205-206.

²⁹² CELLA, Gian Primo. Il conflitto e le forme di prevenzione e controllo. In: BRUNETTA, Renato; CELLA, Gian Primo; TREU, Tiziano; URBANI, Giuliano (A cura di). *Il conflitto e le relazioni di lavoro negli anni '90*. Torino: Giappichelli, 1992. p. 98.

3.4. O fim da concertação social estruturada e o início do diálogo social na Itália nos anos 2000

No início dos anos 2000, a concertação social parecia ter alcançado na Itália um ponto de estabilidade e maturidade na relação entre os atores sociais e uma dinâmica virtuosa entre sistema político-estatal e sistema de relações coletivas de trabalho. Ironicamente, por ter alcançado tal nível de excelência, a concertação social começou a entrar em crise, por motivos institucionais, sindicais, políticos e econômicos,²⁹³ o que induziu a adoção de um modelo de “autoridade unilateral”, qual seja, o caminho das “reformas sem consenso social”, por meio da via parlamentar.²⁹⁴

Nesse sentido, o método da concertação, que “para o bem ou para o mal, desenvolveu na Itália uma função essencial do ponto de vista da capacidade de combinar inovação e garantia da coesão social”,²⁹⁵ passou a ser fortemente questionado por todos os lados do contexto político-social: pela esquerda sindical e política, que considerou a concertação um freio à livre manifestação da conflitualidade, e pela direita econômica e política, que viu na concertação também um freio, mas dessa vez ao desenvolvimento e ao exercício da liberdade de empresa, sob a premissa de que a atuação coletiva e as organizações de interesse comprometem a eficiência do sistema econômico.

Além disso, a ruptura traumática, e possivelmente não conjuntural, da unidade sindical até então existente, dificultou bastante a retomada da concertação social: sujeitos fortes, centralizados e estáveis e, portanto, tendencialmente unitários ou motivados pela unidade, são não apenas compatíveis, mas também organicamente promotores da concertação social. O sindicalismo concorrencial então presente e a falta de um projeto unificado a respeito do mercado de trabalho não correspondiam ao tradicional papel desenvolvido pelo sindicalismo confederativo italiano, nem tampouco à sua tradicional capacidade de sintetizar as instâncias micro e macro econômicas rumo a um processo concertativo coerente com os valores constitucionais.²⁹⁶

²⁹³ PERULLI, Adalberto. op. cit., p. 599.

²⁹⁴ REGINI, Marino. I mutamenti nella regolazione del lavoro e il irresistibile declinio dei sindacati europei. *Stato e Mercato*, Bologna, n. 1, p. 102, apr. 2003.

²⁹⁵ MARIUCCI, Luigi. La forza di un pensiero debole. Una critica del "Libro Bianco del Lavoro". In: *Lavoro e Diritto*, Bologna, p. 4, 2002.

²⁹⁶ D'ANTONA, Massimo. Il quarto comma dell' art. 39 Cost., oggi. *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*, Milano, anno 20, n. 80, p. 665, ott./dic 1998.

Como consequência, a nova palavra de ordem passou a ser “diálogo social”, inspirado no modelo europeu comunitário e que representou o pretexto ideal para a retomada do inevitável imperativo de “modernização” do ordenamento jurídico trabalhista italiano e de “adequação à Europa”, no que se refere à superação da inderrogabilidade das normas de direito do trabalho.²⁹⁷ Dessa maneira, o modelo de diálogo social comunitário, apesar de poder ser criticado na medida em que inseriu as partes sociais comunitárias no processo decisional de outros sujeitos para garantir uma “sensação” de democracia em relação às normas comunitárias de matéria social, e consequentemente ressaltar a autoridade do governo e relegar a um plano secundário o poder das representações de interesse,²⁹⁸ serviu de inspiração e foi positivamente avaliado pelo principal autor do primeiro documento significativo a respeito das relações de trabalho italianas publicado na década de 2000: “O Livro Branco sobre o Mercado de Trabalho”.²⁹⁹

À publicação do “Livro Branco sobre o Mercado de Trabalho” apresentado em outubro de 2001 seguiu-se a assinatura do Pacto pela Itália de 2002, assinado por apenas duas das principais confederações sindicais de trabalhadores (CISL e UIL) e que continha o expreso compromisso de ativar a concertação social como método para garantir “uma eficaz política de rendas, segundo previsto no Protocolo de 23 de julho de 1993”, para “dar estabilidade e força ao crescimento econômico” e “assegurar a busca do equilíbrio das finanças públicas”.³⁰⁰ Não obstante, na concretização do Pacto de 2002, consubstanciada na Lei Delegada nº 30 de 2003 e no Decreto Legislativo nº 276 de 2003, o processo de concertação social parece ter sido completamente esquecido.

Com efeito, o governo preferiu substituir a concertação prevista no Pacto de 2002 por outro método, indicado no Livro Branco de 2001, no qual se afirmou a necessidade de favorecer “a passagem de uma política de renda para uma política para a competitividade mediante a adoção de uma nova metodologia de confronto, fundamentada em acordos específicos, rigorosamente monitorados na sua fase de implementação, ficando melhor

²⁹⁷ BANO, Fabrizio. Diritto del lavoro e nuove tecniche di regolazione: il soft law. *Lavoro e Diritto*, Bologna, n. 1, p. 49, genn./mar.2003.

²⁹⁸ GRANDI, Gaetano Zilio. *Diritti sociali e diritti nel lavoro*. Torino: Giappichelli, 2006. p. 101.

²⁹⁹ BIAGI, Marco. Competitività e risorse umane: modernizzare la regolazione dei rapporti di lavoro. *Rivista Italiana di Diritto del Lavoro*, Milano, v. 20, n. 3, p. 257, 2001.

³⁰⁰ ITALIA. Accordo Interconfederale 5 Luglio 2002 - Patto per L'Italia – Contratto per il Lavoro - Intesa per la competitività e l'inclusione sociale. Disponível em: <<http://www.confetra.it/it/prontuari/PattoItalia-2002.pdf>> Acesso em: 21 fev. 2010.

delimitada as recíprocas responsabilidades entre governo e partes sociais”.³⁰¹ Tratou-se, enfim, de um procedimento de consulta para adquirir o consenso das partes sociais a iniciativas legislativas que, de qualquer forma, representaram uma atuação unilateral do governo.

Possivelmente a escolha feita a partir do Livro Branco, que negou às partes sociais qualquer poder de veto e abandonou a regra da unanimidade que sempre acompanhava a concertação social, teve como objetivo superar o poder de veto da maior central sindical italiana em número de filiados, a CGIL. Com efeito, os autores do Livro Branco, cientes de que o sistema político bipolar, então recentemente adotado na Itália, criaria uma forte assimetria horizontal que privilegiaria o relacionamento do Estado com certas e específicas organizações de interesse, aproveitou a oportunidade para substituir o critério da unanimidade pelo critério da maioria, avaliada pelo número de partes signatárias, e não pela respectiva consistência representativa.³⁰²

Importante ressaltar também que o Livro Branco deixa de lado o problema da representatividade e da eficácia dos contratos assumidos entre as partes sociais, em uma formal homenagem “a tradição autoregular de partes sociais italianas”, mas que de fato representou a continuação da falta de regras a respeito de temas que podem ser considerados “o verdadeiro calcanhar de Aquiles do sistema italiano de relações sindicais” e importantes elementos da concertação social, na medida em que esta pode ser entendida como a intenção de criar condições para a obtenção de consenso entre os mais relevantes sujeitos representativos, tendo o Livro Branco partido exatamente da intenção oposta.³⁰³

Com fundamento então nas premissas definidas pelo Livro Branco de 2001, o governo assumiu no Decreto Legislativo nº 276/2003 o papel de mediação, de promoção, mas nunca entrou em uma relação de negociação com as partes sociais. Faltaram momentos de verdadeira e própria concertação social, assim como ficaram conhecidos na experiência sindical. Faltam técnicas regulatórias, nascidas a partir da experiência de concertação, de procedimentalização do poder diretivo do empregador com o envolvimento também da estrutura administrativa. Mesmo a técnica de reenvio à contratação coletiva de trabalho praticada pelo referido decreto ficou prejudicada pela

³⁰¹ ITALIA. Libro Bianco sul Mercato del Lavoro in Italia. *Proposte per una società attiva e per un lavoro di qualità*. p. 32. Disponível em: <http://assemblealegislativa.regione.emilia-romagna.it/biblioteca/publicazioni/dossier/libro_bianco/01librobianco.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2010.

³⁰² BELLARDI, Laura. Le relazioni industriali in transizione: nodi critici e ipotesi di riforma. *Diritto delle Relazioni Industriali*, Milano, anno 13, n. 3, p. 379, 2003.

³⁰³ MARIUCCI, Luigi. La forza di un pensiero debole. Una critica del “Libro Bianco del Lavoro”, cit., p. 4.

ausência de acordos sociais que vinculam governo e partes sociais e que definem as regras de competência entre os diversos níveis de contratação. A reforma, enfim, rejeitou a concertação social e propôs um modelo no qual as regras são ditadas unilateralmente pela maioria parlamentar.³⁰⁴ Como assinala a doutrina:

“A partir da reforma realizada pelo Decreto legislativo 276/03, não há somente a multiplicação de das formas negociais de trabalho subordinado e autônomo; há muito mais. Verificam-se os sinais de uma verdadeira e própria metamorfose do Direito do Trabalho, não apenas no sentido de uma atenuação da tutela em favor dos interesses da empresa. A nova fase é no sentido de uma desestruturação em relação à típica agregação coletiva do passado, quase a querer relegar definitivamente o garantismo à história, para poder dirigir-se apenas rumo a uma flexibilidade gerida diretamente pelas partes individuais, por meio de atos que certamente não possuem o valor de lei, e, portanto, de norma inderrogável, e desse modo à margem de uma contratação coletiva de efetivo sustento”.³⁰⁵

Ressalta-se que “as obrigações assumidas nos acordos concertativos não são submetidas a nenhuma sanção a não ser política” e que, na realidade histórica italiana, “concertação social sempre significou busca de consenso, sem que jamais fossem questionados os poderes constitucionais do Executivo”.³⁰⁶ Todavia, e ao contrário da tradição italiana, o que se verifica na norma supracitada é a visão (desfocada) apresentada pelo governo a respeito da relação entre o ator público e os sujeitos coletivos, a qual ficará adstrita a um método de confronto setorial e específico, que reflete uma lógica fragmentada, que objetiva alcançar resultados parciais eventualmente compartilhados.³⁰⁷

Pode-se até debater se o “diálogo social” previsto na legislação italiana a partir de 2003 seria uma espécie do gênero “concertação social”. Apesar de a doutrina divergir a respeito do assunto, é pacífico na literatura especializada que o peculiar processo regulamentador previsto em nível comunitário aplicável a assuntos de política social e que recebe o nome de diálogo social é irreduzível a arranjos concertativos/neo-corporativos. Assim, a tentativa de aproximar o diálogo social de matriz comunitária ao novo método de relacionamento entre as partes inaugurado na Itália não apenas o afasta do método

³⁰⁴ GIUGNI, Gino. La concertazione e la riforma del mercato del lavoro. In: *Rappresentanza, rappresentatività, sindacato in azienda ed altri studi*: studi in onore di Mario Grandi. Padova: CEDAM, 2005. p. 281.

³⁰⁵ ROMEO, Carmelo. Il ruolo della contrattazione collettiva nel D. Lgs. 276/03. *Il Diritto del Lavoro*, Roma, v. 57, p. 698, nov./dic.2003.

³⁰⁶ GHEZZI, Giorgio. Dove va il diritto del lavoro? Afferrare Proteo. *Lavoro e Diritto*, Bologna, n. 3, p. 347, giul/sett. 2002.

³⁰⁷ BIAGI, Marco. Competitività e risorse umane: modernizzare la regolazione dei rapporti di lavoro. In: MONTUSCHI, Luigi; TIRABOSCHI, Michele; TREU, Tiziano (a cura di). *Marco Biagi, un giurista progettuale*. Scritti scelti. Milano: Giuffrè, 2003. p. 159.

concertativo *stricto sensu* mas desconfirma, de um lado, a filosofia de ação subjacente ao desenvolvimento da autonomia privada coletiva em nível comunitário e, de outro, as dinâmicas sociais delineadas nas estratégias supranacionais de coordenação aplicáveis aos contextos nacionais específicos.³⁰⁸

A respeito desse aspecto em particular, e respeitadas as limitações inerentes às dinâmicas coletivas comunitárias, nesse nível o diálogo social se insere em um contexto de progressiva ampliação das potencialidades regulamentadoras dos atores sociais. Dessa forma, o diálogo e a concertação social são, na dimensão supranacional, “reciprocamente funcionais, interativas, elementos de um único e ininterrupto circuito de troca entre o ordenamento jurídico comunitário e a esfera negocial das partes, às quais é designada uma responsabilidade direta de participação à estratégia e aos objetivos da ação comunitária”.³⁰⁹

Com efeito, na União Européia o procedimento de diálogo social não exaure as modalidades de envolvimento das partes sociais na atividade legiferante europeia: a participação delas ocorre em muitos outros lugares que colaboram para formular objetivos compartilhados, de modo que “limitar os modelos de concertação, assim como desenvolvidos na dimensão comunitária, à negociação coletiva de trabalho tipificada pelo Tratado de Amsterdam reduz e mortifica o valor que a União Européia atribui ao confronto com as organizações de trabalhadores e de empregadores na definição da política social”.³¹⁰

A comparação entre concertação e diálogo social não deve, portanto, ser feita em abstrato, com base em modelos ou a partir de uma interpretação meramente literal dos dois termos, mas sim à luz da experiência concreta, considerando, sobretudo a intenção das partes envolvidas, principalmente do ente público, pois o que qualifica a concertação como método é muito mais a intenção a ela subjacente, a qual visa criar as condições para o consenso entre os mais relevantes sujeitos representativos. Situação absolutamente diversa é partir da intenção contrária, isto é, da declarada disponibilidade de obter um consenso apenas parcial, ou seja, “negociar com quem está”. Dessa forma, “aquilo que na

³⁰⁸LO FARO, Antonio. *Funzioni e finzioni della contrattazione collettiva comunitaria*. Milano: Giuffrè, 1999. p. 244.

³⁰⁹FONTANA, Giorgio. La concertazione e il dialogo sociale. In: FERRARO, Giuseppe (A cura di). *Sviluppo e occupazione nell'Europa federale*. Milano: Giuffrè, 2003. p. 144.

³¹⁰GIUGNI, Gino. *La lunga marcia della concertazione*. Bologna: Il Mulino, 2003. p. 111.

concertação parecia patológico (o dissenso de alguns dos sujeitos socialmente mais representativos) se tornou fisiológico”.³¹¹

Verificou-se, assim, que sem qualquer mudança na Constituição Italiana, mas como efeito da substituição do sistema eleitoral, de proporcional a majoritário, e da conseqüente formação de dois grupos contrapostos, de centro-direita e de centro-esquerda, a alternância desses grupos no poder terminou por contrapor uma “concertação” de centro-esquerda e um “diálogo social” de centro-direita.³¹²

Tendo à vista tais fatos, verifica-se a existência de uma orientação por parte do atual governo no sentido de uma geral redução do papel do sindicato e de considerar o processo concertativo como o último recurso em comparação a intervenções de natureza normativa, o que faz dessa escolha a ocasião perfeita para dividir ainda mais os sindicatos. A ruptura da concertação social aparece então como “o epicentro de uma crise mais ampla, de profunda reconsideração do compromisso entre capital e trabalho, com uma tendência muito clara a simplificar os mecanismos de governo e a reduzir fortemente o espaço da mediação social”.³¹³

O insucesso da atual orientação em matéria de concertação social pode ser comprovado pelo próprio Pacto de Natal de 2002 já mencionado, denominado “compromisso esquisitamente italiano”³¹⁴ e que, sem poder contar com uma elevada taxa de coesão social,³¹⁵ não produziu nenhum efeito virtuoso no que se refere à estabilização das relações coletivas de trabalho, mas resultou em uma difícil navegação por parte dos sujeitos principais do Pacto “entre dissensos mútuos e retórica de exaltação do acordo”.³¹⁶

Outro exemplo de descompasso entre teoria e prática da concertação social ocorreu em 16 de fevereiro de 2010, quando governo (na pessoa do Ministro do Trabalho e das Políticas Sociais); os empregadores, representados pela CONFINDUSTRIA, e os trabalhadores, representados pela CISL, pela CGIL e pela UIL, firmaram um pacto social a

³¹¹MARIUCCI, Luigi. La forza di un pensiero debole. Una critica del "Libro Bianco del Lavoro", cit., p. 5.

³¹²CARINCI, Franco. Una dichiarazione d'intenti: l'Accordo quadro 22 gennaio 2009 sulla riforma degli assetti contrattuali. Centro Studi di Diritto del Lavoro Europeo “Massimo D’Antona”, Università degli Studi di Catania, Facoltà di Giurisprudenza, Catania, I *Working Papers*, n. 86, p. 6, 2009. Disponível em: <http://www.lex.unict.it/eurolabor/ricerca/wp/it/carinci_n86-2009it.pdf>. Acesso em: 05 dez.2010.

³¹³FONTANA, Giorgio. op. cit., p. 137.

³¹⁴CARINCI, Franco. Discutendo intorno all’art. 18 dello Statuto dei Lavoratori, *Rivista Italiana di Diritto del Lavoro*, n. 1, p. 45, 2003.

³¹⁵MONTUSCHI, Luigi. Tecniche sperimentali deregolative del mercato del lavoro: un’ intesa contrastata. *Diritto delle Relazioni Industriali*, Milano, n. 1, p. 51, genn./mar. 2003.

³¹⁶MARIUCCI, Luigi. Il riformismo nel diritto del lavoro. *Diritto delle Relazioni Industriali*, Milano, n. 1, p. 5, genn./mar. 2003.

respeito dos princípios para a formação profissional no ano 2010. Tal pacto possuiu como objetivo enfrentar a alta taxa de trabalhadores desempregados e subempregados a partir da premissa de que um sistema de proteção social não é composto apenas de tutelas passivas, mas também depende da ampliação e da melhoria das competências profissionais do próprio indivíduo, ou seja, da sua qualificação profissional. Nesse sentido, referido pacto propôs uma série de medidas com o intuito de enfatizar a formação do trabalhador no ambiente de trabalho e com vistas às necessidades do mercado de trabalho.³¹⁷

Importante ressaltar que a CGIL, apesar de ter assinado o acordo supramencionado por um “senso de responsabilidade” e de ter se comprometido a realizar acordos regionais com o intuito de traduzir as orientações do pacto nacional, no dia seguinte ao da assinatura do acordo enviou uma carta ao governo na qual apresentou duas objeções ao pacto nacional, a primeira quanto ao método e a segunda quanto ao mérito.³¹⁸ No que diz respeito ao método, a CGIL questionou o reduzido espaço para partes sociais apresentarem as suas posições, não tendo havido sequer reuniões prévias para governo e partes sociais debaterem os temas a serem abordados no pacto social o qual, no entender da CGIL, não pode ser considerado exemplo de diálogo social, nem tampouco de concertação social. Em relação ao mérito do acordo, a CGIL questionou a capacidade, pressuposta no acordo, que toda empresa italiana teria de colaborar para a qualificação da sua mão-de-obra.³¹⁹

Especificamente no que diz respeito aos pactos territoriais, a princípio menos prejudicados pelas mudanças políticas feitas pelo governo Berlusconi, os próprios sindicatos denunciaram um progressivo esvaziamento da sua posição enquanto parte dos pactos territoriais, após terem atuado como promotores de entendimentos entre governo regional e associações de empregadores. Em outras situações, verificou-se que a atuação sindical pautou-se por uma estratégia de “redução de danos” e de veto às propostas dos

³¹⁷BELEZZA, Eliana; RUSTICO, Lisa. Formazione, relazioni industriali e dialogo sociale: l'intesa Governo, Regioni e parti sociali del 17 febbraio 2010. *Diritto delle Relazioni Industriali*, Milano, v. 20, n. 2, p. 523-424, apr. 2010.

³¹⁸CGIL. Formazione professionale: siglato accordo per favorire il reimpiego dei lavoratori in Cassa integrazione, disoccupati o in mobilità. Disponível em: <<http://www.cgil.it/DettaglioDocumento.aspx?ID=13150>>. Acesso em: 14 dez. 2010.

³¹⁹CGIL.Lettera 18 febbraio 2010. Onorevole Gianni Letta, Sottosegretario Presidenza del Consiglio dei Ministri; Senatore Maurizio Sacconi Ministro del lavoro e delle Politiche sociali; Onorevole Raffaele Fitto Ministro per i rapporti con le Regioni. Disponível em < <http://www.cgil.it/Archivio/politiche-lavoro/AmmortizzatoriSociali/Accordi/LetteraFammoni-Letta-Sacconi-18022010.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2010.

empregadores, no que se refere à concretização dos projetos definidos nos pactos territoriais.³²⁰

Dessa maneira, o futuro dos entendimentos e das práticas concertativas, após uma brusca e inesperada interrupção, dependerá da consciência a respeito do valor de um método de cooperação paciente e “quase necessária”³²¹ entre grandes representações de interesse e governo a respeito de escolhas político-sociais fundamentais. O fim de tal método representaria uma escolha aventureira³²², absolutamente estranha aos modelos de governo democráticos típicos dos sistemas sociais complexos. Como bem aponta a doutrina:

“O meu desejo é que o percurso interrompido seja retomado: que as partes sociais e o governo encontrem a vontade necessária para obterem acordos de concertação que são, me parece, cada vez mais necessários ao bom funcionamento da democracia, que é condição essencial para o desenvolvimento econômico e social”.³²³

A concertação social pode ser um instrumento útil às políticas econômicas e de mercado de trabalho definidas pelo governo e pelo parlamento, mas não deve degenerar em formas de corporativismo mais ou menos institucionalizadas e enrijecidas por técnicas normativas de reconhecimento estatal dos entes sindicais e de seleção heterônoma dos interesses representados, uma vez que a concertação social coloca em jogo não apenas a soberania dos órgãos constitucionais, mas também a recíproca autonomia do Estado e dos grupos sociais, por serem a democracia representativa e a liberdade sindical inseparáveis.³²⁴

³²⁰GALETTO, Manuela. *Patti territoriali e sindacato: gli otto casi della provincia di Torino*. Tese (doutorado). Università degli Studi di Milano. Facoltà di Scienze Politiche. Dipartimento di Studi del Lavoro e del Welfare. fls. 98 e 99. Disponível em: <http://air.cilea.it/bitstream/2434/44544/1/tesi_new.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2010.

³²¹TREU, Tiziano. *Le politiche del lavoro in Italia: insegnamenti di un decennio*. Bologna: Il Mulino, 2001. p. 25.

³²²MARIUCCI, Luigi. Dieci tesi sul diritto del lavoro. In: *Le fonti del diritto del lavoro quindici anni dopo*. Torino: Giappichelli, 2003. p. 295.

³²³GIUGNI, Gino. *La lunga marcia della concertazione*, cit., p. 111.

³²⁴GHERRA, Edoardo. *La concertazione sociale nell'esperienza italiana*, cit., p. 147.

CAPÍTULO 4: A EXPERIÊNCIA ESPANHOLA DE CONCERTAÇÃO SOCIAL

4.1. Transição do franquismo para a democracia à luz das primeiras experiências de diálogo social: 1975 a 1986

Durante uma significativa parte do século XX, faltou à Espanha a condição fundamental para o surgimento de grupos de pressão representativos: um sistema político livre e democrático que permitisse a diversos grupos sociais formar as suas respectivas organizações de maneira autônoma e a desenvolverem as funções de intermediação entre os interesses da sociedade e os interesses do governo. Nesse sentido, pode-se identificar uma descontinuidade nos sindicatos espanhóis devido à falta de um marco legal consolidado dentro do qual eles poderiam desempenhar as suas atividades de forma livre.³²⁵

Com efeito, nas ditaduras de Miguel Primo de Rivera (1923-1930) e seu corporativismo autoritário que se fixou fundamentalmente no objetivo de ‘defesa da classe’ frente à luta aberta iniciada nos principais centros industriais da Espanha de então, o qual incluiu o recurso à violência e também ao terrorismo,³²⁶ e de Francisco Franco (1939-1975), as organizações autônomas dos trabalhadores foram substituídas por associações financiadas e controladas pelo Poder Público, sendo que nesse último caso a função assistencial adquiriu importância semelhante à função política, como instrumentos legitimadores do regime.³²⁷

Ainda em relação ao regime franquista, cabe ressaltar que a idéia franquista de superação da luta de classes se concretizou, no campo das relações de trabalho, na criação dos sindicatos verticais, que compunham Organização Sindical Espanhola (OSE),

³²⁵MOLINS, Joaquin M.; CASASDEMUNT, Alex. Pressure groups and the articulation of interests. In: HEYWOOD, Paul (Ed.). *Policy and politics in democratic Spain: no longer different?* London/Portland: Routledge, 1999. p. 124.

³²⁶ESPINA, Alvaro. Armonización de intereses *versus* lucha de clases. In: _____ (Coord.). *Concertación social, neocorporatismo y democracia*. Madrid: Ministerio del Trabajo y de la Seguridad Social, 1991. p. 29.

³²⁷SANCHEZ LOPEZ, Rosario. El sindicato vertical: dimensión teórica y ámbito pragmático de una institución del franquismo: el ejemplo de Murcia. 1999. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Letras. Depto. de História Moderna, Contemporânea e das Américas, Universidade de Murcia, 1999. p. 158 Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10201/3611>>. Acesso em: 19 maio 2010.

organizados por setores de produção e agrupando obrigatoriamente trabalhadores e empregadores. Os referidos sindicatos eram financiados por contribuições obrigatórias e dirigidos, inicialmente, apenas por militantes do partido único de extrema direita, a Falange Espanhola Tradicionalista e das Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (FE das JONS).³²⁸

Dessa forma, as características repressivas do sistema dificultaram sobremaneira a organização e a difusão entre a população, por parte da oposição democrática, de reivindicações democráticas, razão pela qual a ação política naquela época teve um caráter fragmentário, ocasional e geograficamente disperso.³²⁹ No que tange aos sindicatos e aos empresários, o autoritarismo e a falta de liberdades políticas no regime franquista criaram um marco legal no qual a falta de direito de reunião, de associação, de manifestação e de greve impediam a livre manifestação da identidade e dos interesses dos atores sociais.³³⁰

Com efeito, e apesar da existência de estrutura formal do tipo corporativista, a orientação estratégica do regime franquista consistiu na vedação de qualquer tipo de negociação coletiva de trabalho e na utilização, como substituto, do dirigismo estatal e da produção heterônoma de normas de trabalho: os sindicatos verticais representavam, pelo menos nessa época, pouco mais do que uma estrutura repressora e um exemplo inequívoco do caráter “anti-trabalhador” do regime franquista. Dessa forma, os sindicatos verticais, cujos dirigentes eram nomeados pelo governo, eram incapazes de estabelecer acordos firmes e legítimos.³³¹

De acordo com a doutrina, um processo de transição de regimes ditatoriais para o pluralismo costuma ser precedido de importantes desenvolvimentos inter-relacionados, tais como mudança na estrutura econômica e social e uma crise na legitimação autoritária do regime anterior. Ademais, devido ao fato de ser o conflito um elemento fundamental na realidade política das democracias, é preciso um sólido substrato comum de valores e atitudes a respeito dos mecanismos institucionais, das regras do jogo e do conjunto dos

³²⁸MARTINEZ ALIER, Joan. Viejas ideologías y nuevas realidades corporativistas. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, Madrid, n. 31, p. 120, 1985.

³²⁹BOTELLA, Joan. La cultura política en la España democrática. In: COTARELO, Ramon (Org.). *Transición política y consolidación democrática*. España (1975-1986). Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1992. p. 124.

³³⁰MELLA MARQUEZ, Manuel. Los grupos de interés en la consolidación democrática. In: COTARELO, Ramon (Org.). *Transición política y consolidación democrática*. España (1975-1986). Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1992. p. 328.

³³¹MARTINEZ ALIER, Joan; ROCA JUSMET, Jordi. Economía política del corporativismo en el estado español: del franquismo al postfranquismo. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, Madrid, n. 41, p. 31, 1988.

atores políticos. Em outras palavras, era necessária a afirmação de uma cultura política claramente democrática.³³²

Tal foi o caso da Espanha: com a morte de Francisco Franco em 20 de novembro de 1975, a comunidade empresarial e as organizações de trabalhadores começaram a preparar as suas respectivas adaptações, de modo a poderem influir de modo favorável aos seus interesses na mudança política que então ocorreria,³³³ considerando que o êxito do processo de transição e consolidação (e até certo ponto de institucionalização) da democracia depende do êxito de um processo prévio de emergência de tradições democrático-liberais na sociedade civil, entendidas como conjunto de instituições (regras e pautas de conduta) e produtos culturais (crenças e valores encarnados em mitos, ritos e ideologias) que se tornaram uma parte regular e esperada da experiência cotidiana.³³⁴

Como importante colaboração para esse processo de recriação de uma cultura democrática na Espanha, do ponto de vista normativo, o Real Decreto-Lei nº 17, de 4 de março de 1977 (Decreto-Lei 17/1977), reconheceu a greve como direito e estabeleceu normas para o seu exercício, além de ter atribuído às ordenanças laborais do regime franquista um caráter residual em relação à negociação coletiva de trabalho³³⁵. Posteriormente foi promulgada a Lei sobre Regulação do Direito de Associação Sindical, Lei nº 19, de 1º de abril de 1977 (Lei 19/1977). Esse conjunto de leis possibilitou a ratificação pela Espanha em 20 de abril de 1977 das Convenções nº 87 e 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as quais estabelecem o padrão internacional de liberdade sindical.³³⁶

Com o intuito de aperfeiçoar a liberdade de atuação dos sindicatos, foi promulgado o Real Decreto nº 873, de 22 de abril de 1977, que regulou o depósito dos estatutos das organizações constituídas ao amparo da Lei 19/1977,³³⁷ bem como a Lei de Anistia Laboral, Lei nº 46, de 15 de outubro de 1977 (Lei 46/1977), que em seu artigo quinto

³³²BOTELLA, Joan. op. cit., p. 121.

³³³DEL ÁGUILA, Rafael. La dinámica de la legitimidad en el discurso político de la transición. In: COTARELO, Ramon (Org.). *Transición política y consolidación democrática*. España (1975-1986). Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1992. p. 49.

³³⁴PEREZ DIAZ, Victor. La emergencia de la España democrática: la 'invención' de una tradición y la dudosa institucionalización de una democracia. In: ESPINA, Alvaro (Coord.). *Concertación social, neocorporatismo y democracia*. Madrid: Ministerio del Trabajo y de la Seguridad Social, 1991. p. 85.

³³⁵VVAA. *La Transición política y los trabajadores*: anuário de las relaciones laborales en España, 1977. Madrid: Ediciones de La Torre, 1977. p. 128.

³³⁶MELLA MARQUEZ, Manuel. op. cit., p. 329.

³³⁷GOBIERNO DE ESPAÑA. Real Decreto 873/1977, de 22 de abril. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-1977-10562>. Acesso em: 17 mai 1977.

deixou de considerar crime as infrações de natureza laboral e sindical consistentes em atos que supunham o exercício de direitos reconhecidos aos trabalhadores em normas e convenções internacionais.³³⁸

A legislação até então existente permitiu que, no que se refere ao lado patronal, fosse criada a Confederação Espanhola das Organizações Empresariais (CEOE), que realizou o seu primeiro congresso em setembro de 1978, sendo um dos seus elementos de destaque a Confederação Espanhola da Pequena e Media Empresa (CEPYME). Do ponto de vista dos trabalhadores, destacaram-se duas centrais sindicais de âmbito nacional. Uma delas foi a Comissões Obreiras (CC.OO.), que após décadas de clandestinidade durante o regime franquista pôde reforçar a sua atuação enquanto movimento sócio-político em direção à mudança política, bem como o seu vínculo com o Partido Comunista Espanhol (PCE).³³⁹

A segunda central sindical relevante que, também após ter vivido na ilegalidade, passou a estruturar um projeto de reforma para o país foi a União Geral dos Trabalhadores (UGT). Em linha com o Partido Social Obreiro Espanhol (PSOE), a UGT buscou conquistar a hegemonia do movimento sindical. Com a entrada desses dois importantes atores sindicais novamente em cena, o sindicalismo de classe começou, com muito esforço e resultados variáveis, a afirmar seu novo papel político na sociedade espanhola.³⁴⁰ Em tal percurso, a atividade sindical deve pautar-se por uma atuação amadurecida, pensada e refletida: uma ação atenta às condições históricas em que há de desenvolver-se e ao entorno político, económico e social que há de acolhê-la.³⁴¹

Nesse sentido, a experiência de concertação social na Espanha teve como seu antecedente e ponto de partida os **Pactos de Moncloa** os quais, assinados em 27 de outubro de 1977, consistiram em dois acordos entre o Governo e os representantes dos principais partidos políticos que fizeram parte do Congresso Nacional Constituinte instalado na Espanha àquela época, os quais foram ratificados posteriormente pelas duas

³³⁸ GOBIERNO DE ESPAÑA. Ley 26/1977, de 15 de octubre. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-1977-24937>. Acesso em: 17 maio 1977. Para uma análise mais detalhada das duas normas supracitadas, consulte-se: CASAS BAAMONDE, Maria Emilia. Reflexiones sobre la reforma sindical (julio de 1976 a julio de 1977). *Cuadernos de Derecho del Trabajo*, Madrid, n. 3, p. 199-266, 1977.

³³⁹ MORENO, Augustin. *De los pactos de La Moncloa al AES*. Madrid: Secretaria Confederal de Formaciòn y Cultura de CCOO, 1989. p. 10.

³⁴⁰ PALOMEQUE LOPEZ, Manuel Carlos. El sindicato como sujeto político. In: *Estudios en memoria del professor Gaspar Bayon Chacon*. Madrid: Tecnos, 1980. p. 571.

³⁴¹ DURAN LOPEZ, Federico. El papel del sindicato en el nuevo sistema constitucional. *Revista de Política Social*, Madrid, n. 121, p. 172, 1979.

Câmaras do Parlamento. Os representantes das organizações patronais CEOE e CEPYME e das confederações sindicais de trabalhadores UGT e CC.OO. não assinaram os pactos, apesar de seus respectivos dirigentes, presentes no Parlamento, terem dado o seu voto favorável, tendo as CC.OO. inclusive realizado uma intensa campanha em favor dos Pactos.³⁴²

De acordo com o texto aprovado, os Pactos se justificavam para fazer frente à grave crise econômica dos anos 70 e para solucioná-la no marco de uma economia de mercado, com a esperança de que a democratização dos sistemas político e econômico permitisse uma solução consensual para a crise. Nesse sentido, os Pactos de Moncloa definiram as linhas básicas de reformas estruturais tanto econômicas quanto políticas e previram a adoção de uma série de medidas econômicas de curto prazo de caráter estabilizador. Ademais, o clima favorável resultante dos Pactos de Moncloa produziu uma importante mudança no clima político do país que permitiu que ele chegasse, sem o trauma de uma desestabilização caótica, à Constituição democrática de 1978.³⁴³ Como bem esclarece a doutrina:

“As forças políticas com representação parlamentar eram conscientes de que a grave situação espanhola requeria um esforço comum construído com base no mais autêntico patriotismo. Existia, portanto, uma tomada de consciência da nossa situação e existia essa coincidência de antepor os interesses comuns e de Estado aos interesses do partido. Sobre essas bases se desenvolveu a colaboração, o entendimento e o consenso”.³⁴⁴

Nesse sentido e em linha com as diretrizes dos Pactos de Moncloa, e após ter sido devidamente aprovada em referendo popular realizado em 6 de dezembro de 1978, em 27 de dezembro de 1978 foi promulgada uma nova Constituição para a Espanha, a qual consolidou a opção por um Estado social e democrático de direito, confiou um amplo espaço no devenir da sociedade à interação das associações e grupos de interesse³⁴⁵ e,

³⁴² ARENAS BOCANEGRA, Javier. Introducción. In: *Veinte años de concertación y dialogo social en España*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 1997. p. 14.

³⁴³ FUENTES QUINTANA, Enrique. De los pactos de la Moncloa a la entrada en la Comunidad Económica Europea (1977-1986). *Información Comercial Española, ICE*: revista de economia. Madrid, n. 826, p. 52, 2005.

³⁴⁴ ESTEBAN, Jorge de; LÓPEZ GUERRA, Luis. *El régimen constitucional español*. Barcelona: Labor, 1980. v. 1, p. 9.

³⁴⁵ MERCADER UGUINA, Jesus R. *Estructura de la negociación colectiva y relaciones entre convenios*. Madrid: Civitas, 1994. p. 86.

partindo de um princípio de pluralismo político e social, colocou a liberdade sindical no centro do sistema normativo do modelo democrático de relações de trabalho.³⁴⁶

Nesse sentido, no plano das relações de trabalho, a Constituição prestigiou a autonomia dos particulares e limitou as competências estatais, em muitos momentos inspirada na Constituição italiana.³⁴⁷ Ao reconhecer, no artigo sétimo, o papel dos sindicatos de trabalhadores e das associações de empregadores na “defesa e promoção dos interesses econômicos e sociais que lhes são próprios” e ao garantir, no artigo vigésimo oitavo, inciso primeiro, a liberdade sindical como direito fundamental e no artigo trigésimo sétimo, o direito à negociação coletiva de trabalho, a Constituição atribuiu às partes sociais a determinação das condições de trabalho, observadas algumas normas de ordem pública, e concedeu a possibilidade de as organizações sindicais de trabalhadores e de empregadores criarem novas formas de entendimentos entre si.³⁴⁸ Como bem esclarece a doutrina:

“Desse modo, o desenho constitucional não contemplará o sindicato de uma maneira passiva, não se limitará a impedir os empecilhos à liberdade reconhecida a “todos” de sindicalizar-se para a tutela dos interesses coletivos. Reconhecerá que o sindicato possui um papel ativo a ser desempenhado na vida social e econômica, e inclusive na vida política, papel que corresponde, desde logo, ao seu caráter de instituição básica da nova ordem constitucional. A partir desses pressupostos o sindicato – uma instituição que em sua origem possui caráter e funções claramente privadas – será chamado a participar em funções públicas ou quase-públicas”.³⁴⁹

Nesse sentido, após a devida promulgação da Constituição de 1978 e o reconhecimento da democracia parlamentar, as organizações de trabalhadores e de empregadores procuraram a sua própria consolidação e o reforço da sua participação social por meio da negociação coletiva de trabalho, do fortalecimento de suas relações e da promoção do consenso. Este se converteu em ponto de referência, com valor intrínseco, na medida em que em seu interior se dirimiam os conteúdos específicos do marco

³⁴⁶BAYLOS GRAU, Antonio Pedro. *Sindicalismo y derecho sindical*. 4. ed. Albacete: Bomarzo, 2009. p. 8.

³⁴⁷ALONSO GARCIA, Manuel. La libertad de sindicación: manifestaciones, contenido y garantías en la Constitución española. In: *Estudios en memoria del professor Gaspar Bayon Chacon*. Madrid: Tecnos, 1980. p. 45.

³⁴⁸ESPAÑA. Congreso de los Diputados. Constitución de 1978. Disponível em: <<http://www.congreso.es/consti/constitucion/indice/titulos/articulos.jsp?ini=1&fin=9&tipo=2>>. Acesso em: 1º maio 2010.

³⁴⁹MOTALVO CORREA, Jaime. El derecho de libre sindicación y la “mayor representatividad” sindical. In: *Estudios en memoria del professor Gaspar Bayon Chacon*. Madrid: Tecnos, 1980. p. 333.

democrático que estava em processo de construção; e tornou-se justificado por seu sucesso e eficiência em regular os conflitos e os antagonismos então existentes.³⁵⁰

Importante registrar que a Constituição espanhola, apesar de legitimar instrumentos de representação de interesses, não exige a implementação de um modelo neocorporativista no sentido estrito, nem tampouco o impossibilita, se concretizado dentro de certos limites: a decisão concreta a respeito do grau de protagonismo que se atribui à representação de interesses é uma opção política não pré-definida na Constituição, a qual apenas define o perfil mínimo e máximo, de modo a não suplantiar a representação política, por serem formas de representação compatíveis porém antitéticas.³⁵¹

Ademais, os próprios mecanismos de participação devem ser objeto de processos corretivos em um sentido democrático, mediante regras que evitem a concentração de poder em poucas organizações e que garantam a transparência do processo decisório. Com efeito, o princípio democrático previsto na Constituição Espanhola não apenas requer o controle das grandes decisões políticas, mas que também se fiscalizem, cotidianamente, a atuação da administração pública, o que trouxe à tona a necessidade de ampla revisão dos instrumentos de controle, até então pouco ágeis, do parlamentarismo espanhol.³⁵²

Com fundamento em formas consensuais de atuação, bem como na necessidade de superar as tensões existentes no desenvolvimento da negociação coletiva de trabalho a CEOE e a UGT assinaram o **Acordo Básico Interconfederal (ABI)** em 10 de julho de 1979, o qual possuiu uma importância tanto jurídica quanto política: além das normas de caráter procedimental relativas à estrutura da negociação coletiva de trabalho, o que o caracterizou como uma convenção para a celebração de outras convenções, o ABI intensificou a prática de definir os critérios a serem seguidos pelo Governo na futura reforma das relações de trabalho, indicada pelo então Projeto de Lei do Estatuto dos Trabalhadores.³⁵³

O passo seguinte na experiência de concertação social espanhola foi a assinatura, em 5 de janeiro de 1980, do **Acordo Marco Interconfederal (AMI)**, também suscitado

³⁵⁰DEL ÁGUILA, Rafael. op. cit., p. 69.

³⁵¹URIARTE, Roberto. *El mandato constitucional de participación de los trabajadores y la afectación de los derechos de propiedad y libre empresa*. Oñati: IVAP, 2004. p. 317.

³⁵²ARAGÓN REYES, Miguel. El marco económico y social en el constitucionalismo democrático. In: DURAN LOPEZ, Federico (Coord.). *El dialogo social y su insitucionalización en España y iberoamerica*. Madrid:CES, 1998. p. 35.

³⁵³FOLGADO BLANCO, José. Las politicas macroeconomicas de los gobiernos y su incidencia en el dialogo social. In: *Veinte años de concertación y dialogo social en España*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 1997. p. 75.

pela CEOE e pela UGT, ao qual posteriormente aderiu a União Sindical Obreira (USO). De maneira similar ao ABI, o AMI teve como objetivo regular a negociação coletiva de trabalho nos anos 1980 e 1981, o que contribuiu de maneira significativa para reduzir as tensões sociais e facilitar a negociação coletiva de trabalho, em comparação aos anos anteriores. Ademais, o AMI continha consensos a respeito das condições de trabalho (jornada de trabalho, horas extras, mecanismos para a diminuição do absenteísmo e para a melhoria da produtividade), o que antecipou, em muitos aspectos, o Estatuto dos Trabalhadores, que seria aprovado também em 1980.³⁵⁴

O Estatuto dos Trabalhadores, Lei nº 8 de 10 de março de 1980, transmudou o “garantismo individual” em “garantismo coletivo”, ao reforçar o papel dos sindicatos que mais fielmente representaram a vontade coletiva e ao apresentar uma série de mecanismos técnicos e jurídicos capazes de tornar mais efetiva a representação e defesa dos interesses sociais e econômicos que lhes são próprios.³⁵⁵ Dentre tais mecanismos que colaboraram para o processo de institucionalização e concessão de status de interesse público às centrais sindicais como representantes de todos os trabalhadores sobressaíram-se o direito exclusivo de negociação de acordos interprofissionais e a representatividade genérica para a participação institucional.³⁵⁶

Ressalta-se também que o Estatuto dos Trabalhadores, em sua disposição final oitava, criou uma Comissão Consultiva Nacional de Convenções Coletivas, de composição tripartite e com função de assessoramento e consulta às partes das negociações coletivas de trabalho em relação à apresentação e determinação dos âmbitos funcionais dos convênios coletivos de trabalho. Registre-se também que a segunda disposição transitória do Estatuto dos Trabalhadores formulava o convite para que as partes sociais substituíssem de forma negociada as aproximadamente cento e quarenta Ordenanças Laborais e Regulamentações do Trabalho então em vigor. Tais fatos atribuíram às organizações empresariais e de trabalhadores o protagonismo necessário, plasmado no princípio da autonomia coletiva dos particulares, para definir a estrutura da negociação coletiva de trabalho o que, conseqüentemente, diminuiu a atuação heterônoma estatal.³⁵⁷

³⁵⁴ JIMENEZ AGUILAR, Juan. Alcance y sentido de la concertación social: una visión empresarial. In: *Veinte años de concertación y dialogo social en España*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 1997. p. 89.

³⁵⁵ MERCADER UGUINA, Jesus R. op. cit., p. 93-94.

³⁵⁶ OLIET PALÁ, Alberto. *La concertación social en la democracia española: crónica de un difícil intercambio*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2004. p. 109.

³⁵⁷ MORENO, Fernando. La negociación colectiva y el dialogo social: perspectiva empresarial. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, Madrid, n. 9, p. 162, 1996.

Para facilitar a concretização de tais postulados, o artigo 83 do Estatuto dos Trabalhadores contemplou os acordos interprofissionais ou acordos-marco, por meio dos quais se pode regular de cima para baixo a estrutura e o conteúdo da negociação coletiva de trabalho, nos seguintes termos:

“Artigo oitenta e três - Unidades de negociação. (...)

Dois. Mediante acordos inter-profissionais ou por convenções coletivas as organizações sindicais e associações patronais mais representativas de carácter estatal ou de comunidade autónoma, poderão estabelecer a estrutura da negociação coletiva, assim como fixar as regras que deverão resolver os conflitos de concorrência entre convenções de âmbitos distintos e os princípios de complementariedade entre as diversas unidades de contratação, fixando-se sempre neste último as matérias que não poderão ser objeto de negociação em âmbitos inferiores”.³⁵⁸

O primeiro Pacto de carácter tripolar a se beneficiar de tal regra foi o **Acordo Nacional do Emprego** (ANE), assinado em 9 de junho de 1981, que contou com a participação do Governo, da principal organização patronal (CEOE) e das duas principais confederações sindicais, UGT e CC.OO., essa última participava pela primeira vez de forma direta de uma experiência de concertação social.³⁵⁹ O contexto em que se desenvolveu a negociação e a assinatura do referido Pacto, após a tentativa de golpe de Estado ocorrida em 23 de fevereiro daquele ano, marcou, no plano das relações de trabalho, a solidariedade e a reagrupação das forças políticas e sociais em torno de uma estratégia pragmática de reafirmação dos princípios e dos objetivos democráticos e das liberdades públicas, muito mais do que um exemplo de consulta aos parceiros sociais.³⁶⁰

Não obstante, o ANE fixou também como objetivos o fomento do emprego, a ampliação da proteção contra o desemprego com fundos especiais e o aumento da destinação de recursos públicos para o financiamento do sistema de seguridade social. Apesar de não ter sido bem-sucedido na realização das reformas estruturais que pretendia realizar, o ANE teve a virtude de reafirmar de maneira inequívoca a vontade das partes sociais de manter entendimentos em um ambiente de paz e liberdade e de consolidar de

³⁵⁸GOBIERNO DE ESPAÑA. Ley 8/1980, de 10 de Marzo, del Estatuto de los Trabajadores. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-1980-5683>. Acesso em: 17 maio 2010.

³⁵⁹OLIET PALÀ, Alberto. La concertación social en la transición: la génesis de un modelo de intercambio. *Espacio, tiempo y forma*, Madrid, n.13, p. 472, 2000. (Serie V, História contemporânea).

³⁶⁰HEYWOOD, Paul. Power diffusion or concertation? In search of the spanish policy process. In: _____ (Ed.). op. cit., p. 108.

maneira definitiva o regime democrático, ao ter ampliado o princípio da autonomia coletiva até então reconhecido aos particulares.³⁶¹

Apesar da variedade de conteúdo que esses primeiros acordos assumiram, é possível extrair algumas diretrizes comuns: a pactuação para todo o período e de forma centralizada do aumento dos salários limitado por um mínimo e máximo definido de acordo com a inflação prevista e não a passada, uma forma de tentar reduzi-la, bem como o fortalecimento organizativo das organizações sindicais, inclusive por meio do apoio estatal, tendo sido a elaboração pactuada do Estatuto dos Trabalhadores um dos exemplos mais nítidos disso. Nesse sentido, a maioria desses primeiros acordos orientou-se mais no sentido de reconhecer a representatividade de determinados entes sindicais, do que no sentido de conseguir um intercâmbio entre agentes sindicais plenamente consolidados.³⁶²

Devido ao agravamento da crise de legitimidade causada pela tentativa de golpe de estado supracitada, foram convocadas eleições gerais para 28 de outubro de 1982. O resultado dessas eleições marcou a ascensão do Partido Socialista Obreiro Espanhol (PSOE) ao poder pela primeira vez desde a queda do regime franquista, o que a princípio suscitou certa desconfiança por parte do poder econômico na medida em que, desde a queda do franquismo, o PSOE, enquanto oposição, pugnava com certo radicalismo por medidas mais sociais do que as executadas pelos sucessivos governos da União de Centro Democrático (UCD).³⁶³

Não obstante, tal medo demonstrou-se infundado, na medida em que em seus primeiros meses de governo o PSOE deixou claro o abandono da ortodoxia socialdemocrata, bem como a sua intenção de adotar uma política de contenção de custos trabalhistas e de limitar o gasto público. Como reflexo desse resultado eleitoral e da nova estratégia econômica do governo, a presença do Governo na mesa de negociação passou a ser reconsiderada até porque, por contar com ampla maioria parlamentar, a princípio não teria interesse em celebrar pactos sociais e na assinatura do **Acordo Interconfederal (AI)** de 15 de fevereiro de 1983, apenas as principais organizações representantes dos interesses

³⁶¹DE LA VILLA GIL, Luis Enrique. *Los grandes pactos, acuerdos y convenios colectivos a partir de la transición democrática*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1985. p. 34.

³⁶²ROCA JUSMET, Jordi. *Pactos sociales y política de rentas: el debate internacional y la experiencia española (1977-1988)*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1993. p. 178.

³⁶³CACIAGLI, Mario. España 1982: las elecciones del cambio. *Reis: revista española de investigaciones sociológicas*, Madrid, n. 28, p. 116, 1984.

dos empregadores, CEOE, CEPYME, e pelas principais centrais sindicais, CC.OO. e UGT constaram como partes.³⁶⁴

Voltou-se, desse modo, à negociação autônoma entre os entes sindicais, tendo sido o AI um acordo bipolar, sendo que tanto o AMI como o AI regularam matérias próprias do conteúdo normativo da negociação coletiva de trabalho, que incluem tanto questões sindicais como originadas do poder diretivo do empregador.³⁶⁵ Apesar de o governo não ter participado do referido AI, os interlocutores sociais levaram em consideração as previsões estatais relativas à inflação e o compromisso a respeito da redução da jornada máxima de trabalho permitida. Também foi examinado o conteúdo das futuras Lei de Reforma do Estatuto dos Trabalhadores, Lei de Proteção contra o Desemprego e da Lei Orgânica de Liberdade Sindical.³⁶⁶

No ano seguinte deu-se um novo e decisivo passo no processo de concertação social com a assinatura em 9 de outubro de 1984 pelo Governo, pela CEOE, e pela CEPYME e pela UGT do **Acordo Econômico e Social** (AES). Tal acordo, inicialmente foi extremamente saudado pelo governo e pelos atores sociais - : “O AES foi feito sob medida para as necessidades do país” (presidente do governo, Felipe González), “Não há vencedores nem vencidos, é o melhor possível” (presidente da CEOE, José María Cuevas) e “É o Acordo mais ambicioso e rico dos realizados até agora ... o que os cidadãos estão esperando” (secretário geral da UGT, Nicolás Redondo)” - ³⁶⁷, foi estruturado em três partes, ao contrário do ANE, onde os compromissos bilaterais e trilaterais estavam misturados em um único documento.³⁶⁸

A primeira parte do AES contém uma declaração do governo, na qual se enfatiza o objetivo da política econômica para os dois anos seguintes, a qual será orientada para a criação de empregos a partir da concertação. A segunda parte contém um Acordo Econômico e Social, assinado pelo governo, pela CEOE, pela CEPYME e pela UGT. A terceira e última parte do AES foi assinada apenas pelas organizações de empregadores e de trabalhadores e contém o acordo-marco sobre negociação coletiva de trabalho no biênio

³⁶⁴ MOLINS, Joaquín M.; CASASDEMUNT, Alex. op. cit., p. 133.

³⁶⁵ ORTIZ LALLANA, María Carmen. Aproximación a los objetivos y métodos de una nueva política de concertación social en España. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). op. cit., p. 131.

³⁶⁶ ARENAS BOCANEGRA, Javier. op. cit., p. 21.

³⁶⁷ ASOCIACIÓN DE PERIODISTAS DE INFORMACIÓN LABORAL. AES (1985-1986). Crónica de un Acuerdo anunciado. *Relaciones Laborales*: revista crítica de teoría y práctica. Madrid, n. 0, p. 203, nov. 1984.

³⁶⁸ GORELLI HERNÁNDEZ, Juan. La fuerza de obligar de los pactos concertados. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). op. cit., p. 88.

1985-1986, sendo que a princípio apenas essa última parte suscitaria interesse jurídico, uma vez que apenas ela estabeleceu direitos e obrigações para os sujeitos estipulantes, considerando que a segunda parte do AES foi um pacto político sem efeitos jurídicos diretos.³⁶⁹

Importante registrar que o AES não foi assinado pela CC.OO., que desde o início o considerou como um acordo negativo, na medida em que não criava emprego suficiente, aumentava o desemprego e reduzia os salários: em resumo, um acordo que legitimava a política de ajuste pretendida pela CEOE e pelo governo.³⁷⁰ Os acontecimentos posteriores deram razão à CC.OO.: apesar dos nobres objetivos previstos na política de concertação social formalizados por meio do AES, e tal como vislumbrado pela CC.OO., os resultados obtidos foram bastante claros: de todas as metas previstas, a única realizada a curto prazo foi o freio aos custos salariais.³⁷¹

Com efeito, a aplicação concreta do AES demonstrou, segundo a interpretação realizada pelas duas principais organizações de trabalhadores, que a concertação social dele resultante não foi um verdadeiro intercâmbio entre os atores sociais e o governo: a imagem gráfica não é a de um triângulo fechado, mas de um ângulo, com dois lados e um vértice, ocupado pelo sindicato, na medida em que este assume obrigações jurídicas perante o empresariado em troca de contrapartidas políticas a serem dadas pelo governo, o que tornou as organizações empresariais, de fato, meras testemunhas da magnanimidade do governo.³⁷² O acordo foi, assim, o instrumento que facilitou a aplicação de uma política econômica restritiva salarial pré-determinada unilateralmente pelo governo. Tal fato tornou impossível a apresentação de resultados atrativos aos trabalhadores, o AES encerrou o ciclo dos grandes pactos iniciados na década anterior com os Pactos de Moncloa.³⁷³

Não obstante, tanto o ANE quanto o AES geraram um conjunto de normas legais e convencionais fundamentadas nos diversos compromissos assumidos durante a negociação dos referidos acordos. Nesse sentido, a despeito da fragilidade ou dependência da obrigação assumida pelo governo na assinatura de determinados acordos que implicam iniciativas legislativas (que foram cumpridos com a apresentação e defesa de um projeto de

³⁶⁹ BORRAJO DACRUZ, Éfren. Eficacia jurídica del AES. *Actualidad laboral*, Madrid, n. 1, p. 721, 1985.

³⁷⁰ MORENO, Augustin. op. cit., p. 25.

³⁷¹ RUBIO CASTRO, Ana Maria. El neocorporativismo español: el Acuerdo Económico y Social (1985-1986). *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n. 50, p. 224, 1986.

³⁷² PÉREZ PÉREZ, Manuel. La concertación social ante el Tribunal Constitucional: ¿Una question jurídica? In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). op. cit., p. 69.

³⁷³ ARIZA RICO, Julián. Los sindicatos y el dialogo social: planteamientos pasados y perspectivas. In: *Veinte años de concertación y dialogo social en España*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 1997. p. 41.

lei), boa parte dos compromissos assumidos pelo governo de uma forma ou outra e em diversos âmbitos, foi traduzida em normas estatais.³⁷⁴

Como exemplo prático, foi promulgada a Lei Orgânica nº 11, de 2 de agosto de 1985, também conhecida como Lei Orgânica de Liberdade Sindical (LOLS), a qual foi objeto de controle prévio de constitucionalidade, ao final do qual não se identificou nenhuma inconstitucionalidade em seus preceitos. A LOLS foi um texto relativamente conciso no qual em primeiro lugar foram abordadas as diferentes dimensões da liberdade sindical, para então definir normas para aquisição de personalidade jurídica e responsabilidade sindical. O terceiro tema enfrentado referiu-se à representatividade sindical com fundamento na doutrina constitucional elaborada nos quatro anos precedentes³⁷⁵, ao qual se seguiu regulação da ação sindical na empresa, para terminar com a tutela contra atos anti-sindicais.³⁷⁶

Em relação à representatividade sindical, a LOLS apresentou uma solução rigorosamente inédita,³⁷⁷ na medida em que o Estatuto dos Trabalhadores havia identificado os atores sociais em um duplo nível: fora da empresa o sujeito coletivo privilegiado era o sindicato, dentro da empresa era a representação unitária do pessoal. A LOLS incentivou um processo de concentração sindical mediante a promoção direta do sindicato, especialmente do mais representativo, regulou sua presença no interior da empresa e inclusive nos órgãos de representação e unificou o fato e os princípios

³⁷⁴GREGORIO DE TEJADA, Jesus Maeztu. Los acuerdos nacionales: algunos aspectos sobre su instrumentación jurídica. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). op. cit., p. 205.

³⁷⁵O Tribunal Constitucional Espanhol justificou o conceito de representatividade sindical com fundamento em vários argumentos. Inicialmente o Tribunal Constitucional admite que a noção de sindicato mais representativo seja coerente com o sistema de pluralidade sindical derivado da liberdade sindical reconhecida nos artigos 7º e 28, I, da Constituição Espanhola sempre que “deva ser utilizado algum critério que, sem ser discriminatório, permita uma defesa eficaz dos interesses dos trabalhadores que seriam prejudicados por uma atomização sindical”. GOBIERNO DE ESPAÑA. Sentença nº 53, de 22 de julho de 1982 do Tribunal Constitucional Espanhol. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?coleccion=tc&id=SENTENCIA-1982-0053>. Acesso em: 18 maio 2010. O segundo principal argumento reside no fato de que “a existência de um sistema de pluralidade sindical que possui sua origem no artigo 28 da Constituição Espanhola e responde em concreto a um processo eleitoral de tipo proporcional, traz consigo a existência de uma multiplicidade de centrais sindicais e coloca o problema de determinar a quais destas haverá de corresponder a representação dos interesses dos trabalhadores, que seria notavelmente prejudicada em sua eficácia se ela é atribuída por igual a todos os sindicatos existentes”. De modo que “para fazer frente a esse problema, o ordenamento jurídico utiliza o critério da maior representatividade para reconhecer às centrais que a ostentem o direito de defender o direito dos trabalhadores na negociação coletiva ou perante organismos da Administração”. GOBIERNO DE ESPAÑA. Sentença nº 65, de 10 de novembro 1982 do Tribunal Constitucional Espanhol. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?coleccion=tc&id=SENTENCIA-1982-0065>. Acesso em: 18 maio 2010.

³⁷⁶BAYLOS GRAU, Antonio Pedro. op. cit., p. 11.

³⁷⁷CASAS BAAMONDE, Maria Emilia. La representación y la necesaria representatividad de los sindicatos: las singularidades del sistema español. *Economía y sociología del Trabajo*, Madrid, n. 10, p. 106, 1990.

fundadores da maior representatividade, não mais por meio da negociação coletiva de trabalho, mas “abordando a totalidade dos direitos e funções que leva consigo a singular posição jurídica que ela consiste”.³⁷⁸ Com efeito, a partir do conceito de representatividade sindical irradiada previsto no Estatuto dos Trabalhadores

“(…) por um lado, se estabelece que uma vez que se possua a representatividade em nível estatal ou de Comunidade Autônoma, existe uma presunção *iure et de iure* de que tal representatividade seja obtida também nos demais níveis territoriais (nível interprovincial, provincial, comarca ou local) e funcionais (ramo, setor ou subsetor da atividade econômica, empresa, centro de trabalho ou inclusive o âmbito interprofissional), já que o número 3 do artigo 6º da Lei Orgânica de Liberdade Sindical se refere ‘a todos os níveis territoriais e funcionais’ e o artigo 7º, 1, predica a capacidade representativa em relação ao ‘âmbito específico da Comunidade Autônoma’”. Por outro lado, se verifica igualmente uma presunção *iure et de iure* de consideração (ou atribuição da qualidade) de sindicatos mais representativos aos sindicatos ou entes sindicais filiados, federados ou confederados a uma organização de âmbito estatal ou de Comunidade Autônoma que tenham a condição de mais representativa. Cristalizado, assim, o critério da ‘irradiação’ da representatividade como técnica incentivadora da unidade sindical que supere, segundo o livre jogo das forças sindicais, a atomização sindical existente”.³⁷⁹

Uma importante aplicação prática do conceito de representatividade sindical ocorreu com a Lei nº 4, de 8 de janeiro de 1986 (Lei 4/1986), regulamentada pelo Real Decreto nº 1671, de 1º de agosto de 1986 (Decreto 1671/1986), os quais determinaram o retorno do patrimônio sindical *histórico* (o retirado dos entes sindicais em virtude da Lei de Responsabilidades Políticas de 9 de fevereiro de 1939) a seus legítimos proprietários ou sucessores, bem como a cessão de bens do patrimônio sindical *acumulado* (entendido como o conjunto de bens, direitos e deveres e conteúdo patrimonial que pertenceram à organização sindical franquista) preferencialmente aos sindicatos e às associações de empregadores que ostentassem a condição de mais representativos, para que elas pudessem atender diretamente as necessidades de organização e funcionamento das entidades interessadas, especialmente as funções que lhe foram atribuídas pela Lei Orgânica de Liberdade Sindical.³⁸⁰

³⁷⁸ BAYLOS GRAU, Antonio Pedro. Institucionalización sindical y prácticas neocorporativas: el caso español (1977-1987). *Revista de Trabajo*, Madrid, n. 91, p. 15, 1988.

³⁷⁹ MONEREO PEREZ, José Luis. La noción de sindicato más representativo en proyecto de ley orgánica de libertad sindical. *Revista de Trabajo*, Madrid, v.77, n. 1, p. 48, 1985.

³⁸⁰ GOBIERNO DE ESPAÑA. Ley nº 4, 8 enero 1986. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/kirurzun/ley-4-86>>. Acesso em: 16 maio 2010. Posteriormente, a Lei nº 4/1986 foi modificada pelo Real Decreto-Lei nº 13 de 28 de outubro de 2005, para estabelecer o prazo de até 31 de janeiro de 2006 para que os entes sindicais pleiteassem a restituição do patrimônio sindical histórico que teria pertencido. Após essa data, o patrimônio não reclamado seria convertido em bem e em renda do Estado.

A forma como, na prática, o patrimônio foi devolvido causou grande insatisfação na CC.OO., que entendia que tanto o patrimônio histórico quanto o patrimônio acumulado deveriam ter sido devolvidos com base no mesmo regime legal, por considerar que a Lei nº 4/1986 favorecia o patrimônio histórico em detrimento do patrimônio acumulado e, desse modo, penalizava os sindicatos que, nascidos em plena ditadura franquista, a haviam combatido diariamente por meio da ação sindical clandestina.³⁸¹

Por outro lado, tal metodologia de devolução tornou a UGT mais favorável às mudanças no sistema de aposentadoria pretendidas pelo governo. Não obstante, o tratamento diferenciado e a devolução de forma indenizada e em espécie do patrimônio sindical histórico, o que beneficiou a UGT em detrimento da CC.OO. em um momento histórico crucial, foi um benefício ainda mais apreciado e uma contrapartida verdadeiramente importante com vistas ao fim da conflituosidade. O governo concedeu à UGT nada mais, nada menos, do que a possibilidade de aumentar a sua hegemonia na representação dos trabalhadores.³⁸²

Todos esses fatos acarretaram um novo papel político ao sindicato, ou, mais propriamente, um fenômeno de “repoliticização” do sindicato³⁸³ que consistiu, no geral, na adoção por parte dos sindicatos de novas posições em relação aos problemas gerais do sistema econômico e político: em outras palavras, era solicitado que os sindicatos desenvolvessem e aperfeiçoassem cada vez mais uma estratégia política.³⁸⁴ Nessa construção, o sindicato deveria sempre atentar para a constante tensão existente entre a lógica da atuação individualista/não-participativa e a lógica da atuação coletiva/solidarista dos trabalhadores, as quais adquirirão diferentes pesos de acordo com o momento e o contexto vivido. Adicionalmente, o sindicato deverá levar em consideração o fato de que os objetivos e as aspirações dos trabalhadores não são sempre redutíveis a um valor monetário, nem mesmo quando o conflito se concentra apenas em uma questão financeira.³⁸⁵

³⁸¹LOPERA CATILLEJO, Maria Jose. De nuevo ante la necesidad de afrontar el problema del patrimonio sindical histórico y del acumulado. *Proyecto social: revista de relaciones laborales*, Madrid, n. 3, p. 77, 1995.

³⁸²MAGAÑA BALANZA, Francisco Javier; RICO LETOSA, Sara. El patrimonio sindical acumulado. *Proyecto social: revista de relaciones laborales*, Madrid, n. 4-5, p. 215, 1997.

³⁸³RODRÍGUEZ-PIÑERO Y BRAVO FERRER, Miguel. Derecho del trabajo y concertación social como instrumento de la política de empleo. In: JORNADAS TÉCNICAS SOBRE CONCERTACIÓN SOCIAL Y EMPLEO. Madrid: MTSS, 1981. p. 136.

³⁸⁴SAGARDOY Y BENGOCHEA, Juan Antonio. *Relaciones de trabajo y estructuras políticas*. Madrid: MTSS, 1984. p. 59-60.

³⁸⁵ROCA JUSMET, Jordi. op. cit., p. 129; 131.

4.2. Bloqueio das experiências de concertação social na Espanha: 1987-1995

Essa segunda fase começou com o descrédito nos resultados obtidos com o AES e se caracterizou pela perda da confiança mútua tanto nos objetivos a perseguir como nas inter-relações entre os parceiros sociais e o governo, bem como pela incapacidade de sindicatos, empresários e governo conseguirem determinar um objetivo comum unificante. Foi uma época em que o paradigma “neoliberal-obsessão monetária”, a inversão na repartição e distribuição de renda, a exaltação do mercado e descrédito da esfera pública, a flexibilidade e desregulamentação do mercado de trabalho e o consenso contra os sindicatos estavam em seu apogeu no mundo inteiro, inclusive na Espanha.³⁸⁶

Para tornar o cenário mais complexo, o fato de tanto a UGT e a CC.OO. terem, em momentos e por circunstâncias distintos, feito um balanço negativo da concertação social devido à perda de autonomia e restrições sem que houvesse como contrapartida incentivos suficientes, configurando um intercâmbio incompleto,³⁸⁷ bem como a vontade dos sindicatos se ressarcirem dos sacrifícios do passado e participarem do ciclo econômico expansivo então vivido pela Espanha, unido à obsessão por parte do governo em celebrar acordos amplos apenas contribuiu para tensionar as relações sociais e dificultar as tentativas de modernização das mesmas.³⁸⁸ Como bem observa a doutrina:

“A crise da concertação na metade da década de 1980 parecia dar razão a quem, a partir de posições ideológicas próximas do sindicalismo de classe, havia criticado os pactos sociais da época. Parecia o momento para uma ‘volta à normalidade’, para recuperar o sindicalismo e as relações de trabalho anteriores à concertação. Inclusive assim aparentemente resultava da assunção pelos sindicatos de um discurso de enfrentamento global com a política do governo e, sobretudo, pela utilização sistemática da greve geral demonstrativa com êxitos relativos, o que parecia implicar uma volta ao passado, uma radicalização dentro e fora da fábrica (...) As relações de trabalho e a ação sindical estão muito condicionadas pela evolução política e pela situação econômica e produtiva. O poder sindical é uma variável dependente de variáveis econômicas, pois as exigências sindicais deverão ser compatíveis com as exigências econômicas, mas também depende da necessidade que tenha o poder político dos sindicatos para a governabilidade do país e para o acesso a esse poder. Em geral, as mudanças políticas, econômicas e

³⁸⁶ ZUFIAUR NARVAIZA, José Maria. Etapas y retos de la concertación social en España. In: *Veinte años de concertación y dialogo social en España*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 1997. p. 115.

³⁸⁷ ROCA JUSMET, Jordi. op. cit., p. 261.

³⁸⁸ ZUFIAUR NARVAIZA, José Maria. Etapas y retos de la concertación social en España. In: *Veinte años de concertación y dialogo social en España*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 1997. p. 116.

produtivas nos últimos anos não favoreceram um reforçamento do poder sindical”.³⁸⁹

Como ápice desse descontentamento social, registre-se a realização da greve geral de 14 de dezembro de 1988, a primeira bem-sucedida em cinquenta anos e à qual 90% (noventa por cento) da população econômica ativa aderiu, convocada para protestar contra a política econômica do governo de maneira geral (e o aumento da precarização laboral, da desigualdade econômico-social, da instabilidade econômica e da maior dependência econômica externa que dela decorreu, fatos que demonstraram o descumprimento por parte do governo dos compromissos assumidos por ocasião do AES) e, em particular, como protesto contra o Plano de Emprego Juvenil.³⁹⁰ Nas palavras dos próprios sindicatos:

“Precisamente a falta de eficiência e de funcionalidade do processo de concertação social espanhol dos últimos anos com o intuito de conseguir um equilíbrio dos desajustes sociais, um aumento da proteção social e um avanço da democracia econômica e social foi devido às insuficiências e defeitos em que incorreu. O principal é que não apenas se instrumentalizou o processo como meio para conseguir um fim legítimo indiscutível, a legitimação social da democracia e da própria autonomia coletiva das partes, senão que também se instrumentalizou e utilizou perversamente como meio de legitimação de uma política econômica desenvolvida pelos governos de caráter claramente neoliberal e, portanto, com aspectos antisociais”.³⁹¹

Tornou-se, patente, dessa forma, o esgotamento real do método de negociação próprio da crise econômica, cuja contribuição para a construção da democracia e saneamento geral do sistema econômico era inquestionável, mas que resultava sob todos os aspectos inservível para canalizar as demandas do pós-crise. A concertação social precisaria adquirir, a partir de então e com fundamento em um novo marco político-sindical surgido a partir das mobilizações unitárias contra o governo, uma nova forma por meio de um inédito e rico processo construído a partir de colaborações institucionais sem precedentes.³⁹²

³⁸⁹ RODRÍGUEZ-PIÑERO Y BRAVO FERRER, Miguel. Dialogo social, participación y negociación colectiva. *Relaciones Laborales*, Madrid, n. 2, p. 96, 1995.

³⁹⁰ NAVARRETE LORENZO, Montserrat; PUYAL ESPAÑOL, Esther. Conflictividad laboral: la huelga. Concepto, estadísticas y teoría. *Revista Acciones e Investigaciones Sociales*, Madrid, n. 3, p. 149-150, 1995.

³⁹¹ LILLO PEREZ, Enrique. La concertación y participación institucional de los sindicatos. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). op. cit., p. 182.

³⁹² PALOMEQUE LOPEZ, Manuel Carlos; ALVAREZ DE LA ROSA, Manuel. *Derecho del trabajo*. 8. ed. Madrid: Tecnos, 2000. p. 603.

Era o ano de 1989 e o fantasma da greve geral ainda se fazia presente nas eleições gerais legislativas que ocorreriam em 29 de outubro daquele ano. A UGT e a CC.OO. participaram ativamente da campanha eleitoral e fizeram contundentes críticas ao programa de governo do PSOE, tendo inclusive sugerido que os trabalhadores não votassem no partido.³⁹³ Com a conquista de um número significativo pelo Partido Popular (PP), o PSOE, mesmo tendo ganho as eleições, mudou sua postura. O próprio discurso de posse do primeiro-ministro serviu de ponto de partida para um novo comportamento por parte do governo, ao admitir explicitamente o diálogo e ao aceitar discutir a “dívida social”.³⁹⁴

O momento de máxima expansão econômica iniciado partir de 1990 permitiu aos sindicatos unirem forças, em um raro momento de unidade sindical, e passarem a somente aceitar acordos e negociações coletivas de trabalho a respeito de políticas que melhorassem a condição social do trabalhador tanto do setor público quanto da iniciativa privada, as quais foram formalizadas na Proposta Sindical Prioritária elaborada em conjunto pela UGT e pela CC.OO., a qual supôs a continuidade, a concretização e a projeção a curto e a médio prazo da atuação sindical unitária e definiu metas claras a respeito do emprego, proteção social e direito de participação dos trabalhadores.³⁹⁵ Devidamente apresentada, a Proposta Sindical Prioritária permitiu ao governo abrir uma nova rodada de concertação social com os parceiros sociais.³⁹⁶

Dessa forma, começaram a ser criadas pontes de diálogo entre o governo e os parceiros sociais no sentido de conversas, aproximações e acordos em determinados temas. Em 27 de abril de 1990 foi promulgado o Real Decreto-Lei que definiu a nova Lei de Procedimento Laboral a qual, em termos genéricos, reconheceu e reforçou notoriamente o poder dos sindicatos no processo e perante os tribunais do trabalho ao prever, por exemplo, a substituição processual em nome dos sócios do sindicato e a legitimação para que o sindicato cujo âmbito de atuação correspondesse ou fosse mais amplo que o conflito ajuizasse demanda.³⁹⁷

³⁹³OLIET PALÁ, Alberto. *La concertación social en la democracia española: crónica de un difícil intercambio*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2004. p. 307.

³⁹⁴TORCAL LORIENTE, Mariano; CHHIBER, Pradeep. Elites, “cleavages” y sistema de partido en una democracia consolidada. *Reis: revista española de investigaciones sociológicas*. Madrid, n. 69, p. 8, 1995.

³⁹⁵UNION GENERAL DE LOS TRABAJADORES. Comisiones Obreras. Plataforma sindical prioritária. *Política y sociedad*, Madrid, n. 5, p. 7487, 1990.

³⁹⁶ESPINA, Alvaro. La emergencia del sistema de relaciones industriales y la modernización económica: España: 1977-1997. *Revista de Trabajo*, Buenos Aires, n. 12, p. 101, ene./jul. 1997.

³⁹⁷GARCIA-PERROTE ESCARTIN, Ignacio. El proceso de conflictos colectivos en la Ley de Procedimiento Laboral de 1990. *Relaciones laborales: revista crítica de teoría y práctica*, Madrid, n. 1, p. 96, 1991.

Posteriormente, foi promulgada a Lei de Controle Sindical dos Contratos, Lei nº 2, de 7 de janeiro de 1991, que já em sua exposição de motivos esclareceu ser fruto de entendimentos mantidos exclusivamente entre governo e sindicatos (ao contrário da legislação social pactuada desde a redemocratização até aqueles dias, que também envolvia as organizações de empregadores), e determinou que as empresas entregassem à representação legal dos trabalhadores uma cópia básica de todos os contratos de trabalho (a tempo parcial, a domicílio, para formação, etc.) a serem celebrados por escrito, dentro do prazo de dez dias contados da celebração do mesmo.³⁹⁸

Iniciado o ano de 1992, o governo propôs às principais organizações de trabalhadores e de empregadores a retomada das experiências de concertação social sobre dois temas relevantes: a criação de um Plano de Convergência com a União Européia e o desenvolvimento negociado de um projeto de lei de greve. O Plano de Convergência proposto pelo governo insistia nos parâmetros definidos pelo Tratado de Maastricht: controle do déficit público e redução da inflação por meio do congelamento dos investimentos públicos e da redução dos gastos com benefícios sociais relativos ao desemprego.³⁹⁹

O rechaço por parte dos sindicatos de trabalhadores a essa proposta foi inevitável e, apesar de contar com o apoio da CEOE, o governo precisou, para fazer frente à difícil situação econômica enfrentada pela Espanha àquela época, aprovar um Real Decreto-Lei de Medidas Urgentes a respeito do Fomento do Emprego e Proteção do Desemprego (Real Decreto-Lei nº 1, de 3 de abril de 1992), que possuía três pontos principais: i) ampliação do tempo mínimo de serviço para ter acesso ao seguro desemprego, ii) diminuição do valor dos benefícios e; iii) redução da alíquota incidente sobre a base de cálculo da contribuição social.⁴⁰⁰

A tensão gerada pelo então denominado “decretaço”, convertido depois na Lei nº 22, de 30 de julho de 1992,⁴⁰¹ foi ainda aumentada pelo projeto de lei de greve apresentado

³⁹⁸MURILLO MARINAS, Javier. Comentarios a la Ley 2/91, de 7 de enero, sobre derechos de los representantes de los trabajadores em matéria de contratación. *Cuadernos de Estudios Empresariales*, Madrid, n. 1, p. 100, 1991.

³⁹⁹PALOMEQUE LOPEZ, Manuel Carlos. Concertación social y el plan de convergência com la Comunidad Europea: el agotamento del segundo ciclo de dialogo social. *Boletín del círculo de empresários*. Madrid, n. 55, p. 50, 1992.

⁴⁰⁰GOBIERNO DE ESPAÑA. Real Decreto-Ley nº 1, de 3 de abril de 1992. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-1992-7714>. Acesso em: 23 maio 2010.

⁴⁰¹GOBIERNO DE ESPAÑA. Ley nº 22, de 30 de julio de 1992. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-1992-18488>. Acesso em: 23 maio 2010.

pelo governo ao Parlamento espanhol, o qual visava regulamentar o direito de greve reconhecido no artigo 28, item 2, da Constituição Espanhola, e até então exercitado com fundamento no Real Decreto-Lei 17/1977, conforme interpretação elaborada pelo Tribunal Constitucional Espanhol.⁴⁰²

Tal projeto foi bastante criticado pelos sindicatos, que o consideraram muito restritivo, e, além disso, reclamaram que o governo não havia esperado pela sua proposta de lei a respeito do tema. Ademais, os sindicatos defenderam reiteradas vezes que “a melhor lei de greve é a que não existe” e que, em todo caso, teria sido mais adequado estabelecer procedimentos de autoregulação sindical do direito fundamental de greve, de modo semelhante ao que aconteceu na Itália.⁴⁰³

Todavia, e apesar das medidas adotadas pelo governo, este e os atores sociais conseguiram manter um canal de comunicação em temas que não implicariam custos econômicos ou onerariam o orçamento público, tais como saúde ocupacional e formação profissional. Nesse sentido, as organizações sindicais e empresariais celebraram, em 16 de dezembro de 1992, um **Acordo Nacional sobre Formação Contínua**, o qual foi complementado por outro com participação do governo, o **Acordo Tripartite em Matéria de Formação Contínua dos Trabalhadores**. Tal acordo tornou possível a cooperação dos parceiros sociais na ação formativa e permitiu dispor dos recursos econômicos originados da contribuição Formação Profissional, para financiar o melhor funcionamento do mercado de trabalho e a qualificação profissional.⁴⁰⁴

Paralelamente, os sindicatos tiveram oportunidade de influir no projeto de lei de greve o qual, aprovado pelo Congresso dos Deputados em fevereiro de 1993, cedia claramente ao desejo de auto-regulamentação por parte dos sindicatos mais representativos em nível nacional no que se refere à definição de serviços essenciais, à proibição da dispensa dos grevistas e à legalização dos piquetes.⁴⁰⁵

O governo, temeroso de que o poder sindical já excessivo aumentasse ainda mais, e após ter verificado que a elaboração consensual de uma lei não facilitou a celebração de

⁴⁰²SALA FRANCO, Tomás. Consideraciones de urgência acerca del proyecto de la ley orgánica de huelga. *Tribuna social*: revista de seguridad social y laboral. Madrid, n. extra 1, p. 8, 1992.

⁴⁰³DOMINGUEZ BAUTISTA, Juan Carlos. Algunos apuntes sobre el proyecto de ley orgánica de huelga. *BFD*: boletín de la Facultad de Derecho de la UNED, Madrid, n. 3, p. 20, 1993.

⁴⁰⁴DE LA TORRE PRADOS, Isabel. La formación y las organizaciones: los acuerdos nacionales de formación continua. *Reis*: revista española de investigaciones sociológicas. Madrid, n.77/78, p. 17, 1997.

⁴⁰⁵ALONSO OLEA, Manuel. Sobre el caducado Proyecto de Ley de Huelga. *Civitas*: revista española de derecho de trabajo. Madrid, n. 59, p. 339, 1999.

pactos que tinham como objetivo a moderação salarial, bem como a flexibilização das leis trabalhistas, boicotou o projeto de lei de greve aprovado pela Câmara dos Deputados por meio da convocação antecipada de eleições gerais para o dia 6 de junho de 1993, as quais foram surpreendentemente vencidas novamente pelo PSOE, a despeito da crise econômica vivida na Espanha desde 1992 e das sérias acusações de corrupção surgidas contra aquele partido àquela época.⁴⁰⁶

A precária governabilidade resultante da apertada vitória do PSOE nas eleições gerais de 1993 foi agravada pelas propostas apresentadas pelo governo na nova legislatura, que estruturou um discurso no sentido de, por um lado, defender a reforma laboral, moderação salarial, retração da proteção social, as quais deveriam ser adotadas de maneira urgente e de, outro, deslegitimar as posições sindicais, consideradas irrazoáveis e fora da realidade, e que conduziram ao incremento da inflação, à queda do crescimento econômico e ao aumento do desemprego. Nessas condições o apoio, a mitigação do conflito social e a legitimidade que um acordo com os sindicatos poderia trazer seriam muito convenientes ao governo, porém, isso seria a princípio muito difícil, senão impossível. Ademais, a orientação do governo não estava em linha com o consenso político, uma vez que os partidos aliados defendiam uma política expansionista.⁴⁰⁷

Dessa forma, e de maneira unilateral, logo após a posse, o governo do PSOE adotou medidas impopulares, tais como a apresentação de um Projeto de Orçamento para o ano 1994 que se pautou pela contenção do déficit público, bem como a edição do Real Decreto sobre Fomento do Emprego e Proteção contra o Desemprego (Real Decreto-Lei nº18, de 3 de dezembro de 1993) o qual, sob a justificativa de ser necessário resolver o mais rapidamente possível o grave problema do desemprego, principalmente entre os jovens, previu, entre outras medidas, o fomento dos contratos com baixa remuneração para jovens, o aumento da mobilidade geográfica, a diminuição de algumas prestações relativas ao desemprego, bem como as futuras diretrizes da legislação que regularia o trabalho temporário.⁴⁰⁸

⁴⁰⁶BARREIRO, Belén; SÁNCHEZ-CUENCA, Ignacio. Analisis del cambio de voto hacia el PSOE en las elecciones de 1993. *Reis: revista española de investigaciones sociológicas*. Madrid, n.82, p. 210, 1998.

⁴⁰⁷OLIET PALÁ, Alberto. Sindicatos, concertación y comunicación política en España: entre el secreto el espectáculo. *Revista de Estudios Políticos* (nueva época), Madrid, n. 95, p. 87, ene./mar. 1997.

⁴⁰⁸GOBIERNO DE ESPAÑA. Real Decreto-Ley nº 18, de 3 diciembre 1993. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-1993-29068>. Acesso em: 29 maio 2010. Posteriormente, referido diploma legal foi derogado pela Lei nº 10, de 19 de maio de 1994, o qual absorveu a maior parte das normas contidas no referido decreto-lei. Lei 10, 19 mayo 1994. GOBIERNO DE ESPAÑA. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-1994-11609>. Acesso em: 29 maio 2010.

Para mostrar seu descontentamento com a reforma laboral recém-aprovada precarizadora das relações de trabalho, UGT e CC.OO. convocaram uma greve geral de oito horas para o dia 27 de janeiro de 1994.⁴⁰⁹ Tal greve, que pretendia repetir a mobilização alcançada com a greve geral de 1988, não foi mais do que a “interpretação de um simulacro”, na medida em que, como representantes dos trabalhadores, os sindicatos precisavam externalizar o descontentamento popular contra as reformas legais adotadas àquela época; por outro lado, os próprios sindicatos trataram de minimizar os efeitos da greve, na medida em que, nos bastidores, mantinham negociações paralelas com o governo central.⁴¹⁰

Para retribuir as organizações sindicais mais representativas no plano nacional e amortecer a resposta social à reforma trabalhista e aos cortes no gasto público, o governo central alterou a legislação relativa às eleições dos órgãos de representação dos trabalhadores na empresa. Tal inovação legislativa buscou minimizar os efeitos deslegitimadores para as centrais sindicais majoritárias de uma luta eleitoral que havia sido bastante aguerrida nas eleições anteriores, efeitos esses que não apenas dificultavam e atrasavam a obtenção das informações necessárias para auferir a representatividade dos sindicatos, como também transmitiam à sociedade uma imagem desfavorável tanto dos entes sindicais como da própria Administração do Trabalho.⁴¹¹

Dessa maneira, foram introduzidos vários mecanismos que tendiam a garantir e a reforçar o “duopólio sindical” de fato existente. Dentre tais medidas, formalizadas na Lei nº 11, de 19 de maio de 1994, e na Lei nº 18, de 30 de junho de 1994, as quais não foram negociadas com os parceiros sociais, destaca-se a supressão do controle das comissões eleitorais, das quais também participavam os sindicatos que não possuíam o status de mais representativos.⁴¹²

Adicionalmente, a Lei nº 11/1994 alterou profundamente a estrutura da negociação coletiva de trabalho, entendida como a rede de unidades de negociação e as relações travadas entre elas, ao dar nova redação à maioria dos preceitos do Título III do Estatuto

⁴⁰⁹GARCIA BALLESTEROS, Aurora. Desempleo y empleo em España a finales del siglo XX. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, Madrid, n.14, p. 146, 1995.

⁴¹⁰OLIET PALÀ, Alberto. Sindicatos, concertación y comunicación política en España: entre el secreto el espectáculo. *Revista de Estudios Políticos* (nueva época), Madrid, n. 95, p. 1063, ene./mar. 1997.

⁴¹¹PALOMEQUE LOPEZ, Manuel Carlos. El sistema de relaciones sindicales en España: un balance general del marco jurídico y del funcionamiento de la práctica sindical en el sistema social. *Documentos de Trabajo* (Laboratorio de Alternativas), Madrid, n. 149, p. 38, 2009.

⁴¹²GOBIERNO DE ESPAÑA. Ley 11/1994, de 19 de mayo. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-1994-11610>. Acesso em: 29 maio 2010.

dos Trabalhadores e na prática ter afetado todos os elementos que definem o sistema de negociação coletiva de trabalho tal como havia sido originariamente concebido pelo legislador do Estatuto dos Trabalhadores, ao romper três pontos cruciais do antigo sistema: i) o princípio da neutralidade estatal na eleição do nível negocial pelas partes; ii) a equiparação legal de todos os níveis de negociação no que tange à sua soberania normativa; e iii) a aplicação da regra de aplicação do contrato coletivo de trabalho “prior in tempore” como cláusula de fechamento do sistema.⁴¹³

Nesse sentido, a concorrência descentralizadora e sua regra de ordenação básica, a prevalência do contrato coletivo de trabalho inferior posterior no tempo, autorizado pela Lei nº 11/1994 a dispor sobre a regulação contida no contrato coletivo de trabalho de âmbito superior, marcaram o início da renovação da estrutura da negociação coletiva de trabalho e da operação da substituição negociada das regulamentações e ordenanças laborais. Desse modo, as matérias que o legislador confiou à função regulamentadora, plena ou compartilhada dos contratos coletivos de trabalho de nível superior, serão o conteúdo mínimo necessário dos contratos coletivos de trabalho setoriais que venham a substituir as referidas regulamentações ou ordenanças, sendo certo que a reforma também pretendeu garantir o acesso efetivo dos sindicatos e associações patronais mais representativos em nível de Comunidade Autônoma à negociação coletiva de trabalho intersetorial e setorial de âmbito nacional.⁴¹⁴

Ainda aproveitando a boa fase vivida pelo governo, este aproveitou para avançar em seu projeto de flexibilização das relações de trabalho e em 1º de junho de 1994 foi publicada a Lei nº 14, que regulou as Empresas de Trabalho Temporário (ETT) e em sua exposição de motivos declarou que procurou legislar a respeito da matéria, garantindo mediante os adequados requisitos, limitações e controle a manutenção dos direitos do trabalho e da proteção social.⁴¹⁵ Todavia, na prática, juntamente com a contratação temporária realizada diretamente pelos empresários, será acrescida aquela prestada pelas

⁴¹³VALDÉS DAL-RE, Fernando. Notas sobre la estructura de la negociación colectiva. *Relaciones Laborales*, Madrid, n. 1, p. 264-265, 282, 1995.

⁴¹⁴CASAS BAAMONDE, Maria Emilia. La estructura de la negociación colectiva y las nuevas reglas sobre competencias y concurrencia de los convênios colectivos. *Relaciones Laborales*, Madrid, n. 17/18, p. 317-318, 1994.

⁴¹⁵GOBIERNO DE ESPAÑA. Ley 14/1994, de 1 de junio. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-1994-12554>. Acesso em: 29 maio 2010.

ETTs, por meio dos contratos celebrados entre elas e as empresas usuárias do contrato de colocação à disposição.⁴¹⁶

No que tange às relações coletivas de trabalho, em 7 de outubro de 1994 foi celebrado entre as organizações empresariais CEOE e CEPYME e as organizações sindicais CC.OO. e UGT um **Acordo Interconfederal em matéria de Ordenanças Laborais e Regulamentações do Trabalho**, uma vez que a nova redação dada pela Lei nº 11/1994 à segunda disposição transitória do Estatuto dos Trabalhadores estabeleceu que as Ordenanças e as Regulamentações permaneceriam em vigor até 31 de dezembro de 1994, salvo disposição em contrário prevista em um dos acordos tipificados nos artigos 83.2 e 83.3 do Estatuto dos Trabalhadores. Ademais, o Ministério do Trabalho ficava autorizado a prorrogar até 31 de dezembro de 1995 a vigência das Ordenanças relativas a setores que demonstrassem problemas de cobertura. Como resultado do referido Acordo Interconfederal, em 28 de dezembro de 1994 foi promulgada uma Ordem que estabeleceu a prorrogação total ou parcial de determinadas Ordenanças até 31 de dezembro de 1995 e informou as Ordenanças que perderiam a vigência em 31 de outubro de 1994.⁴¹⁷

Para incorporar as significativas alterações realizadas na legislação trabalhista, foi promulgado o Real Decreto nº 1, de 24 de março de 1995, que aprovou o texto refundido do Estatuto dos Trabalhadores,⁴¹⁸ que ratificou a tendência já adotada pelo Tribunal Constitucional espanhol no sentido de atribuir à lei, em relação à negociação coletiva de trabalho, a tarefa de não apenas delimitar, de modo concorrente, os respectivos territórios, como também organizar diretamente o próprio sistema de negociação coletiva de trabalho e definir a força vinculante dos contratos coletivos de trabalho.⁴¹⁹

Em suma, essa fase da experiência espanhola de concertação social foi marcada por vários encontros e desencontros entre sindicatos, associações de empregadores e o governo, ao contrário da fase anterior, transcorrida entre os Pactos de Moncloa e o AES. Nesse sentido, nessa segunda fase não foram assinados grandes pactos sociais, mas acordos de caráter específico entre governo e os interlocutores sociais mais representativos em

⁴¹⁶RUIZ GALACHO, Encarna. Las reformas laborales en España (1977-2002). *Filosofía, política y economía en el Laberinto*. Madrid, n. 20, p. 15, 2006.

⁴¹⁷BURGOS GINER, Maria Angeles. La regulación salarial en el sector hostelero. *Revista de treball, Economia i Societat*, Valencia, n. 16, p. 3, 2000.

⁴¹⁸GOBIERNO DE ESPAÑA. Real Decreto Legislativo nº 1/1995, de 24 marzo. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-1995-7730> . Acesso em: 3 jun. 2010

⁴¹⁹RODRÍGUEZ-PIÑERO Y BRAVO FERRER, Miguel. El papel de la ley en y tras la reforma del Estatuto de los Trabajadores. In: CRUZ VILLALÓN, Jesus (Coord). *Los protagonistas de las relaciones laborales tras la reforma del mercado de trabajo*, Madrid: CES, 1995. p. 19 e ss.

nível nacional, os quais já não diziam respeito à política de rendas, mas tinham como conteúdo predominante as políticas de emprego e as reformas trabalhistas.⁴²⁰

4.3. Retomada das experiências de concertação social e a importância dos pactos sociais para a alteração negociada da legislação trabalhista espanhola (1996-2004)

Em 1996 foi iniciada uma nova fase na experiência espanhola de concertação social que resultou na posterior celebração de diversos acordos entre os parceiros sociais e entre esses últimos e o governo. A partir da vitória nas eleições gerais de 3 de março de 1996, o Partido Popular procurou demonstrar que a concertação social poderia estar acima de sectarismos políticos, por perseguir o interesse e o bem estar geral.⁴²¹ Além da vontade de o novo Primeiro Ministro, Jose Maria Aznar Lopez, afirmar a sua legitimidade em relação aos sindicatos, esses, em um contexto não totalmente favorável, tinham interesse em demonstrar as suas respectivas capacidades de atuação, normalizando a sua função de representação de interesses gerais dos trabalhadores tomados em sua generalidade.⁴²²

Dessa forma, desde o início do governo do Partido Popular começou a ser desenvolvido um processo muito amplo de negociação que tinha o nítido intuito de promover as mudanças estruturais necessárias ao país, no marco de um “processo de aprendizagem” dos agentes sociais, por meio do qual renunciavam a influir sobre o sistema de relações de trabalho a partir de uma perspectiva meramente política.⁴²³ De julho a dezembro de 1996 foram criadas diversas mesas tripolares de negociação, compostas por representantes do governo central e dos sindicatos de empregadores e de trabalhadores mais representativos em nível nacional, as quais versaram sobre variados temas

⁴²⁰PÉREZ INFANTE, José Ignacio. La concertación y el dialogo social España: 1977-2007. *Revista del Ministerio del Trabajo y Inmigración*, Madrid, n. 81, p. 44, 2009.

⁴²¹ALARCÓN BRAVO DE RUEDA, Percy Orestes; MORENO DE VEGA Y LOMO, Fernando. Dialogo y concertación social em la conformación de las políticas sociales en el ámbito europeo, estatal y regional. El caso de España. *Boletín Mexicano de Derecho Comparado*, nueva serie, Mexico D.F, ano 42, n. 125, p. 620, maio/ago. 2009.

⁴²²BAYLOS GRAU, Antonio Pedro. Dialogo social y negociación colectiva: una narración. *Revista de Derecho Social*, Madrid, n. 17, p. 208, 2002.

⁴²³ESPINA, Alvaro. El “Guadiana” de la concertación neocorporatista en España: de la huelga general de 1988 a los acuerdos de 1997. In: MIGUÉLEZ LOBO, Faustino; PRIETO, Carlos. (Orgs.). *Las relaciones de empleo en España*, Madrid: Siglo XXI, 1999. p. 378.

relacionados às condições de trabalho, que por sua vez resultaram na celebração de diversos acordos, os quais passam a ser brevemente analisados.⁴²⁴

O Acordo para Solução Extrajudicial de Conflitos Coletivos de Trabalho (ASEC), fruto de uma mesa de entendimento constituída em 24 de junho de 1996, foi assinado em 18 de julho 1996 e formalmente era bilateral, mas contou com um acordo complementar de financiamento público. O propósito do ASEC de criar um sistema de solução de conflitos coletivos de trabalho resultou em um conjunto de sistemas regionais ou autonômicos de solução extrajudicial de conflitos de trabalho, formalizados também por meio de acordos de concertação de âmbito regional.⁴²⁵

O Acordo sobre Consolidação e Racionalização do Sistema de Seguridade Social (ACRSSH), resultado de uma mesa de negociação constituída em 18 de junho de 1996, foi assinado em 9 de outubro de 1996. Com o intuito de concretizar as diretrizes previstas no Pacto de Toledo, os sujeitos estipulantes do ACRSSH se comprometeram a adotar, de maneira gradual, as medidas necessárias a reforçar a contributividade e a melhorar dos benefícios oferecidos cujo valor era considerado insuficiente, para garantir o equilíbrio financeiro presente e futuro e a compatibilidade do mesmo com a competitividade da economia e a manutenção e criação de empregos.⁴²⁶

O Acordo para o Emprego e a Proteção Social Agrários (AEPSA) originou-se de uma mesa de negociação criada em 26 de junho de 1996 e foi celebrado em 4 de novembro de 1996. O AEPSA teve como objetivo analisar as relações de emprego no setor rural com o propósito de aprimorá-las, mediante a substituição do antigo Plano de Emprego Rural (PER), o fortalecimento das políticas ativas de emprego e a busca da máxima efetividade dos fundos disponíveis nos diferentes níveis da administração pública para o fomento do emprego estável por meio de uma reforma no sistema de subsídios agrícolas. Pouco depois, em 14 de novembro de 1996, o governo central firmou com a Associação Agrária de Jovens Agricultores (ASAJA) um **Acordo sobre Política de Investimentos e Emprego Agrário**.⁴²⁷

⁴²⁴JESUS GONZALEZ, Juan. Las bases sociales de la política española. *Revista Española de Sociología*, Madrid, n. 4, p. 131, 2004.

⁴²⁵MARTIN VALVERDE, Antonio. op. cit., p. 109.

⁴²⁶CHULIÀ RODRIGO, Elisa. El pacto de Toledo y la política de pensiones. *ASP Reseach Paper 33(a)*, p. 10, Madrid, 2000.

⁴²⁷GAVIRA ALVAREZ, Lina. La panificación socioeconômica y sus consecuencias territoriales. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, Madrid, n. 26, p. 133, 1988.

Em matéria de formação e qualificação profissional, em 19 de dezembro de 1996 foram celebrados os seguintes acordos: o **Acordo Base sobre a Política de Formação Profissional**, assinado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pelo Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais (MTAS) e pelas entidades CEOE, CEPYME, UGT e CC.OO., o **II Acordo Nacional sobre Formação Contínua** (ANFC-2), de caráter bipolar, e o **Acordo Tripartite sobre Formação Contínua**, assinado pelo MTAS e pelas organizações sociais acima mencionadas. O Acordo Base supracitado determinou os critérios e diretrizes para o II Programa Nacional de Formação Profissional, e os acordos bipolar e tripolar supramencionados vieram a dar continuidade aos acordos firmados em 1992, com o intuito de reforçar a política de formação contínua nas empresas, bem como a cooperação entre o governo e os atores sociais.⁴²⁸

Os vários acordos celebrados em 1996 foram favoravelmente recebidos pela opinião pública enquanto tais e independentemente de suas cláusulas concretas. Com efeito, “o acordo entre a direita espanhola e os nacionalistas *periféricos* era uma novidade absoluta e um excelente sintoma de normalidade democrática ao deixar claro que na Espanha não se pode governar contra eles e que fazê-lo *com eles* não significa ceder a uma presumida ‘chantagem’”.⁴²⁹

O fortalecimento do espírito de concertação social sobre o espírito de conflituosidade verificado àquela época permitiu que em 28 de abril de 1997, as associações patronais CEOE e CEPYME e os sindicatos CC.OO. e UGT celebrassem três acordos importantes, nos quais o governo ocupou um lugar subordinado como receptor dos compromissos alcançados: o **Acordo Interconfederal para a Estabilidade do Emprego** (AIEE), o **Acordo Interconfederal sobre Negociação Coletiva de Trabalho** (AINC) e o **Acordo Interconfederal para a Cobertura de Vazios** (AICV) originados do desaparecimento das velhas Ordenanças Laborais e das Regulamentações do Trabalho surgidas no período franquista.⁴³⁰

Trata-se de uma reforma auto-limitada no tempo e parcial. Limitada no tempo porque quatro anos era o prazo de vigência definido para o AINC, sem prejuízo de sua

⁴²⁸ GONZALEZ RENDON, Manuel; ALCAIDE CASTRO, Manuel. Analisis de los cambios introducidos em el subsistema de formación continua por los Acuerdos de formación de 1996. *Relaciones Laborales*: revista critica de teoria y practica, Madrid, n. 2, p. 1179, 1997.

⁴²⁹ AGUILERA DE PRAT, Cesareo R. Los socialistas ante los pactos de gobernabilidad de 1993 y 1996. *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n. 101, p. 22, 2001.

⁴³⁰ RIVERO LAMAS, Juan. La flexibilidad del trabajo en España. *Proyecto social*: revista de relaciones laborales, Madrid, n. 7, p. 145, 1999.

renovação. Ademais, o AICV deveria vigorar por cinco anos, tendo os sujeitos estipulantes manifestado o desejo de cumprir os compromissos de negociação definidos no referido acordo, de modo que ao término do mesmo não fosse necessária a sua renovação. E parcial pois acrescentou uma nova etapa no processo reformador da legislação trabalhista espanhola iniciado em 1994 com o intuito de corrigi-la.⁴³¹ Trata-se mais de uma "consolidação do que uma retificação", residindo no método consensual utilizado para sua implementação a sua inovação principal em relação à reforma de 1994.⁴³²

Nesse sentido, tais acordos tinham como objetivos principais proporcionar a contratação por prazo indeterminado em comparação ao modelo anterior de contratação temporária, especialmente em relação a grupos de trabalhadores mais fortemente afetados pelo desemprego e pela instabilidade no emprego (jovens, maiores de quarenta e cinco anos, mulheres, pessoas com deficiência e desempregados há muito tempo), estabelecer mecanismos de formação e seguimento das dispensas por razões econômicas, por meio da contratação coletiva de trabalho, e contribuir para a descentralização da negociação coletiva de trabalho por meio de um sistema articulado de reenvios e remissões por matéria aos distintos âmbitos de negociação coletiva de trabalho.⁴³³

No AIEE, as organizações empresariais e de trabalhadores interromperam uma tendência histórica e o correspondente “silogismo” em vigor desde alguns anos, no sentido de associar o fomento de emprego ao fomento de emprego temporário⁴³⁴ e conjuntamente declararam a sua intenção de colaborar para a competitividade das empresas, a melhoria do emprego (principalmente em relação aos jovens) e da redução da temporariedade e da alta rotatividade de postos de trabalho existente então.⁴³⁵

Para tanto, no AIEE os sujeitos estipulantes propuseram mudanças nos artigos 52, “c”, do Estatuto dos Trabalhadores (ET) no que se refere à dispensa de empregados por motivos objetivos, bem como no artigo 85 do ET, para que pudessem ser criados, mediante

⁴³¹CASAS BAAMONDE, María Emilia. Diálogo y concertación social: el Acuerdo Interconfederal sobre estructura de la negociación colectiva. *Relaciones laborales*: revista crítica de teoría y práctica, Madrid, n. 1, p. 89, 1997.

⁴³²RODRÍGUEZ-PIÑERO Y BRAVO FERRER, Miguel. El Acuerdo Interconfederal para la Estabilidad en el Empleo y la nueva reforma del mercado de trabajo. In: _____; VALDÉS DAL-RE, Fernando; CASAS BAAMONDE, Maria Emlia (Coords). *Estabilidad en el empleo, diálogo social y negociación colectiva*, Madrid: Tecnos, 1998. p. 22.

⁴³³SANCHEZ FIERRO, Julio. La contribución del dialogo social a la modernización de las instiuciones. In: *Veinte años de concertación y dialogo social en España*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 1997. p. 105.

⁴³⁴Id. El plan de empleo español. *Acciones y Investigaciones Sociales*, Zaragoza, n. 8, p. 26, 1998.

⁴³⁵SOBRE los textos normativos de implementación del Acuerdo Interconfederal para la Estabilidad del Empleo (sesión del pleno: 14 de mayo). *Dictámenes del Consejo Económico y Social*. Madrid, n. 5, p. 7-8, 1997.

negociação coletiva de trabalho, procedimentos de informação e seguimento das dispensas por motivos objetivos. Também se pretendeu criar um grupo de trabalho tripartite para estudar e propor medidas para um melhor funcionamento das ETTs, bem como se equiparou as diversas categorias de trabalhadores em relação aos benefícios previdenciários a que fariam jus.⁴³⁶

O AINC, por sua vez, tinha por objetivo proporcionar uma maior flexibilidade no uso dos contratos coletivos de trabalho como norma disciplinadora das relações de trabalho garantido em qualquer hipótese o respeito à autonomia coletiva dos particulares. De maneira inovadora, o AINC estabeleceu critérios em matéria de contratos de trabalho, especialmente no que se refere aos contratos por obra certa, contratos eventuais, bem como a respeito da conversão dos contratos temporários em contratos por prazo indeterminado. Adicionalmente, o AINC fixou critérios para a modernização da estrutura salarial, de modo a favorecer a flexibilidade e a descentralização para a definição dos custos salariais. Por fim, no que se refere à jornada de trabalho, o AINC deixou ao nível setorial nacional a fixação da jornada máxima de trabalho e reenviou aos âmbitos inferiores a determinação de regras que facilitassem a distribuição flexível da jornada de trabalho.⁴³⁷

Com amparo no artigo 83.3 do Estatuto dos Trabalhadores (ET), o AICV pretendeu preencher a lacuna deixada pela ausência de normas em uma série de atividades que ficaram sem regulamentação após a derrogação das Ordenanças Laborais, especialmente em relação às seguintes matérias: estrutura profissional, promoção dos trabalhadores, estrutura salarial e regime disciplinar.⁴³⁸ Nesse sentido, o AICV estendeu e universalizou a negociação coletiva de trabalho, eliminando normas heterônimas e definindo relações contratuais mais compatíveis com a realidade do mercado de trabalho então vivida pela Espanha.⁴³⁹ Por fim, vale a pena registrar que o AICV tinha abrangência em todo o território espanhol e foi pactuado para vigor por cinco anos, contados de 1º de janeiro de 1998.⁴⁴⁰

⁴³⁶VARAS GARCÍA, Pilar. Acuerdo interconfederal para la estabilidad del empleo: una nota técnica. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, Madrid, n. 10, p. 228, 1997.

⁴³⁷PÉREZ INFANTE, José Ignacio. La estructura de la negociación colectiva y los salarios em España. *Revista del Ministerio de Trabajo e Inmigración*. Madrid, n.46, p. 46, 2003.

⁴³⁸VALDÉS DAL-RE, Fernando. El acuerdo de cobertura de vacíos. *Relaciones laborales: Revista crítica de teoría y práctica*, Madrid, n. 1, p. 106, 1997.

⁴³⁹CÁMARA BOTÍA, Alberto. El Acuerdo de Cobertura de Vacíos: configuración general y reglas sobre estructura profesional y promoción de los trabajadores. *Revista del Ministerio de Trabajo e Inmigración*, Madrid, n. 8, p. 141, 1998.

⁴⁴⁰GOBIERNO DE ESPAÑA. Resolución de 13 de mayo de 1997, de la Dirección General del Trabajo, por la que se dispone la inscripción en el Registro y publicación del acuerdo de cobertura de vacíos. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <<http://www.boe.es/boe/dias/1997/06/09/pdfs/A17656-17662.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2010.

A reforma negociada da legislação trabalhista realizada em 1997 modificou três aspectos chave de qualquer mercado de trabalho: os tipos de dispensa, a negociação coletiva de trabalho e os tipos de contratação admitidos pelo ordenamento jurídico trabalhista⁴⁴¹, no sentido de potencializar a contratação por prazo indeterminado e racionalizar a estrutura dos contratos coletivos de trabalho, então bastante atomizada e pouco articulada.⁴⁴² Em síntese, ao comparar os propósitos e a natureza jurídica dos três Acordos ao abordados, esclarece a doutrina que:

“Se o AIEE ‘foi elaborado como aplicação do princípio de autonomia coletiva - sob o pleno respeito à soberania e ao poder que a Constituição espanhola confere às Cortes Gerais naquelas matérias em que se derivem compromissos legislativos, (...) os outros dois acordos interconfederais sobre negociação coletiva e sobre Cobertura de Vazios são expressão do exercício do direito de negociação coletiva canalizado de acordo com modalidades previstas pelo legislador. Se o AIEE se dirige a introduzir medidas corretivas no ordenamento trabalhista estatal no estado em que foi deixado pela reforma de 1994, os AINC e AIVC pretendem a modificação e ampliação do ordenamento ou sistema convencional, integrante daquele. Em concreto, o AINC tem por objeto planejar e ordenar a estrutura da negociação coletiva. O AICV, por sua vez, se dirige a cobrir os vazios de regulação produzidos pelo desaparecimento das Ordenanças Laborais nos setores e subsetores produtivos relacionados no seu Anexo I. (...) O AINC é, portanto, um ‘convenio para convenir’, ao que, sem dúvida, as confederações signatárias atribuem expressamente ‘o caráter obrigacional’ obrigando-se, em consequência, a ‘ajustar o seu comportamento e ações ao previsto e ‘podendo cada uma delas solicitar à outra levar a cabo as tarefas ou compromissos previstos no Acordo’ (cap II) (...) O AICV, ao contrário, não tem dificuldade em reconhecer sua eficácia normativa geral como acordo interprofissional sobre matérias concretas do art. 83.3 ET (arts. 1, 2 e 4’”.⁴⁴³

Após terem sido devidamente assinados pelas entidades sindicais e patronais, os três Acordos supracitados foram entregues ao Governo Central, em comunicação conjunta firmada pelos sujeitos estipulantes, uma vez que a sua efetiva implementação requeria a modificação da legislação vigente, por meio das pertinentes disposições, cuja elaboração cabia ao governo. Como resultado, em 16 de maio de 1997 foi publicado o Real Decreto-Lei nº 8/1997, que definiu medidas urgentes para a melhoria do mercado de trabalho e fomento da contratação por prazo indeterminado (o qual foi posteriormente convertido na

⁴⁴¹MALO, Miguel Angel; TOHARIA, Luis. Economía y derecho del trabajo: las reformas laborales de 1994 y 1997. *Cuadernos Económicos del ICE*, Madrid, n. 63, p. 157, 1997.

⁴⁴²PÉREZ INFANTE, José Ignacio. Las reformas laborales recientes: objetivos, contenidos y efectos. *Cuadernos de Información Económica*, Madrid, n. 150, p. 4, set. 1999.

⁴⁴³CASAS BAAMONDE, María Emilia. Diálogo y concertación social: el Acuerdo Interconfederal sobre estructura de la negociación colectiva, cit., p. 91-92.

Lei n.º 63/1997, a qual por esse motivo pode ser qualificada como lei negociada),⁴⁴⁴ e o Real Decreto-Lei n.º 9/1997, que regulou incentivos em matéria de seguridade social e de carácter fiscal para o fomento da contratação por prazo indeterminado e da estabilidade no emprego.⁴⁴⁵

Também vale a pena registrar que posteriormente aos três acordos de 1997 houve a celebração de acordos nos quais um dos três pólos não estava presente: i) o **Acordo sobre o Trabalho a Tempo Parcial e o Fomento de sua Atividade**, celebrado apenas entre o governo e a UGT e a CC.OO. e com a oposição das organizações empresariais CEOE e CEPYME, que se transformou no Real Decreto-Lei 15/1998, de 27 de novembro, ii) o **Acordo sobre o Programa de Incentivos ao Emprego Estável para o ano de 1999**, celebrado entre o governo e CC.OO., mas sem a presença de nenhuma organização patronal e nem da UGT.⁴⁴⁶

Após essa segunda rodada de concertação social, na qual, em um curto período de tempo, o movimento sindical passou de “sujeito político da mudança” a “cidadão”, o que ocasionou a ruptura de um “ciclo moderado de conflitos trabalhistas” e consolidou um “modelo de concertação social espanhol”⁴⁴⁷, iniciou-se um período que começou em 2000 e durou até 2004, caracterizado, salvo poucas exceções, pela ausência de pactos ou acordos sociais.⁴⁴⁸

Com efeito, as eleições gerais realizadas em 12 de março de 2000, que iniciaram a VII legislatura espanhola após a queda do franquismo, deram a maioria absoluta ao PP e a vitória ao seu candidato, Jose Maria Aznar Lopez, fato à época considerado improvável pelos analistas especializados e reveladora de uma importante mudança nos valores e nas características dos partidos de direita graças a um realinhamento bem-sucedido do PP em direção a propostas de centro e que demonstrassem uma maior sensibilidade para com políticas de bem-estar social. Devido a uma posição confortável no Parlamento, o governo

⁴⁴⁴ VALDÉS DAL-RE, Fernando. Contratación temporal y trabajo a tiempo parcial em España: la normalización jurídica de la precariedad laboral. *Sociedad y utopia*: revista de ciencias sociales, Madrid, n. 29, p. 251, 2007.

⁴⁴⁵ GARCIA RUIZ, José Luis. La representación de intereses en las democracias avanzadas: experiencias de la Unión Europea y sus estados miembros. In: DURAN LOPEZ, Federico (Coord.). *El dialogo social y su institucionalización en España y iberoamerica*. Madrid: CES, 1998. p. 48.

⁴⁴⁶ PÉREZ INFANTE, José Ignacio. La concertación y el dialogo social España: 1977-2007, cit., p. 63.

⁴⁴⁷ GALVEZ, Sergio. El movimiento obrero en la España del tiempo vivido: ‘sujeto político’ al nuevo ‘precarizado’. *Cuadernos de Historia Contemporanea*, Madrid, v. 30, p. 203, 217, 2008.

⁴⁴⁸ PÉREZ INFANTE, José Ignacio. La concertación y el dialogo social España: 1977-2007, cit., p. 44.

Aznar não teve que realizar coalizões com outros partidos como havia sido necessário em 1996.⁴⁴⁹

A desnecessidade de alianças políticas refletiu no desinteresse por parte do governo em celebrar pactos sociais; por esse motivo, até 2004, só foram celebrados dois acordos tripolares que, na realidade, eram a prorrogação de dois acordos celebrados anteriormente. Esses dois acordos são o **III Acordo Nacional sobre Formação Continua** (2000)⁴⁵⁰ e o **Acordo sobre Solução Extrajudicial dos Conflitos Laborais** (2001). Por outro lado, de maneira independente da atuação do governo, as confederações sindicais CC.OO. e UGT, de um lado, e as organizações empresariais CEOE e CEPYME, de outro, celebraram em 2002 o Acordo Interconfederal para a Negociação Coletiva (ANC-2002). Dentre outros aspectos, o ANC-2002 considerou a estabilidade no emprego como fator de competitividade para as empresas e de segurança para os trabalhadores, especialmente em conjunturas econômicas desfavoráveis.⁴⁵¹

Em dezembro de 2003 as entidades sindicais supracitadas decidiram prorrogar até 2004 a vigência do “Acordo Interconfederal para a Negociação Coletiva 2003” (ANC-2003).⁴⁵² Desse modo, mantiveram, pelo terceiro ano consecutivo, uma prática inaugurada pelo ANC-2002, a qual não deve ser interpretada como mera atualização dos grandes pactos sociais celebrados na década de 1980.⁴⁵³ Os ANCs se originaram a partir de um diálogo livre e autônomo negociado única e exclusivamente pelas entidades sindicais mais representativas em âmbito estatal, com o intuito de atuar com independência e liberdade, em uma firme aposta no exercício da autonomia privada coletiva como princípio norteador das relações coletivas de trabalho.⁴⁵⁴

⁴⁴⁹DEL PINO, Eloisa. ¿Se ha vuelto conservadora la sociedad española?: explicaciones alternativas de la victoria del Partido Popular en las elecciones generales del 2000. *Foro Internacional*, Madrid, n. 170, p. 716; 718; 741, 2002.

⁴⁵⁰III ACUERDO NACIONAL DE FORMACIÓN CONTINUA. *Exposición de motivos*. Disponível em <<http://madesyp.com/fpc/iiianfc.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2010.

⁴⁵¹ACUERDO INTERCONFEDERAL PARA LA NEGOCIACIÓN COLECTIVA 2002 (ANC 2002). *Relaciones laborales*: revista crítica de teoría y práctica, Madrid, n. 1, p. 1437-1452, 2002.

⁴⁵²DECLARACIÓN institucional sobre la prórroga del Acuerdo Interconfederal para la Negociación Colectiva para el año 2004. *Relaciones laborales*: revista crítica de teoría y práctica. Madrid, n. 1, p. 1231-1234, 2004. Para mais informações a respeito do ANC-2003, consultar: VALDÉS DAL-RE, Fernando. El acuerdo interconfederal para la negociación colectiva 2003. *Relaciones laborales*: revista crítica de teoría y práctica. Madrid, n. 1, p. 119-134, 2003, bem como CRUZ VILLALÓN, Jesús. El Acuerdo Interconfederal para la Negociación Colectiva de 2003 desde la perspectiva jurídica. *Relaciones laborales: Revista crítica de teoría y práctica*, Madrid, nº 2, p. 363-388, 2003.

⁴⁵³CASAS BAAMONDE, Maria Emilia; RODRIGUEZ-PIÑERO Y ROYO, Miguel Carlos; VALDÉS DAL-RE, Fernando. El acuerdo interconfederal para la negociación colectiva 2002. *Relaciones laborales*: revista crítica de teoría y práctica, Madrid, n. 1, p. 19, 2002.

⁴⁵⁴VALDÉS DAL-RE, Fernando. Contratación temporal y trabajo a tiempo parcial em España: la normalización jurídica de la precariedad laboral. *Sociedad y utopía*: revista de ciências sociales, Madrid, n. 29, p. 255, 2007.

Independentemente dos entendimentos mantidos entre os atores sociais naquele período, merecem registro as reformas unilaterais na legislação trabalhista realizadas pelo governo do PP em 2001 e 2002, a última das quais teve que ser parcialmente corrigida após a realização de uma greve geral de um dia em junho de 2002, a primeira enfrentada pelo PP após a restauração democrática. A primeira dessas reformas, a propósito, foi transformada na Lei nº 12/2001, de 9 de julho, que determinou medidas urgentes para o fomento do emprego e melhora de sua qualidade. A reforma de 2002, por sua vez, foi feita em duas etapas: a primeira foi consubstanciada no Real Decreto-Lei nº 5/2002⁴⁵⁵, que posteriormente foi declarado inconstitucional pelo Tribunal Constitucional, e a segunda foi consubstanciada na Lei nº 45/2002, de 12 de dezembro, que corrigiu os principais pontos questionados pelos sindicatos em relação ao Real Decreto-Lei nº 5/2002.⁴⁵⁶

4.4. As experiências de diálogo social vivenciadas pela Espanha a partir de 2004

Em 14 de março de 2004 foram realizadas novas eleições gerais para uma nova legislatura espanhola, a oitava desde o fim do regime franquista, as quais foram ganhas pelo PSOE que encerrou, assim, o governo exercido pelo PP nas duas legislaturas anteriores. Uma semana antes das eleições, as pesquisas de opinião davam uma ligeira vantagem ao PP, ainda que não pudesse contar com a maioria absoluta. Não obstante, três dias antes das eleições, a interpretação feita pelos meios de comunicação de um fato fez com que os eleitores indecisos ou abstencionistas tomassem uma posição em favor do PSOE: trata-se dos atentados terroristas de 11 de março em Madri, considerados os maiores atentados da história recente da Espanha, com cerca de duzentos mortos e dois mil feridos.⁴⁵⁷

Ainda sob forte impacto social, o novo governo, presidido por José Luis Rodríguez Zapatero, tomou posse em 2 de abril de 2004 e se caracterizou por continuar a política econômica do governo anterior, ainda que com certo aumento do gasto público; pelo

⁴⁵⁵GOBIERNO DE ESPAÑA. Real Decreto-Ley nº 5/2002, de 24 de mayo. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-2002-10097>. Acesso em: 18 jun. 2010.

⁴⁵⁶GOBIERNO DE ESPAÑA. Ley nº 45/2002, de 12 de diciembre. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-2002-24244>. Acesso em: 18 jun. 2010.

⁴⁵⁷PORRAS NADALES, Antonio Joaquín. Las elecciones generales del marzo 2004: aspectos problemáticos y consecuencias. *Revista de estudios políticos*, Madrid, n. 126, p. 29, 2004.

fomento de medidas sociais consideradas progressistas, como o reconhecimento jurídico da união homoafetiva; por uma nova regulamentação dos imigrantes, pelo início do processo de paz com o grupo separatista ETA e pela reforma dos Estatutos das regiões autônomas espanholas, realizada de modo unilateral por parte do Executivo, o que resultou em diversas críticas por parte da doutrina, que a classificou como uma tentativa de se criar verdadeiros “Estados confederados”, ao invés de comunidades autônomas.⁴⁵⁸

No que tange às relações coletivas de trabalho, merece destaque a **Declaração para o diálogo social sobre competitividade, emprego estável e coesão social**, assinada em 8 de julho de 2004 pelo governo, pelas organizações sindicais UGT e CC.OO. e pelas organizações patronais CEOE e CEPYME. Apesar de não ser um compromisso no sentido estrito do termo, com objetivos a serem alcançados, trata-se de uma declaração de intenções por parte dos sujeitos estipulantes, no sujeito de abordar certas matérias, tais como a recepção da Diretiva 2001/86/CE (que define o Estatuto da Sociedade Européia e da Diretiva 2002/14/CE (que define as regras a respeito dos direitos de informação e consulta por parte dos trabalhadores comunitários), por meio de mútuos entendimentos. Vale a pena registrar que a própria Declaração supra mencionada previu a criação de uma Comissão de Seguimento e Avaliação, constituída por representantes do governo e dos atores sociais com o intuito de estabelecer as prioridades, o calendário e o método de trabalho.⁴⁵⁹

Dos diversos acordos celebrados após a Declaração para o Diálogo Social de julho de 2004, vale a pena serem registrados, pelo seu intuito de reforçar a coesão social, quatro deles: o relativo à criação de um sistema nacional para proteção de pessoas idosas ou incapacitadas⁴⁶⁰, à igualdade entre homens e mulheres⁴⁶¹, à reforma do sistema de

⁴⁵⁸ASTARLOA HUARTE-MENDICOA, Ignacio. Democracia representativa y funcionamiento de las instituciones bajo el gobierno de Rodríguez-Zapatero. *Cuadernos de Penamiento Político FAES*, Madrid, n. 24, p. 91, 2009.

⁴⁵⁹CONFEDERACIÓN ESPAÑOLA DE ORGANIZACIONES EMPRESARIALES. Declaración para el Diálogo Social 2004: competitividad, empleo estable y cohesión social. Disponível em: <<http://www.ceoe.es/ceoe/contenidos.downloadatt.action?id=3832122>>. Acesso em: 18 jun. 2010.

⁴⁶⁰Tal acordo foi posteriormente transformado na Lei nº 39/2006, de 14 de dezembro, que criou um verdadeiro sistema público de promoção da autonomia das pessoas idosas ou incapacitadas, o qual contará com a participação de todos os níveis da Administração Pública. GOBIERNO DE ESPAÑA. Ley nº 39/2006, 14 diciembre, de promoción de la autonomía personal y atención a las personas en situación de dependencia. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/boe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-2006-21990>. Acesso em: 25 jun. 2010.

⁴⁶¹Tal acordo foi incluído posteriormente na Lei Orgânica nº 3/2007, de 22 de março, que tem por objetivo tornar efetivo o princípio da igualdade de oportunidades entre os gêneros, bem como a eliminação de toda forma de discriminação contra a mulher. Dentre as regras negociadas entre o governo e as partes sociais e posteriormente incluídas na presente lei destaca-se a obrigação, prevista em seu artigo 46, para as empresas que contam com mais de duzentos e cinquenta empregados, de implementar planos de igualdade em

seguridade social ⁴⁶² e à reforma do mercado de trabalho, essa ultima fruto **do Acordo para a Melhora do Crescimento e do Emprego** (EMCE), celebrado entre governo central, organizações empresariais (CEOE e CEPYME) e organizações sindicais (UGT e CC.OO.) em 9 de maio de 2006. ⁴⁶³

Em 9 de março de 2008 foram realizadas as décimas eleições gerais desde a queda do franquismo, em um contexto de apoio incondicional e majoritário ao sistema democrático já vislumbrado desde as eleições gerais anteriores. ⁴⁶⁴ As eleições gerais de 2008, que iniciaram a IX Legislatura espanhola, deram vitória ao PSOE e ao seu candidato, Jose Luis Rodriguez Zapatero, que foi assim reconduzido ao cargo de Primeiro-Ministro para um segundo mandato, no qual a atividade parlamentar deveria pautar-se por

matéria de gênero. GOBIERNO DE ESPAÑA. Ley Orgánica nº 3/2007, de 22 de marzo, para la igualdad efectiva de mujeres y hombres. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-2007-6115>. Acesso em: 25 jun. 2010.

⁴⁶² O Acordo sobre medidas em matéria de Seguridade Social, celebrado em 13 de julho de 2006 entre governo, UGT e CC.OO, por parte dos sindicatos de trabalhadores, e CEOE e CEPYME, por parte dos empregadores, foi expressamente mencionado pela norma estatal que procedimentalizou os compromissos sociais assumidos pelas partes no referido acordo, Lei nº 40/2007, de 4 de dezembro. Dentre os objetivos da reforma estão a melhoria das prestações não pecuárias por motivo de idade ou de invalidez, bem como um maior equilíbrio entre os ingressos e os gastos do sistema de seguridade social. ACUERDO SOBRE MEDIDAS EM MATÉRIA DE SEGURIDAD SOCIAL. *Atass*. Disponível em: <<http://www.atass.org/DIFile?firma...mimeType.../acuerdoSS.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2010. GOBIERNO DE ESPAÑA. Ley nº 40/2007, de 4 de diciembre, de medidas en materia de Seguridad Social. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-2007-20910>. Acesso em: 25 jun. 2010.

⁴⁶³ EUROSOCIAL. Acuerdo para la mejora del crecimiento y del empleo. Disponível em: <<http://eurosocial-empleo.itcilo.org/uploads/documentos/Acuerdo%20para%20la%20mejora%20del%20crecimiento%20y%20el%20empleo%20-%20Espana.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2010. Em sua primeira parte, o AMCE definiu medidas para fomentar o emprego, a contratação por prazo indeterminado e a conversão dos empregos temporários por empregos fixos, por meio do estímulo a novos contratos por prazo indeterminado e da redução das contribuições patronais ao Fundo de Garantia Salarial e por desemprego no que tange aos contratos por prazo indeterminado. Em segundo lugar o AMCE previu compromissos para limitar o uso sucessivo de contratos temporários, bem como para adotar maior transparência na subcontratação de obras e serviços entre empresas que dividem o mesmo centro de trabalho. Em terceiro e último lugar o AMCE determinou providências para o aprimoramento das políticas ativas de emprego e do próprio Sistema Nacional de Emprego. Os compromissos assumidos pelos atores sociais no AMCE foram inicialmente concretizados no Real Decreto-Lei nº 5/2006, de 9 de junho, que fez referência expressa aos entendimentos alcançados entre as partes sociais no AMCE. Posteriormente as diretrizes do AMCE foram desenvolvidas pela Lei nº 43, de 29 de dezembro de 2006, a qual fez expressa referência tanto ao AMCE quanto ao Real Decreto-Lei já citado, em relação ao qual aprimorou o sistema de informação dos representantes dos trabalhadores em relação às subcontratações e definiu de maneira mais clara as situações nas quais a cessão de trabalhadores por meio de empresa de trabalho temporário eram ou não admitidas. GOBIERNO DE ESPAÑA. Real Decreto-Ley nº 5/2006, de 9 de junio, para la mejora del crecimiento y del empleo. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-2006-10562>. Acesso em: 25 jun. 2010. GOBIERNO DE ESPAÑA. Ley nº 43/2006, de 29 de diciembre, para la mejora del crecimiento y del empleo. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-2006-22949>. Acesso em: 25 jun. 2010.

⁴⁶⁴ TORCAL LORIENTE, Mariano. El origen y la evolución del apoyo a la democracia en España: la construcción del apoyo incondicional en las nuevas democracias. *Revista Española de Ciencia Política*, Madrid, n. 18, p. 60, abr. 2008.

detalhadas análises e profundos debates com o intuito de produzir grandes soluções consensuais devido à atual crise econômica que se abate sobre o país, mas que até a presente data não obteve resultados significativos, tendo o poder Executivo preponderado no que tange à atividade legiferante.⁴⁶⁵

Como exemplo da atuação do governo em matéria social, em 29 de julho de 2008, o governo, CEOE e CEPYME, por parte dos empregadores, e UGT e CC.OO. em nome dos trabalhadores, assinaram uma nova declaração a respeito do diálogo e da concertação social, denominada “Declaração para o impulso da economia, do emprego, da competitividade e do progresso social”. Essa declaração, assinada no momento em que a recessão da economia era cada vez mais patente, é menos extensa em comparação à Declaração de 2004. Não obstante, ela menciona expressamente a vontade do governo de reforçar o papel atribuído aos parceiros sociais, mediante a revisão dos instrumentos de participação institucional, o impulso aos sistemas extrajudiciais de solução de conflitos, bem como o desenvolvimento dos ANC’s, assinados desde 2008.⁴⁶⁶

À vista de todos os fatos acima expostos, a análise predominante do processo de transição política na Espanha tende a ser altamente positiva: a rápida superação do regime ditatorial, a geração de um sistema político altamente aceito, a irrelevância política de velhas linhas divisórias (como a questão religiosa), o caráter pacífico dos conflitos socio-econômicos e a própria realização de alternância governamental sem grandes solavancos. Assim, a consolidação democrática na Espanha, unida à normalização de sua inserção no sistema internacional, com a integração do país na União Européia e na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), confirma o êxito das propostas modernizadoras e a superação de “velhos demônios” da cultura política espanhola.⁴⁶⁷

O que vale a pena ser destacado da experiência espanhola foi ter ela avançado não apenas no desenvolvimento das liberdades políticas mas também promovido o desenvolvimento em sua vertente econômica e social na medida em que não teria sido possível demandar dos atores sociais corresponsabilidade na solução dos graves problemas

⁴⁶⁵ ASTARLOA HUARTE-MENDICOA, Ignacio. op. cit., p. 93.

⁴⁶⁶ GOBIERNO DE ESPAÑA. Declaración para el Impulso de la Economía, el Empleo, la Competitividad y el Progreso Social. Disponível em: <www.tt.mtas.es/periodico/.../DeclaraciondialogoSocial%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2010. Para uma análise mais detalhada a respeito da Declaração, consultar o texto: CARDENAL CARRO, Miguel; HIERRO HIERRO, Francisco Javier. El diálogo social ante el nuevo contexto económico y del empleo: "Declaración para el impulso de la economía, el empleo, la competitividad y el progreso social". *Aranzadi Social: Revista Doctrinal*, Navarra, v. 1, n. 9, p. 11-25, oct. 2008.

⁴⁶⁷ BOTELLA, Joan. op. cit., p. 133.

sócio-políticos sem o prévio reconhecimento dos direitos sociais e sindicais e sem a existência de mecanismos para a negociação coletiva de trabalho e da própria concertação social com o governo e organizações patronais.⁴⁶⁸

A concertação social demonstrou-se um modo de regulação social difícil, sempre ameaçado tanto interna quanto externamente, o que frequentemente atribui ao fenômeno uma dinâmica cíclica, que pode ser reconstruída sempre com um conteúdo e em torno a novos temas. Com efeito, ao longo do tempo, a concertação das políticas de rendas abandonou o paradigma keynesiano e se inseriu em uma lógica de competitividade, o que demonstra que os novos compromissos não estão limitados a concessões unilaterais por parte dos sindicatos.⁴⁶⁹

Registre-se também que, ao longo do tempo, os sindicatos espanhóis conseguiram o pleno reconhecimento como agentes de cooperação e comprovaram o caráter insubstituível de um âmbito que lhes é próprio e específico. Não obstante, diante de fenômenos atuais como a competitividade, o individualismo, a internacionalização das relações de trabalho, a expansão das empresas transnacionais, as migrações e as violações de direitos trabalhistas em geral e sindicais em específico, o sindicalismo precisa necessariamente atuar por meio de uma estratégia articulada nos planos nacional, regional e internacional.⁴⁷⁰

Dessa forma, no que diz respeito à participação dos sindicatos, o sucesso das futuras experiências de concertação social dependerá basicamente de uma profunda reflexão a respeito de dois aspectos. O primeiro deles é a relação entre os sindicatos e os partidos políticos e a crescente autonomia que os primeiros devem adquirir em relação aos últimos, sendo certo que a autonomia dos sindicatos não é apoliticismo mas uma dimensão distinta da esfera política mais ampla. O segundo aspecto diz respeito à unidade sindical, entendida como um esforço conjunto por parte das entidades sindicais, sem o qual

⁴⁶⁸ ARIZA RICO, Julian. *Las libertades y derechos sociales como elementos indispensables del equilibrio social y desarrollo económico*. In: DURAN LOPEZ, Federico. (Coord.). *El dialogo social y su institucionalización en España y iberoamerica*. Madrid: CES, 1998. p. 211.

⁴⁶⁹ REHFELDT, Udo. *Globalización, neocorporatismo y pactos sociales: teoría y practica de las relaciones de trabajo*. Trads. Irene Brousse; Ana María Desiata; Lucía Vera. Buenos Aires: PIETTE/CONICET; Lumen/Humanitas, 2000. p. 74.

⁴⁷⁰ PARDO, Marisol. Espacios de cooperación sindical al desarrollo: los sindicatos como agentes de cooperación. *Gaceta Sindical*, Madrid, n. 8, p. 278-279, 2007.

difícilmente será possível a abertura para novas questões, tais como o emprego feminino e o emprego juvenil.⁴⁷¹

⁴⁷¹ ARAGÓN MEDINA, Jorge. El dialogo social, factor de consolidación y desarrollo democrático. In: DURAN LOPEZ, Federico. (Coord.). *El dialogo social y su insitucionalización en España y iberoamerica*. Madrid: CES, 1998. p. 221.

CAPÍTULO 5. A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE CONCERTAÇÃO SOCIAL

5.1. Transição política e surgimento de novos atores sociais (1979-1985)

Antes de tratar da transição política propriamente dita, vale a pena realizar alguns breves comentários a respeito das relações de trabalho durante as primeiras fases do regime militar iniciado em 1º de abril de 1964. Os governantes a partir de então passaram a fazer uso simplesmente de todos os mecanismos de controle da atuação sindical previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e que haviam sido mantidos inertes, porém intactos, após a redemocratização do país em 1945. Além disso, durante o regime militar foi eliminado o direito de greve bem como qualquer possibilidade de reconhecimento de estabilidade no emprego, com a instituição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Ademais, a partir de 1965 foi instituída uma rígida política salarial, que excluiu a possibilidade de trabalhadores e empregadores livremente pactuarem reajustes salariais anuais, um dos poucos espaços para a atuação sindical até então reconhecidos pelo ordenamento jurídico,⁴⁷² o que trouxe conseqüências nefastas para os trabalhadores, conforme identificado pela doutrina:

“(...) o sistema brasileiro de relações de trabalho vertia-se desde cedo e muito antes de as empresas virem seus lucros ameaçados pelos desafios internacionais da competitividade, num sistema altamente flexível e amplamente propenso a fomentar relações de trabalho hostis e precárias. Como conseqüência, à medida que a simplificação das tarefas tornava os trabalhadores substituíveis, estimulava-se a formação de um mercado de trabalho de pequena qualificação e de baixos salários. A alta rotatividade passaria a ser usada como uma prática recorrente das empresas não apenas como uma estratégia que permitia a manutenção de baixos salários, (...), mas também como um instrumento de controle disciplinar sobre a força de trabalho. Paralelamente, o controle oficial dos salários por meio de fórmulas que definiam reajustes abaixo da inflação real imputava aos trabalhadores os custos do crescimento, ao mesmo tempo em que estimulava as diferenciações salariais como estratégia de controle e distinção hierárquica dentro das empresas”.⁴⁷³

⁴⁷²ABRAMO, Laís Wendel. *O regate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Imprensa Oficial/Editora da UNICAMP, 1999. p. 136.

⁴⁷³COSTA, Márcia da Silva. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 116, out. 2005.

O comportamento estatal adotado naquela época justificou por sua dupla função: controlar os sindicatos e as organizações populares por meio de mecanismos estatizantes (“o avanço do Estado para dentro da sociedade civil”) e cimentar alianças entre os vários setores das classes dominantes (“elementos da sociedade civil penetram no Estado”),⁴⁷⁴ o que colaborou para segmentar a sociedade e solidificar as clivagens então existentes, de modo a monopolizar, por parte do Estado, as estruturas de representação de interesses que existiam na sociedade civil, eliminar qualquer ativação política e tecnocratizar todas as decisões.⁴⁷⁵

Para tentar reproduzir o capital com o mínimo possível de fissura social, entre 1967 e 1972 foram criadas diversas agências públicas pulverizadas e pulverizadoras.⁴⁷⁶ Nesse sentido, embora tenha mantido a fachada corporativa do sindicalismo operário, o regime militar esvaziou-o do seu papel negociador diante do capital e barrou-lhe as possibilidades de cooptação. Por outro lado, os governos militares permitiram que empresários participassem do jogo político, mas ao priorizarem um perfil setorializado de participação, sinalizaram o caminho da fragmentação e o comprometimento da esfera pública,⁴⁷⁷ como bem esclarece a doutrina:

⁴⁷⁴ Como bem esclarecem Eli Diniz e Renato Boschi: “No que concerne ao empresariado, consolidou-se uma estrutura dual de representação de interesses formada pelos sindicatos de base corporativa e as associações paralelas funcionando à s margens do sistema oficial e em moldes mais independentes. Além disso, abriram-se canais de acesso para a representação dos interesses desse segmento no âmbito próprio do próprio aparelho de Estado com a criação de órgãos consultivos para a definição de diretrizes gerais de política econômica, bem como para a elaboração de políticas setoriais. Dessa forma, o Estado configurou-se como um campo privilegiado para a articulação de alianças envolvendo o empresariado e outros setores de elites, como os grupos técnicos incorporados às agências governamentais. Em contraste, a inserção do operariado na estrutura sindical corporativa foi precedida pelo dismantelamento das formas autônomas de organização que se desenvolveram no começo nas primeiras décadas do século. Através do enclausuramento dos trabalhadores urbanos neste esquema, o Estado procedeu ao controle das classes subalternas com a subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, ápice de uma estrutura vertical e hierarquizada de representação de interesses (...) Esse tipo de intercâmbio viabilizaria a obtenção de vantagens específicas através dos subsídios e incentivos fornecidos pelo Estado aos diferentes setores e subsetores da economia. A contrapartida de tais ganhos, tanto para trabalhadores, quanto para empresários, foi a cristalização de um padrão de dependência face ao Estado”. (DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato R. O corporativismo na construção do espaço público. In: BOSCHI, Renato R. (Org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo; IUPERJ, 1991. p. 19; 25).

⁴⁷⁵ O'DONNELL, Guillermo. Sobre o corporativismo e a questão do Estado. *Cadernos DCP (UFMG)*, Belo Horizonte, n.3, p. 30, 1976.

⁴⁷⁶ De acordo com VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *A administração do “milagre”: o Conselho Monetário Nacional 1964-1974*. Petrópolis: Vozes, 1987, foram criadas as seguintes agências: Conselho Nacional da Borracha (CNB), Conselho do Desenvolvimento da Pecuária (CONDEPE), Conselho Interministerial de Preços (CIP), Conselho de Desenvolvimento da Agricultura (CDA), Conselho Nacional de Siderurgia (CONSIDER), Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) e o Conselho de Desenvolvimento Comercial (CMC). Adicionalmente, foram reformulados o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Conselho de Política Aduaneira (CPA) e o Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS).

⁴⁷⁷ VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *Lobismo: um novo conceito para analisar a articulação de interesses no Brasil*, cit., p. 38.

“A degradação do público não somente na esfera estatal, mas também na própria sociedade civil, em que a dimensão do interesse se aparta da dimensão da opinião, reduzindo-se a vida associativa a uma confraria inorgânica de interesses corporativos para a qual inexistente, salvo como retórica de legitimação, o horizonte da política e o interesse geral”.⁴⁷⁸

Como consequência, durante esse período da história brasileira, a maioria dos dirigentes sindicais, dentre eles muitos dos interventores nomeados pelo Estado em substituição dos sindicalistas cassados, adotou uma postura essencialmente assistencialista, clientelista e imobilista, que em muitos momentos tornou-se policialesca e até mesmo corrupta. Tais dirigentes limitavam-se apenas a cumprir os rituais da “negociação” dos salários, sem qualquer preocupação de efetivamente mobilizar os trabalhadores. Se essa atitude das lideranças sindicais por um lado na prática relegou os trabalhadores à sua própria sorte, por outro lado lançou as bases para que a tradicional relação de dependência dos sindicatos sofresse transformações importantes a partir de meados da década de 1970.⁴⁷⁹

Em um contexto em que os efeitos da crise mundial provocada pelo choque do petróleo ocorrido no final de 1973 começaram a se manifestar na economia brasileira de forma mais contundente, o questionamento do regime autoritário generalizou-se e radicalizou-se, liderado por diversos setores da sociedade civil, dentre os quais se destacaram setores progressistas da Igreja Católica, o movimento estudantil, intelectuais e organizações de direitos humanos. Paralelamente, nos movimentos de resistência clandestinos, os trabalhadores acumularam experiências e desenvolveram novas identidades coletivas e impuseram alguns limites à onipotência, violência e impunidade vivenciada em muitos locais de trabalho, o que resultou na eclosão de um importante e surpreendente (para o empresariado) ciclo de greves, cujo epicentro foi a atuação dos trabalhadores da indústria metalúrgica da região do ABC paulista, a partir de 1978.⁴⁸⁰

Tal ciclo grevista caracterizou-se pela recuperação da função de defesa dos salários por parte do sindicato e pela definição e consolidação da estratégia grevista como uma das formas de reconquista da cidadania política. O êxito dessa estratégia sindical levou à disseminação dessa prática para outros municípios, Estados da Federação e categorias de trabalhadores, tais como os trabalhadores da construção civil, médicos e professores do

⁴⁷⁸VIANNA, Luiz J. Werneck. 1964. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.2, p. 8, jul. 1994.

⁴⁷⁹ABRAMO, Laís Wendel. op. cit., p. 136.

⁴⁸⁰Id. *Empresários e trabalhadores: novas técnicas e velhos fantasmas. Coleção Cadernos do CEDEC*, São Paulo, n. 7, p. 1, 1985.

setor privado, e introduziu os trabalhadores e suas lideranças definitivamente no cenário político nacional.⁴⁸¹

Buscava-se uma transformação cultural para a construção de uma nova democracia que acabasse com o “autoritarismo social” então vigente e seus lugares sociais estanques, que engendravam uma cultura de exclusão que por sua vez reproduzia desigualdades nas relações sociais em todos os seus níveis. A idéia de cidadania passou então a ser utilizada enquanto “estratégia política” historicamente construída e como uma nova proposta de sociabilidade,⁴⁸² com o intuito de construir um espaço público no qual o conflito é visto como “necessário, irreduzível e legítimo”,⁴⁸³ onde o “o próprio direito é sujeito a uma constante reinterpretação, enquanto debate sempre reaberto sobre o justo e o injusto, o legítimo e o ilegítimo”.⁴⁸⁴

Nesse clima social bastante conturbado, em 15 de março de 1979, em sessão conjunta do Congresso Nacional, tomou posse o último presidente do regime militar, eleito pelo voto indireto: o General João Batista Figueiredo. Do ponto de vista político, o General Figueiredo teve como objetivo continuar o projeto, articulado e amadurecido no decorrer do governo Médici, de distensão política, o qual teve como intuito reduzir o grau de coerção sem comprometer a continuidade do regime militar, em uma espécie de “fórmula política pós-autoritária não democrática”.⁴⁸⁵

Como resposta ao dilema enfrentado pelo governo de proporcionar desenvolvimento econômico em uma sociedade civil “enfraquecida pela vigência triste do totalitarismo”⁴⁸⁶, registre-se que, assim como os demais governos militares anteriores, o governo Figueiredo foi marcado por um corporativismo bifronte e segmentário, resultado da emergência de um Estado burocrático-autoritário a partir de 1964. Tal fato posteriormente criou momentos paradoxais para o próprio governo,⁴⁸⁷ muitos dos quais

⁴⁸¹NORONHA, Eduardo G. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 128-129, 2009.

⁴⁸²DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____ (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 104,105; 107.

⁴⁸³LEFORT, Claude. *Pensando o político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 264.

⁴⁸⁴TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na construção do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*. v. 2.n. 1, p. 45, 1990.

⁴⁸⁵O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Phillipe C. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, 1988. p. 52.

⁴⁸⁶TRUBEK, David. Comentários ao texto “a Cidadania dos Trabalhadores”, de Francisco C. Weffort. In: BENEVIDES, Maria Victoria; WEFFORT, Francisco C.; LAMOUNIER, Bolívar (Orgs.). *Direito, cidadania e participação*. São Paulo: TAQ, 1981. p. 152.

⁴⁸⁷CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985). *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 125, mar. 2005.

foram resolvidos por meio da aplicação da Lei de Segurança Nacional, considerada pelos militares uma “salvaguarda necessária a uma ‘democracia forte’, em oposição à tradicional democracia liberal”.⁴⁸⁸

A partir desse contexto mais amplo, no governo Figueiredo, no que tange às relações coletivas de trabalho, o Brasil assistiu a um impressionante aumento do sindicalismo no setor rural e no sindicalismo de classe média, principalmente em relação aos trabalhadores do setor público. Tal época foi extremamente favorável para o avanço do movimento sindical por diversos fatores. Dentre os principais deles, destacou-se a conjunção de altas taxas de inflação com níveis relativamente baixos de desemprego, o que facilitou a tarefa de mobilização dos trabalhadores. Nas palavras da doutrina:

“(Em razão do descompasso entre o Estado e sociedade) Instaurou-se um sistema multifacetado e multipolar de representação de interesses, através do qual a sociedade extravasou do arcabouço institucional vigente, implodindo o antigo padrão corporativo do Estado sobre a sociedade”.⁴⁸⁹

Adicionalmente, registre-se como fator de estímulo à mobilização dos trabalhadores a pré-existência de uma estrutura sindical corporativa, controlada mas não destruída pelos governos militares anteriores, e fortemente adequada tanto às lideranças sindicais patronais quanto às lideranças dos trabalhadores, que pretendiam apenas estabelecer algumas reformas nessa estrutura, sem destruí-la.⁴⁹⁰

Nesse sentido, assim que o processo de transição para a democracia começou, as principais correntes do movimento sindical já se encontravam organizadas em torno da estrutura sindical oficial, ainda que como oposição e, por isso, puderam se organizar com grande rapidez em dois grandes grupos de orientação político-sindical, que determinaram a posterior estrutura do movimento sindical brasileiro: o “Bloco da Reforma” e o “Novo Sindicalismo”. O “Bloco da Reforma” era formado por setores identificados com os partidos comunistas e com as burocracias sindicais das federações e confederações, que enfatizavam o papel primordial dos sindicatos em detrimento das atividades dos

⁴⁸⁸STEPAN, Alfred. *Os militares: a abertura à nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 64.

⁴⁸⁹DINIZ, Eli. *Governabilidade, "Governance" e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma*. Brasília, ENAP, 1996. p. 3. Mimeo.

⁴⁹⁰RODRIGUES, Leôncio Martins. Capítulo cinco. In: TEIXEIRA, Nelson Gomes (Org.). *O futuro do sindicalismo no Brasil*. O diálogo social. São Paulo: Livraria Pioneira Ed., 1990. p. 201-203.

trabalhadores em geral e repudiavam qualquer ruptura significativa com a estrutura sindical prevista na CLT.⁴⁹¹

Por outro lado, os sindicalistas vinculados ao “Novo Sindicalismo” ou sindicalismo “autêntico”, movimento que teve o seu epicentro em São Bernardo do Campo (SP) e que foi fruto da atuação conjunta de militantes de oposições sindicais, católicos progressistas (que criaram as comunidades eclesiais de base – CEBs- importantes centros organizadores de populações urbanas e rurais espoliadas dos mais elementares direitos de cidadania) e representantes de movimentos populares, defendiam o fim da intervenção estatal na vida dos sindicatos e nas relações entre capital-trabalho, a ratificação da Convenção nº 87 da OIT e maior participação dos trabalhadores na vida das empresas.⁴⁹²

O discurso estruturado pelo Novo Sindicalismo, que poderia ser sintetizado no binômio luta-conscientização, possuía uma visão nitidamente contra o intervencionismo estatal tanto na economia em geral (onde o Poder Público deveria limitar-se a setores fundamentais, tais como saúde, educação e recursos energéticos),⁴⁹³ quanto nas relações de trabalho, fato que refletia a vivência de seus líderes sob um regime autoritário “que extremara o intervencionismo estatal e utilizara todo o potencial de controle e coerção contido na legislação trabalhista”.⁴⁹⁴ Nas palavras de um dos mais importantes representantes do sindicalismo “autêntico”:

“Para nós, democracia é liberdade sindical e a partir daí não tenho dúvidas de que alcançaremos uma democracia plena. (...) Alguns artigos da CLT são muito mais graves à classe trabalhadora do que o AI-5. Quem disse que mudando esses artigos a gente não conseguiria uma democracia não relativa, mas uma democracia plena?(...) Para o governo, é muito mais fácil reformular o AI-5 do que o artigo 528 da CLT. Daí a importância do artigo 528 da CLT, que nunca foi mencionado por nenhum político nem por ninguém da classe média ou da burguesia nacional. Por quê? Porque você estaria tirando algumas amarras ligadas à classe trabalhadora que, para quem está pedindo democracia relativa, hoje não interessa tirar. (...) Desde que a classe trabalhadora esteja amarrada, pode até haver democracia no país. É isso o que muita gente quer, mas não é o que a classe trabalhadora quer”.⁴⁹⁵

⁴⁹¹ GONÇALVES, Francisco Luiz Salles. Duas vertentes e dois projetos no sindicalismo brasileiro. *Coleção Cadernos do CEDEC*, São Paulo, n. 6, p. 17, 1985.

⁴⁹² RODRIGUES, Iram Jácome. O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 119-120, jul. 1995.

⁴⁹³ RODRIGUES, Leônicio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO Jr, Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 29.

⁴⁹⁴ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo no Brasil dos anos 80*. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 126.

⁴⁹⁵ SILVA, Luís Inácio Lula da. *Lula: entrevistas e discursos*. São Bernardo do Campo: ABCD; Sociedade Cultural, 1980. p. 122.

A despeito da divergência entre as duas correntes sindicais e do clima político ainda bastante instável, em 1981 foi realizado o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (I Conclat), durante o qual a criação de uma central sindical era idéia em geral bem-aceita, não obstante as divergências a respeito da sua respectiva organização. Todavia, o aprofundamento progressivo das diferenças e o acirramento das disputas entre os dois grupos sindicais fizeram com que o II Conclat, originariamente marcado para 1982, fosse adiado para 1983, quando foram realizados dois eventos, em cidades distintas. Fruto da “partidarização incompleta do movimento sindical”, o Conclat realizado em São Bernardo do Campo (SP) pelos sindicalistas “autênticos”, inequivocamente ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT), deu origem à Central Única dos Trabalhadores (CUT). O Conclat realizado na cidade de Praia Grande (SP) resultou na criação da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT).⁴⁹⁶

As então jovens centrais sindicais, sequer reconhecidas juridicamente, puderam ser consideradas frutos da sobreposição a uma estrutura institucional pré-constituída, uma “cunha encravada na estrutura oficial, da qual, no entanto, elas se nutriram desde o início”.⁴⁹⁷ Tal fato, aliado ao frágil elo entre as centrais sindicais e os sindicatos oficiais, os quais ainda detinham o monopólio da representação sindical, fez com que inicialmente as centrais sindicais buscassem se legitimar de modo análogo ao dos partidos políticos, e se apresentassem à sociedade como portadores de projetos políticos abrangentes.⁴⁹⁸

A maior homogeneidade apresentada internamente na CUT fez com que ela pudesse sustentar um discurso e uma prática mais consistentes e altamente combativos em relação à celebração de acordos políticos de cúpula e ao sistema político que estava sendo delineado com o evoluir da transição política. Por outro lado, a elevada heterogeneidade interna da CONCLAT fez com que o seu esforço de legitimação fosse caracterizado

⁴⁹⁶ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Sindicalismo brasileiro e pacto social. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 13, p. 27, out. 1985. Em outra obra, esclarece a referida autora que: “Não é preciso insistir que o processo de redemocratização, do ponto de vista da constituição dos trabalhadores como autores coletivos importantes, se fundamentou num movimento muito forte de crítica à velha estrutura corporativa. O discurso do sindicalismo renovador, que emerge em meados da década de 1970 e ganha expressão de massa poucos anos depois, sempre foi de rejeição ao corporativismo de Estado, enfatizando o seu caráter antidemocrático. De outro lado, o processo real de organização escapou ao modelo corporativo. O primeiro e mais notável exemplo foi a constituição das centrais sindicais, segundo um formato absolutamente pluralista. Não existe nada de corporativismo no processo de criação e funcionamento desses órgãos, que são a representação política no movimento sindical”. (ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. O corporativismo em declínio? In: DAGNINO, Evelina. (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 55).

⁴⁹⁷ CARDOSO, Adalberto Moreira; COMIN, Alvaro Augusto. Centrais Sindicais e atitudes democráticas. *Lua Nova*, n. 40/41, p. 168, 1997

⁴⁹⁸ Id. O pragmatismo impossível: origens da Força Sindical. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 32, p. 172-173, mar. 1992.

fundamentalmente pela oposição ao modelo apresentado pela CUT, e não pela efetiva construção de um modelo próprio.⁴⁹⁹

Enfim, a expressiva atividade sindical desenvolvida desde o final da década de 1970 até meados da década de 1980 acompanhou de perto o processo de liberalização do regime autoritário e pode ser caracterizada como efeito de uma demanda pela conquista de amplos direitos de cidadania, reivindicada por meio da deflagração de greves e da participação na campanha por eleições diretas para presidente, como forma de manifestação do descontentamento social e político presente à época⁵⁰⁰. Nesse sentido, a respeito da atuação dos atores sociais durante o governo Figueiredo, pode-se concluir que “a incorporação da classe trabalhadora e da liderança sindical no processo de transição deu-se fundamentalmente através das possibilidades abertas para expressão de suas demandas e não por meio dos pactos políticos que definiram a transição”.⁵⁰¹

No plano econômico, o aumento do preço do petróleo e das taxas de juros internacionais, bem como o enorme endividamento externo da economia brasileira e os efeitos da moratória mexicana de 1982, fizeram com que o governo adotasse uma série de medidas recessivas, que geraram grande descontentamento por parte do empresariado tanto do setor público quanto do setor privado.⁵⁰² Tais dificuldades econômicas, aliadas à crescente dificuldade do presidente Figueiredo de coordenar politicamente o processo sucessório, foram interpretadas como uma oportunidade para superar os limites institucionais impostos à sucessão presidencial, proposta que se fortaleceu com a apresentação da emenda Dante de Oliveira, em março de 1983 a qual, se aprovada,

⁴⁹⁹ COMIN, Álvaro Augusto. A experiência de organização das centrais sindicais no Brasil. In: *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Ed. Pagina Aberta, 1994. p. 370.

⁵⁰⁰ A respeito da atuação da sociedade civil na construção da democracia, vale a importante ponderação feita por Vera Telles: “É preciso que se esclareça que não se está tomando a sociedade como pólo da virtude política. Ao contrário disso, é uma sociedade extremamente complexa, contraditória e atravessada por ambivalências de todos os tipos. Apenas para tocar em questões mais conhecidas, essa é uma sociedade em que a descoberta da lei e dos direitos convive com uma incivilidade cotidiana feita de violência, preconceitos e discriminações; em que existe uma espantosa confusão entre direitos e privilégios, em que a defesa de interesses se faz em um terreno muito ambíguo que desfaz as fronteiras entre a conquista de direitos legítimos e o mais estrito corporativismo; em que a experiência democrática coexiste com a aceitação ou mesmo convivência com as práticas mais autoritárias; em que a demanda por direitos se faz muitas vezes numa combinação aberta ou encoberta com práticas renovadas de clientelismo e favoritismo que repõem diferenças onde deveriam prevalecer critérios públicos igualitários. (TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 93).

⁵⁰¹ NORONHA, Eduardo G.. A explosão das greves na década de 1980. In: BOITO JR, Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 97.

⁵⁰² SALLUM JR, Brasília João. Crise, democratização e liberalização no Brasil. In: _____ (Org.). *Brasil e Argentina hoje*. Bauru: Edusc, 2004. p. 50.

restituiria a eleição direta para a sucessão do presidente Figueiredo, então marcada para novembro de 1984.⁵⁰³

À luz desse cenário, atores sociais e políticos conseguiram realizar no início de 1984 um conjunto de significativas manifestações por eleições diretas para Presidente da República, tanto em capitais quanto em municípios interioranos, como forma de tentar encaminhar as suas reivindicações e de exprimir o seu descontentamento com a situação política, econômica e social vivida naquela época pelo país. A partir de então, a campanha pró-diretas contou com apoio social crescente, que culminou com a realização de grandes comícios em abril de 1984 nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro.⁵⁰⁴

O governo militar reagiu rapidamente e apresentou uma Emenda Constitucional alternativa. Como resultado, a Emenda Dante de Oliveira foi rejeitada pelo Congresso Nacional. A partir de então, as camadas populares ficaram afastadas do processo de escolha do futuro presidente e a disputa sucessória ficou restrita à escolha indireta pelos delegados do Colégio Eleitoral, o que permitiu ao núcleo do regime controlar parcial e provisoriamente os efeitos mais transformadores da crise política desencadeada em 1983 e intensificada no início do ano seguinte.⁵⁰⁵ E desse modo Tancredo Neves sagrou-se vencedor das eleições indiretas para Presidente da República realizadas em novembro de 1984.

5.2. Primeiras tentativas de pacto social (1985-1990)

A vitória esmagadora de Tancredo Neves era um nítido sinal da vontade de se construir “uma democracia plena, que não impusesse restrições aos movimentos e às organizações populares, que tivesse como orientação econômica um nacional-desenvolvimentismo”.⁵⁰⁶ Apesar de o presidente recém-eleito ter demonstrado algum interesse a respeito do tema, tendo inclusive feito uma proposta incipiente sob a forma de uma “convocação à nação”, a concertação social jamais foi uma das marcas de seu

⁵⁰³BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. Eu quero votar para presidente: uma análise sobre a campanha das Diretas. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 175, 2009.

⁵⁰⁴BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. *A campanha das diretas e a democratização*. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2007. p. 168.

⁵⁰⁵SALLUM JR, Brasília João. op. cit., p. 52.

⁵⁰⁶Id. *Metamorfoses do Estado Brasileiro no final do século XX*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 38, 2003.

programa de governo, devido às características da aliança política que sustentou sua vitória nas eleições.⁵⁰⁷

A posse de Tancredo de Almeida Neves, marcada para o dia 15 de fevereiro de 1985, não chegou a realizar-se porque o Presidente eleito adoeceu gravemente na véspera e faleceu no dia 21 de abril 1985. Em lugar de Tancredo Neves, assumiu a Presidência José Ribamar Ferreira de Araújo Costa (José Sarney), que havia assumido a vice-presidência da República em 15 de março de 1985 e que, ao suceder Tancredo Neves, tornou-se o primeiro presidente civil a governar o país desde o início do regime militar, ocorrido em 1964.

A Nova República começou, efetivamente, marcada pela aguda defasagem entre as práticas inovadoras demonstradas pelos trabalhadores principalmente nos sete anos anteriores e o anacronismo da lei, bem como pela reiterada demanda por reconhecimento social e político em uma sociedade tradicionalmente marginalizadora e excludente.⁵⁰⁸ Como bem esclarece a doutrina:

“No Cone Sul, os regimes militares conquistaram durante certo período o consentimento dos cidadãos com base num ‘milagre econômico’, contudo, seu posterior fracasso e a conseqüente queda das crescentes expectativas de consumo fizeram com que a preocupação com a segurança (jurídica, trabalhista, policial, moral) viesse a ocupar um lugar prioritário. Reescalamento semelhante ocorreu com valores como a dignidade humana e a liberdade política, que são os que orientam as lutas pela democracia em nossos países. Este fenômeno não anula a exigência do desenvolvimento econômico como um elemento indispensável para a própria democratização. Mas não se trata de um valor fixo e unívoco”.⁵⁰⁹

Como resultado das pressões sociais, a partir do início do governo Sarney, lentamente os sindicatos começaram a ser libertados do jugo corporativista. A partir da promulgação da Portaria nº 3.100/1985 (revogou a Portaria nº 3337/1978, que proibia a existência de centrais sindicais) três centrais sindicais ganharam oficialmente vida: a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), ex-CONCLAT; a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a União Sindical Independente (USI). Adicionalmente, o governo promoveu, por meio de Resolução, a reabilitação dos sindicalistas anteriormente punidos e concedeu prazo de seis meses, contados a partir da promulgação da Portaria nº 3117/1985,

⁵⁰⁷ FREITAS JR, Antonio Rodrigues de. *Conteúdo dos pactos sociais*. São Paulo: LTr, 1993. p. 129.

⁵⁰⁸ ABRAMO, Laís Wendel. *Empresários e trabalhadores: novas técnicas e velhos fantasmas*, cit., p. 1.

⁵⁰⁹ LECHNER, Norbert. *Pacto Social nos processos de democratização: a experiência latino-americana*. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 13, p. 41, out. 1985.

aproveitado por poucos sindicatos, para que eles elaborassem os seus respectivos sistemas de eleições sindicais.⁵¹⁰

Registre-se também que, desde o início, o governo Sarney demonstrou interesse na celebração de pactos sociais, com o intuito de apaziguar o movimento sindical e obter dividendos políticos sem se comprometer com medidas concretas, sendo que tal iniciativa era retomada entre o fracasso de um plano econômico e a edição de outro.⁵¹¹ Não obstante, como será melhor verificado adiante, em nenhum momento o aprimoramento da legislação a respeito das relações coletivas de trabalho e o conseqüente nítido repúdio ao modelo sindical brasileiro corporativista foram elevados à categoria de objeto da concertação social, ao contrário do que ocorreu na Espanha. Adicionalmente, a atitude do governo Sarney nas tentativas de concertação social por ele convocadas no geral não inspirava confiabilidade nem traduzia diretriz suficientemente firme a ponto de estimular os atores sociais a alterarem o seu comportamento de indiferença quanto ao aprimoramento da legislação a respeito das relações coletivas de trabalho.⁵¹²

A primeira tentativa solene de concertação social no governo Sarney ocorreu entre novembro e dezembro de 1985 e contou com a presença de duas das três principais centrais sindicais de trabalhadores existentes à época: Central Geral de Trabalhadores (CGT) e União Sindical Independente (USI). Porém, antes mesmo de se verificar um impasse nas negociações entre governo e atores sociais, paralelamente a equipe econômica do governo já estava incumbida de preparar um conjunto de medidas econômicas que seria mais tarde conhecido como Plano Cruzado.⁵¹³

Em um contexto inflacionário bem mais grave devido ao fracasso do Plano Cruzado e da tentativa de “trégua de preços e salários por 120 dias” convocada pelo governo no final de 1986, as partes sociais são mais uma vez chamadas pelo governo à mesa de

⁵¹⁰NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *O direito do trabalho na Constituição de 1988*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1991. p. 224.

⁵¹¹BARROS JR, Cássio Mesquita. A sociedade democrática e os Pactos Sociais. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 fev. 1988.

⁵¹²FREITAS JR, Antonio Rodrigues de. op. cit., 1993, p. 133.

⁵¹³O Plano Cruzado foi regulado juridicamente pelo Decreto-Lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986. Inicialmente, o Plano Cruzado obteve maciço apoio popular, a ponto de alguns o considerarem um “pacto social tácito”. Não obstante, e por motivos cuja explicação que superam os limites do presente estudo, o Plano Cruzado sofreu uma rápida deterioração. Medidas corretivas abertamente impopulares foram comunicadas ao país poucos dias após a divulgação do resultado das eleições estaduais de 15 de novembro de 1986, o que ficou conhecido como Plano Cruzado II. Depois de uma curta existência, de novembro de 1986 a junho de 1987, o Plano Cruzado II tornou-se apenas outro plano de estabilização fracassado e assim, em maio de 1987, Dílson Funaro por Luís Carlos Bresser Pereira no cargo de ministro da Fazenda. Cf. SKIDMORE, Thomas *Uma história do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 272-273.

negociação em abril de 1987. Durante as difíceis tratativas, os atores sociais foram surpreendidos novamente com outro programa de estabilização econômica feito sigilosa e paralelamente às negociações com as partes sociais: o Plano Bresser.⁵¹⁴

Enquanto o governo tentava dirigir a controlar a produção de bens e de serviços, mas dependia de forças cuja colaboração seria indispensável para a implementação de tais diretrizes e portanto, poderiam obstruir tal implementação,⁵¹⁵ verificou-se que, para evitar tal “risco”, as pautas de negociação propostas pelo governo Sarney eram extremamente vagas e sempre excluía os itens centrais da política econômica, que se mantinham monopólio dos ministérios da Fazenda e do Planejamento. Os interlocutores sociais eram convocados circunstancialmente: ora os empregadores eram excluídos (como em 1985), ora as centrais sindicais (1986). Adicionalmente, o representante enviado pelo governo para as negociações possuía escassa influência sobre a formulação da política econômica.⁵¹⁶

Como resposta a tais propostas de pacto social, que pretendiam conceder ao movimento sindical um papel secundário na definição de políticas públicas, a CUT adotou uma postura defensiva e se apresentava esporadicamente às reuniões apenas com o objetivo de marcar as suas profundas divergências em relação ao governo e de apresentar as suas reivindicações, que em muito extrapolavam a estrita agenda governamental, tais como a suspensão do pagamento da dívida externa e a realização de uma ampla reforma agrária.⁵¹⁷

A CGT, fundamentada em um “modelo conservador ‘não-autoritário’ de ‘sindicalismo de negócios’ que não constrange a reprodução o capital, na luta por direitos mais amplos, mas não prescinde de reivindicar melhorias no padrão de vida da classe trabalhadora: (...) um sindicalismo independente e autônomo embora politicamente conservador”, com o intuito de diferenciar-se da central rival e se apresentar como uma alternativa “responsável”, adotou uma crescente disposição para o diálogo e para a negociação com o governo.⁵¹⁸

⁵¹⁴O Plano Bresser foi um plano econômico lançado pelo então Ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira em 16 de junho de 1987 por meio dos Decretos-Lei 2335/1987, 2336/1987 e 2337/1987.

⁵¹⁵OFFE, Claus. Societal preconditions of corporatism and some current dilemmas of democratic theory, *Working Paper*, Notre Dame, n. 14, p. 17, 1984.

⁵¹⁶OLIVEIRA, Francisco de. Crise econômica e pacto social. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.º 13, p. 5, out. 1985.

⁵¹⁷COMIN, Álvaro Augusto. op. cit., p. 375-376.

⁵¹⁸CASTRO, Nadya Araújo; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Trabalho, sindicalismo e reconversão industrial no Brasil nos anos 90. *Lua Nova*, n. 22, p. 223, 1990.

Com efeito, se na primeira tentativa de pacto social, realizada em 1985, a CGT, embora com um discurso mais moderado do que a CUT, recusou-se a estabelecer qualquer compromisso direto com o Estado e inclusive co-patrocinou greves gerais, as tentativas de negociação tripartite que se seguiram foram marcadas por intenso engajamento por parte da CGT e pela quase completa ausência da CUT.⁵¹⁹ Na feliz síntese da doutrina:

“Em suma, é no bojo da necessidade de respaldo social a políticas econômicas adversas aos trabalhadores que se deve entender a busca de interlocutores no meio sindical, especialmente após o fracasso do Plano Cruzado, tanto por parte do governo quanto de empresários. Ou seja, aquela busca não se deu com base no reconhecimento da legitimidade dos interesses dos trabalhadores, isto é, no reconhecimento de sua existência social, mas sim com base na expectativa de que, mais uma vez, os trabalhadores consentiriam em submeter as suas demandas ao ‘interesse geral’. Quanto mais a regulamentação autoritária da economia demonstrava sua ineficiência, devido em parte à resistência tanto de empresários quanto de trabalhadores os primeiros rompendo com os sucessivos congelamentos, os segundos conseguindo aumentos salariais por fora da legislação contencionista, tanto mais o governo insistia na alternativa pactuada para a solução da crise. E quanto mais essa se aprofundava, mas a CUT se recusava ao pacto, e mais Medeiros assumia o papel de interlocutor único dos trabalhadores junto ao governo e aos empresários, nas tentativas frustradas de pacto”.⁵²⁰

Não obstante, vale a pena ressaltar que tanto o Estado quanto o patronato cometeriam um equívoco ao imaginar que poderiam estabelecer compromissos abrangentes e viáveis mediante a negociação com apenas um dos interlocutores sindicais concorrentes, o qual lhe parecia ideologicamente mais próximo. Tal erro se fundamentou em dois motivos principais: dentre os sindicatos, não existiam mais aliados incondicionais do governo, tal como acontecia nos tempos do regime militar, e tanto as lideranças sindicais conservadoras quanto as progressistas defendiam a autonomia perante o Estado e o empresariado, apesar de o conceito de autonomia diferir entre esses dois grupos, o que

⁵¹⁹ RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais, cit., p. 36. No mesmo sentido, vide pronunciamento do então presidente da CGT, Francisco Canindé Pegado do Nascimento, no Seminário Especial: Sindicalismo brasileiro na nova conjuntura, realizado no Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE) na cidade de São Paulo em 23 de junho de 1992, nos seguintes termos: “No campo das *políticas públicas* defendemos como política sindical uma participação ativa do *tripartismo* na gestão e no desenho das políticas dos *fundos sociais de poupança* forçada. Em tal sentido, somos contra o ‘sindicalismo xiita’, que preconiza a isenção do Estado. Para nós o Estado deve intervir como instrumento democrático de realização do desenvolvimento e da justiça social. Esse estilo de ação sindical, em nosso entender, poderá contribuir efetivamente no desenho de um novo Projeto Nacional, mais redistributivo e mais democrático”. NASCIMENTO, Francisco Canindé Pegado. Estratégia sindical e transformação da sociedade (documento da CGT). In: VELLOSO, João Paulo dos Reis; RODRIGUES, Leôncio Martins (Orgs.). *O Futuro do Sindicalismo*: CUT, Força Sindical e CGT. São Paulo: Livr. Nobel, 1993. p. 93.

⁵²⁰ CARDOSO, Adalberto Moreira. O pragmatismo impossível: origens da Força Sindical, cit., p. 174.

tornaria possível, em determinado momento, a criação de um plano de atuação sindical unificada.⁵²¹

A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um importante marco da transição do regime militar para o governo civil, ao eleger como um dos princípios fundamentais da República o pluralismo político, o qual deve ser entendido no sentido mais amplo do termo, para indicar a existência de vários centros autônomos de poder dentro da sociedade civil, todos aptos a gerarem normas jurídicas.⁵²² Como atesta a doutrina:

“Além de incorporar uma agenda universalista de direitos e proteção social, o novo texto legal traduz uma exigência de participação na gestão da coisa pública e acena com as possibilidades de construção partilhada e negociada de uma legalidade capaz de conciliar democracia e cidadania. Nos anos que se seguiram a 1988 multiplicaram-se, em níveis nacional, estadual e municipal, fóruns públicos nos quais questões como direitos humanos, raça e gênero, meio ambiente e qualidade de vida, moradia, saúde e proteção à infância e adolescência se apresentam como questões a serem levadas em conta numa gestão compartilhada e negociada da coisa pública”.⁵²³

Apesar de a elite política brasileira ter conseguido realizar completamente, do ponto de vista institucional, o projeto da Nova República, a Constituição de 1998 não conseguiu criar um sistema estável de poder, tendo sido a instabilidade econômica crescente do governo Sarney um sinal da fragilidade política do Estado.⁵²⁴

Uma das causas para tal fragilidade foi o fato de a Constituição de 1988 ter sido bastante ambígua⁵²⁵ no que tange aos direitos sociais, o que garantiu alguns avanços (tais

⁵²¹ CASTRO, Nadya Araújo; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. op. cit., p. 224.

⁵²² MAGANO, Octavio Bueno. Relações entre Estado e Sindicato. *Revista LTr*, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 142, fev. 1991.

⁵²³ PAOLI, Maria Célia P.M.; TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, Sonia E. DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 110.

⁵²⁴ SALLUM JR, Brasílio João. Metamorfoses do Estado Brasileiro no final do século XX, cit., p. 39.

⁵²⁵ A esse respeito, importante observação é feita por Maria Hermínia Tavares de Almeida: “O sistema corporativista no Brasil tem uma longevidade notável. Neste país, que mudou tantas vezes de sistema partidário, mudou algumas vezes de sistema político, teve um número razoável de Constituições, as instituições sindicais de corte corporativo revelaram notável capacidade de sobrevivência, que não pode ser atribuída simplesmente à má-fé ou a estratégias equivocadas das lideranças sindicais que as perpetuaram. Sua sobrevivência se explica porque elas serviram a diferentes interesses em diferentes momentos. Nos períodos autoritários, foram um eficaz instrumento de controle a serviço dos interesses dos governos e dos segmentos empresariais que queriam assegurar a submissão dos trabalhadores. Nos períodos democráticos, as organizações corporativistas constituíram canais de acesso privilegiado das lideranças sindicais às agências estatais; deixavam de ser um mecanismo de controle e passavam a ser, dada a sua intimidade com os órgãos governamentais, canais privilegiados de pressão (...) Prevalece hoje um sistema híbrido em que as características corporativistas continuam importantes, mas são matizadas pelo pluralismo na cúpula e pela possibilidade de multiplicação de sindicatos (...)” (ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. O corporativismo em declínio?, cit., p. 55-56).

como o reconhecimento do direito de associação e de organização sindicais aos servidores públicos civis e aos trabalhadores rurais; bem como a proibição da interferência estatal na organização sindical e a reforma do sistema de negociação coletiva de trabalho⁵²⁶, o que originou um sistema parcialmente auto-regulamentado no qual a lei e a jurisdição foram mantidas como componentes inafastáveis⁵²⁷ e a manutenção, no essencial, dos fundamentos do regime anterior (unicidade sindical, contribuição sindical compulsória), o que impediu que mudanças substanciais acontecessem quanto à efetiva garantia e vivência dos direitos sociais.⁵²⁸

O artigo 8º da Constituição Federal certamente impediu a intervenção do Ministério do Trabalho na vida interna das entidades sindicais. Todavia, tal fato não significou que os trabalhadores adquiriram plena liberdade sindical, devido ao monopólio de representação por base territorial, o que tornou inconstitucional ou “desnecessária” a Convenção nº 87 da OIT, que reconhece a possibilidade de pluralidade sindical. Desse modo, a influência das altas cúpulas de organizações sindicais patronais e de trabalhadores durante a Assembléia Nacional Constituinte,⁵²⁹ ambas interessadas em evitar que a efetiva liberdade sindical conduzisse à pluralidade a qual, por sua vez, poderia ameaçar “a continuidade do intrincado e pesado edifício corporativo”, fez com que a ‘unicidade sindical’ fosse mantida.⁵³⁰

Especificamente no que se refere às condições para a concertação social, tal ambigüidade também se apresenta. Por um lado, com a Constituição de 1988, os trabalhadores organizados ganharam *status* de interlocutores decisivos em muitas áreas e novos espaços de deliberação e participação foram abertos. Como exemplo, cite-se o

⁵²⁶A respeito desse aspecto específico, esclarece Leonardo Mello e Silva: “Enquanto o problema da estabilização ou institucionalização desses procedimentos permanece como uma questão para a ordem política, do ponto-de-vista democrático uma tal institucionalização é sempre debitária do jogo de forças e do conflito de interesses de grupos (organizados ou não) que devem fazer valer as suas aspirações argumentativamente, isto é, racionalmente (com base no convencimento). Lembrando que tais procedimentos são abertos, ou seja, o acesso a eles deve ser livre a todo cidadão”. SILVA, Leonardo Mello e. Trabalho: o desafio democrático. *Tempo social: revista de sociologia da USP*, v.14, n.2, p. 41, out./2002.

⁵²⁷NASCIMENTO, Amauri Mascaro. A negociação coletiva no contexto democrático – sistema brasileiro e avaliação de experiências estrangeiras pós corporativas, cit., p. 1186.

⁵²⁸ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1995. p. 42.

⁵²⁹Como bem esclarece Armando Boito Jr (BOITO JR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo: Unicamp/Hucitec, 1991. p. 82): “Por ocasião do Congresso Constituinte, em março de 1988, quando foi votada a unicidade sindical, a CUT também primou pela ausência. Os cutistas haviam participado da elaboração de várias emendas populares, marcado presença em diversas comissões de trabalho no Congresso Constituinte e realizado manifestações em Brasília para a defesa de inúmeros pontos da plataforma da CUT. Em contraste com toda essa movimentação, quando o Congresso votou e aprovou a unicidade sindical, não havia, segundo depoimentos obtidos, sequer vinte sindicalistas da CUT nas galerias do Congresso Nacional”.

⁵³⁰RODRIGUES, Leôncio Martins. O poder sindical da nova Constituição. In: *Os direitos sociais e trabalhistas na Constituição de 1988*. São Paulo: ABRH, 1988. p. 48.

Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e o Conselho da Previdência Social, os quais contam atualmente com a presença de importantes organizações tanto de trabalhadores quanto de empregadores.⁵³¹

Por outro lado, uma vez que o pacto social era “uma possibilidade de fazer *governo* sem a necessidade de esperar a consolidação de um *sistema político*”,⁵³² que estava em construção no Brasil àquela época, a participação dos atores sociais era permitida desde que não fossem questionados os fundamentos do padrão de desenvolvimento econômico então adotado pelo governo e desde que não fosse apresentado um verdadeiro projeto alternativo às propostas estatais.⁵³³ Tal raciocínio se aplica à última tentativa de concertação social realizada no governo Sarney, que terminou em 4 de novembro de 1988 com resultados decepcionantes e desacreditados por todos os envolvidos, inclusive pelo Ministro da Fazenda, que preparou sigilosamente e em janeiro de 1989 lançou mais um plano de combate à hiperinflação: o Plano Verão.⁵³⁴

Nesse cenário político e social, a escolha racional do sindicalismo-CUT foi desenvolver uma “adaptação ativa” à velha estrutura sindical corporativista, o que foi responsável por uma série de ambigüidades entre o discurso e a prática dessa central

⁵³¹ Em relação à instituição do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS), ver o artigo 3º, § 3º e 9º, da Lei nº 8036/1990. A respeito da atual composição do CCFGTS, cujos representantes dos trabalhadores são indicados pelas principais Centrais Sindicais brasileiras, ver o art. 2º incisos XIII e XIV do Decreto nº 6.827/2009, A respeito da atual composição do CODEFAT, ver o art. 1º, incisos VII e VIII do Decreto nº 6.827/2009. Por fim, em relação ao Conselho da Previdência, registre-se que a sua criação foi determinada pelo artigo 194, parágrafo único, inciso VII, da Constituição Federal, bem como no artigo 85 da Lei 8212/1991 e no artigo 295, incisos I e II, e § 2º, do Decreto nº 3048/1999. Todavia, como bem esclarece Célio Vanderlei Moraes (Conselhos de Gestão de Políticas Públicas: instituições e/ou espaços públicos. In: CUT (Org.). *Capacitação de Conselheiros das Comissões de Trabalho e Emprego: a experiência da CUT de 1998 a 1999*. Florianópolis: Convênio MTE/Sefor/CODEFAT/CUT, 2000. p. 99; 101-102: “Desde a Constituição Federal de 1988, os Conselhos Participativos para gestão de políticas públicas vêm sendo criados nos mais diferentes setores e âmbitos do Poder Público. Saúde, Direitos da Criança e do Adolescente, Assistência Social, Trabalho e Empregos são algumas das políticas públicas, para as quais as leis federais prevêm a criação de tais Conselhos. Além destes, nos municípios e Estados surgem outros Conselhos, instituídos por leis próprias, como é o caso da Educação, Meio Ambiente, Idosos, Entorpecentes etc. Há casos, inclusive, de municípios com mais de vinte Conselhos legalmente instituídos. Nem todos permanecem em funcionamento e alguns deles nem sequer chegam a ser instalados (...) Enquanto na saúde os segmentos chamados são facilmente identificados com a temática, no caso da assistência social e dos direitos da criança e do adolescente há uma divisão mais genérica entre representantes governamentais e não-governamentais, supondo uma dicotomia política entre estes e admitindo a possibilidade de equilíbrio, em que pese haver uma subdivisão, no primeiro caso, entre usuários, trabalhadores e prestadores de serviço. No caso dos Conselhos de Trabalho e Emprego, a composição tripartite referencia-se na relação capital-trabalho (empregadores e trabalhadores), mas inclui o Governo como terceiro elemento, admitindo uma suposta neutralidade deste em relação aos demais segmentos”.

⁵³² LECHNER, Norbert. op. cit., p. 37.

⁵³³ ANTUNES, Ricardo. op. cit., p. 52-53.

⁵³⁴ FREITAS JR, Antonio Rodrigues de. op. cit., 1993, p. 139-140.

sindical, principalmente no que se refere à liberdade sindical e à representação dos trabalhadores no local de trabalho.⁵³⁵ Como reflexo dessa postura, “o impulso inicial dos sindicatos mais fortes de expandir conquistas trabalhistas para diversas outras categorias representadas por sindicatos pequenos e fracamente organizados, especialmente no tocante à defesa de reajustes salariais centralizados, foi perdendo fôlego à medida que as empresas recompunham suas políticas de produção e gestão do trabalho e que a economia entrava em trajetória declinante”.⁵³⁶

5.3. Início da adoção do neoliberalismo no Brasil e impactos nas estratégias sindicais (1990-1995)

Após quase trinta anos sem a convocação de eleições diretas para a Presidência da República, a eleição de 1989 foi realizada com total liberdade de expressão e reunião e por tal motivo ela pode ser considerada um dos pontos mais altos de participação das classes populares e das camadas médias na política brasileira. Foi graças aos votos de tais eleitores que os candidatos de partidos de esquerda tiveram um excelente desempenho tanto no primeiro turno da eleição quanto no segundo turno, quando o candidato do então pequeno Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio (Lula) da Silva foi derrotado apenas por uma pequena margem de votos.⁵³⁷

Em 15 de março de 1990, em sessão conjunta do Congresso Nacional, tomou posse o primeiro Presidente eleito pelo voto popular depois de 25 anos de regime de exceção, Fernando Afonso Collor de Mello, que durante a campanha eleitoral conseguiu habilmente criar uma base de preferência entre os eleitores (mais propensos a escolher um presidente que lhes promettesse resolver seus problemas imediatos do que a alguém que os convocasse a se organizarem para resolver os seus problemas individuais paralelamente aos do país)⁵³⁸ a partir do exercício de uma liderança carismática⁵³⁹, e que tirou vantagem de um contexto

⁵³⁵ RODRIGUES, Iram Jácome. Liberdade sindical e representação no local de trabalho: o dilema do sindicalismo no Brasil. In: FERNANDES, Reynaldo (Org.). *O trabalho no limiar do século XXI*. São Paulo: LTr, 1995. p. 302.

⁵³⁶ COSTA, Márcia da Silva. op. cit., p. 118-119.

⁵³⁷ SALLUM JR, Brasílio João. Metamorfoses do Estado Brasileiro no final do século XX, cit., p. 41.

⁵³⁸ WEFFORT, Francisco C. *Qual democracia?* São Paulo: Schwarz Ed., 1992. p. 138.

⁵³⁹ Como esclarece Liege Socorro Albuquerque Peres (*O período Collor: análise da cobertura das revistas Veja e Isto É de antes da eleição presidencial até o impeachment*. 1998. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. fl. 106): “(Collor) tinha uma peculiaridade: dirigia-se diretamente à população, dispensando mediações – dos partidos às

político em que as principais agremiações que haviam sido a base de sustentação do governo Sarney (o Partido da Frente Liberal – PFL e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB) se encontravam em descrédito perante a opinião pública.⁵⁴⁰

No dia seguinte à posse do novo Presidente da República, foi anunciado em cadeia nacional de rádio e televisão o bloqueio da liquidez da maior parte dos haveres financeiros em circulação no país, uma das mais drásticas intervenções do Estado na economia no Brasil, a qual procurou combater o fracasso das políticas de estabilização dos anos anteriores, em especial os choques econômicos heterodoxos do governo Sarney. O bloqueio procurou enfrentar, de uma só vez, os três problemas identificados nos choques econômicos anteriores: (i) a tendência de monetização acelerada e de explosão da demanda em momentos de desinflação abrupta, (ii) as implicações da elevada liquidez dos haveres financeiros e da “moeda indexada” e (iii) as precárias condições de financiamento da dívida pública mobiliária.⁵⁴¹

Paralelamente, o governo Collor suspendeu as licenças e as barreiras não tarifárias à importação e redefiniu as tarifárias alfandegárias, de modo a adotar um programa para sua redução progressiva ao longo de quatro anos. Adicionalmente, foi planejada a desregulamentação das atividades econômicas e a privatização das empresas estatais

não protegidas pela Constituição Federal, com o intuito de recuperar as finanças públicas e reduzir progressivamente o papel do Estado no incentivo à indústria doméstica. Também houve avanços na política de integração regional com os países da fronteira sul, com a instituição do Mercosul em 1991. Essas medidas encerraram a estratégia anterior de desenvolvimento adotada até o início dos anos de 1980, cujo objetivo era obter uma estrutura industrial completa e integrada, devendo o Estado atuar como protetor ante a concorrência externa e como estímulo para o desenvolvimento industrial nacional.⁵⁴² Em síntese:

organizações da sociedade civil – falava de igual para igual, com seus jargões ‘minha gente’, os ‘descamisados’. Seu partido, ele prometeu, nasceu só para ‘reconstruir’ o país. Combinando seu estilo com a decepção dos últimos meses do governo Sarney, sem liderança ou disposição de mudança, o neoliberalismo foi bem-vindo pelo povo (apesar de não saber muito bem o que significava), mas muito mais pela imprensa”.

⁵⁴⁰ CARREIRAO, Yan de Souza; KINZO, Maria D’Alva G. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 146, 2004.

⁵⁴¹ CARVALHO, Carlos Eduardo. As origens e a gênese do Plano Collor. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 101, abr. 2006.

⁵⁴² SALLUM JR, Brasílio João. Metamorfoses do Estado Brasileiro no final do século XX, cit., p. 42.

“À medida que se aproximava o dia da posse de Fernando Collor (15/3/1990) o desenlace hiperinflacionário iminente foi levado a uma manifesta convergência nos diagnósticos e cenários veiculados no debate público. Que haveria um choque econômico drástico, ninguém tinha dúvidas; o problema era como se desenvolveriam as relações entre o Presidente e o Congresso nos primeiros meses”.⁵⁴³

As decisões econômicas adotadas desde o início do governo Collor tiveram importantes impactos nas atividades desempenhadas pelos atores sociais.⁵⁴⁴ No plano das relações de trabalho, os sindicatos passaram a desenvolver um importante papel de ator político, com fundamento em uma legitimidade obtida nas lutas sindicais realizadas principalmente no final do regime militar, ao mesmo tempo em que aumentava a necessidade de maior vinculação entre a conquista de direitos na fábrica e a sua participação nos debates a respeito de novas políticas de crescimento econômico.⁵⁴⁵

Um exemplo importante de aproximação entre governo e atores sociais ocorrido nesse período foi a criação das Câmaras Setoriais⁵⁴⁶. Inicialmente adotadas para administrar a saída imposta pelo Plano Collor II do processo de congelamento de preços anteriormente adotado, logo as Câmaras Setoriais se transformaram em um espaço de

⁵⁴³ LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Maria Teresa Sadek Ribeiro de. *Depois da transição: democracia e eleições no governo Collor*. São Paulo: Edições Loyola, 1991. *epois da transição - democracia e eleições no governo Collor*. São Paulo, Brasil: Edições Loyola. 1991. p. 28.

⁵⁴⁴ Como bem esclarece Marco Antonio de Oliveira (*Política trabalhista e relações de trabalho no Brasil: da Era Vargas ao Governo FHC*. 2002. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2002. fls. 228-229): “No início do governo Collor, ainda chegaram a ocorrer greves de massa e de longa duração e, pelo menos entre 1990 e 1991, continuou elevado o índice de jornadas perdidas por conta do tempo de duração das greves, mas já havia declínio do ciclo grevista (...) a recessão e o conseqüente aumento do desemprego provocadas pelo Plano Collor, sem que se conseguisse obter o controle da inflação, inibiram as paralisações gerais e fomentaram greves localizadas por categoria ou empresa que visavam, na maioria das vezes, garantir o cumprimento dos acordos coletivos ou a preservação do emprego. As paralisações também perderam eficácia como instrumento de organização sindical, com a progressiva consolidação do poder das novas lideranças nos sindicatos oficiais, e como instrumento da mobilização política, em virtude do fim da ‘transição conservadora’ e da rápida institucionalização das novas práticas sindicais. Além disso, o movimento grevista sofreu um desgaste com a frequência das paralisações, que passaram a ser sistematicamente combatidas pela mídia, perderam apoio popular e começaram a ser confrontadas pelos próprios trabalhadores com seus resultados materiais”.

⁵⁴⁵ CASTRO, Nadya Araújo; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. op. cit., p. 220.

⁵⁴⁶ Cf. artigo 23 da Lei nº 8.178, de 1º de março de 1991, *verbis*:

“Art. 23. Serão constituídas, no prazo de trinta dias, câmaras setoriais destinadas a analisar a estrutura de custos e preços em setores e cadeias produtivas específicas para assessorar o Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento no monitoramento da flexibilização de preços.

§ 1º As competências e a abrangência das câmaras setoriais serão definidas pelo Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.

§ 2º As câmaras serão compostas por membros designados por portaria do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, representantes:

- a) do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento;
- b) dos empregadores dos respectivos setores produtivos;
- c) dos trabalhadores dos respectivos setores produtivos ou das entidades sindicais nacionais”.

negociação tripartite entre governo, trabalhadores e empregadores para a celebração de acordos em áreas importantes da política industrial, com o intuito de aplicar setorialmente os novos parâmetros da política industrial centrada nos princípios da qualidade e competitividade.⁵⁴⁷

Consideradas um *espaço* formado a partir da projeção/publicização dos interesses privados, no qual os trabalhadores atuavam como sujeitos constitutivos de um “ensaio de esfera pública” que elas representavam,⁵⁴⁸ as Câmaras Setoriais em seu princípio trouxeram resultados extremamente promissores, no que se refere à retomada da produção e das vendas, à recuperação salarial e à interrupção das dispensas de trabalhadores, em um exemplo eficiente de influência sindical sobre a reestruturação empresarial e setorial, e de modernização negociada dos sistemas produtivos.⁵⁴⁹

Devido aos seus bons resultados iniciais surgidos no setor automotivo, posteriormente a atuação sindical foi estendida para outras Câmaras Setoriais, tais como a da indústria naval, de bens de capital, do vestuário, da construção civil, do setor petroquímico, dos brinquedos, dentre outros.⁵⁵⁰ No próprio setor automotivo, a partir de 1991, a Câmara Setorial sofreu uma importante alteração, com o intuito de reforçar a “influência sindical contratada” no que se refere ao processo de produção e à sua respectiva reestruturação.⁵⁵¹

⁵⁴⁷ ARBIX, Glaucio Antonio Truzzi. *Uma aposta no futuro: os três primeiros anos da Câmara Setorial da Indústria automobilística e a emergência do meso-corporativismo no Brasil*. 1995. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. fl. 72.

⁵⁴⁸ OLIVEIRA, Francisco de et al. Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 36, p. 36, 1993.

⁵⁴⁹ Como bem esclarece Francisco de Oliveira (OLIVEIRA, Francisco de. *Apocalypse now: o ‘Coração das Trevas’ do neoliberalismo*. São Paulo, 1997. p. 9-10. Mimeo): “A necessidade de entender os processos contemporâneos do trabalho, da gestão da força de trabalho, de reestruturação produtiva, de perscrutar o desenho, o alcance e a novidade do processo de globalização, de entender o papel do Estado e as possibilidades de sua redefinição, penetram fundo nos trabalhadores em geral, em particular os mais bem organizados. Não há dúvida de que o ‘apocalipse’ trata de minar as organizações, tentando deslocar o conflito para o interior da fábrica, tentando reprivatizá-lo. Sobretudo, o que a câmara automotiva ensinou e mudou no sindicalismo é a necessidade urgente de constituição de uma esfera pública, de publicizar o conflito”.

⁵⁵⁰ BRESCIANI, Luís Paulo. O trabalho nos olhos do furacão: trajetórias e turbulências no Brasil. In: CARVALHO NETO, Antonio Moreira de; CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de (Orgs.). *Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90*. Belo Horizonte: IRT/PUCMG, 1998. p. 217-218. De acordo com Eli Diniz, em 1992 existiam as seguintes câmaras setoriais: agroindústria, automotiva, bens de capital, biotecnologia, borracha, brinquedos, celulose, papel e gráfica, comércio e distribuição, complexo eletrônico, couro, calçados e afins, eletrodomésticos, farmacêutica, higiene, limpeza e cosmética, indústria da construção, informática, imagem e som, jóias, livros, indústria de materiais de construção, metais não-ferrosos, mobiliário, odonto-médico-hospitalar, química de base, química fina, siderurgia, têxtil e confecções, *tradings*, transporte aéreo e turismo. DINIZ, Eli. *Crise, reforma do estado e governabilidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 157.

⁵⁵¹ BRESCIANI, Luís Paulo. Reestruturação industrial e negociação coletiva: o sindicalismo brasileiro vai à luta? In: MARTINS, Heloisa de Souza; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 205-206.

A despeito do impacto positivo proporcionado, as Câmaras Setoriais, pelo seu formato organizacional e lógica de atuação⁵⁵², inseriram-se numa tradição que reforça o padrão setorizado de representação e por esse motivo não podem ser consideradas exemplos de concertação social.⁵⁵³ Formas mais unitárias de atuação eram difíceis de serem obtidas em relação aos trabalhadores, cujas lideranças apresentavam sérios questionamentos em relação às Câmaras Setoriais, como pode ser verificado a partir da leitura do seguinte discurso:

“A Câmara Setorial surgiu com a perspectiva da negociação, dentro de uma visão democrática. Há muito que queríamos conversar com empresários e governantes. Vivíamos pedindo audiência com presidentes da República, que não nos recebiam. (...) A Câmara Setorial não é a solução para os problemas da classe trabalhadora, é, no momento, um espaço adequado para uma negociação. (...) O acordo da Câmara Setorial não é o único caminho nem leva ninguém ao paraíso. Não é nossa única forma de luta e, em hipótese alguma, engessa o nosso caminho de luta. A Câmara Setorial é apenas um momento em que foi possível nos reunirmos com empresários e governantes e realizar um acordo com amplitude maior”.⁵⁵⁴

⁵⁵²De acordo com Glauco Arbix: “A democracia e a crise do sistema corporativista produziram uma multiplicidade de novas formas de organização de interesses e de relacionamento entre Estado e sociedade. Dentre estas, as câmaras setoriais se destacaram por mostrarem-se politicamente inclusivas e por subverterem as relações tradicionais de elaboração e implementação das políticas industriais ” Todavia, esclarece o referido autor: “ Seria um erro acreditar que as entidades participantes estavam preparadas para enfrentar a discussão sobre reestruturação industrial. Seria um equívoco maior ainda creditar o despreparo exclusivamente na conta dos sindicatos de trabalhadores. A cultura empresarial não era propriamente marcada por um apego especial ao livre debate de idéias. Em se tratando da câmara, a democracia em questão permitiria, pelo menos em tese, que os sindicatos de trabalhadores opinassem sobre assuntos que tradicionalmente fugiam de sua competência. O Estado, acostumado a decidir através de *petits comités*, não era visto como um bom exemplar de guardião democrático. Os trabalhadores, por sua vez, sentiam-se estranhos no ninho”. ARBIX, Glauco Antonio Truzzi. op. cit., fls. 257; 168-169.

⁵⁵³VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. *Lobismo*: um novo conceito para analisar a articulação de interesses no Brasil, cit., p. 41. A esse respeito, acrescenta Vanda Maria Ribeiro Costa: “Em princípio as câmaras setoriais significam um passo adiante, no sentido da democratização do sistema de representação de interesses. As câmaras setoriais institucionalizam o diálogo e a negociação entre o capital e o trabalho, coordenado pelo Estado, tal como previsto no modelo clássico de corporativismo. Na conjuntura em que vivemos, as câmaras setoriais, ao institucionalizarem a inserção setorial, oferecem um caminho que não conduz necessariamente à democratização do corporativismo. Temo que as câmaras setoriais possam significar a consolidação de um sistema fragmentado de representação. Elas congregam, na verdade, entidades que representam os setores mais modernos do sistema produtivo, que dispõem de força e de capacidade de ação incontestável. Mas justamente porque essas entidades setoriais podem falar legitimamente em nome do interesse dos seus associados, elas não podem falar em nome do interesse geral da classe sob o risco de contrariar os interesses dos setores que elas representam. Porque são capazes de defender seus interesses e garantir acordos, a representação setorializada inviabiliza acordos sobre políticas públicas no interesse da classe como um todo. A ausência de entidades capazes de articular e expressar interesses gerais e comuns implica o desconhecimento dos limites que esse interesse geral de classe impões aos interesses setoriais ou de fração”. (COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Corporativismo societal: interesse de classe versus interesse setorial* In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 63).

⁵⁵⁴SILVA, Vicente Paulo da. *Negociação e Câmara Setorial*. In: MARTINS, Heloisa de Souza; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 188-189.

Dificuldades na elaboração de uma identidade coletiva também eram verificadas em relação aos empregadores, que nessa época criaram organizações tais como o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), dentre outras, a maioria delas surgidas a partir de uma dissidência da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), devido ao descontentamento com as entidades tradicionais e à necessidade de melhor representar os interesses empresariais,⁵⁵⁵ apesar de demonstrarem vívido interesse pelas propostas de liberalização e flexibilização apresentadas pelo governo à época.⁵⁵⁶

Nesse sentido, nessa época, apesar de apontada como fortemente desejável, a celebração de pactos sociais para a execução de políticas de reformas econômicas e sociais foi vista como altamente improvável. E foram basicamente três os fatores que permitiam chegar a tal conclusão. Em primeiro lugar, verificou-se uma inadequada estrutura de representação de interesses patronais, sendo que as novas entidades criadas não conseguiram ser capazes de aglutinar eficazmente os interesses do empresariado. Em segundo lugar, tal inadequação estrutural também se verificou quanto à defesa dos interesses dos trabalhadores e à baixa capacidade de representação das lideranças e das organizações de base. Um terceiro motivo relevante foi o comportamento demonstrado pelo governo no enfrentamento da crise econômica e sua atitude voluntarista e mesmo autoritária na condução da política econômica, com a apresentação de soluções prontas e acabadas frente às quais os parceiros sociais deveriam necessariamente se submeter.⁵⁵⁷ Em síntese, em um raciocínio que pode ser aplicado às várias câmaras setoriais existentes no Brasil no período ora analisado:

“No Brasil, a experiência da câmara automotiva iluminou em parte esse caminho. Realçou a inadequação das relações de trabalho e o autoritarismo do sistema corporativo, apontando para a lógica do contrato e da negociação. Esse novo curso não poderá se completar sem a ruptura da tutela do Estado e a quebra do princípio da unicidade sindical,

⁵⁵⁵DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato R. Lideranças empresariais e problemas da estratégia liberal no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 8, n. 23, p. 103, 1993.

⁵⁵⁶O interesse patronal demonstrado pelas reformas propostas pelo governo deve ser entendido nos termos de Pierre Bourdieu (*Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 69), para quem, quando uma mensagem essencialmente fatalista assume “ares de mensagem de liberação, por toda uma série de jogos léxicos em torno da idéia de liberdade, de liberação, de desregulamentação etc, por toda uma série de eufemismos, ou de jogos duplos com as palavras - a palavra ‘reforma’, por exemplo – visando apresentar uma restauração como uma revolução, segundo uma lógica que é a de todas as revoluções conservadoras”.

⁵⁵⁷DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato R. Lideranças empresariais e problemas da estratégia liberal no Brasil, cit., p. 113.

sem o que não haverá uma real democratização das relações trabalhistas”.⁵⁵⁸

Não obstante as importantes mudanças econômicas e sociais realizadas, o governo Collor foi marcado por escândalos de corrupção, os quais levaram a Câmara dos Deputados a autorizar a abertura do processo de “impeachment” e em 02 de outubro 1992 Fernando Collor foi afastado do poder. Na sessão de julgamento, em 29 de dezembro de 1992, o Presidente Fernando Collor, às doze horas e trinta minutos, renunciou ao mandato para o qual fora eleito. Adicionalmente, os senadores aprovaram a inabilitação política de Fernando Collor por oito anos, tendo sido o isolamento político do ex-presidente o que o fez vulnerável aos ataques de corrupção revelados. Dessa forma, Collor saiu do poder da mesma forma com que assumiu o governo: sem suporte parlamentar e sem base política capaz de assegurar o seu governo, tendo sido abandonado inclusive pelos partidos situacionistas, que tradicionalmente apóiam o chefe do Poder Executivo, mas que no presente caso não fizeram nada para bloquear as investigações contra indícios de corrupção.⁵⁵⁹

Nessa mesma data, em sessão conjunta realizada pelo Congresso Nacional em razão da vacância do cargo de Presidente da República, Itamar Augusto Cautiero Franco foi empossado formalmente como Presidente da República, para concluir o mandato de Fernando Collor. O impedimento de Collor foi um dos mais significativos traumas enfrentados pela então recente democracia brasileira e um claro sinal da crise e da ausência de projetos consistentes para um país com sérios problemas em seus fundamentos econômicos. “Embora o impedimento de Collor tenha ocorrido sem rupturas institucionais e em contexto de grande participação da sociedade civil, Itamar Franco assumiu o governo de um Estado que navegava à deriva das expectativas da comunidade nacional e do sistema internacional”.⁵⁶⁰

Não obstante, vale a pena registrar que a transição do governo Collor para o governo Itamar não suscitou grandes preocupações na elite política dominante. Com efeito, e antes mesmo da queda do presidente Collor, já estava acordado que a transição seria

⁵⁵⁸ ARBIX, Glauco Antonio Truzzi. op. cit., fl. 261.

⁵⁵⁹ SOUZA, Amaury de. Collor’s impeachment and institutional reform in Brazil. In: ROSENN; Keith S.; DOWNES, Richard (Eds.). *Corruption and Political Reform in Brazil: the impact of Collor’s Impeachment*. Miami: North-South Center Press, 1999. p. 96.

⁵⁶⁰ IANONI, Marcos. Políticas públicas e Estado: o Plano Real. *Lua Nova: revista de cultura e política*, São Paulo, n. 78, p. 157, 2009.

realizada sem a presença de partidos políticos que eventualmente pudessem criar problemas ao novo governo. Nesse sentido, o Partido dos Trabalhadores (PT), por exemplo, que teve uma participação ativa no processo de *impeachment*, tanto no Congresso Nacional quanto na motivação junto às camadas populares para que elas fossem às ruas, foi excluído da futura coalizão governamental.⁵⁶¹

Na esfera econômica, o governo Itamar foi marcado pela edição do Plano Real, iniciado oficialmente em 27 de fevereiro de 1994 com a publicação da Medida Provisória nº 434, a qual instituiu a Unidade Real de Valor (URV), estabeleceu regras de conversão e uso de valores monetários, iniciou a desindexação da economia e determinou o lançamento de uma nova moeda, o Real. Após doze planos de estabilização econômica fracassados produzidos entre 1979 e 1991, o Plano Real, favorecido pelo anterior processo de abertura da economia, sem o qual a estabilização não teria sido possível,⁵⁶² teve o mérito de ter sido a principal peça de um programa de políticas formuladas e implementadas para materializar um projeto alternativo e estratégico de reconstrução do poder e de restauração da governabilidade do país. A implementação bem-sucedida do Plano Real fez com que um novo padrão de Estado, de inspiração nitidamente neoliberal, fosse instalado a partir de então no Brasil, como superação definitiva do paradigma nacional-desenvolvimentista.⁵⁶³

⁵⁶¹ PERES, Liege Socorro Albuquerque. op. cit., fl. 112.

⁵⁶² GOLDENSTEIN, Lídia. Repensando a dependência após o Plano Real. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 133, maio/ago. 1998.

⁵⁶³ IANONI, Marcos. op. cit., p. 152, 161, 163, 2009. A respeito do dismantelamento do modelo nacional-desenvolvimentista, esclarece Jorge Tapia: “Na verdade, se olharmos bem, quem pagou a conta desse processo foi o Estado. Isso é bastante visível no comportamento de boa parte das elites empresariais as quais, após se beneficiarem largamente das políticas implementadas durante o regime autoritário, inclusive pela cunha privatista do corporativismo bifronte, passaram a identificar como o epicentro da profunda crise da sociedade brasileira o excesso de intervenção do Estado. E, não por acaso, ganha centralidade na agenda política das reformas a privatização, a redução do papel do Estado, muitas vezes confundida com a discussão do seu tamanho. A forma como a privatização de várias empresas estatais vem sendo proposta representa um movimento de avanço do setor privado sobre o patrimônio público, e não efetivas alternativas para repensar as relações entre Estado e economia. É uma estratégia de abrir novos espaços de acumulação de capital: na medida em que há uma crise econômica, recessão etc, onde o setor privado pode ainda avançar patrimonialmente é em cima do setor público”. (TAPIA, Jorge Rubem Biton. Corporativismo societal no Brasil: uma transição incompleta? In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p 69-70).

5.4. Ápice das políticas neoliberais e bloqueio das experiências de concertação social (1995-2003)

Após eleições fortemente influenciadas pelos efeitos benéficos à economia proporcionados pela adoção das medidas previstas no Plano Real, em 01 de janeiro de 1995, em sessão solene do Congresso Nacional, e diferentemente do ocorrido com os presidentes anteriores, Fernando Henrique Cardoso, apoiado em sólida coalizão partidário-eleitoral (formada pelos partidos PSDB-PFL-PTB),⁵⁶⁴ tomou posse como Presidente da República, para cumprir um mandato que se encerraria em 31 de dezembro de 1998 e para liderar a aliança partidária de centro-direita que deu acabamento institucional ao processo sociopolítico de construção da hegemonia liberal no Brasil pós-regime militar.⁵⁶⁵

O primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso foi marcado, no aspecto econômico, pelo aprofundamento dos efeitos do Plano Real, pelo início da adoção de políticas neoliberais⁵⁶⁶ e pela reestruturação produtiva do parque industrial brasileiro, tanto no que se refere à introdução de novos padrões tecnológicos e inéditos procedimentos trabalhistas, ainda que tal reorganização tenha sido realizada de modo contingente e descompromissado, devido à enorme diversidade sócio-cultural encontrada não apenas no empresariado (que se via diante de três alternativas: i) extensão do fordismo; ii) segmentação entre contratados e subcontratados, com envolvimento individual dos trabalhadores; ou iii) democratização do chão de fábrica) quanto também em relação aos trabalhadores.⁵⁶⁷

No plano das relações individuais e coletivas de trabalho, a reestruturação produtiva acima mencionada teve como consequência um forte processo de desestruturação e precarização do mercado de trabalho formal. Nesse sentido, com o propósito de combater o desemprego e de reduzir os “encargos sociais”, o governo passou a adotar uma série de

⁵⁶⁴ SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade, governança e democracia: criação de capacidade governativa e relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 353, 1997.

⁵⁶⁵ SALLUM JR, Brasílio João. Metamorfoses do Estado Brasileiro no final do século XX, cit., , p. 44.

⁵⁶⁶ A respeito do caráter neoliberal das medidas a serem adotadas pelo governo, como bem adverte SANTOS, Maria Helena de Castro. op. cit., p. 357: “Na verdade, o Estado deve ser minimamente complexo para atender aos desafios do capitalismo contemporâneo. Dessa forma, restringe sua atuação como produtor direto de bens e serviços, reforça sua atividade de regulação das políticas públicas, enfatiza seu papel de coordenação entre as várias agências governamentais e os três níveis de governo e entre a esfera pública e a privada, e reorienta suas funções de controle”.

⁵⁶⁷ CASTRO, Nadya Araújo; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. op. cit., p. 215-216.

medidas que buscavam suprimir direitos sociais e flexibilizar as relações de trabalho.⁵⁶⁸

Como bem sintetiza a doutrina:

“(Apesar de que) o mercado de trabalho sempre foi e é extremamente flexível, a despeito de uma série de direitos trabalhistas inscritos em lei (...) a queda brusca de inflação a partir de meados de 1994 desmascara as ineficiências do setor produtivo e, ao mesmo tempo, reduz a possibilidade de flexibilização de custos salariais através da elevação de preços. Estão dadas as condições para a propagação dos argumentos favoráveis à desregulamentação/flexibilização das relações de trabalho e para a implementação das primeiras medidas”.⁵⁶⁹

Essa nova realidade entrou em choque com as aspirações dos trabalhadores, que ainda tinham como referência o emprego formal “com as garantias a ele associadas de direitos trabalhistas e previdenciários”.⁵⁷⁰ Para os sindicatos, por sua vez, foi um período de intensa aprendizagem e revisão de práticas em um contexto extremamente desfavorável, no qual o empresariado enfatizava a necessidade de desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho.⁵⁷¹

Assunto que adquiriu especial importância a partir dessa época, a terceirização de atividades produtivas que passou a ser adotada por diversas empresas passou a ser vista por parcela significativa do movimento sindical como um dado inevitável e inerente à transformação do sistema produtivo, agora impulsionado pelo trinômio qualidade, produtividade e competitividade; caberia ao sindicato, nesse contexto, conhecê-la para apenas interferir em seus possíveis desdobramentos.⁵⁷²

As divergências entre governo e trabalhadores apresentaram-se desde logo, com a eclosão da greve por tempo indeterminado dos petroleiros em 3 de maio de 1995, a qual contou com a adesão de mais de trezentos e cinquenta mil trabalhadores.⁵⁷³ Esse foi o

⁵⁶⁸ OLIVEIRA, Roberto Vêras de. *Sindicalismo e democracia no Brasil*: atualizações do novo sindicalismo ao sindicalismo cidadão. 2002. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002. fl. 318.

⁵⁶⁹ TUMA, Fábila. *Participação nos lucros e resultados*: incentivo à eficiência ou substituição dos salários? São Paulo: LTr, 1999. p. 139-140.

⁵⁷⁰ DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social*: pobreza, emprego, Estado e futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 128.

⁵⁷¹ MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza; RODRIGUES, Iram Jácome. O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90. *Tempo Social*: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 160, out. 1999.

⁵⁷² MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. Os dilemas do movimento sindical em face da terceirização (se correr o bicho pega, se ficar o bicho come). In: MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). *Terceirização*: diversidade e negociação no mundo do trabalho. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 18.

⁵⁷³ BIANCHI, Alvaro G. O que estava em jogo na greve dos petroleiros? Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso. *Plural*, São Paulo, n. 3, p. 93, 1996.

primeiro grande embate enfrentado pelo governo FHC, e teria sido “a primeira possibilidade de abertura de negociações com o governo recém empossado”.⁵⁷⁴

A resposta do governo foi, todavia, rápida: amparado por uma decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, que considerou abusivo o exercício do direito de greve, o exército ocupou quatro refinarias. Após o julgamento do recurso interposto pelos sindicatos, o governo iniciou o bloqueio de contas das entidades sindicais, a retenção de receitas e a penhora de bens, de modo a forçar uma “rendição incondicional do inimigo” em uma atitude comparável ao período mais autoritário do regime militar.⁵⁷⁵

Em linha com o então reduzido espaço para diálogo entre os atores sociais e o governo, as Câmaras Setoriais e o Fórum Nacional sobre Contrato Coletivo e Relações de Trabalho (FNCCRT),⁵⁷⁶ esse último convocado durante o governo Itamar Franco, não tiveram continuidade no governo Fernando Henrique Cardoso⁵⁷⁷, que criou novos fóruns e comissões tripartites, tais como o Conselho Nacional do Trabalho, nos quais procurou enfrentar, de maneira muitas vezes unilateral, questões polêmicas no que tange à legislação trabalhista, a respeito das quais não havia consenso nem mesmo no interior das centrais sindicais.⁵⁷⁸

⁵⁷⁴ RIZEK, Cibele S. *A greve dos petroleiros*. São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 97.

⁵⁷⁵ SINGER, Paul. O petroleiro é nosso. *Folha de S. Paulo*, São Paulo 16 jul.1995. Caderno Dinheiro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/16/dinheiro/4.html>>. Acesso em: 14 jul. 2010.

⁵⁷⁶ O FNCCRT foi coordenado pelo Ministério do Trabalho e realizou sessões de debates em diversas localidades entre setembro e dezembro de 1993. Foi composto por onze representantes de cada um dos seguintes grupos: entidades de trabalhadores, entidades empresariais e órgãos do Estado e da sociedade civil.

⁵⁷⁷ “O episódio do boicote e do estrangulamento da câmara setorial do setor automotivo revela até que ponto esvaziou-se propositalmente a esfera pública que poderia regular os conflitos através da publicização do dissenso, através da operação dialética da privatização do público – que consistia nos impostos que eram reduzidos para que o acordo funcionasse – e na publicização do privado, isto é, na própria publicização do dissenso e no fato de que os critérios do investimento, do lucro e suas margens, da reestruturação produtiva e do emprego das novas tecnologias, da defesa do nível do emprego e da renda dos trabalhadores, passavam a ser discutidos e acordados publicamente”. (OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 78-79). Ademais, como bem esclarece Jorge Tapia: “Examinando o processo de implementação da agenda inicial (das câmaras setoriais) vemos que houve o conhecido processo de não-decisão, todos os temas estratégicos foram para segundo plano. Tanto é assim que os grupos de trabalho que tratavam de questões estratégicas, pelos estudos que foram feitos, foram perdendo vitalidade, ou seja, as discussões não avançaram nem as propostas se concretizaram. O que se concretizou? Concretizou-se o que as montadoras queriam: a redução dos impostos, a renúncia fiscal e, a partir daí, o preço dos automóveis diminuiu. Como interpretar o fato de que na agenda implementada os temas estratégicos não tenham sido tratados? A explicação fundada no defensivismo, na necessidade dos autores maximizarem os interesses de curto prazo dada a situação de forte incerteza é correta, mas insatisfatória. Creio que é preciso ir além. Essa não-decisão reflete, a meu ver, o grau de assimetria entre empresários e trabalhadores, agravada pela incapacidade ou pelo desinteresse do Estado”. (TAPIA, Jorge Rubem Biton. *Corporativismo societal no Brasil: uma transição incompleta?* In: DAGNINO, Evelina. (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 72-73)

⁵⁷⁸ Como bem esclareceu o sindicalista Luiz Antônio de Medeiros em entrevista: “o meu temor é que o governo queira discutir o pluralismo sindical para debilitar os sindicatos (...) eu estou com o pé atrás com a proposta do pluralismo sindical.” (MEDEIROS, Luiz Antônio de. Entrevista. *O Estado de S. Paulo*, 04 set. 1996, p. B-3).

Um desses temas polêmicos propostos pelo governo diz respeito ao projeto de “modernização” do sistema de relações de trabalho, o qual enfatizaria a livre negociação entre os atores, sem a participação do Estado, o que pode ser entendido como uma expressa abdicação do seu papel de protetor do trabalhador em favor da regulação das relações de trabalho via mecanismos de mercado.⁵⁷⁹ O presidente Fernando Henrique entendia que seria um “retrocesso”, uma atitude “populista” típica de uma época já passada, qualquer intermediação por parte do governo nos entendimentos mantidos entre os atores sociais.⁵⁸⁰

Não obstante, na prática, a livre negociação entre as partes era limitada pela grave recessão econômica e pela alta taxa de desemprego existentes à época, bem como pelas medidas governamentais que deslocavam para o interior da empresa o processo de negociação, o que aumentava a dificuldade das centrais sindicais em participar das negociações.⁵⁸¹ De qualquer forma, enquanto não conseguia concretizar as suas propostas, o governo provocava atritos, principalmente nas comissões tripartites, ao adotar comportamentos que contrariavam os interesses tanto de empresários quanto dos sindicalistas, o que inclusive provocou a saída do então presidente e do secretário-geral da CUT do Conselho Nacional do Trabalho, sob a alegação de que nunca eram consultados para nada.⁵⁸²

Como principais exemplos de continuidade do processo de crescente precarização das relações de trabalho, citem-se a denúncia da Convenção nº 158 da OIT,⁵⁸³ o Projeto de

⁵⁷⁹ KREIN, José Dari. *A reforma do sistema de relações de trabalho no Brasil*. São Paulo, 1999. p. 18. Mimeo.

⁵⁸⁰ Como bem esclareceu o próprio Fernando Henrique Cardoso em entrevista: “Desde que eu me entendo, os sindicatos sempre lutaram por negociações livres e estão fazendo agora. Eles têm os seus sindicatos, suas centrais. Acho que seria um retrocesso pedir agora que o governo se meta naquilo que é próprio deles”. In: CARDOSO, Fernando Henrique. Para FHC, ação direta seria “populismo”. *Folha de S. Paulo*. 10 dez. 1997, p. B2-5. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi101212.htm>>. Acesso em: 14 jul. 2010.

⁵⁸¹ KREIN, José Dari. op. cit., p. 17. Importante notar que: “No encolhimento dessa possibilidade – dos dominados produzirem uma fala – não houve, como poderia aparecer, a destruição das premissas formais da democracia, mas um esvaziamento do seu conteúdo, o que permitiria ao governo questionar a fala dissonante como anti-democrática”. (MIAGUSKO, Edson. *Greve dos petroleiros de 1995: a construção democrática em questão*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. fl. 121).

⁵⁸² Como bem esclareceu João Vaccari Neto, então secretário-geral da CUT: “o governo renunciou à Convenção 158 da OIT, inventou os projetos sobre contrato temporário de trabalho, lei de greve, uso do FGTS em privatizações e uma série de outros assuntos sem ao menos informar a comissão. Esse governo faz propaganda de suas comissões tripartites, mas tem uma prática imperial”. In: VACCARI NETO, João. Entrevista. *O Estado de S. Paulo*, 16 dez. 1996, p. B-5.

⁵⁸³ A Convenção nº 158 da OIT, que estabelece normas que limitam a dispensa imotivada, tanto individual quanto coletiva, a qual deverá observar um determinado procedimento para que seja considerada válida, foi ratificada pelo Brasil em 5 de janeiro de 1995 e promulgada por meio do Decreto nº 1855, de 10 de abril de 1996. Com a denúncia realizada pelo chefe do Poder Executivo à OIT em 20 de novembro de 1996, o prazo de vigência da referida Convenção no plano interno, que deveria ser de no mínimo 10 (dez) anos, ficou

Lei nº 1802/1996 (que visava restringir o exercício do direito de greve nas atividades essenciais)⁵⁸⁴ e a Medida Provisória nº 1878-64/99 de 9 de novembro de 1997, que autorizou o trabalho aos domingos ao comércio varejista em geral, sem a necessidade de prévia negociação coletiva de trabalho.⁵⁸⁵

Em 4 de junho de 1997, foi publicada a Emenda Constitucional nº 16, a denominada emenda da reeleição, que deu nova redação ao artigo 14, § 5º, da Constituição Federal e permitiu aos detentores de mandato eletivo do Poder Executivo disputarem um segundo mandato, sem necessidade de se desincompatibilizarem ou mesmo se afastarem de suas funções. "*...quebrando longa tradição política de nosso país, ao admitir a possibilidade de reeleição dos ocupantes de cargos eletivos do Poder Executivo*".⁵⁸⁶

Reeleito nas eleições gerais realizadas em outubro de 1998, Fernando Henrique Cardoso tomou novamente posse como Presidente da República em 1º de janeiro de 1999, para cumprir mandato que se encerrou em 1º de janeiro de 2003. Ainda sob o impacto da forte crise econômica sofrida pelos países do Sudeste Asiático no segundo semestre de 1997 e que no ano seguinte atingiu a Rússia e o Brasil, o segundo governo Fernando Henrique começou sob forte pressão para o aprofundamento da liberalização econômica, o que resultou na adoção de um agressivo programa de privatização da maior parte das empresas estatais e de concessão de serviços públicos a entes particulares (ex: conservação de estradas de rodagem), bem como na expansão das atividades normativas e de controle do Estado por meio da criação de agências reguladoras setoriais.⁵⁸⁷

reduzida a poucos meses. Conforme esclarece Marco Antonio de Oliveira (*Política trabalhista e relações de trabalho no Brasil: da Era Vargas ao Governo FHC*, cit., fls. 305), a intenção do governo com tal atitude, extremamente questionável do ponto de vista jurídico, era: i) evitar que a Convenção nº 158 fosse utilizada tanto pelos sindicatos quanto pela Justiça do Trabalho como argumento contra as dispensas em massa, ii) eliminar qualquer obstáculo para a quebra da estabilidade reconhecida aos servidores públicos civis e; iii) facilitar eventual dispensa dos trabalhadores em empresas estatais que estavam sendo privatizadas naquela época.

⁵⁸⁴ O referido Projeto de Lei previa acrescentar os §§ 2º, 3º e 4º ao art. 11 da Lei nº 7.783/1989, para prever o pagamento de multa diária por parte do Sindicato que desrespeitar decisão do Tribunal Regional do Trabalho a qual, em qualquer hipótese, não poderá exceder a um mil salários mínimos por dia de continuidade do movimento pederista. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Assuntos Parlamentares. *Projeto de Lei*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/pl1802.htm>. Acesso em: 10 set. 2010.

⁵⁸⁵ KREIN, José Dari. *Análise do impacto e da efetividade das principais alterações legais no padrão das relações de trabalho no setor metalúrgico entre 1996-2000*. Relatório de pesquisa (preliminar) do Projeto "Desenvolvimento tecnológico, atividades econômicas e mercado de trabalho nos espaços regionais brasileiros": Projeto de pesquisa e formação técnica DIEESE/CESIT/CNPQ, linha 4 – Mercado e Relações de Trabalho. 2002. p. 22.

⁵⁸⁶ COSTA, Adriano Soares da. *Teoria da inelegibilidade e o direito processual eleitoral*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998. p. 123.

⁵⁸⁷ OLIVEIRA, Roberto Vêras de. op. cit., fl. 332. Como esclarecem Sérgio de Azevedo e Luiz Aureliano G. de Andrade, a crise dos Estados capitalistas a partir da década de 1970 é explicada pelas correntes

Adicionalmente, impulsionado pelo aumento da concorrência internacional provocado pela abertura comercial, bem como pelos altos índices de desemprego, o projeto governamental de desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho avançou e provocou importantes mudanças na legislação trabalhista, algumas das quais ampliaram o espaço de negociação direta entre empregadores e trabalhadores. Dentre tais inovações legislativas, as quais foram inicialmente introduzidas no ordenamento jurídico por meio de Medidas Provisórias, sucessivamente editadas até serem convertidas em lei, destacam-se: a participação nos lucros ou resultados (cujo pagamento é apenas sujeito a Imposto de Renda Retido na Fonte), o banco de horas (compensação anual da jornada de trabalho), o trabalho a tempo parcial (até vinte cinco horas semanais) e a suspensão temporária do contrato de trabalho, mediante prévia negociação coletiva de trabalho, para requalificação profissional.⁵⁸⁸

Enfim, importantes alterações na legislação trabalhista ao longo dos dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, “em um momento de aumento dramático do desemprego, de exarcebação dos valores individuais e de declínio de laços tradicionais de solidariedade entre os trabalhadores, o que facilitou imensamente o questionamento do papel do Estado na regulação do trabalho e do próprio sindicato como instrumento de representação coletiva”.⁵⁸⁹ Em síntese:

neoliberais como resultado da política do Estado do bem-estar social, que resultou no crescimento de gastos sociais a níveis intoleráveis. Não obstante, tal explicação não se mostra adequada à realidade brasileira, cuja crise do Estado desenvolvimentista se deu especialmente em virtude da forte intervenção direta do Estado na economia por meio de empresas públicas e organizações paraestatais, o que resultou em déficits crônicos que comprometeram o equilíbrio fiscal. De acordo com os referidos autores, os teóricos neoliberais partem de tal premissa para defender a privatização como a solução não só para reduzir os prejuízos, como também para gerar recursos financeiros, inclusive para o investimento na área social. AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luiz Aureliano G. de. A Reforma do estado e a questão federalista: reflexões sobre a proposta Bresser Pereira. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de (Orgs.). *Reforma do estado e democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997. p. 55.

⁵⁸⁸ Cf. respectivamente, Lei nº 10.101/2001; artigo 59, §§ 2º e 3º, da CLT; artigos 58-A e 130-A da CLT; e artigo 476-A da CLT. Acrescente-se que “as mudanças no sistema de relações de trabalho acontecem não só do ponto de vista legal ou constitucional, mas também pelas posições e sentenças do Poder Judiciário. Nesse sentido, muitas iniciativas que contribuem para a flexibilização das relações de trabalho são corroboradas por decisões do Poder Judiciário, através de alterações jurisprudenciais. E o Judiciário parece não estar imune ao contexto econômico, político, cultural e ideológico pelo qual o país está passando”. (KREIN, José Dari. *O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, 2001. fl. 138).

⁵⁸⁹ OLIVEIRA, Marco Antonio de. op. cit., fls. 331. Como resultado da política trabalhista adotada nos dois governos Fernando Henrique Cardoso, alerta Sonia Draibe: “Dado que as propostas de focalização e privatização se dão no marco de agudas desigualdades sociais, elas contribuem para consolidar a desigualdade. Por um lado, cria-se um sistema privado de serviços de alto nível, financiado pelos estratos de melhores rendas e cujo acesso a ele é restrito. Por outro lado, se estabelece um sistema estatal de assistência social, de exíguo orçamento, já que os estratos de renda mais alta não contribuem com ele, que distribui somente alguns serviços à porção indigente da população”. (DRAIBE, Sonia M. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. *Revista da USP*, São Paulo, n. 17, p. 99, mar./maio 1993.

“O conjunto das medidas sinaliza claramente para uma tendência de desregulamentação de direitos e flexibilização das relações de trabalho, apesar de elas serem pontuais, de não alterarem o sistema de representação sindical e os procedimentos formais de negociação coletiva e de terem sido, na sua maioria, implementadas em dois momentos particulares da vida política e econômica do país: a introdução e consolidação do Plano Real (1994-1996) e o enfrentamento do crescente desemprego (1998). Constituem, portanto, um reforço dos aspectos flexibilizadores de um mercado de trabalho já bastante flexível”.⁵⁹⁰

Houve, assim, o “esvaziamento político” das formas de participação direta criadas pelo Novo Sindicalismo e pelos Novos Movimentos Sociais devido ao fato de que a atuação governamental pautou-se pela “refilantropização da pobreza” e pela “parceirização da cidadania”, com o objetivo de re-significar idéias como “público não-estatal”, “democratização do Estado” e “parceirização da cidadania”⁵⁹¹, de maneira a inverter as responsabilidades a respeito da crise social⁵⁹² e a transferir a disputa semântica então travada para o campo da opinião pública.⁵⁹³

Diante de uma difícil realidade econômica e social, a CUT, apesar de possuir uma opinião bastante crítica a respeito da reforma do Estado⁵⁹⁴ e dos impactos da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho brasileiro, não conseguiu criar um projeto democrático alternativo nem para si e muito menos para o país. Por dirigir-se sempre “contra” as mudanças, em muitos momentos ficou aquém de uma crítica mais incisiva contra as importantes mudanças ocorridas no mundo do trabalho, “como se esse tipo de organização fosse satisfatório do nosso ponto de vista”, tendo a CUT reconhecido que ao longo dos anos 90, sua atuação foi “essencialmente defensiva” e que a sua participação em

⁵⁹⁰KREIN, José Dari. *Análise do impacto e da efetividade das principais alterações legais no padrão das relações de trabalho no setor metalúrgico entre 1996-2000*, cit., p. 12-14.

⁵⁹¹OLIVEIRA, Roberto Vêras de. O sindicalismo e a questão democrática na história recente do Brasil: o que se pode esperar? In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK; Cibele Saliba (Orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 63-64.

⁵⁹²Como bem esclarece Francisco Antonio de Oliveira, tal transferência de responsabilidade se operacionaliza “pela criação de um campo semântico em que os significados dos direitos e conquistas civilizatórias, plasmados em direitos sociais, trabalhistas, civis e políticos são transformados em obstáculos ao desenvolvimento econômico, e mais, são transformados em fatores causais da miséria, pobreza, exclusão e ausência de cidadania”. (OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*, cit., p. 216).

⁵⁹³Como esclarece Francisco Antonio de Oliveira: “a ‘opinião pública’ não é um ator, mas apenas um pano de fundo. Ela permanece essencialmente nos limites liberais, pelo seu caráter difuso, impreciso, plural”. (OLIVEIRA, Francisco de. *Corporativismo: conceito ou emplastro? Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 14, 1998).

⁵⁹⁴A oposição por parte da CUT a uma reforma administrativa nos moldes neoliberais não guarda nenhuma relação com o fato de ser a CUT formada majoritariamente por sindicatos do setor público, como bem esclarece SILVA, Sidney Jard da. *Companheiros servidores: o avanço do sindicalismo do setor público na CUT*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 46, p. 137, jun. 2001.

fóruns institucionais não foi suficiente para a “conquista de instrumentos para exercer uma influência legal (ou mesmo contratual) sobre a reestruturação produtiva.”⁵⁹⁵

De maneira semelhante à CUT, a CGT também reconheceu que, ao longo da década de 1990, ocorreu uma “reorganização profunda das economias capitalistas”, na qual “a classe trabalhadora está em risco de arcar com um custo social insuportável. Tais mudanças tiveram conseqüências muito mais graves no Brasil na medida em que, somadas à realidade interna, potencializariam o agravamento dos problemas sociais do país. Nesse cenário, os trabalhadores organizados teriam o importante papel de liderar “um movimento social amplo contra o desemprego, a deteriorização da renda e do trabalho e a marginalização da classe trabalhadora”, e o sindicato deveria criar políticas de formação profissional e empregabilidade e pressionarem os empregadores a adotarem propostas de educação contínua.”⁵⁹⁶

A análise do processo de reestruturação produtiva feita pela Força Sindical (FS), por sua vez, partiu de dois fatores principais, originados na década de 1980: a transição democrática e o colapso de um modelo de desenvolvimento econômico surgido após a 2ª Guerra Mundial. Para a FS, ao longo da década de 90, o Brasil estaria diante de um significativo dilema: “ou vence o desafio da modernidade ou corre o risco de envolver, tanto do ponto de vista das instituições políticas quanto do sistema produtivo”. Na visão dessa central sindical “a atual onda de mudança tecnológica, por muitos caracterizada como uma verdadeira revolução, abre grandes possibilidades para o crescimento da produtividade e para o desenvolvimento de novos produtos e mercados”⁵⁹⁷

De todo o exposto, verifica-se que, enquanto a CUT procurou combater a “adequação” do trabalhador às “novas exigências” do mercado de trabalho, inclusive com a disputa de conceitos-chave como produtividade e qualidade, a CGT e a FS ressaltaram a necessidade de o trabalhador se aprimorar com o intuito de ocupar o seu lugar no “novo modelo”. Apesar das diferenças entre as idéias apresentadas pelas três centrais sindicais, houve tentativas de elaboração de uma pauta única a respeito de temas como qualificação profissional, trabalho feminino e o desemprego. Adicionalmente, registre-se que em 1999 CUT e FS uniram esforços na luta pela semana de trabalho de 36 (trinta e

⁵⁹⁵CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *InfomaCUT*. São Paulo, n. 259, p. 9-11, dez. 1995.

⁵⁹⁶CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES. 4º Congresso Nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores. *Boletim DIEESE*, São Paulo, v. 15, n. 181, p. 19; 22; 23 abr. 1996.

⁵⁹⁷FORÇA SINDICAL. *Um projeto para o Brasil*: a proposta da Força Sindical. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 1993. p. 27, 354-355.

seis) horas e pelo contrato nacional de trabalho das indústrias montadoras de automóveis.⁵⁹⁸

Paralelamente, as três centrais sindicais participaram ativamente em fóruns institucionais em que se debatiam o uso de fundos públicos para a qualificação dos trabalhadores, tais como o CODEFAT. Como consequência, as centrais sindicais passaram a utilizar vultosas somas de dinheiro público, oriundo do FAT, para aumentar a qualificação dos trabalhadores, sendo que a eficiência de tais programas ainda está pendente de comprovação.⁵⁹⁹ De qualquer modo, tais fatos ressaltam a atitude defensiva adotada pelo movimento sindical brasileiro, diante de um “verdadeiro encurralamento” frente ao qual ele buscou movimentar-se.⁶⁰⁰ Por esse motivo, a grande maioria dos dirigentes sindicais vislumbrou na possibilidade iminente da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente da República, nas eleições de outubro de 2002, uma oportunidade valiosa para a mudança do cenário social.⁶⁰¹

5.5. Tentativa de retomada das experiências de concertação social (2003 - 2010)

Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse como Presidente da República em sessão solene do Congresso Nacional realizada em 1º de janeiro de 2003, para cumprir mandato que se encerraria em 31 de dezembro de 2006. Embora a vitória de Lula tenha

⁵⁹⁸ SANTANA, Marco Aurélio. As centrais sindicais brasileiras e a reestruturação produtiva: análises e propostas. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 216-219, jul./dez. 2000.

⁵⁹⁹ Como bem esclarece Marco Antonio de Oliveira (*Política trabalhista e relações de trabalho no Brasil: da Era Vargas ao Governo FHC*, cit., fls. 272): “Esse processo de institucionalização foi, no entanto, acompanhado pela reedição de velhas práticas de cooptação política. O governo sobe explorar as divisões sindicais e tratou de acomodar todas as centrais no (Codefat), inclusive a Social Democracia Sindical (SDS), que surgiu de uma cisão da Força Sindical liderada por Enilson Simões de Moura e que até hoje não passa de um braço sindical do PSDB. Além disso, a partir do final dos anos noventa houve um claro esvaziamento do CODEFAT a partir da realização de entendimentos diretos entre as centrais sindicais e o Ministro do Trabalho, envolvendo a partilha dos recursos do Fundo, formalmente destinados para cursos de formação profissional e programas de geração de emprego e renda, mas que passaram a ser utilizados, também, para financiar outras atividades”.

⁶⁰⁰ SANTANA, Marco Aurélio. op. cit., p. 219-221.

⁶⁰¹ Como bem notou Almerico Lima (*Rumo ao sindicato cidadão? Qualificação profissional e políticas públicas em tempos de reestruturação produtiva*. 1999. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 1999. fls.188-189, grifos do autor): “A responsabilidade de ‘ser governo’ unificava a todos, seduzindo, inclusive, as tendências minoritárias que rejeitavam, desde o 4º CONCURTO, a chamada postura ‘propositiva’ da corrente majoritária. Afinal, embora as mesmas propostas fossem dirigidas ao Estado, antes governado por Sarney, Collor ou Itamar, seria ‘diferente propor para o companheiro Lula’ ou para o ‘governo popular’. Entretanto, era necessário elaborar propostas que garantissem a intervenção na conjuntura que se avizinhava, sem perda da identidade da Central no processo. Isto significava a consolidação da institucionalização da CUT e a continuidade da elaboração de um projeto alternativo, não apenas para confronto eminente, mas também para além do processo eleitoral”.

evidentemente alterado a coalizão política de sustentação ao governo, inexistente a intenção de alterar a hegemonia liberal estabelecida desde o início da década de 1990.⁶⁰² Como bem esclarece a doutrina:

“Mesmo que haja tensão entre a nova coalizão político-partidária que comanda o Estado e a coalizão sociopolítica que o vem sustentando, o eixo da agenda do novo governo é liberal-desenvolvimentista: seu objetivo não é reconstruir o Estado empresarial, mas reformar o Estado para que possa estimular o desenvolvimento privado e a igualdade social”.⁶⁰³

Nesse sentido, “a promessa vira frustração” em alguns setores sociais, fato potencialmente perigoso à democracia, na medida em que pode gerar a descrença no conceito de alternância no poder e o rechaço à esfera política, justamente o local onde suas demandas poderiam ser endereçadas.⁶⁰⁴ De qualquer modo, o gradativo afastamento da idéia de ‘ruptura’, historicamente defendido pelo Partido dos Trabalhadores (PT), é efetuado por meio da sua substituição pelas idéias de ‘pacto social’ e ‘transição’, complementares ao seu projeto político de ‘coalizão nacional’. As principais manifestações desse projeto foram: a criação do Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico (CDES), a instalação da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) e a constituição do Fórum Nacional do Trabalho (FNT).⁶⁰⁵

O CDES foi criado logo no dia da posse do Presidente Lula (1º de janeiro de 2003) por meio da Medida Provisória nº 103 para assessorar o Presidente da República e apresentar contribuições a respeito das reformas pretendidas pelo governo, com vistas à articulação das relações deste último com representantes da sociedade civil organizada e à

⁶⁰²De acordo com Maria Aparecida Chaves Jardim, a intenção de Lula em manter os fundamentos econômicos de seu antecessor pode ser verificada em dois fatos, ocorridos ainda durante a campanha eleitoral: O primeiro deles foi a Carta aos Brasileiros “na qual o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva se comprometeu, diante da sociedade, a cumprir todas as obrigações assumidas pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, mantendo os contratos feitos com os mercados interno, externo e com o Fundo Monetário Internacional (FMI)”. O segundo fato foi a “histórica visita de Lula à Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), em 5 de agosto de 2002, quando defendeu a popularização do mercado de capitais”. (JARDIM, Maria Aparecia Chaves. ‘Domesticação’ e/ou ‘Moralização do Capitalismo’ no Governo Lula: Inclusão social via mercado e via fundos de pensão”. Dados: *revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 123, 2009).

⁶⁰³SALLUM JR, Brasílio João. Metamorfoses do Estado Brasileiro no final do século XX, cit., p. 49.

⁶⁰⁴MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 26, n.1, p. 59, jan./mar. 2006.

⁶⁰⁵OLIVEIRA, Roberto Vêras de. O sindicalismo e a questão democrática na história recente do Brasil: o que se pode esperar?, cit., p. 65;67.

concertação entre os diversos setores da sociedade representados no CDES.⁶⁰⁶ Apesar de os oitenta e dois representantes da sociedade civil no CDES serem em teoria, “cidadãos de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade”,⁶⁰⁷ eles são escolhidos nominalmente pelo Presidente da República que poderá, a seu exclusivo critério, definir quais cidadãos preenchem os dois requisitos acima mencionados.

Desde a sua instalação, o CDES debateu e se manifestou a respeito das reformas previdenciária, tributária, sindical e trabalhista. Adicionalmente, produziu seis “Cartas de Concertação” entre fevereiro de 2003 e março de 2004. Interessante observar que, na “Quinta Carta de Concertação”, o CDES, ao mesmo tempo em que reconheceu que a celebração de um pacto social no Brasil poderia colaborar para a inclusão social e melhor distribuição de renda, observou que as circunstâncias políticas, econômicas, técnicas e culturais que permitiram a celebração de pactos sociais na Europa e no Japão no século XX são bem distintas do atual cenário brasileiro. Dessa forma, o CDES convidou a sociedade brasileira a pensar em um pacto social a ser adotado em um “mundo digital e mediático, das comunicações interativas, de afirmação da sociedade civil organizada, da grande economia global”.⁶⁰⁸

Em junho de 2003 o CDES publicou um Relatório Consolidado a respeito da Reforma Sindical e Trabalhista. A partir do consenso de que “O sistema brasileiro de relações trabalhistas está superado, sendo por isto necessário rediscutir o atual marco normativo constitucional e infraconstitucional”, o CDES recomendou, dentre outras propostas: i) a adoção da liberdade sindical nos termos da Convenção nº 87 da OIT, ii) a garantia da representação dos trabalhadores na empresa e a respectiva proteção contra atos antisindicais, e iii) o fim da contribuição sindical obrigatória e das contribuições assistencial e confederativa.⁶⁰⁹

⁶⁰⁶Cf. artigo 8º, *caput*, da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003 (MP nº 103/2003). Tal Medida Provisória foi convertida na Lei nº 10.863 de 28 de maio de 2003 (Lei nº 10863/2003). PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. MP nº 103/2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2003/103.htm>. Acesso em: 12 out. 2010.

⁶⁰⁷Cf. artigo 8º, §1º, inc. IV, da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003. Tal Medida Provisória foi convertida na Lei nº 10.863 de 28 de maio de 2003 (Lei nº 10863/2003), que aumentou para noventa o número de representantes da sociedade civil no CDES. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. MP nº 103/2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2003/103.htm>. Acesso em: 12 out. 2010. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 10863/2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.683.htm>. Acesso em: 12 out. 2010.

⁶⁰⁸BRASIL. CDES. *Cartas de concertação*. Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/conteudo/1428/cartas-de-concertacao.html>>. Acesso em: 12 out. 2010.

⁶⁰⁹Id. *Reforma Sindical e Trabalhista*. Relatório consolidado. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/fnt/Reforma_Sindical_e_Trabalhista_relatorio_final_do_CDES.pdf>. Acesso em: 12 out. 2010.

A partir de tais premissas, e após a realização de vinte e sete conferências estaduais no mês de agosto de 2003, foi oficialmente instalado o Fórum Nacional do Trabalho (FNT)⁶¹⁰ com os objetivos de fomentar o diálogo social e promover o tripartismo, por meio da promoção de entendimento entre os representantes dos trabalhadores e empregadores e o governo federal, e de construir consensos sobre temas relativos ao sistema brasileiro de relações de trabalho, em especial sobre a legislação sindical e trabalhista⁶¹¹.

O FNT possuía uma Plenária composta por 72 membros. São 21 representantes dos trabalhadores,⁶¹² 21 representantes dos empregadores, 21 representantes do governo, e 9 representantes de micro e pequenas empresas, cooperativas e outras formas de trabalho. Os temas da agenda foram discutidos em 8 Grupos Temáticos.⁶¹³ Cada um deles composto por 18 membros, sendo 6 representantes dos trabalhadores, 6 representantes dos empregadores e 6 representantes do governo.⁶¹⁴

Ao final das discussões, o relatório de cada grupo foi encaminhado para a Comissão de Sistematização, integrada por 21 membros, sendo 6 representantes dos trabalhadores, 6 representantes dos empregadores, 6 representantes do governo e 3 representantes de outros setores econômicos. Uma vez reelaborada pela Comissão de Sistematização, as propostas foram entregues à Plenária da Fórum. O produto final foi encaminhado ao Congresso Nacional por meio de Proposta de Emenda Constitucional (PEC).

O debate no FNT começou pela Reforma Sindical, e desse modo começaram a atuar três Grupos de Trabalho, relativos à Organização Sindical, à Negociação Coletiva e à

⁶¹⁰O FNT foi criado pelo Decreto nº. 4.796, de 29 de julho de 2003 (Decreto nº 4796/2003). BRASIL. Decreto nº 4796/2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4796.htm>. Acesso em: 12 out. 2010.

⁶¹¹Tais regras estão previstas no regulamento interno do FNT, aprovado pela Portaria nº 1029 de 12 de agosto de 2003, do Ministério do Trabalho e Emprego. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Regimento Interno do Fórum Nacional do Trabalho. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/fnt/Regimento_Interno_do_Forum_Nacional_do_Trabalho.pdf>. Acesso em: 12 out. 2010.

⁶¹²A respeito da representação dos trabalhadores no FNT, observa Gelsom Rozentino de Almeida que ela foi monopolizada pela CUT e pela Força Sindical, com leve predominância da primeira. Tal acúmulo de poder gerou bastante controvérsia perante algumas Confederações Sindicais, que organizaram o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) para a promoção de debates, apresentação e sistematização de propostas alternativa às do FNT. (ALMEIDA, Gelsom Rozentino. *Revista Katalizis*, Florianópolis, v.10, n. 1, p. 58-59, jun. 2007).

⁶¹³Os oito Grupos Temáticos são: i) Organização Sindical; ii) Negociação Coletiva; iii) Sistema de Composição de Conflitos Individuais e Coletivos; iv) Legislação do Trabalho; v) Organização administrativa e judiciária; vi) Normas administrativas sobre condições de trabalho; vii) Qualificação e Certificação profissional; viii) Micro e pequenas empresas, autogestão e informalidade.

⁶¹⁴O FNT também conta com o auxílio da Comissão Nacional de Direito e Relações do Trabalho (CNDRT), criada com o objetivo de subsidiar o Ministério do Trabalho e Emprego em assuntos ligados ao direito do trabalho e às relações trabalhistas. A CNDRT é composta por juristas e especialistas em questões trabalhistas e por membros de entidades da área de relações do trabalho.

Composição de Conflitos, respectivamente. Também já iniciaram as suas atividades os Grupos de Trabalho relativos à Legislação do Trabalho e Micro e Pequenas Empresas, Autogestão e Informalidade. Os resultados dos três primeiros Grupos de Trabalho, após passarem pelo crivo do Plenário do FNT, foram encaminhados ao Congresso Nacional sob a forma de PEC.⁶¹⁵

Especificamente em relação à Reforma Sindical, o Relatório Final produzido pelo FNT abordava três temas gerais: organização sindical (cuja nova legislação deveria inibir a proliferação e a pluralidade, sem ferir a liberdade sindical, o que seria realizado por meio de critérios de representatividade estabelecidos em lei), negociação coletiva (que deveria ser compatível com o novo modelo de representação sindical a ser adotado no país; assim, as negociações entre entidades de nível superior, quando existirem, indicariam as cláusulas que não poderiam ser modificadas por entidades em nível inferior, observadas as peculiaridades de cada âmbito de representação e de empresas ou unidades produtivas) e composição de conflitos (no qual fica definido que os meios de solução de conflitos coletivos de trabalho de natureza econômica devem ser sempre voluntários e impulsionados de comum acordo entre as partes).⁶¹⁶

Com o intuito de realizar as sugestões contidas no Relatório Final supramencionado, foram elaborados uma Proposta de Emenda Constitucional e um Anteprojeto de Lei de Relações Sindicais.⁶¹⁷ Em 4 de março de 2005 foi apresentada a Proposta de Emenda Constitucional nº 369 (PEC 369/2005), que buscava dar nova redação aos artigos 8º, 11, 37 e 114 da Constituição Federal.⁶¹⁸ O Anteprojeto de Lei de Relações Sindicais seria formalmente encaminhado tão logo a PEC fosse votada sendo que, atualmente, a referida PEC aguarda parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania na Câmara dos Deputados.⁶¹⁹

⁶¹⁵ OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Promessas da CUT e a Reforma Sindical do Governo Lula: dilemas recorrentes. In: ARAÚJO, Silvia Maria de; FERRAZ, Marcos (Orgs.). *Trabalho e sindicalismo: tempo de incertezas*. São Paulo: LTr, 2006. 2006. p. 204.

⁶¹⁶ BRASIL. FNT. *Reforma Sindical*. Relatório final. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/fnt/relatorio_fnt.pdf>. Acesso em: 12 out. 2010.

⁶¹⁷ Id. Proposta de Emenda à Constituição e Anteprojeto de Lei de Relações Sindicais. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/fnt/PEC_369_de_2005_e_Anteprojeto_de_Reforma_Sindical.pdf>. Acesso em: 12 out. 2010.

⁶¹⁸ Id. PEC nº 369/2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PEC/2005/msg121-050303.htm>. Acesso em: 12 out. 2010.

⁶¹⁹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=277153>. Acesso em: 12 out. 2010. Acesso em: 12 out. 2010.

Em 2005, uma sucessão de escândalos políticos que envolveram pessoas muito próximas do Presidente colocou-o em posição defensiva por pelo menos um semestre, o que efetivamente comprometeu as suas iniciativas legislativas, inclusive a Reforma Sindical acima mencionada.⁶²⁰ Nesse sentido, por uma questão estratégica, o governo preferiu destrinchar a reforma sindical a ele encaminhada pelo FNT. Desse modo, o governo apresentou à Câmara dos Deputados em 8 de maio de 2006⁶²¹ duas Medidas Provisórias: a Medida Provisória nº 293 (MP nº 293/2006), que dispõe a respeito do reconhecimento das centrais sindicais para o recebimento de parte da contribuição sindical obrigatória paga pelos trabalhadores;⁶²² e a Medida Provisória nº 294 (MP nº 294/2006), que criou o Conselho Nacional das Relações de Trabalho (CNRT).⁶²³

A MP nº 293/2006 definiu central sindical como a associação de direito privado composta por organizações sindicais de trabalhadores, e introduziu no ordenamento jurídico brasileiro o conceito de centrais sindicais mais representativas, conforme critérios previstos na referida Medida Provisória e auferidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e

⁶²⁰SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.85, p. 84, nov. 2009.

⁶²¹De acordo com reportagem publicada no Jornal Folha de São Paulo em 1º de maio de 2007, o anúncio da aprovação das Medidas Provisórias apenas não foi feito pelo governo por ocasião das comemorações do 1º de maio de 2007 devido a divergências com uma Central Sindical, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), que em breve seriam resolvidas. Ainda de acordo com a referida reportagem, após a aprovação das Medidas Provisórias, as Centrais Sindicais, em seu conjunto, teriam acesso a uma parcela da contribuição sindical obrigatória igual a aproximadamente cem milhões de reais, sendo que, em 2006, o total arrecadado a título de contribuição sindical obrigatória ultrapassou a cifra de um bilhão de reais. LEGALIZAÇÃO das centrais sindicais sai ainda neste mês, diz Lupi. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fofha/dinheiro/ult91u116678.shtml>>. Acesso em: 26 out. 2010.

⁶²²De acordo com a lei, os requisitos essenciais de uma Medida Provisória são a relevância e a urgência. Na exposição de motivos, a relevância da MP 293/2006 foi justificada pelo fato de buscar assegurar a consolidação, fortalecimento e continuidade da prática do diálogo social no Brasil, democraticamente construído no âmbito do FNT ao longo de aproximadamente três anos, além de materializar o disposto no artigo décimo da Constituição Federal. A urgência, por sua vez, foi justificada pela necessidade de dar respaldo legal às Centrais Sindicais, como reconhecimento da legitimidade conquistada nos últimos vinte anos em que ativamente representaram os interesses dos trabalhadores nas negociações realizadas tanto com os empregadores quanto com o Estado. Lembramos que o artigo décimo da Constituição Federal está redigido nos seguintes termos: “É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação”. BRASIL. Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12 out. 2010.

⁶²³De acordo com a lei, os requisitos essenciais de uma Medida Provisória são a relevância e a urgência. Na exposição de motivos, a relevância da MP 294/2006 foi justificada pelo fato de assegurar o fortalecimento, a consolidação e a continuidade da prática do diálogo social no Brasil, democraticamente construído no âmbito no FNT nos três anos anteriores. A urgência, por sua vez, foi justificada pelo fato de a criação do CNRT ter sido um consenso e uma solicitação das entidades representativas dos empregadores e dos trabalhadores que participaram do FNT. BRASIL. Exposição de Motivos da MP 294/2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Exm/EM-15-MTE.htm>. Acesso em: 12 out. 2010.

divulgados anualmente por esse órgão.⁶²⁴ Todavia, a MP nº 293/2006 foi rejeitada pela Câmara dos Deputados em 4 de setembro de 2006.⁶²⁵

A Medida Provisória nº 294/2006, por sua vez, definiu que o CNRT seria composto de 15 (quinze) membros titulares e igual número de suplentes, sendo cinco representantes do governo, cinco representantes dos empregadores e cinco representantes dos trabalhadores, estes últimos indicados pelas centrais sindicais mais representativas, conforme critérios definidos em lei. O CNRT teria como finalidade, dentre outras, estimular a negociação coletiva e o diálogo social. Também fariam parte do CNRT duas Câmaras Bipartites, sendo que uma seria destinada à representação dos empregadores e a outra seria destinada à representação dos trabalhadores. Tais Câmaras Bipartites teriam como função mediar e conciliar conflitos a respeito de representação sindical.⁶²⁶ Todavia, a MP nº 294/2006 também foi rejeitada pela Câmara dos Deputados em 4 de setembro de 2006.⁶²⁷

Não obstante os escândalos políticos vivenciados àquela época, Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito nas eleições gerais realizadas em outubro de 2006, após uma campanha eleitoral que pode ser considerada como uma oportunidade perdida, na medida em que deixou a impressão de que a vitória coube a ele menos pelos seus atos (positivos ou negativos) no governo, do que pela esperança em futuras realizações, bem como pela ausência de uma efetiva oposição.⁶²⁸ Dessa forma, Lula da Silva tomou novamente posse como Presidente da República em 1º de janeiro de 2007, para cumprir mandato que se encerrou em 31 de dezembro de 2010.

⁶²⁴BRASIL. MP nº 293/2006. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Mpv/293.htm>. Acesso em: 12 out. 2010. Na arguta observação de José Alberto Couto Maciel a respeito da referida Medida Provisória: “Vejam que as Centrais Sindicais, na prática, já existem ilegalmente por mais de uma década, talvez mais de duas, e agora o Presidente da República considera relevante e urgente criá-las por Medida Provisória, não se sabendo, na verdade, qual relevância e urgência de tal medida (...) O artigo 4º estabelece que a aferição dos requisitos de representatividade de que trata o artigo 2º será realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o que significa que, na contramão do sindicalismo, retorna a autorização para o estabelecimento de uma entidade sindical ao Ministério do Trabalho, não podendo a mesma iniciar as suas atividades sem que o Governo Federal confirme sua regular representatividade”. MACIEL, José Alberto Couto. O reconhecimento das Centrais Sindicais: medida provisória n. 293/2006. *LTr: suplemento trabalhista*, São Paulo, v. 42, n. 62, p. 279-280, 2006.

⁶²⁵BRASIL. Ato do Presidente da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Congresso/atocdmpv293-06.htm>. Acesso em: 12 out. 2010.

⁶²⁶Id. MP nº 294/2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Mpv/294.htm>. Acesso em: 12 out. 2010.

⁶²⁷Id. Ato do Presidente da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Congresso/atocdmpv294-06.htm>. Acesso em: 12 out. 2010.

⁶²⁸CARVALHO, Fernando J. Cardim. Da morte política à consagração. Indagações sobre o significado da reeleição de Lula. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 76, p. 10, 15, nov. 2006.

Importante marco do segundo mandato do Presidente Lula da Silva no que se refere às relações coletivas de trabalho foi a insistência no projeto de reconhecimento formal das centrais sindicais e na criação do CNRT praticamente nos mesmos termos das duas Medidas Provisórias rejeitadas anteriormente pelo Congresso Nacional. Nesse sentido, em 11 de setembro de 2007 o Poder Executivo apresentou o Projeto de Lei nº 1990 o qual, além de prever que o MTE auferiria os critérios de representatividade das centrais sindicais, determinou que 10% (dez por cento) da contribuição sindical obrigatória devida pelos trabalhadores seria repassado às Centrais Sindicais.⁶²⁹

Não obstante a rejeição prévia por parte do Poder Legislativo, em 31 de março de 2008 foi promulgada a Lei nº 11.648 (Lei nº 11.648/2008). A referida lei repetiu muitas das normas contidas na rejeitada MP nº 293/2006, ao conceituar central sindical como a associação de direito privado composta por organizações sindicais de trabalhadores, e ao introduzir, no ordenamento jurídico brasileiro, o conceito de centrais sindicais mais representativas, conforme critérios previstos na referida lei e auferidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e divulgados anualmente por esse órgão.⁶³⁰ Tal sistemática foi possível na medida em que o modelo sindical brasileiro “é o de *pluralidade de cúpula e unicidade na base*”.⁶³¹

⁶²⁹BRASIL. Projeto de Lei nº 1990, de 11 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/502013.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2010. Como bem observou Antonio Nicácio, referido Projeto de Lei, além de flagrantes erros formais, está em forte contradição com o sistema sindical confederativo previsto na Constituição Federal. (NICÁCIO, Antonio. Centrais Sindicais – Reconhecimento Formal – Projeto de Lei nº 1990, de 11.9.2007. *LTr: legislação do trabalho*. Suplemento trabalhista, São Paulo, v. 43, n. 136, p. 578, 2007).

⁶³⁰De acordo com Carlos Henrique da Silva Zangrando, o procedimento de verificação da representatividade das Centrais Sindicais pelo MTE possui várias semelhanças com o controle do regime da unicidade sindical promovido por esse Ministério. Considerando que o procedimento de registro não impede a tentativa de criação de novos sindicatos, o referido autor defende, de maneira análoga, que “o procedimento não poderá se consubstanciar em óbice à criação da Central, pois que esse ato depende exclusivamente da livre vontade dos sindicatos, mas poderá sim *impedir sua atuação*, pois que a lei é clara em estabelecer *requisitos* para o exercício das atribuições e prerrogativas pela Central. Todo requisito legal se traduz numa *exigência*: ou uma condição *sine qua non*, ou um *pressuposto* a ser satisfeito, mas tudo sempre a conceder validade ou eficácia (ou ambos), a um ato ou negócio jurídicos. Insatisfeitos os requisitos legais, a Central pode até existir juridicamente, mas não poderá atuar de modo eficaz e válido” (ZANGRANDO, Carlos Henrique da Silva. Breves considerações sobre a lei das centrais sindicais. *LTr: legislação do trabalho*. Suplemento trabalhista, São Paulo, v. 44, n. 52, p. 257, 2008).

⁶³¹NASCIMENTO, Amauri Mascaro. As centrais sindicais e as modificações de 2008. *LTr: legislação do trabalho*. Suplemento trabalhista, São Paulo, v. 44, n. 8, p. 222, 2008. Na mesma página ora citada, o referido autor esclarece que “agora é possível dizer que as Centrais são *órgãos conexos ao sistema confederativo*, superpostos às Confederações de trabalhadores, sob o suporte de filiações sindicais, em estreita vinculação com o sistema confederativo subposto de modo que quando a Constituição assegura a liberdade sindical e proíbe mais de uma entidade sindical de mesma categoria na mesma base territorial dirige a proibição não para as Centrais, mas para a estrutura sindical abaixo das mesmas sendo esse o significado da expressão *unicidade sindical*” (grifos do autor).

Ademais, e tal como o PL nº 1990/2007, a Lei nº 11.648/2008, previu a possibilidade de as centrais sindicais receberem 10 (dez) por cento da contribuição sindical obrigatória devida pelos trabalhadores.⁶³² Por fim, referida lei determinou que o rateio da contribuição sindical nela prevista vigorará até que a lei venha a disciplinar a contribuição negocial, vinculada ao exercício efetivo da negociação coletiva e à aprovação em assembléia geral da categoria.⁶³³

Importante observar que, ao contrário do que previsto originariamente no Projeto de Lei, as centrais sindicais não terão que prestar contas ao Tribunal de Contas do valor a elas repassado. Considerando que a Lei nº 11.648/2008 não inseriu as centrais sindicais no sistema sindical confederativo, as quais continuam a ser pessoas jurídicas de Direito Privado⁶³⁴, mas concedeu a elas parte da contribuição sindical obrigatória que cabia ao Poder Público, o veto à prestação de contas deveria no mínimo ter sido precedido de uma reflexão mais prolongada, com o intuito de garantir uma efetiva transparência na atuação das centrais sindicais.⁶³⁵

⁶³² Como bem esclarece José Carlos Arouca: “A Medida Provisória (nº 293/2006), porém, entravava a pauta da Câmara dos Deputados, prejudicando a votação de projetos mais urgentes, de modo que a bancada governista comandou sua rejeição. Mas foi apenas um expediente, estratégia de governo, com apoio declarado das Centrais, ansiosas por ingressarem no sistema oficial, mas desde que completo, com participação no rateio da contribuição sindical que lhe garantisse a sustentação financeira até então bancada por poucos sindicatos de base. O presidente Lula cumpriu o prometido e em junho de 2007 encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei longamente discutido com as centrais, em lugar de editar uma medida provisória de constitucionalidade duvidosa. Bem avaliado o texto do projeto que tomou o nº 1990 era ruim, com o propósito assumido de desmontar as confederações que já haviam perdido importância e espaço, mas veio como queriam as centrais, com direito de receberem 10% do total do desconto compulsório, mesmo tendo antes clamado por sua extinção”. (AROUCA, José Carlos. Centrais sindicais – autonomia e unicidade. *LTr*: revista legislação do trabalho, São Paulo, v.72, n. 10, p. 1166, out. 2006).

⁶³³ BRASIL. Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm>. Acesso em: 12 out. 2010. Atualmente, segundo notícia veiculada no Jornal Folha de São Paulo, desde 2008 até junho de 2010, as seis Centrais Sindicais beneficiadas já haviam recebido o total de duzentos e vinte e oito milhões e trezentos mil reais a título de repasse de parte da contribuição sindical obrigatória paga pelos trabalhadores. Ainda de acordo com a referida notícia, das seis Centrais Sindicais contempladas com o repasse, pelo menos cinco já haviam declarado àquela época, formal ou informalmente, o seu apoio à candidata do Partido dos Trabalhadores às eleições presidenciais de outubro de 2010. CENTRAIS receberam R\$ 228 mi da União desde 2008. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0306201009.htm>>. Acesso em: 26 out. 2010.

⁶³⁴ Na arguta observação de José Claudio Monteiro de Brito Filho: “Nada de novo; se há, no Brasil, sistema em que a democracia é uma palavra desconhecida, e uma prática rejeitada, é no sistema sindical, aí incluídas as centrais, que não são entidades sindicais, mas as controlam (...) Aliás, como a introdução da liberdade sindical no Brasil é um sonho cada vez mais distante, seria melhor que nada em matéria sindical, no plano legislativo, fosse feito. É que, nesse caso, alterar é só uma forma de tornar pior”. (BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. As centrais sindicais e a Lei nº 11.648/2008. *LTr*: suplemento trabalhista, São Paulo, v. 44, n. 69, p. 337, 2008.

⁶³⁵ SOUZA, Zoraide Amaral de. Centrais Sindicais. Reconhecimento. Comentários à Lei nº. 11648, de 31 de março de 2008. *LTr*: legislação do trabalho. Suplemento trabalhista, São Paulo, v. 44, n. 102, p. 513, 2008.

Pouco após a promulgação da Lei nº 11.648/2008, em 9 de abril de 2008 foi proposta perante o Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4067 (ADIn nº 4067-DF) pelo Partido dos Democratas no Distrito Federal (DEM-DF), cuja relatoria coube ao Ministro Joaquim Barbosa. Posteriormente, várias centrais Sindicais pediram para serem admitidas no processo na condição de “amicus curiae”, mas apenas CUT, Força Sindical e União Geral dos Trabalhadores (UGT) conseguiram tal autorização.⁶³⁶

Em seu voto, o Ministro relator declarou a ADIn parcialmente procedente para dar interpretação conforme a Constituição ao *caput* do artigo 1º e seu respectivo inciso II da Lei 11.648/2008 e para declarar a inconstitucionalidade da integralidade das modificações efetuadas pela referida lei nos artigos 589 e 591 da CLT, da expressão “ou central sindical”, contida nos §§ 3º e 4º do artigo 590, que trata do rateio entre as entidades integrantes do sistema sindical do valor da contribuição sindical obrigatória devida anualmente pelos trabalhadores, bem como da expressão “e às centrais sindicais”, constante do *caput* do artigo 593 e de seu parágrafo único que tratam, respectivamente, da obrigatoriedade de os entes sindicais de grau superior aplicarem os respectivos percentuais da contribuição sindical de conformidade com o que dispuserem os respectivos conselhos de representantes ou estatutos, e da obrigação de as centrais sindicais utilizarem os recursos a elas repassados, apenas para o custeio das atividades de representação geral dos trabalhadores decorrentes de suas atribuições legais. Não obstante, o processo de julgamento da ADIn está suspenso, devido ao pedido de vista dos autos realizado pelo Ministro Ayres Britto.⁶³⁷

Se o governo Lula pode ter criado expectativas de mudanças imediatas muito além daquelas que puderam ser efetivamente concretizadas, é inegável que a presença de um

⁶³⁶De acordo com Antonio Carlos Aguiar, as Centrais Sindicais, por não terem legitimidade ativa para proporem ADIn, foram admitidas no referido processo na qualidade de “amicus curiae”, nos termos do artigo 7º, § 2º da Lei nº 9868/1999. Trata-se de um verdadeiro auxiliar do juízo que não pode ser considerado um terceiro juridicamente interessado, mas cuja manifestação poderá positivamente colaborar no aprimoramento da prestação jurisdicional, devido à importância econômica, social e política que o “amicus curiae” possui na vida social. Por fim, referido autor pondera que, se por um lado, a admissão das Centrais Sindicais (sem dúvida agentes cruciais no atual mundo do trabalho) como qualidade de “amicus curiae”, é um indiscutível marco em termos de efetividade do processo, por outro lado, torna-se imprescindível uma prévia discussão a respeito da representatividade das Centrais Sindicais, para que elas estejam à altura da missão que lhes será atribuída no processo da ADIn. (AGUIAR, Antonio Carlos. As Centrais Sindicais na qualidade de *amicus curiae*. *LTr*: revista legislação do trabalho. São Paulo, v. 68, n. 2, p. 157, 159, 163, fev. 2004.

⁶³⁷Conforme informação em SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Acompanhamento processual*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2609348>>. Acesso em: 12 out. 2010.

líder sindical no Poder alterou o relacionamento entre Estado e os trabalhadores, os movimentos sociais em geral e os sindicatos em particular. O crescimento econômico vivenciado pelo país nos últimos anos é um importante indicador do aumento da participação do Estado em políticas de desenvolvimento: como resultado, produziu-se uma paulatina melhora nos indicadores do mercado de trabalho e, conseqüentemente, nas relações capital-trabalho e Estado-Sindicato.⁶³⁸ Nesse sentido, o CDES e o FNT tiveram o mérito de buscar regular o uso mercantil do trabalho, desde o nível intermediário (ramo de atividade) até o nível *micro* (empresa), tendo como pressuposto a “organização do fator trabalho como uma construção política, na medida em que nega o automatismo do mercado”.⁶³⁹

Todavia, na América Latina em geral e no Brasil em particular, a definição de uma identidade política coletiva foi feita à luz de uma visão orgânica do Estado-Nação, em que a sociedade civil aparece subordinada ao Estado e na qual a fala é utilizada no sentido de mitigar as divergências que existem entre os grupos sociais. A rejeição de especificidades dos interesses sociais em favor de uma visão ampla da sociedade criou um terreno fértil para o elitismo, criando uma concepção restrita de solidariedade. Por tal motivo, apesar das reiteradas tentativas de estabelecimento de pactos sociais, não foi possível concretizá-lo, devido à falta de incentivos seletivos que pudessem congregiar um amplo espectro de interesses autônomos, embora interdependentes.⁶⁴⁰

A dificuldade de articulação de tais interesses é sentida e admitida pelos próprios atores sociais,⁶⁴¹ o que torna a construção democrática da noção de ordem pública uma tarefa ainda não efetivamente enfrentada pelos atores sociais.⁶⁴² E desse modo, desde a

⁶³⁸ RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo; CONCEIÇÃO, Jefferson José da. Mercado de trabalho e ação sindical: novos dados, novas questões. *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo, v.34, n. 130, p. 117, abr./jun. 2008.

⁶³⁹ SILVA, Leonardo Mello e. É possível uma política deliberativa para o trabalho? *Lua Nova*, São Paulo, n. 72, p. 163, 2007.

⁶⁴⁰ REIS, Eliza P. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoral” de Banfield. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 29, p. 41-42, out. 1995.

⁶⁴¹ Como bem esclarece Vanda Costa: “Na verdade, o que temos hoje são categorias muito bem organizadas, fortes e ativas, mas cuja força organizacional está associada ao peso e importância dos setores aos quais elas estão vinculadas. Nada disso seria problemático, se a estrutura corporativa dispusesse de entidades de cúpula, capazes de articular as categorias já organizadas setorialmente de forma a poder expressar o interesse geral da classe. Isso vale para patrões e vale para empresários. Os depoimentos da liderança da CUT e da Confederação Nacional das Indústrias reforçam a idéia de que a possibilidade de que essas entidades de cúpula consigam articular interesses gerais da classe é muito remota. Queixam-se o presidente da Confederação Nacional das Indústrias, queixa-se a CUT, enfim, todos estão conscientes dessa dificuldade, que constitui parte da herança da estrutura corporativa montada ao longo dos anos 30”. COSTA, Vanda Maria Ribeiro. op. cit., p. 62.

⁶⁴² Como bem esclarece Vera Telles: “Nesse sentido, a questão que se coloca diz respeito à possibilidade de construção democrática de uma ordem pública fundada na representação plural dos interesses e na garantia

promulgação da Constituição Federal até os dias de hoje, apesar das tentativas realizadas principalmente nos governos Collor e Fernando Henrique, as mudanças realizadas nas leis trabalhistas não foram suficientemente significativas em termos de afirmação da liberdade sindical e muitas normas constitucionais ainda permanecem pendentes de uma efetiva regulamentação.⁶⁴³

Devido aos limites atuais da estrutura sindical, as possibilidades de estabelecimento de reais formas de cooperação tripartite entre o governo e as partes sociais com o objetivo de um pacto social efetivo são remotas.⁶⁴⁴ Ressalta-se que a partir do segundo mandato do presidente Lula, que no passado dizia ser a CLT o AI-5 do trabalhador, as centrais sindicais passaram a contar com financiamento público, o que pode ser entendido como um nítido retrocesso.⁶⁴⁵ Diante desse cenário, é forçoso reconhecer a respeito da realidade brasileira que:

“o fortalecimento da negociação coletiva e seu desenvolvimento em nível mais amplo (pactos sociais e acordos gerais) depende, portanto, de uma reforma na estrutura sindical, que permita a ratificação pelo Brasil da Convenção nº 87 da OIT e a adequação do nosso ordenamento jurídico, integral e definitivamente, aos preceitos de liberdade e autonomia sindical preconizados pela Convenção”.⁶⁴⁶

de direitos. Para sair de um terreno muito minado pela tradição conservadora, talvez seja mais interessante colocar a questão em outros termos, para evocar a possibilidade de que neste país se dê a construção de uma noção de bem público e de responsabilidade pública que tenham como parâmetro a garantia dos direitos básicos de toda uma população (...) E é na dinâmica dessa sociedade civil emergente que, ao menos virtualmente, uma noção plural de bem público é ou pode ser construída, não como valor ‘superior’ a permitir o consagração de corações e mentes ou como consenso que dilui diferenças e interesses em conflito e tampouco como algo sinonimizado com o ordenamento estatal. Mas como invenção histórica (e política) que depende de espaços públicos democráticos nos quais a pluralidade de opiniões se expressa, nos quais os conflitos ganham visibilidade e as diferenças se representam nas razões que constroem os critérios de validade e legitimidade dos interesses e aspirações defendidos como direitos”. (TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina. (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 97; 101). Para evitar as ciladas da diferença que possam surgir durante a construção de um novo conceito de bem público, de acordo com Antonio Pierucci: “a única alternativa, me parece, é recusar-se a opor a igualdade à diferença e insistir continuamente nas diferenças: diferenças como a condição das identidades individuais e coletivas, diferenças como o desafio constante à fixação dessas identidades, a história como ilustração repetida do jogo das diferenças, diferenças como o verdadeiro sentido da própria igualdade”. (PIERUCCI, Antonio Flávio. Ciladas da diferença. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 2, n.2, p. 26-27, 1990).

⁶⁴³NORONHA, Eduardo G. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007, cit., p. 139-140.

⁶⁴⁴ROMAR, Carla Teresa Martins. *Concertação social*. 2003. Tese (Doutorado). Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003. fls.110.

⁶⁴⁵D’ARAUJO, Maria Celina Soares. Há déficit de controle da democracia brasileira. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 set. 2010. p. A18.

⁶⁴⁶ROMAR, Carla Teresa Martins. op. cit., fls. 106.

CONCLUSÃO

A presente tese procurou demonstrar, à luz da experiência da Itália e Espanha, países que viveram longas experiências corporativistas e conseguiram superá-las completamente, que a concertação social pode ser um instrumento bastante útil para o enfrentamento de diversos temas de política social e econômica. O comum acordo e a divisão de responsabilidades entre governo e atores sociais, cada qual assumindo voluntariamente a parcela de sacrifício que lhe cabe, torna menos dolorosa a adoção de medidas muitas vezes impopulares, mas necessárias à formação de sólidas bases para o futuro desenvolvimento do país.

Todavia, para que a concertação social seja realizada de maneira legítima, o pleno reconhecimento da liberdade sindical é imprescindível. Somente em um ambiente livre, trabalhadores e empregadores terão a oportunidade de espontaneamente escolherem a entidade que consideram a mais apta para a defesa e promoção de seus interesses. E somente mediante a existência de interlocutores verdadeiramente representativos, governo e atores sociais conseguirão manter entendimentos socialmente vinculantes e que sejam capazes de espelhar a realidade social.

Desde a redemocratização brasileira, ocorrida em meados da década de 1980, em teoria, governo e atores sociais defendem a idéia de um pacto social para o país. Porém, como em 1988 não foi possível o pleno reconhecimento da liberdade sindical em nosso país, por uma decisão livre e consciente de todos os envolvidos (pois governo, centrais sindicais e empregadores identificaram, cada qual à sua maneira, que a liberdade sindical lhes trazia muito mais prejuízos do que benefícios), o discurso a favor da concertação social tornou-se vazio de sentido e as idéias não corresponderam aos fatos que se seguiram.

Com efeito, a partir do final da década de 1980 o Brasil vivenciou algumas tentativas de concertação social, que podem ser consideradas verdadeiros simulacros, pois foram criadas para legitimar decisões prévia e unilateralmente definidas pelo governo então no poder, sem a possibilidade de uma real troca de opiniões e construção de sínteses com os atores sociais. À vista de tal comportamento estatal, centrais sindicais e organizações de empregadores inclusive se retiraram da mesa de negociações em determinados momentos.

Porém, à medida que as centrais sindicais adquiram mais poder e influência dentro do sistema político (sendo a sua mais recente conquista a atribuição de parcela da contribuição sindical obrigatória devida anualmente pelos trabalhadores), os trabalhadores ficaram tolhidos da possibilidade de exprimirem a própria voz nos fóruns consultivos e deliberativos de políticas públicas, já que a vontade das centrais sindicais, que teoricamente deveriam expressar o ponto de vista específico dos trabalhadores, em certa medida passou a se confundir com a vontade do próprio governo.

Enquanto não houver o pleno reconhecimento da liberdade sindical em nosso país, e a tendência à luz da estratégia atualmente adotada pelas centrais sindicais, é que isso não ocorra em um futuro próximo, pois elas atualmente gozam dos benefícios da pluralidade sindical e simultaneamente recebem parcela da contribuição sindical obrigatória devida pelos trabalhadores, poderão até ocorrer novas tentativas de concertação social. Mas todas serão fictícias.

Por mais paradoxal que isso possa parecer à primeira vista, a falta de plena liberdade sindical e, conseqüentemente, de pactos sociais legítimos, não impedirá o desenvolvimento econômico brasileiro. Com efeito, nem a liberdade sindical nem a concertação social devem ser consideradas a panacéia e a solução para todos os males sociais do país. Ademais, e considerando a dimensão continental de nosso país e a enorme diversidade de níveis de vida, a adoção imediata da liberdade sindical poderia mais prejudicar do que auxiliar os trabalhadores, sendo por isso altamente recomendável a adoção de um período de transição do atual regime para o regime de liberdade sindical, caso os atores sociais passassem a verdadeiramente defender a liberdade sindical.

A História possui exemplos de países, como por exemplo a Índia e China, que conseguiram desenvolver-se economicamente sem o reconhecimento da liberdade sindical. Tais países, assim como o Brasil, adquirem cada vez maior visibilidade no cenário internacional e suscitam crescente interesse por parte da comunidade internacional. De maneira que, mesmo sem ser plenamente democrático, o Brasil tem conseguido melhorar a condição de vida de boa parte da sua população.

Todavia, seria importante permitir ao país a possibilidade de tentar viver em plena liberdade sindical, sem nenhuma das amarras do sistema corporativista construído por Getúlio Vargas, e tentar desenvolver-se economicamente em um contexto plenamente democrático. Viver em liberdade exigirá tanto de trabalhadores quanto empregadores uma postura muito mais responsável quanto às escolhas por eles realizadas. Também as

entidades sindicais terão que mudar radicalmente o seu comportamento, uma vez que a representatividade sindical não é conquistada de uma única vez e de uma vez por todas.

Porém, a coragem para concluir a transição democrática, que poderá ser feita com o auxílio de um pacto social, é a única atitude a ser tomada, para que o Brasil consiga aprofundar a democracia, de modo a garantir uma sociedade livre, justa e solidária, tal como determina a Constituição Federal.

RESUMO

A presente tese visa demonstrar que, à luz da experiência vivida pela Itália pela Espanha, a concertação social pode ser um instrumento bastante útil para o enfrentamento de diversos temas de política social e econômica. Todavia o pleno reconhecimento da liberdade sindical é imprescindível para que a concertação social seja realizada de maneira legítima, pois somente mediante a existência de interlocutores verdadeiramente representativos, governo e atores sociais conseguirão manter entendimentos socialmente vinculantes e que sejam capazes de espelhar a realidade social.

O Brasil não reconhece plenamente a liberdade sindical e por tal motivo, as tentativas de concertação social realizadas a partir da segunda metade da década de 1980 não contaram com o efetivo envolvimento das partes sociais. Mesmo assim, o país progrediu desde então, e atualmente gera grande interesse por parte da comunidade internacional. Não obstante, para que o Brasil aprofunde o processo da integração regional, bem como conquiste uma posição de efetivo destaque e influência no contexto internacional, é fundamental o reconhecimento pleno da liberdade sindical, o que permitirá finalizar a transição democrática, bem como a celebração de pactos sociais legítimos, sempre que eles se demonstrarem necessários.

Palavras-chave: liberdade sindical, concertação social, sindicatos, Brasil

ABSTRACT

The present thesis intends to evidence that, in light of the experience lived by Italy and Spain, social concertation can be a very useful instrument in order to face many issues with regard to social and economic policy. Notwithstanding, the complete acknowledgement of freedom of association is necessary in order to social concertation be made through legitimate means, because only upon the existence of truly representative interlocutors, government and social partners will keep socially binding understandings, capable of reflecting the social reality.

Brazil does not fully acknowledge freedom of association and, as a consequence, the social partners were not concretely involved with the attempts of social concertation that took place as from the late 1980s. Even though, the country has developed since then, and currently it generates a great interest within the international community. Notwithstanding, if Brazil wishes to deepen the regional integration process, as well as to conquer a key role within the international context, it is crucial to fully acknowledge freedom of association, what will allow the country to conclude the democratic transition, as well as to execute legitimate social pacts, whenever they become necessary.

Keywords: freedom of association, social concertation, trade unions, Brazil

RIASSUNTO

La presente tesi vuole dimostrare che, alla luce della esperienza vissuta dalla Italia e dalla Spagna, la concertazione sociale può essere uno strumento abbastanza utile per affrontare diversi temi di politica sociale e economica. Tuttavia, il pieno riconoscimento della libertà sindacale è imprescindibile perché la concertazione sociale sia fatta in modo legittimo infatti è solo con la esistenza di interlocutori veramente rappresentativi , il governo E i parti sociali saranno in grado di mantenere intese socialmente vincolanti e capaci di riflettere la realtà sociale.

Il Brasile non riconosce pienamente la libertà sindacale e perciò nei tentativi di concertazione fatti a partire dalla seconda metà degli anni '80 non c'è stata una forte partecipazione delle parti sociali. Tuttavia da allora il paese si è sviluppato, e attualmente suscita grande interesse nella comunità internazionale. Comunque affinché il paese possa potenziare il processo di integrazione regionale ed acquistare un ruolo di effettivo distacco ed influenza nel contesto internazionale, è fondamentale il pieno riconoscimento della libertà sindacale, che permetterà concludere il processo di transizione verso la democrazia e la celebrazione di patti sociali legittimi, ognivolta questo sia necessario.

Parole chiave: libertà sindacale, concertazione sociale, sindacati, Brasile

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís Wendel. Empresários e trabalhadores: novas técnicas e velhos fantasmas. *Coleção Cadernos do CEDEC*, São Paulo, n. 7, 1985.

_____. *O regate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Imprensa Oficial/Editora da UNICAMP, 1999.

ACCORNERO, Aris. La cultura conflittuale del sindacato. *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*. Milano, anno 5, n. 18, p. 264-285, 1983.

_____. La partecipazione come prospettiva emancipatoria del nostro secolo? *L'impresa al plurale: quaderni della partecipazione*, Milano, n.3/4, p. 31-54, magg. 1999.

_____. Protocollo delle regole e cultura della concertazione. In: Ufficio Studi Relazioni Industriali e Amministrazione Telecom Italia (A cura di). *Il Protocollo del luglio 1993*. Spunti per un dibattito. Roma: Aisri; Milano: Franco Angeli, 1993.

ACUERDO INTERCONFEDERAL PARA LA NEGOCIACIÓN COLECTIVA 2002 (ANC 2002). *Relaciones laborales: revista crítica de teoría y práctica*, Madrid, n. 1, p. 1437-1452, 2002.

ACUERDO SOBRE MEDIDAS EM MATÉRIA DE SEGURIDAD SOCIAL. *Atass*. Disponível em: <<http://www.atass.org/DIFile?firma...mimeType.../acuerdoSS.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2010.

AGLIETTA, Michel. Capitalism at the turn of the century: regulation theory and the challenge of social social change. *New Left Review*, London, n. 232, p. 41-90, Nov./Dec. 1998.

AGUIAR, Antonio Carlos. As Centrais Sindicais na qualidade de *amicus curiae*. *LTr: revista legislação do trabalho*. São Paulo, v. 68, n. 2, p. 155-164, fev. 2004.

AGUILERA DE PRAT, Cesareo R. Los socialistas ante los pactos de gobernabilidad de 1993 y 1996. *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n. 101, p. 9-44, 2001.

ALARCÓN BRAVO DE RUEDA, Percy Orestes; MORENO DE VEGA Y LOMO, Fernando. Dialogo y concertación social em la conformación de las políticas sociales en el âmbito europeu, estatal y regional. El caso de España. *Boletín Mexicano de Derecho Comparado*, nueva serie, Mexico D.F, ano 42, n. 125, p. 593-630, maio/ago. 2009.

ALLEVA, Pier Giovanni. L'accordo del 23 luglio 1993: un' annalisi critica. *Rivista Giuridica del Lavoro e della Previdenza Sociale*, Roma, v. 44, n. 1, p. 243-261, 1993.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino. *Revista Katalizis*, Florianópolis, v.10, n. 1, p. 54-64, jun. 2007.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. O corporativismo em declínio? In: DAGNINO, Evelina. (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Crise econômica e interesses organizados: o sindicalismo no Brasil dos anos 80*. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. Sindicalismo brasileiro e pacto social. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 13, p. 14-28, out. 1985.

ALONSO GARCIA, Manuel. La libertad de sindicación: manifestaciones, contenido y garantías en la Constitución española. In: *Estudios en memoria del professor Gaspar Bayon Chacon*. Madrid: Tecnos, 1980.

ALONSO OLEA, Manuel. Sobre el caducado Proyecto de Ley de Huelga. *Civitas: revista española de derecho de trabajo*. Madrid, n. 59, p. 337-356, 1999.

ANASTASI, Alessandro. Sindacato, tripartitismo, concertazione sociale e riforme economiche: il “caso Polônia”. *Il Diritto del Lavoro*, Roma, ano 71, p. 309-334, lugl./ago. 1997.

ANDERSON, Charles W. Political design and the representation of interests. In: SCHMITTER, Philippe C; LEMBRUCH, Gerhard (Eds.). *Trends toward corporatist intermediation*. London, Beverly Hills: Ed. SAGE Publications, 1979.

ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1995.

ARAGÓN MEDINA, Jorge. El dialogo social, factor de consolidación y desarrollo democrático. In: DURAN LOPEZ, Federico. (Coord.). *El dialogo social y su insitucionalización en España y iberoamerica*. Madrid:CES, 1998.

ARAGÓN REYES, Miguel. El marco econômico y social en el constitucionalismo democrático. . In: DURAN LOPEZ, Federico. (Coord.). *El dialogo social y su insitucionalización n España y iberoamerica*. Madrid:CES, 1998.

ARBIX, Glauco Antonio Truzzi. *Uma aposta no futuro: os três primeiros anos da Câmara Setorial da Indústria automobilística e a emergência do meso-corporativismo no Brasil*. 1995. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

ARENAS BOCANEGRA, Javier. Introducción. In: *Veinte años de concertación y dialogo social en España*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 1997.

ARIZA RICO, Julian. *Las libertades y derechos sociales como elementos indispensables del equilibrio social y desarrollo econômico*. In: DURAN LOPEZ, Federico. (Coord.). *El dialogo social y su insitucionalización en España y iberoamerica*. Madrid:CES, 1998.

_____. Los sindicatos y el dialogo social: planteamientos pasados y perspectivas. In: *Veinte años de concertación y dialogo social en España*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 1997.

ARONOWITZ, Stanley. Postmodernism and politics. In: ROSS, Andrew (Ed.). *Universal abandon? the politics of postmodernism*. Edinburgh: Ed. Edinburgh University Press, 1988.

AROUCA, José Carlos. Centrais sindicais – autonomia e unicidade. *LTr: revista legislação do trabalho*, São Paulo, v.72, n. 10, p. 1159-1172, out. 2006.

ASOCIACIÓN DE PERIODISTAS DE INFORMACIÓN LABORAL. AES (1985-1986). Crónica de un Acuerdo anunciado. *Relaciones Laborales*: revista critica de teoria y practica. Madrid, n. 0, p. 203, nov. 1984.

ASTARLOA HUARTE-MENDICOA, Ignacio. Democracia representativa y funcionamiento de las instituciones bajo el gobierno de Rodriguez-Zapatero. *Cuadernos de Penamiento Político FAES*, Madrid, n. 24, p. 89-100, 2009.

AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luiz Aureliano G. de. A Reforma do estado e a questão federalista: reflexões sobre a proposta Bresser Pereira. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de (Orgs.). *Reforma do estado e democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

BAGLIONI, Guido. Costanti e varianti in tema di scambio politico. *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*, Milano, ano 5, n. 20, p. 839-877, 1983.

BANO, Fabrizio. Diritto del lavoro e nuove tecniche di regolazione: il soft law. *Lavoro e Diritto*, Bologna, n. 1, p. 49-76, genn./mar.2003.

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 21, p. 83-108, nov. 2003.

BARREIRO, Belén; SÁNCHEZ-CUENCA, Ignacio. Analisis del cambio de voto hacia el PSOE en las elecciones de 1993. *Reis*: revista española de investigaciones sociológicas. Madrid, n.82, p. 191-214, 1998.

BARROS JR, Cássio Mesquita. A sociedade democrática e os Pactos Sociais. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 fev. 1988.

BARROS JR., Cássio Mesquita. Desempleo y concertación social. In: ENCUESTRO IBEROAMERICANO DE DERECHO DEL TRABAJO. Uruguay: Ed. Puebla 1987.

BAYLOS GRAU, Antonio Pedro. Dialogo social y negociación colectiva: una narración. *Revista de Derecho Social*, Madrid, n. 17, p. 203-226, 2002.

_____. Institucionalización sindical y prácticas neocorporativas: el caso español (1977-1987). *Revista de Trabajo*, Madrid, n. 91, p. 9-22, 1988.

_____. *Sindicalismo y derecho sindical*. 4. ed. Albacete: Bomarzo, 2009.

BELEZZA, Eliana; RUSTICO, Lisa. Formazione, relazioni industriali e dialogo sociale: l'intesa Governo, Regioni e parti sociali del 17 febbraio 2010. *Diritto delle Relazioni Industriali*, Milano, v. 20, n. 2, p. 522-528, apr. 2010.

BELLARDI, Lauralba. *Concertazione e contrattazione*: soggetti, poteri e dinamiche regolative. Bari: Cacucci, 1999.

_____. Institutionalizzazione e (ins)tabilità della concertazione sociale. *Argomenti di Diritto del Lavoro*, Padova, v. 6, n. 1, p. 87-124, 2001.

_____. Le relazioni industriali e il protocollo del 3 luglio 1993. *Lavoro Informazione*. Milano, v. 11, n. 18, p. 9-19, 1993.

_____. Le relazioni industriali in transizione: nodi critici e ipotesi di riforma. *Diritto delle Relazioni Industriali*, Milano, anno 13, n. 3, p. 362-407, 2003.

BENEDICT, Ruth. *Padrões de cultura*. Trad. Alberto Cadeias. Lisboa: Edição Livros do Brasil, [s.d.].

BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. *A campanha das diretas e a democratização*. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2007.

_____. Eu quero votar para presidente: uma análise sobre a campanha das Diretas. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 169-196, 2009.

BIAGI, Marco. Competitività e risorse umane: modernizzare la regolazione dei rapporti di lavoro. *Rivista Italiana di Diritto del Lavoro*, Milano, v. 20, n. 3, p. 257-289, 2001.

_____. Competitività e risorse umane: modernizzare la regolazione dei rapporti di lavoro. In: MONTUSCHI, Luigi; TIRABOSCHI, Michele; TREU, Tiziano (a cura di). *Marco Biagi, un giurista progettuale*. Scritti scelti. Milano: Giuffrè, 2003.

BIANCHI, Alvaro G. O que estava em jogo na greve dos petroleiras? Neoliberalismo e resistência operária no governo Fernando Henrique Cardoso. *Plural*, São Paulo, n. 3, p. 82-101, 1996.

BOBBIO, Luigi. Dilemmi della democrazia partecipativa. *Democrazia e Diritto*, Milano, n.4, p. 11-26, 2006.

_____. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. BOVERO, Michelangelo (Org.). Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOITO JR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo: Unicamp/Hucitec, 1991.

BORRAJO DACRUZ, Éfren. Eficacia jurídica del AES. *Actualidad laboral*, Madrid, n. 1, p. 721-732, 1985.

BOTELLA, Joan. La cultura política en la España democrática. .In: COTARELO, Ramon (Org.). *Transición política y consolidación democrática*. España (1975-1986). Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRASIL. Ato do Presidente da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Congresso/atocdmpv293-06.htm>. Acesso em: 12 out. 2010.

_____. Ato do Presidente da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Congresso/atocdmpv294-06.htm>. Acesso em: 12 out. 2010.

_____. CDES. *Cartas de concertação*. Disponível em: <<http://www.cdes.gov.br/conteudo/1428/cartas-de-concertacao.html>>. Acesso em: 12 out. 2010.

_____. CDES. *Reforma Sindical e Trabalhista*. Relatório consolidado. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/fnt/Reforma_Sindical_e_Trabalhista_relatorio_final_do_CDES.pdf>. Acesso em: 12 out. 2010.

_____. Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12 out. 2010.

_____. Decreto nº 4796/2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4796.htm>. Acesso em: 12 out. 2010.

_____. Exposição de Motivos da MP 294/2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Exm/EM-15-MTE.htm>. Acesso em: 12 out. 2010.

BRASIL. FNT. *Reforma Sindical*. Relatório final. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/fnt/relatorio_fnt.pdf>. Acesso em: 12 out. 2010.

_____. Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm>. Acesso em: 12 out. 2010.

_____. MP nº 293/2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Mpv/293.htm>. Acesso em: 12 out. 2010.

_____. MP nº 294/2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Mpv/294.htm>. Acesso em: 12 out. 2010.

_____. PEC nº 369/2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PEC/2005/msg121-050303.htm>. Acesso em: 12 out. 2010.

_____. Projeto de Lei nº 1990, de 11 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/502013.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2010.

_____. Proposta de Emenda à Constituição e Anteprojeto de Lei de Relações Sindicais. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/fnt/PEC_369_de_2005_e_Anteprojeto_de_Reforma_Sindical.pdf>. Acesso em: 12 out. 2010.

BRESCIANI, Luís Paulo. Reestruturação industrial e negociação coletiva: o sindicalismo brasileiro vai à luta? In: MARTINS, Heloisa de Souza; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. O trabalho nos olhos do furacão: trajetórias e turbulências no Brasil. In: CARVALHO NETO, Antonio Moreira de; CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de (Orgs.). *Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90*. Belo Horizonte: IRT/PUCMG, 1998.

BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. As centrais sindicais e a Lei nº 11.648/2008. *LTr*. suplemento trabalhista, São Paulo, v. 44, n. 69, p. 335-340, 2008.

BURGOS GINER, Maria Angeles. La regulación salarial en el sector hostelero. *Revista de treball, Economia i Societat*, Valencia, n. 16, p. 1-16, 2000.

CACIAGLI, Mario. España 1982: las elecciones del cambio. *Reis: revista española de investigaciones sociológicas*, Madrid, n. 28, p. 85-118, 1984.

CAIRE, Guy. Regulación y dialogo social: el punto de vista de los sindicatos. In: ESPINA, Alvaro (Coord.). *Concertación social, neocorporatismo y democracia*. Madrid: Ministerio del Trabajo y de la Seguridad Social, 1991.

CÁMARA BOTÍA, Alberto. El Acuerdo de Cobertura de Vacíos: configuración general y reglas sobre estructura profesional y promoción de los trabajadores. *Revista del Ministerio de Trabajo e Inmigración*, Madrid, n. 8, p. 141-154, 1998.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=277153>. Acesso em: 12 out. 2010.

CARDENAL CARRO, Miguel; HIERRO HIERRO, Francisco Javier. El diálogo social ante el nuevo contexto económico y del empleo: "Declaración para el impulso de la economía, el empleo, la competitividad y el progreso social". *Aranzadi Social: Revista Doctrinal*, Navarra, v. 1, n. 9, p. 11-25, oct. 2008.

CARDOSO, Adalberto Moreira. O pragmatismo impossível: origens da Força Sindical. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 32, p. 165-182, mar. 1992.

_____; COMIN, Alvaro Augusto. Centrais Sindicais e atitudes democráticas. *Lua Nova*, n. 40/41, p. 167-192, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. Para FHC, ação direta seria "populismo". *Folha de S. Paulo*. 10 dez. 1997, p. B2-5. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi101212.htm>>. Acesso em: 14 jul. 2010.

CARINCI, Franco. Discutendo intorno all'art. 18 dello Statuto dei Lavoratori, *Rivista Italiana di Diritto del Lavoro*, n. 1, p. 35-66, 2003.

_____. Il protocollo d'intesa 23 luglio 1993 fra storia e cronaca. In: *Rivista di Economia Politica*, Roma, v.83, n. 10, p. 155-172, 1993.

_____. Parlamento e concertazione. *Quaderni di Argomenti di Diritto del Lavoro*, Padova, n. 4, p. 7-148, 1999.

_____. Riparlare di concertazione. In: *Diritto del lavoro: i nuovi problemi. L'omaggio dell'Accademia a Mattia Persiani*. Padova: CEDAM, 2005. v. 1.

_____. Storia e cronaca di una convivenza: parlamento e concertazione. *Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico*, Milano, v. 50, n. 1, p. 35-80, 2000.

_____. Una dichiarazione d'intenti: l'Accordo quadro 22 gennaio 2009 sulla riforma degli assetti contrattuali. Centro Studi di Diritto del Lavoro Europeo "Massimo D'Antona", Università degli Studi di Catania, Facoltà di Giurisprudenza, Catania, I *Working Papers*, n. 86, 2009. Disponível em: <http://www.lex.unict.it/eurolabor/ricerca/wp/it/carinci_n86-2009it.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2010.

CARREIRAO, Yan de Souza; KINZO, Maria D'Alva G. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 131-167, 2004.

CARRIERI, Mimmo. *L'incerta rappresentanza: sindacato e consenso negli anni '90: dal monopolio confederale alle rappresentanze sindacali unitarie*. Bologna: Il Mulino, 1995.

_____; DONOLO, Carlo. *Il mestiere politico del sindacato*. Roma: Editori Riuniti, 1986.

_____; _____. Sindacato e sistema politico (Itália: 1775-1983). *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*. Milano, anno 6, n. 22, p. 393-412, 1984.

CARVALHO, Aloysio. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985). *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 115-147, mar. 2005.

CARVALHO, Carlos Eduardo. As origens e a gênese do Plano Collor. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 101-134, abr. 2006.

CARVALHO, Fernando J. Cardim. Da morte política à consagração. Indagações sobre o significado da reeleição de Lula. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 76, p. 9-15, nov. 2006.

CASAS BAAMONDE, María Emilia. Diálogo y concertación social: el Acuerdo Interconfederal sobre estructura de la negociación colectiva. *Relaciones laborales: revista crítica de teoría y práctica*, Madrid, n. 1, p. 88-105, 1997.

_____. La estructura de la negociación colectiva y las nuevas reglas sobre competencias y concurrencia de los convenios colectivos. *Relaciones Laborales*, Madrid, n. 17/18, p. 292-323, 1994.

_____. Reflexiones sobre la reforma sindical (julio de 1976 a julio de 1977). *Cuadernos de Derecho del Trabajo*, Madrid, n. 3, p. 199-266, 1977.

_____. La representación y la necesaria representatividad de los sindicatos: las singularidades del sistema español. *Economía y sociología del Trabajo*, Madrid, n. 10, p. 101-111, 1990.

_____; RODRIGUEZ-PIÑERO Y ROYO, Miguel Carlos; VALDÉS DAL-RE, Fernando. El acuerdo interconfederal para la negociación colectiva 2002. *Relaciones laborales: revista crítica de teoría y práctica*, Madrid, n. 1, p. 19-36, 2002.

CASTRO, Nadya Araújo; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Trabalho, sindicalismo e reconversão industrial no Brasil nos anos 90. *Lua Nova*, n. 22, p. 207-228, 1990.

CATALANO, Ana Maria. The crisis of trade union representation. In: MUNCK, Ronaldo; WATERMAN, Peter (Orgs.). *Labour worldwide in the era of globalization*. London: Macmillian Press, 1999.

CELLA, Gian Primo. Il conflitto e le forme di prevenzione e controllo. In: BRUNETTA, Renato; CELLA, Gian Primo; TREU, Tiziano; URBANI, Giuliano (A cura di). *Il conflitto e le relazioni di lavoro negli anni '90*. Torino: Giappicheli, 1992.

CENTRAIS receberam R\$ 228 mi da União desde 2008. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0306201009.htm>>. Acesso em: 26 out. 2010.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *InfomaCUT*. São Paulo, n. 259, p. 9-11, dez./1995.

CHULIÀ RODRIGO, Elisa. El pacto de Toledo y la política de pensiones. *ASP Reseach Paper 33(a)*, Madrid, 2000.

COHEN, Joshua; ROGERS, Joel. Secondary associations and democratic governance. *Politics and Society*, London, v. 20, n. 4, p. 393-472, Dec. 1992.

COMIN, Álvaro Augusto. A experiência de organização das centrais sindicais no Brasil. In: *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Ed. Pagina Aberta, 1994.

CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES. 4º Congresso Nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores. *Boletim DIEESE*, São Paulo, v. 15, n. 181, p. 19-23, abr./1996.

CONFEDERACIÓN ESPAÑOLA DE ORGANIZACIONES EMPRESARIALES. Declaración para el Diálogo Social 2004: competitividad, empleo estable y cohesión social. Disponível em: <<http://www.ceoe.es/ceoe/contenidos.downloadatt.action?id=3832122>>. Acesso em: 18 jun. 2010.

CÓRDOVA, Éfren. *Pactos sociais: experiência internacional, tipologia e modelos*. São Paulo: MTb-IBRART, 1985.

COSTA, Adriano Soares da. *Teoria da inelegibilidade e o direito processual eleitoral*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

COSTA, Márcia da Silva. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 111-170, out. 2005.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Corporativismo societal: interesse de classe *versus* interesse setorial In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CROUCH, Colin. The future prospects for trade unions in Western Europe. *Political Quarterly*, London, v. 57, n. 1, p. 5-17, 1986.

_____. Non amato ma inevitabile il ritorno al corporatismo. *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*, Milano, anno 20, n. 77, 1998.

_____. Relaciones sindicales in Europa: ¿ del conflicto a la concertación? In: ESPINA, Alvaro (Coord.). *Concertación social, neocorporatismo y democracia*. Madrid: Ministerio del Trabajo y de la Seguridad Social, 1991.

_____. Strategie di dominio: alcuni tipi ideali. In: MARAFFI, Marco (Org.). *La società neo-corporativa*. Bologna: Il Mulino, 1981.

CRUZ VILLALÓN, Jesús. El Acuerdo Interconfederal para la Negociación Colectiva de 2003 desde la perspectiva jurídica. *Relaciones laborales: Revista crítica de teoría y práctica*, Madrid, nº 2, p. 363-388, 2003.

D'ANGELO, Giuseppe. Programmazione, concertazione ed intervento pubblico nell'economia: i patti territoriali. *Lavoro e Previdenza Oggi*, Milano, anno 28, n. 4, p. 632-645, apr. 2000.

D'ANTONA, Massimo. Il quarto comma dell' art. 39 Cost., oggi. *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*, Milano, anno 20, n. 80, p. 660-675, ott./dic 1998.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. Há déficit de controle da democracia brasileira. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 set. 2010. p. A18.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____ (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAHL, Robert A. Poliarquia: *participação e oposição*. Trad. Celso Mauro Paciornick. São Paulo: Edusp, 1997.

DAHRENDORF, Ralf. *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*. Trad. José Viegas. Brasília: Ed UnB, 1982.

DECLARACIÓN institucional sobre la prórroga del Acuerdo Interconfederal para la Negociación Colectiva para el año 2004. *Relaciones laborales: revista critica de teoria y practica*. Madrid, n. 1, p. 1231-1234, 2004.

DEL ÁGUILA, Rafael. La dinámica de la legitimidad en el discurso político de la transición. In: COTARELO, Ramon (Org.). *Transición política y consolidación democrática*. España (1975-1986). Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1992.

DE LA TORRE PRADOS, Isabel. La formación y las organizaciones: los acuerdos nacionales de formación continua. *Reis: revista española de investigaciones sociológicas*. Madrid, n.77/78, p. 15-33, 1997.

DE LA VILLA GIL, Luis Enrique. *Los grandes pactos, acuerdos y convenios colectivos a partir de la transición democrática*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1985.

DELL'ARINGA, Carlo. Mercato del lavoro e occupazione. In: Ufficio Studi Relazioni Industriali e Amministrazione Telecom Italia (A cura di). *Il Protocollo del luglio 1993*. Spunti per un dibattito. Roma/Milano: Aisri/Franco Angeli, 1993.

DEL PINO, Eloisa. ¿Se ha vuelto conservadora la sociedad española?: explicaciones alternativas de la victoria del Partido Popular en las elecciones generales del 2000. *Foro Internacional*, Madrid, n. 170, p. 716-744, 2002.

DEL REY GUANTER, Salvador. Concertación social y paz laboral: componentes jurídicos. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). *Concertación social tras la crisis*. Barcelona: Editorial Ariel, 1990.

DE LUCA TAMAJO, Raffaele. L' accordo interconfederale del 26 gennaio 1977 e Il quadro di riferimento político-sindale. In: _____; VENTURA, Luciano (A cura di). *Il diritto del lavoro dell'emergenza*. Napoli: Jovene, 1979.

_____. L'evoluzione dei contenute e delle tipologie della contrattazione collettiva. *Rivista Italiana di Diritto del Lavoro*, Milano, v. 4, n. 1, p. 16-57, 1985.

_____. Profili giuridici delle prassi neocorporativi. In: DIRITTO del lavoro e corporativismi: ieri e oggi. Milano: Franco Angeli, 1988.

DINIZ, Eli. *Crise, reforma do estado e governabilidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.

_____. *Governabilidade, "Governance" e reforma do Estado*: considerações sobre o novo paradigma. Brasília, ENAP, 1996. Mimeo.

_____; BOSCHI, Renato R. Lideranças empresariais e problemas da estratégia liberal no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 8, n. 23, p. 101-119, 1993.

_____; _____. O corporativismo na construção do espaço público. In: BOSCHI, Renato R. (Org.). *Corporativismo e desigualdade*: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo; IUPERJ, 1991.

DOMINGUEZ BAUTISTA, Juan Carlos. Algunos apuntes sobre el proyecto de ley orgánica de huelga. *BFD: boletín de la Facultad de Derecho de la UNED*, Madrid, n. 3, p. 9-44, 1993.

DRAIBE, Sonia M. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. *Revista da USP*, São Paulo, n. 17, p. 86-101, mar./maio 1993.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DURAN LOPEZ, Federico. El papel del sindicato en el nuevo sistema constitucional. *Revista de Política Social*, Madrid, n. 121, 1979.

ERMIDA URIARTE, Oscar. Diálogo social: teoria y práctica. *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo, v. 28, n. 106, p. 161-173, abr./jun. 2002.

_____. Diferencias con los “pactos sociales” o “acuerdos marco”. In: _____; VILLAVICENCIO, Alfredo; CORTÉS, Juan Carlos (Orgs.) *Derecho colectivo del trabajo: materiales de enseñanza*. Lima: Ed. Pontificia Universidad Católica del Perú, 1998.

_____. Introducción al estudio de la concertación social. In: LA CONCERTACIÓN social: estudios en homenaje al professor Américo Plá Rodríguez. Montevideo: Amalio M. Fernandez, 1985.

ESPAÑA. Congreso de los Diputados. Constitución de 1978. Disponível em: <<http://www.congreso.es/consti/constitucion/indice/titulos/articulos.jsp?ini=1&fin=9&tipo=2>>. Acesso em: 1º maio 2010.

ESPINA, Alvaro. Armonización de intereses *versus* lucha de clases. In: _____ (Coord.). *Concertación social, neocorporatismo y democracia*. Madrid: Ministerio del Trabajo y de la Seguridad Social, 1991.

_____. La emergencia del sistema de relaciones industriales y la modernización económica: España: 1977-1997. *Revista de Trabajo*, Buenos Aires, n. 12, p. 99-126, ene./jul. 1997.

_____. El “Guadiana” de la concertación neocorporatista en España: de la huelga general de 1988 a los acuerdos de 1997. In: MIGUÉLEZ LOBO, Faustino; PRIETO, Carlos. (Orgs.). *Las relaciones de empleo en España*, Madrid: Siglo XXI, 1999.

ESTEBAN, Jorge de; LÓPEZ GUERRA, Luis. *El régimen constitucional español*. Barcelona: Labor, 1980. v. 1.

EUROSOCIAL. Acuerdo para la mejora del crecimiento y del empleo. Disponível em: <<http://eurosocial-emprego.itcilo.org/uploads/documentos/Acuerdo%20para%20la%20mejora%20del%20crecimiento%20y%20el%20empleo%20%20-%20Espana.pdf>> Acesso em: 18 jun. 2010.

FAIRBROTHER, Peter; YATES, Charlotte A. B. Unions in crisis, unions in renewal? In: YATES, Charlotte, FAIRBROTHER, Peter (eds.) *Trade Unions in renewal: a comparative study*. London: Ed. Continuum, 2003.

FANIZZA, Fiammetta. *Breve storia della concertazione in Italia*. Bari: Cacucci, 2006.

FEBBRAJO, Alberto. Appunti sociologico-juridici sul “gioco” della concertazione. In: DIRITTO del lavoro e corporativismi: ieri e oggi. Milano: Franco Angeli, 1988.

FEYERABEND, Paul K. *Diálogo sobre o método*. Trad. António Guerreiro. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

FISCHER, R.; KLING, J. Introduction: the continued vitality of community mobilization. In: _____; _____ (Eds.). *Mobilizing the community: local politics in the era of the global city*. London: Sage, 1993.

FOLGADO BLANCO, José. Las políticas macroeconómicas de los gobiernos y su incidencia en el diálogo social. In: *Veinte años de concertación y diálogo social en España*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 1997.

FONTANA, Giorgio. La concertazione e il dialogo sociale. In: FERRARO, Giuseppe (A cura di). *Sviluppo e occupazione nell'Europa federale*. Milano: Giuffrè, 2003.

FORÇA SINDICAL. *Um projeto para o Brasil: a proposta da Força Sindical*. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 1993.

FREITAS JR, Antonio Rodrigues de. *Conteúdo dos pactos sociais*. 1991. Tese (Doutorado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

_____. *Conteúdo dos pactos sociais*. São Paulo: LTr, 1993.

FUENTES QUINTANA, Enrique. De los pactos de la Moncloa a la entrada en la Comunidad Económica Europea (1977-1986). *Información Comercial Española, ICE: revista de economía*. Madrid, n. 826, p. 39-71, 2005.

GALETTO, Manuela. *Patti territoriali e sindacato: gli otto casi della provincia di Torino*. Tese (Doutorado) - Università degli Studi di Milano. Facoltà di Scienze Politiche. Dipartimento di Studi del Lavoro e del Welfare. Disponível em: <http://air.cilea.it/bitstream/2434/44544/1/tesi_new.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2010.

GALLART FOLCH, Alejandro. El sindicalismo como fenómeno social y problema jurídico. Buenos Aires: Victor P. de Zavalia Editor, 1957.

GALLEGO MORALES, Angel J. Exclusividad parlamentaria y vías de integración. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord.). *Concertación social tras la crisis*. Barcelona: Editorial Ariel, 1990.

GALVEZ, Sergio. El movimiento obrero en la España del tiempo vivido: 'sujeto político' al nuevo 'precariado'. *Cuadernos de Historia Contemporanea*, Madrid, v. 30, p. 199-226, 2008.

GARCIA BALLESTEROS, Aurora. Desempleo y empleo en España a finales del siglo XX. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, Madrid, n.14, p. 135-163, 1995.

GARCIA RUIZ, José Luis. La representación de intereses en las democracias avanzadas: experiencias de la Unión Europea y sus estados miembros. In: DURAN LOPEZ, Federico (Coord.). *El dialogo social y su insitucionalización n España y iberoamerica*. Madrid: CES, 1998.

GARCIA-PERROTE ESCARTIN, Ignacio. El proceso de conflictos coletivos en la Ley de Procedimiento Laboral de 1990. *Relaciones laborales: revista critica de teoria y practica*, Madrid, n. 1, p. 93-105, 1991.

GAROFALO, Mario Giovanni. Naturaleza jurídica de la concertación social. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). *Concertación social tras la crisis*. Barcelona: Editorial Ariel, 1990.

GAVIRA ALVAREZ, Lina. La panificación socioeconômica y sus consecuencias territoriales. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, Madrid, n. 26, p. 123-139, 1988.

GHERA, Edoardo. La concertazione sociale nell'esperienza italiana. *Rivista Italiana di Diritto del Lavoro*, Milano, v. 19, n. 1, p. 115-148, 2000.

_____. La riforma della rappresentanza sindacale nel protocollo di luglio e nell' accordo interconfederale del 20 dicembre 1993 In: GHERA, Edoardo; BOZZAO, Paola (Orgs). *La rappresentanza sindacale nei luoghi di lavoro*. Roma: SIPI, 1994.

GHEZZI, Giorgio. Dove va il diritto del lavoro? Afferrare Proteo. *Lavoro e Diritto*, Bologna, n. 3, p. 333-348, giul/sett. 2002.

_____; ROMAGNOLI, Umberto. *Diritto sindacale*. Bologna: Zanichelli, 1997.

GIDDENS, Anthony. *The consequences of modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990.

GINSBURG, Paul. *Storia d'Italia: 1943-1996*. Torino: Guilio Einaudi, 1998.

GIUGNI, Gino. La concertazione e la riforma del mercato del lavoro. In: *Rappresentanza, rappresentatività, sindacato in azienda ed altri studi*: studi in onore di Mario Grandi. Padova: CEDAM, 2005.

_____. *Diritto sindacale*. Bari: Cacucci, 2006.

_____. Giuridificazione e deregolazione nel diritto del lavoro italiano. *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*, Milano, v. 8, n. 30, p. 317-341, 1986.

_____. Gobierno privado y parlamentarismo. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord.). *Concertación social tras la crisis*. Barcelona: Editorial Ariel, 1990.

_____. L'autunno caldo sindacale. In: _____. *Il sindacato fra contratti e riforme: 1968-1973*. Bari: De Donato, 1973.

_____. *La lunga marcia della concertazione*. Bologna: Il Mulino, 2003.

_____. Sindacato: anni 70. In: _____. *Il sindacato fra contratti e riforme: 1968-1973*. Bari: De Donato, 1973.

_____. Il sindacato: dalla politica delle riforme all'autunno rivendicativo. In: _____. *Il sindacato fra contratti e riforme: 1968-1973*. Bari: De Donato, 1973.

_____. Sindacato di partito o unità sindacale democratica?. In: _____. *Il sindacato fra contratti e riforme: 1968-1973*. Bari: De Donato, 1973.

_____. Sindacato e programmazione. In: _____. *Il sindacato fra contratti e riforme: 1968-1973*. Bari: De Donato, 1973.

_____. La rappresentanza sindacale dopo il referendum. *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*. Milano, anno 17, n.7, p. 357-368, 1995.

_____. Stato sindacale, pansindacalismo, supplenza sindacale. In: _____. *Il sindacato fra contratti e riforme: 1968-1973*. Bari: De Donato, 1973.

_____. Le tendenze evolutive della contrattazione collettiva in Italia. In: _____. *Il sindacato fra contratti e riforme: 1968-1973*. Bari: De Donato, 1973.

GOBIERNO DE ESPAÑA. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-1994-11609>. Acesso em: 29 maio 2010.

_____. Declaración para el Impulso de la Economía, el Empleo, la Competitividad y el Progreso Social. Disponível em: <www.tt.mtas.es/periodico/.../DeclaraciondialogoSocial%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2010.

GOBIERNO DE ESPAÑA. Ley 11/1994, de 19 de mayo. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-1994-11610>. Acesso em: 29 maio 2010.

_____. Ley 14/1994, de 1 de junio. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-1994-12554>. Acesso em: 29 maio 2010.

_____. Ley 26/1977, de 15 de octubre. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-1977-24937>. Acesso em: 17 mai 1977.

_____. Ley 8/1980, de 10 de Marzo, del Estatuto de los Trabajadores. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-1980-5683>. Acesso em: 17 maio 2010.

_____. Ley nº 22, de 30 de julio de 1992. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-1992-18488>. Acesso em: 23 maio 2010.

_____. Ley nº 4, 8 enero 1986. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/kirurzun/ley-4-86>>. Acesso em: 16 maio 2010.

_____. Ley nº 40/2007, de 4 de diciembre, de medidas en materia de Seguridad Social. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-2007-20910>. Acesso em: 25 jun. 2010.

_____. Ley nº 45/2002, de 12 de diciembre. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-2002-24244>. Acesso em: 18 jun. 2010.

_____. Ley nº 29/2006, 14 diciembre, de promoción de la autonomía personal y atención a las personas en situación de dependencia. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-2006-21990>. Acesso em: 25 jun. 2010.

_____. Ley Orgánica nº 3/2007, de 22 de marzo, para la igualdad efectiva de mujeres y hombres. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-2007-6115>. Acesso em: 25 jun. 2010.

GOBIERNO DE ESPAÑA. Real Decreto 873/1977, de 22 de abril. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-1977-10562>. Acesso em: 17 mai 1977.

_____. Real Decreto Legislativo nº 1/1995, de 24 marzo. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-1995-7730> . Acesso em: 3 jun. 2010

_____. Real Decreto-Ley nº 1, de 3 de abril de 1992. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-1992-7714>. Acesso em: 23 maio 2010.

_____. Real Decreto-Ley nº 18, de 3 diciembre 1993. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-1993-29068>. Acesso em: 29 maio 2010.

_____. Real Decreto-Ley nº 5/2002, de 24 de mayo. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-2002-10097>. Acesso em: 18 jun. 2010.

_____. Real Decreto-Ley nº 5/2006, de 9 de junio, para la mejora del crecimiento y del empleo. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-2006-10562>. Acesso em: 25 jun. 2010. ESPAÑA. Ley nº 43/2006, de 29 de diciembre, para la mejora del crecimiento y del empleo. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-2006-22949>. Acesso em: 25 jun. 2010.

_____. Resolución de 13 de mayo de 1997, de la Dirección General del Trabajo, por la que se dispone la inscripción en el Registro y publicación del acuerdo de cobertura de vacíos. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <<http://www.boe.es/boe/dias/1997/06/09/pdfs/A17656-17662.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2010.

_____. Sentença nº 53, de 22 de julho de 1982 do Tribunal Constitucional Espanhol. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?coleccion=tc&id=SENTENCIA-1982-0053>. Acesso em: 18 maio 2010.

_____. Sentença nº 65, de 10 de novembro 1982 do Tribunal Constitucional Espanhol. *Boletín Oficial del Estado*. Disponível em: <http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?coleccion=tc&id=SENTENCIA-1982-0065>. Acesso em: 18 maio 2010.

GODIO, Julio. Los sindicatos en las economías de mercado de América Latina. Colombia: FESCOL, 1993.

GOLDENSTEIN, Lúcia. Repensando a dependência após o Plano Real. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 131-135, maio/ago. 1998.

GONÇALVES, Francisco Luiz Salles. Duas vertentes e dois projetos no sindicalismo brasileiro. *Coleção Cadernos do CEDEC*, São Paulo, n. 6, 1985.

GONZALEZ RENDON, Manuel; ALCAIDE CASTRO, Manuel. Analisis de los cambios introducidos en el subsistema de formación continua por los Acuerdos de formación de 1996. *Relaciones Laborales*: revista crítica de teoría y práctica, Madrid, n. 2, p. 1179-1196, 1997.

GORELLI HERNANDEZ, Juan. La fuerza de obligar de los pactos concertados. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). *Concertación social tras la crisis*. Barcelona: Editorial Ariel, 1990.

GRANDI, Gaetano Zílio. *Diritti sociali e diritti nel lavoro*. Torino: Giappichelli, 2006.

GREGORIO DE TEJADA, Jesus Maeztu. Los acuerdos nacionales: algunos aspectos sobre su instrumentación jurídica. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). *La concertación social tras la crisis*. Barcelona: Ariel, 1990.

GUALMINI, Elisabetta. L'evoluzione degli assetti concertativi in Italia e in Germania. *Rivista Italiana di Scienza Politica*, Siena, v. 18, n. 1, p. 101-125, apr. 1997.

GURZA LAVALLE, Adrian; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Representação política e organizações civis. Novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 43-179, fev. 2006.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

HEYWOOD, Paul. Power diffusion or concertation? In search of the Spanish policy process. In: _____ (Ed.). *Policy and politics in democratic Spain: no longer different?* London/Portland, 1999.

HUNTER, Allen. Rethinking revolution in light of the new social movements. In: DARNOVSKY, Marcy; EPSTEIN, Bárbara; FLACKS, Richard. (Eds.). *Cultural politics and social movements*. Philadelphia: Temple University Press. 1995.

HYMAN, Richard. Changing trade union identities and strategies. In: _____; FERNER, A. (Eds.). *New frontiers in European industrial relations*. Oxford: Blackwell, 1994.

HYMAN, Richard. Trade unions and the disaggregation of the working class. In: REGINI, Mario (Ed.). *The future of labour movements*. London: Sage, 1992.

IANONI, Marcos. Políticas públicas e Estado: o Plano Real. *Lua Nova*: revista de cultura e política, São Paulo, n. 78, p. 143-183, 2009.

ICHINO, Pietro. *Il contratto di lavoro*. Milano: Giuffrè, 2000.

III ACUERDO NACIONAL DE FORMACIÓN CONTINUA. *Exposición de motivos*. Disponível em <<http://madesyp.com/fpc/iiianfc.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2010.

ITALIA. Accordo Interconfederale 5 Luglio 2002 - Patto per L'Italia – Contratto per il Lavoro - Intesa per la competitività e l'inclusione sociale. Disponível em: <<http://www.confetra.it/it/prontuari/PattoItalia-2002.pdf>> Acesso em: 21 fev. 2010.

_____. Commissione per la verifica del Protocollo del 23 luglio 1993. Presidente Gino Giugni. Relazione Finale. *Rivista Giuridica del Lavoro e della Previdenza Sociale*, Roma, v. 49, n. 3, p. 571-590, 1998.

_____. Corte Costituzionale. Sentenza 12 luglio 1996 n° 244. Disponível em: <http://www.cortecostituzionale.it/giurisprudenza/pronunce/scheda_indice.asp?sez=indice&Comando=LET&NoDec=244&AnnoDec=1996&TrmD=&TrmM=>>. Acesso em: 2 abril. 2010

_____. Corte Costituzionale. Sentenza n° 34, 7 febbraio 1985. Disponível em: <<http://64.233.163.132/search?q=cache:h4Ssb071rb4J:www.csmb.unimore.it/online/Home/Prova/cardCatIndiceAZ.36000374.1.1000.IndiceAZ.html+sentenza+corte+costituzionale+italia+%227+febbraio+1985%22+n%C2%BA+34&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>>. Acesso em: 27 fev. 2010.

_____. Corte Suprema di Cassazione. Sezioni Unite Civili. Sentenza n.° 124, 8 gennaio 1993. Disponível em: <http://64.233.163.132/search?q=cache:39qxB4lX_VkJ:www.giustizia.it/giustizia/it/contentview.wp%3Bjsessionid%3D597B0A9313F673349B6A59F6FD0E8433.ajpAL01%3FpreviousPage%3Dmg_1_13%26contentId%3DART51347+corte+suprema+di+cassazione+italiana+sezioni+unite+civili+%228+gennaio+1993%22&cd=8&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 27 fev. 2010.

_____. Legge 24 giugno 1997, n. 196. Disponível em: <<http://www.normattiva.it/dispatcher?service=213&datagu=1997-07-04&annoatto=1997&numeroatto=196&task=ricercaatti&elementiperpagina=50&redaz=097G0227&afterrif=yes&newsearch=1&fromurn=yes&paginadamostrare=1&tmstp=1270327686205>>>. Acesso em: 02 abr. 2010.

ITALIA. Libro Bianco sul Mercato del Lavoro in Italia. *Proposte per una società attiva e per un lavoro di qualità*. Disponibile em: <http://assemblealegislativa.regione.emilia-romagna.it/biblioteca/pubblicazioni/dossier/libro_bianco/01librobianco.pdf>. Accesso em: 21 feb. 2010.

_____. Patto Sociale per lo sviluppo e l'occupazione siglato il 22 dicembre 1998. Disponibile em: <<http://64.233.163.132/search?q=cache:h4Ssb071rb4J:www.csmb.unimore.it/on-line/Home/Prova/cardCatIndiceAZ.36000374.1.1000.IndiceAZ.html+sentenza+corte+costituzionale+iatalia+%227+febbraio+1985%22+n%C2%BA+34&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Accesso em: 28 mar. 2010.

_____. Protocollo d'intesa 14 febbraio 1984 (c.d. Accordo di S. Valentino), sottoscritto da Ministero del lavoro e della previdenza sociale, Agci, Ania, Asap, Casa, Cisl, Cispel, Cilai, Cna, Confederazione Nazionale Coltivatori Diretti, Confederazione Generale Agricoltura Italiana, Confapi, Confartigianato, Confederazione Italiana Coltivatori, Confcommercio, Confcooperative, Confesercenti, Confetra, Confindustria, Fenit, Intersind, Lega Nazionale delle Cooperative e Mutue, Uil. Disponibile em: <<http://64.233.163.132/search?q=cache:h4Ssb071rb4J:www.csmb.unimore.it/on-line/Home/Prova/cardCatIndiceAZ.36000374.1.1000.IndiceAZ.html+sentenza+corte+costituzionale+iatalia+%227+febbraio+1985%22+n%C2%BA+34&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Accesso em: 18 maio 2010.

_____. Protocollo globale d'intesa sul costo del lavoro, (c.d. Protocollo Scotti), sottoscritto da Governo e organizzazioni sindacali dei lavoratori e dei datori di lavoro il 22 gennaio 1983. Disponibile em: <<http://64.233.163.132/search?q=cache:h4Ssb071rb4J:www.csmb.unimore.it/on-line/Home/Prova/cardCatIndiceAZ.36000374.1.1000.IndiceAZ.html+sentenza+corte+costituzionale+iatalia+%227+febbraio+1985%22+n%C2%BA+34&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Accesso em: 30 mar. 2010.

_____. Protocollo sulla politica dei redditi e dell'occupazione, sugli assetti contrattuali, sulle politiche del lavoro e sul sostegno al sistema produttivo. Disponibile em: <<http://64.233.163.132/search?q=cache:h4Ssb071rb4J:www.csmb.unimore.it/on-line/Home/Prova/cardCatIndiceAZ.36000374.1.1000.IndiceAZ.html+sentenza+corte+costituzionale+iatalia+%227+febbraio+1985%22+n%C2%BA+34&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Accesso em: 30 mar. 2010.

_____. Protocollo sulla politica dei redditi, la lotta all'inflazione e il costo del lavoro, siglato il 31 luglio 1992. Disponibile em: <<http://64.233.163.132/search?q=cache:h4Ssb071rb4J:www.csmb.unimore.it/on-line/Home/Prova/cardCatIndiceAZ.36000374.1.1000.IndiceAZ.html+sentenza+corte+costituzionale+iatalia+%227+febbraio+1985%22+n%C2%BA+34&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Accesso em: 28 mar. 2010.

JARDIM, Maria Aparecia Chaves. 'Domesticação' e/ou 'Moralização do Capitalismo' no Governo Lula: Inclusão social via mercado e via fundos de pensão". Dados: *revista de ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 123-159, 2009.

JESSOP, Bob. Corporatism, parliamentarism and social democracy. In: SCHMITTER, Philippe C.; LEMBRUCH, Gerhard (Eds.). *Trends toward corporatist intermediation*. London, Beverly Hills; SAGE Publications, 1979.

JESUS GONZALEZ, Juan. Las bases sociales de la política española. *Revista Española de Sociología*, Madrid, n. 4, p. 119-142, 2004.

JIMENEZ AGUILAR, Juan. Alcance y sentido de la concertación social: una visión empresarial. In: *Veinte años de concertación y dialogo social en España*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 1997.

KREIN, José Dari. *Análise do impacto e da efetividade das principais alterações legais no padrão das relações de trabalho no setor metalúrgico entre 1996-2000*. Relatório de pesquisa (preliminar) do Projeto "Desenvolvimento tecnológico, atividades econômicas e mercado de trabalho nos espaços regionais brasileiros": Projeto de pesquisa e formação técnica DIEESE/CESIT/CNPQ, linha 4 – Mercado e Relações de Trabalho. 2002.

_____. *O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, 2001.

_____. *A reforma do sistema de relações de trabalho no Brasil*. São Paulo, 1999. Mimeo.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Maria Teresa Sadek Ribeiro de. *Depois da transição: democracia e eleições no governo Collor*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

LANGE, Peter. La crisi della concertazione sociale in Italia. *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*, Milano, v. 9, n. 33, p. 61-75, 1988.

_____. Sindacati, partiti, stato e liberal corporativismo. In: MARAFFI, Marco (Org.). *La società neo-corporativa*. Bologna: Il Mulino, 1981.

LATHAM, Earl. The group basis of politics: notes for a theory. *The American Political Science Review*, New York, v. 46, n. 2, p. 376-397, jun. 1952.

LECHNER, Norbert. Pacto Social nos processos de democratização: a experiência latino-americana. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 13, p. 29-44, out. 1985.

LEFORT, Claude. *Pensando o político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEGALIZAÇÃO das centrais sindicais sai ainda neste mês, diz Lupi. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u116678.shtml>>. Acesso em: 26 out. 2010.

LEHMBRUCH, Gerhard. Consociational democracy, class conflict and the new corporatism. In: SCHMITTER, Philippe C.; LEMBRUCH, Gerhard (Eds.). *Trends toward corporatist intermediation*. London, Beverly Hills; SAGE Publications, 1979.

_____. Liberal corporatism and party government. In: SCHMITTER, Philippe C.; LEMBRUCH, Gerhard (Eds.). *Trends toward corporatist intermediation*. London, Beverly Hills; SAGE Publications, 1979.

LILLO PEREZ, Enrique. La concertación y participación institucional de los sindicatos. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). *La concertación social tras la crisis*. Barcelona: Ariel, 1990.

LIMA, Almerico. *Rumo ao sindicato cidadão? Qualificação profissional e políticas públicas em tempos de reestruturação produtiva*. 1999. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 1999.

LISO, Francesco. Autonomia collettiva e occupazione. *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*, Milano, v. 20, n. 2, p. 191-287, 1998.

_____. Contenidos y objetivos de la concertación social. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). *Concertación social tras la crisis*. Barcelona: Editorial Ariel, 1990.

LO FARO, Antonio. *Funzioni e finzioni della contrattazione collettiva comunitaria*. Milano: Giuffrè, 1999.

LOPERA CATILLEJO, Maria Jose. De nuevo ante la necesidad de afrontar el problema del patrimônio sindical histórico y del acumulado. *Proyecto social: revista de relaciones laborales*, Madrid, n. 3, p. 73]-86, 1995.

MACIEL, José Alberto Couto. O reconhecimento das Centrais Sindicais: medida provisória n. 293/2006. *LTr: suplemento trabalhista*, São Paulo, v. 42, n. 62, p. 279-280, 2006.

MADISON, James. O Federalista. O Federalista nº 10 – O tamanho e as diversidades da União como um obstáculo às facções. In: WEFFORT, Francisco C. (Org). *Clássicos da política*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1997. v. 1.

MAGAÑA BALANZA, Francisco Javier; RICO LETOSA, Sara. El patrimonio sindical acumulado. *Proyecto social: revista de relaciones laborales*, Madrid, n. 4-5, p. 195-218, 1997.

MAGANO, Octavio Bueno. Relações entre Estado e Sindicato. *Revista LTr*, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 142-144, fev. 1991.

MAGANO, Otávio Bueno. Participação, concerto, acordos sociais nas relações trabalhistas contemporâneas – direito dos trabalhadores à informação – a participação dos trabalhadores por métodos diferentes da negociação coletiva. *Revista do Direito do Trabalho*, São Paulo, v. 11, n. 62, p. 59-73, jul./ago. 1986.

MALO, Miguel Angel; TOHARIA, Luis. Economía y derecho del trabajo: las reformas laborales de 1994 y 1997. *Cuadernos Económicos del ICE*, Madrid, n. 63, p. 155-174, 1997.

MANIA, Roberto; SATERIALE, Gaetano. *Relazione pericolose: sindacati e politica dopo la concertazione*. Bologna: Il Mulino, 2002.

MARAFFI, Marco. Introduzione. In: _____ (Org.). *La società neo-corporativa*. Bologna: Il Mulino, 1981.

MARESCA, Arturo. Concertazione e contrattazione. *Argomenti di Diritto del Lavoro*, Padova, n. 2, p. 197-214, 2000.

MARIUCCI, Luigi. Dieci tesi sul diritto del lavoro. In: *Le fonti del diritto del lavoro quindici anni dopo*. Torino: Giappichelli, 2003.

_____. Il decreto e la Repubblica. *Política del diritto*. Bologna, v. 15, n. 2, p. 335-343, 1984.

_____. La forza di un pensiero debole. Una critica del "Libro Bianco del Lavoro". In: *Lavoro e Diritto*, Bologna, p. 3-15, 2002.

_____. Il riformismo nel diritto del lavoro. *Diritto delle Relazioni Industriali*, Milano, n. 1, p. 5-25, genn./mar. 2003.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 26, n.1, p. 58-74, jan./mar. 2006.

MARTIN VALVERDE, Antonio. Concertación social y tripartismo: modelos de concertación social en Europa. In: DURÁN LOPEZ, Federico. (Coord.). *El diálogo social y su institucionalización en España y Iberoamerica*. Madrid: CES, 1998.

MARTINEZ ALIER, Joan. Viejas ideologías y nuevas realidades corporativistas. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, Madrid, n. 31, p. 119-142, 1985.

_____; ROCA JUSMET, Jordi. Economía política del corporativismo en el estado español: del franquismo al postfranquismo. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, Madrid, n. 41, p. 25-62, 1988.

MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. Os dilemas do movimento sindical em face da terceirização (se correr o bicho pega, se ficar o bicho come). In: MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____.; RODRIGUES, Iram Jácome. O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 155-182, out. 1999.

McADAM, Doug; FRIEDMAN, Debra. Collective identity and activism: networks, choices and the life of a social movement. In: MORRIS, Aldon D.; MUELLER, Carol McClurg (Eds.). *Frontiers in social movement theory*. London, New Haven: Yale University Press, 1992.

MEDEIROS, Luiz Antônio de. Entrevista. *O Estado de S. Paulo*, 04 set. 1996, p. B-3.

MELLA MARQUEZ, Manuel. Los grupos de interes en la consolidación democrática. In: COTARELO, Ramon (Org.). *Transición política y consolidación democrática*. España (1975-1986). Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1992.

MELUCCI, Alberto. *Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society*. London: Hutchinson, 1989.

_____. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova: revista de cultura e política*, São Paulo, n.17, p. 49-66, jun. 1987.

MERCADER UGUINA, Jesus R. *Estructura de la negociación colectiva y relaciones entre convenios*. Madrid: Civitas, 1994.

MIAGUSKO, Edson. *Greve dos petroleiros de 1995: a construção democrática em questão*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Regimento Interno do Fórum Nacional do Trabalho. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/fnt/Regimento_Interno_do_Forum_Nacional_do_Trabalho.pdf>. Acesso em: 12 out. 2010.

MOLINS, Joaquin M.; CASASDEMUNT, Alex. Pressure groups and the articulation of interests. In: HEYWOOD, Paul (Ed.). *Policy and politics in democratic Spain: no longer different?* London/Portland: Routledge, 1999.

MONEREO PEREZ, José Luis. La noción de sindicato más representativo en proyecto de ley orgánica de libertad sindical. *Revista de Trabajo*, Madrid, v.77, n. 1, p. 33-63, 1985.

MONTUSCHI, Luigi. Tecniche sperimentali deregolative del mercato del lavoro: un' intensa contrastata. *Diritto delle Relazioni Industriali*, Milano, n. 1, p. 45-60, genn./mar. 2003.

MORAES, Célio Vanderlei. Conselhos de Gestão de Políticas Públicas: instituições e/ou espaços públicos. In: CUT (Org.). *Capacitação de Conselheiros das Comissões de Trabalho e Emprego: a experiência da CUT de 1998 a 1999*. Florianópolis: Convênio MTE/Sefor/CODEFAT/CUT, 2000.

MORENO, Augustin. *De los pactos de La Moncloa al AES*. Madrid: Secretaria Confederal de Formaciòn y Cultura de CCOO, 1989.

MORENO, Fernando. La negociación colectiva y el dialogo social: perspectiva empresarial. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, Madrid, n. 9, p. 161-168, 1996.

MORENO VIDA, Maria Nieves. La naturaleza jurídica de los pactos sociales. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). *La concertaciòn social tras la crisis*. Barcelona: Ariel, 1990.

_____. *Los pactos sociales en el derecho del trabajo*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 1989.

MOTALVO CORREA, Jaime. El derecho de libre sindicación y la “mayor representatividad” sindical. In: *Estudios en memoria del professor Gaspar Bayon Chacon*. Madrid: Tecnos, 1980.

MÜLLER-JENTSCH, Walter. Industrial relations theory and trade union strategy. *International Journal of Comparative Labour Law and Industrial Relations*, London, v. 4, n. 3, p. 170-190, 1988.

MUNCK, Ronaldo. *Globalization and labour: the new “great transformation”*. London: ZED Books, 2002.

_____. Labour dilemmas and labour futures. In: _____; WATERMAN, Peter (Orgs.). *Labour worldwide in the era of globalization*. London: Macmillian Press, 1999.

MURILLO MARINAS, Javier. Comentarios a la Ley 2/91, de 7 de enero, sobre derechos de los representantes de los trabajadores em matéria de contratación. *Cuadernos de Estudios Empresariales*, Madrid, n. 1, p. 99-104, 1991.

NAPOLI, Mario. Intervento sul neocorporativismo. In: *Conflitto e consenso: quadro legale e relazioni industriali degli anni ottanta*. Roma: Edizioni Lavoro, 1983.

_____. L'accordo sul costo di lavoro: scambio politico o scambio negoziale?. In: *Conflitto e consenso: quadro legale e relazioni industriali degli anni ottanta*. Roma: Edizioni Lavoro, 1983.

NAPOLI, Mario. Scambio politico e mercato del lavoro. In: *Conflitto e consenso*: quadro legale e relazioni industriali degli anni ottanta. Roma: Edizioni Lavoro, 1983.

_____. Sindacato e scambio politico. In: *Conflitto e consenso*: quadro legale e relazioni industriali degli anni ottanta. Roma: Edizioni Lavoro, 1983.

_____. Lo Statuto dei lavoratori dieci anni dopo. In: *Conflitto e consenso*: quadro legale e relazioni industriali degli anni ottanta. Roma: Edizioni Lavoro, 1983.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. As centrais sindicais e as modificações de 2008. *LTr*: legislação do trabalho. Suplemento trabalhista, São Paulo, v. 44, n. 8, p. 219-228, 2008.

_____. *O direito do trabalho na Constituição de 1988*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

_____. *Iniciação ao direito do trabalho*. 29. ed. São Paulo: LTr, 2003.

_____. A negociação coletiva no contexto democrático – sistema brasileiro e avaliação de experiências estrangeiras pós corporativas. *Revista LTr*, São Paulo, v. 49, n. 10, p. 1169-1187, out. 1985.

NASCIMENTO, Francisco Canindé Pegado. Estratégia sindical e transformação da sociedade (documento da CGT). In: VELLOSO, João Paulo dos Reis; RODRIGUES, Leôncio Martins (Orgs.). *O Futuro do Sindicalismo*: CUT, Força Sindical e CGT. São Paulo: Livr. Nobel, 1993.

NAVARRETE LORENZO, Montserrat; PUYAL ESPAÑOL, Esther. Conflictividad laboral: la huelga. Concepto, estadísticas y teoría. *Revista Acciones e Investigaciones Sociales*, Madrid, n. 3, p. 137-164, 1995.

NEDELMANN, Birgitta; MEIER, Kurt G. Theories of contemporary corporatism static or dynamic? In: SCHMITTER, Philippe C.; LEMBRUCH, Gerhard (Eds.). *Trends toward corporatist intermediation*. London, Beverly Hills; SAGE Publications, 1979.

NICÁCIO, Antonio. Centrais Sindicais – Reconhecimento Formal – Projeto de Lei nº 1990, de 11.9.2007. *LTr*: legislação do trabalho. Suplemento trabalhista, São Paulo, v. 43, n. 136, p. 575-578, 2007.

NORONHA, Eduardo G. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 119-168, 2009.

_____. A explosão das greves na década de 1980. In: BOITO JR, Armando (Org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

O'DONNELL, Guillermo. Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina, *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 51, p. 37-61, jul. 1998.

O'DONNELL, Guillermo. Sobre o corporativismo e a questão do Estado. *Cadernos DCP (UFMG)*, Belo Horizonte, n.3, p. 1-54, 1976.

_____.; SCHMITTER, Phillipe C. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, 1988.

OFFE, Claus. Societal preconditions of corporatism and some current dilemmas of democratic theory, *Working Paper*, Notre Dame, n. 14, 1984.

OJEDA AVILES, Antonio. El bilateralismo como respuesta (imprópria) a la crisis de la concertación. In: _____ (Coord). *Concertación social tras la crisis*. Barcelona: Editorial Ariel, 1990.

OLIET PALÁ, Alberto. *La concertación social en la democracia española: crónica de un difícil intercambio*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2004.

_____. La concertación social en la transición: la génesis de un modelo de intercambio. *Espacio, tiempo y forma*, Madrid, n.13, p. 441-480, 2000. (Serie V, História contemporânea).

_____. Sindicatos, concertación y comunicación política en España: entre el secreto el espectáculo. *Revista de Estudios Políticos* (nueva época), Madrid, n. 95, p. 83-123, ene./mar. 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. *Apocalypse now: o 'Coração das Trevas' do neoliberalismo*. São Paulo, 1997. Mimeo.

_____. Corporativismo: conceito ou emplastro? *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n. 3, 1998.

_____. Crise econômica e pacto social. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.º 13, p. 3-13, out. 1985.

_____. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____ et al. Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 36, p. 35-46, 1993.

OLIVEIRA, Marco Antonio de. *Política trabalhista e relações de trabalho no Brasil: da Era Vargas ao Governo FHC*. 2002. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Promessas da CUT e a Reforma Sindical do Governo Lula: dilemas recorrentes. In: ARAÚJO, Silvia Maria de; FERRAZ, Marcos (Orgs.). *Trabalho e sindicalismo: tempo de incertezas*. São Paulo: LTr, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. *Sindicalismo e democracia no Brasil: atualizações do novo sindicalismo ao sindicalismo cidadão*. 2002. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

_____. O sindicalismo e a questão democrática na história recente do Brasil: o que se pode esperar? In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK; Cibele Saliba (Orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ORTIZ LALLANA, Maria Carmen. Aproximación a los objetivos y métodos de uma nueva política de concertación social en España. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). *La concertación social tras la crisis*. Barcelona: Ariel, 1990.

PALMER, Richard E. *Hermenêutica*. Trad. Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1986.

PALOMEQUE LOPEZ, Manuel Carlos. Concertación social y el plan de convergência com la Comunidad Europea: el agotamento del segundo ciclo de dialogo social. *Boletín del círculo de empresarios*. Madrid, n. 55, p. 47-68, 1992.

_____. El sindicato como sujeto político. In: *Estudios en memoria del professor Gaspar Bayon Chacon*. Madrid: Tecnos, 1980.

_____. El sistema de relaciones sindicales en España: un balance general del marco jurídico y del funcionamiento de la práctica sindical en el sistema social. *Documentos de Trabajo* (Laboratorio de Alternativas), Madrid, n. 149, 70 p., 2009.

_____; ALVAREZ DE LA ROSA, Manuel. *Derecho del trabajo*. 8. ed. Madrid: Tecnos, 2000.

PANITCH, Leo. The development of corporatism in liberal democracy. In: SCHMITTER, Philippe C.; LEMBRUCH, Gerhard (Eds.). *Trends toward corporatist intermediation*. London, Beverly Hills; SAGE Publications, 1979.

PAOLI, Maria Célia P.M.; TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, Sonia E. DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

PARDO, Marisol. Espacios de cooperación sindical al desarrollo: los sindicatos como agentes de cooperación. *Gaceta Sindical*, Madrid, n. 8, p. 269-286, 2007.

PERA, Giuseppe. Corporativismo vecchio e nuovo. In: *Scritti di Giuseppe Pera: il diritto sindacale*. Milano: Giuffrè, 2007. v. 1.

PERES, Liege Socorro Albuquerque. *O período Collor: análise da cobertura das revistas Veja e Isto É de antes da eleição presidencial até o impeachment*. 1998. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PEREZ DIAZ, Victor. La emergencia de la España democrática: la ‘invención’ de una tradición y la dudosa institucionalización de una democracia. In: ESPINA, Alvaro (Coord.). *Concertación social, neocorporatismo y democracia*. Madrid: Ministerio del Trabajo y de la Seguridad Social, 1991.

PÉREZ INFANTE, José Ignacio. La concertación y el dialogo social España: 1977-2007. *Revista del Ministerio del Trabajo y Inmigración*, Madrid, n. 81, p. 41-70, 2009.

_____. La estructura de la negociación colectiva y los salários em España. *Revista del Ministerio de Trabajo e Inmigración*. Madrid, n.46, p. 41-97, 2003.

_____. Las reformas laborales recientes: objetivos, contenidos y efectos. *Cuadernos de Información Económica*, Madrid, n. 150, p. 1-27, set./1999.

PÉREZ PÉREZ, Manuel. La concertación social ante el Tribunal Constitucional: ¿Una question jurídica? In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). *La concertación social tras la crisis*. Barcelona: Ariel, 1990.

PEREZ YRUELA, Manuel. Corporatismo y concertación. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). *Concertación social tras la crisis*. Barcelona: Editorial Ariel, 1990.

PERSIANI, Mattia. *Diritto sindacale*. 10. ed. Padova: CEDAM, 2005.

PERULLI, Adalberto. Modelli di concertazione in Itália: dallo “scambio politico” al “dialogo sociale”. In: *Rappresentanza, rappresentatività, sindacato in azienda ed altri studi*: studi in onore di Mario Grandi. Padova: CEDAM, 2005.

PESSI, Annalisa. Tra costituzione formale e materiale. L’indissolubile matrimonio dell’ordinamento italiano. Libertà e unità sindacale. *Argomenti di Diritto del Lavoro*, Padova, n. 6, p. 1267-1281, 2007.

PESSI, Roberto. La rappresentatività confederale tra concertazione e concorrenza. In: *Rappresentanza, rappresentatività, sindacato in azienda ed altri studi*. Studi in onore di Mario Grandi. Padova: CEDAM, 2005.

PIERUCCI, Antonio Flávio. Ciladas da diferença. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 2, n.2, p. 7-33, 1990.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação, instituições e idéias. *Lua nova: revista de cultura e política*, São Paulo, v. 67, p. 15-47, 2006.

PIZZORNO, Alessandro. Scambio politico e identità collettiva nel conflitto di classe. In: CROUCH, Colin; PIZZORNO, Alessandro (A cura di). *Conflitti in Europa: lotta di classe, sindacati e stato dopo il '68*. Milano: Etas Libri, 1977.

PLÁ RODRIGUEZ, Américo. *La concertación social*. Encuentro Iberoamericano de Derecho del Trabajo. Puebla, 1987.

PORRAS NADALES, Antonio J. Corporatismo y representación. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). *Concertación social tras la crisis*. Barcelona: Editorial Ariel, 1990.

_____. Las elecciones generales del marzo 2004: aspectos problemáticos y consecuencias. *Revista de estudios políticos*, Madrid, n. 126, p. 29-58, 2004.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 10863/2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.683.htm>. Acesso em: 12 out. 2010.

_____. MP nº 103/2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2003/103.htm>. Acesso em: 12 out. 2010.

_____. Secretaria de Assuntos Parlamentares. *Projeto de Lei*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/pl1802.htm>. Acesso em: 10 set. 2010.

RAZO DELGUE, Juan. *Los pactos sociales y el desempleo*. Texto apresentado como tese ao Congresso Internacional de Direito do Trabalho de Santos, de 21 a 24 de maio de 1986.

REGALIA, Ida; REGINI, Marino; REYNERI, Emilio. Conflitti di lavoro e relazioni industriali in Italia: 1968-75. In: CROUCH, Colin; PIZZORNO, Alessandro (A cura di). *Conflitti in Europa: lotta di classe, sindacati e stato dopo il '68*. Milano: Etas Libri, 1977.

REGINI, Marino. *Confini mobili: la costruzione dell'economia tra politica e società*. Bologna: Il Mulino, 1991.

_____. El declinar del intercambio político centralizado y la emergencia de formas nuevas de concertación. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). *Concertación social tras la crisis*. Barcelona: Editorial Ariel, 1990.

_____. Il declino del corporativismo nel nuovo lessico delle relazioni industriali. In: DIRITTO del lavoro e corporativismi: ieri e oggi. Milano: Franco Angeli, 1988.

_____. *I dilemmi del sindacato*. Bologna: Il Mulino, 1981.

_____. Le implicazioni teoriche della concertazione italiana. *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*. Milano, anno 18, n. 72, p. 719-743, ott./dic. 1996.

REGINI, Marino. Introduction: the past and future of social studies of labor movements. In: _____ (Ed.). *The future of labour movements*. London: Sage, 1992.

_____. I mutamenti nella regolazione del lavoro e il irresistibile declinio dei sindacati europei. *Stato e Mercato*, Bologna, n. 1, p. 83-108, apr. 2003.

REHFELDT, Udo. *Globalización, neocorporatismo y pactos sociales: teoría y práctica de las relaciones de trabajo*. Trads. Irene Brousse; Ana María Desiata; Lucía Vera. Buenos Aires: PIETTE/CONICET; Lumen/Humanitas, 2000.

REIS, Eliza P. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoral” de Banfield. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 29, p. 35-48, out. 1995.

RICCIARDI, Mario. *Le relazioni sindacali negli anni della concertazione*. Bologna: CLUEB, 1999.

_____. *Sindacati política contrattazione*. Bologna: CLUEB, 1992.

RIVERO LAMAS, Juan. La flexibilidad del trabajo en España. *Proyecto social: revista de relaciones laborales*, Madrid, n. 7, p. 143-160, 1999.

RIZEK, Cibele S. *A greve dos petroleiros*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

ROCA JUSMET, Jordi. *Pactos sociales y política de rentas: el debate internacional y la experiencia española (1977-1988)*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1993.

RODRIGUES, Iram Jácome. Liberdade sindical e representação no local de trabalho: o dilema do sindicalismo no Brasil. In: FERNANDES, Reynaldo (Org.). *O trabalho no limiar do século XXI*. São Paulo: LTr, 1995.

_____. O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 116-126, jul. 1995.

_____. Transformações no mundo do trabalho e dilemas do sindicalismo. In: _____; SILVA, Josué Pereira (Orgs.). *André Gorz e seus críticos*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____; RAMALHO, José Ricardo; CONCEIÇÃO, Jefferson José da. Mercado de trabalho e ação sindical: novos dados, novas questões. *Revista de Direito do Trabalho*, São Paulo, v.34, n. 130, p. 108-118, abr./jun. 2008.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Capítulo cinco. In: TEIXEIRA, Nelson Gomes (Org.). *O futuro do sindicalismo no Brasil*. O diálogo social. São Paulo: Livraria Pioneira Ed., 1990.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O poder sindical da nova Constituição. In: *Os direitos sociais e trabalhistas na Constituição de 1988*. São Paulo: ABRH, 1988.

_____. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO Jr, Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RODRÍGUEZ-PIÑERO Y BRAVO FERRER, Miguel. El Acuerdo Interconfederal para la Estabilidad en el Empleo y la nueva reforma del mercado de trabajo. In: _____; VALDÉS DAL-RÉ, Fernando; CASAS BAAMONDE, Maria Emlia (Coords). *Estabilidad en el empleo, diálogo social y negociación colectiva*, Madrid: Tecnos, 1998.

_____. Derecho del trabajo y concertación social como instrumento de la política de empleo. In: JORNADAS TÉCNICAS SOBRE CONCERTACIÓN SOCIAL Y EMPLEO. Madrid: MTSS, 1981.

_____. Dialogo social, participación y negociación colectiva. *Relaciones Laborales*, Madrid, n. 2, p. 93-101, 1995.

_____. La institucionalización de la representación de intereses: los consejos económicos y sociales. In: DURÁN LOPEZ, Federico. (Coord.). *El diálogo social y su institucionalización en España y Iberoamerica*. Madrid: CES, 1998.

_____. El papel de la ley en y tras la reforma del Estatuto de los Trabajadores. In: CRUZ VILLALÓN, Jesus (Coord). *Los protagonistas de las relaciones laborales tras la reforma del mercado de trabajo*, Madrid: CES, 1995.

ROMAGNOLI, Umberto. *El derecho, el trabajo y la historia*. Madrid: CES, 1997.

ROMAR, Carla Teresa Martins. *Concertação social*. 2003. Tese (Doutorado). Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

ROMEO, Carmelo. Il ruolo della contrattazione collettiva nel D. Lgs. 276/03. *Il Diritto del Lavoro*, Roma, v. 57, p. 687-698, nov./dic.2003.

RUBIO CASTRO, Ana Maria. El neocorporativismo español: el Acuerdo Económico y Social (1985-1986). *Revista de Estudios Políticos*, Madrid, n. 50, p. 213-240, 1986.

RUIZ GALACHO, Encarna. Las reformas laborales en España (1977-2002). *Filosofía, política y economía en el Laberinto*. Madrid, n. 20, p. 7-22, 2006.

RUSCIANO, Mario. Autonomia sindacale, interesse collettivo e interesse generale. In: RESCIGNO, Pietro (dir.). *Trattato di diritto privato: impresa e lavoro*. 2. ed. Torino: UTET, 2004. v. 1.

RUSCIANO, Mario. Dalla contrattazione alla concertazione: l'effimero modello neo-corporativo. In: RESCIGNO, Pietro (Dir.). *Trattato di diritto privato: impresa e lavoro*. 2. ed. Torino: UTET, 2004. v.1.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAGARDOY Y BENGOCHEA, Juan Antonio. *Relaciones de trabajo y estructuras políticas*. Madrid: MTSS, 1984.

SALA FRANCO, Tomás. Consideraciones de urgência acerca del proyecto de la ley orgânica de huelga. *Tribuna social: revista de seguridad social y laboral*. Madrid, n. extra 1, p. 7-20, 1992.

SALISBURY, Robert H. Interest groups. In: GREENSTEIN, Fred I.; POLSBY, Nelson W. (Eds.). *Nongovernmental politics*. Reading: Addison-Wesley Publishing Company, 1975.

SALLUM JR, Brasília João. Crise, democratização e liberalização no Brasil. In: _____ (Org.). *Brasil e Argentina hoje*. Bauru: Edusc, 2004.

_____. Metamorfoses do Estado Brasileiro no final do século XX. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 35-55, 2003.

SANCHEZ FIERRO, Julio. La contribución del dialogo social a la modernización de las instiuciones. In: *Veinte años de concertación y dialogo social en España*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 1997.

_____. El plan de empleo español. *Acciones y Investigaciones Sociales*, Zaragoza, n. 8, p. 19-36, 1998.

_____. El sindicato vertical: dimensión teórica y ámbito pragmático de una institución del franquismo: el ejemplo de Murcia. 1999. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Letras. Depto. de História Moderna, Contemporânea e das Américas, Universidade de Murcia, 1999. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10201/3611>>. Acesso em: 19 maio 2010.

SANTANA, Marco Aurélio. As centrais sindicais brasileiras e a reestruturação produtiva: análises e propostas. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 186-225, jul./dez. 2000.

SANTORO-PASSARELI, Francesco. *Nozioni di diritto del lavoro*. Napoli: Eugenio Jovene, 1961.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade, governança e democracia: criação de capacidade governativa e relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. *Dados: revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 335-376, 1997.

SCHMITTER, Philippe C. La concertación social en perspectiva comparada. In: ESPINA, Alvaro (Coord.). *Concertación social, neocorporatismo y democracia*. Madrid: Ministerio del Trabajo y de la Seguridad Social, 1991.

_____. The consolidation of democracy and representation of social groups. *The American Behavioral scientist*; New York, v. 35, 4/5, p. 422-449, mar./jun. 1992.

_____. El corporatismo ha muerto, ¡larga vida al corporatismo! In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). *Concertación social tras la crisis*. Barcelona: Editorial Ariel, 1990.

_____. Modes of interest intermediation and models of societal change in Europe. In: _____; LEMBRUCH, Gerhard (Eds.). *Trends toward corporatist intermediation*. London, Beverly Hills; SAGE Publications, 1979.

_____. Some propositions about civil society and the consolidation of democracy. *Reihe Politikwissenschaft*, Wien, v. 10, p. 1-19, sept. 1993.

_____. Still the century of corporatism? *The Review of Politics*, Notre Dame, v. 36, n. 1, p. 85-131, 1974.

_____; STREECK, Wolfgang. Community, market, State-and Associations? the prospective contribution of interest governance to social order. *European Sociological Review*, Oxford , v. 1, n. 2, p. 119-138, 1985.

SERVAIS, Jean-Michel. Globalização, competência econômica e solidariedade: um papel renovado para os sindicatos. *Revista LTr*, São Paulo, v. 68, n.8, p. 675-684, jun. 2004.

SILVA, Leonardo Mello e. Mudanças na organização do trabalho em empresas brasileiras nas duas últimas décadas: uma visão geral. In: ESTANQUE, Elísio et al. (Orgs.) *Mudanças no trabalho e ação sindical: Brasil e Portugal no contexto da transnacionalização*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 138-142.

_____. É possível uma política deliberativa para o trabalho? *Lua Nova*, São Paulo, n. 72, p. 143-174, 2007.

_____. Trabalho: o desafio democrático. *Tempo social: revista de sociologia da USP*, v.14, n.2, p. 37-70, out./2002.

SILVA, Luis Inácio Lula da. *Lula: entrevistas e discursos*. São Bernardo do Campo: ABCD; Sociedade Cultural, 1980.

SILVA, Otávio Pinto e. Negociação coletiva em tempos de reforma sindical. *Revista do Advogado*, São Paulo, v.26, n. 86, p. 63-68, jul. 2006.

SILVA, Sidney Jard da. Companheiros servidores: o avanço do sindicalismo do setor público na CUT. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 46, p. 130-146, jun. 2001.

SILVA, Vicente Paulo da. Negociação e Câmara Setorial. In: MARTINS, Heloisa de Souza; RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SILVA, Walküre Lopes Ribeiro da. Autonomia privada coletiva. In: SOUTO MAIOR, Jorge Luíz; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves (Orgs.). *Curso de direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 2008. v. 3.

_____; MASSONI, Túlio de Oliveira; FIORAVANTE, Tamira Maira. Liberdade sindical e direitos humanos. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, Brasília, ano 16, n. 31, p. 47-66, mar. 2006.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.85, p. 83-102, nov. 2009.

SINGER, Paul. O petroleiro é nosso. *Folha de S. Paulo*, São Paulo 16 jul.1995. Caderno Dinheiro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/16/dinheiro/4.html>>. Acesso em: 14 jul. 2010.

SKIDMORE, Thomas *Uma história do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SOBRE los textos normativos de implementación del Acuerdo Interconfederal para la Estabilidad del Empleo (sesión del pleno: 14 de mayo). *Dictámenes del Consejo Económico y Social*. Madrid, n. 5, p. 7-18, 1997.

SOUZA, Amaury de. Collor's impeachment and institutional reform in Brazil. In: ROSENN; Keith S.; DOWNES, Richard (Eds.). *Corruption and Political Reform in Brazil: the impact of Collor's Impeachment*. Miami: North-South Center Press, 1999.

SOUZA, Zoraide Amaral de. Centrais Sindicais. Reconhecimento. Comentários à Lei nº. 11648, de 31 de março de 2008. *LTr: legislação do trabalho. Suplemento trabalhista*, São Paulo, v. 44, n. 102, p. 511-513, 2008.

STEPAN, Alfred. *Os militares: a Abertura à nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Acompanhamento processual*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2609348>>. Acesso em: 12 out. 2010.

TAPIA, Jorge Rubem Biton. Corporativismo societal no Brasil: uma transição incompleta? In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TARROW, Sidney. *The new transnational activism*. New York: Cambridge University Press, 2005.

TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na construção do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*. v. 2.n. 1, p. 23-48, 1990.

_____. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TEUBNER, Gunther. Hypercycle in law and organization: the relationship between self-observation, self-constitution and autopoiesis. *European Yearbook in the Sociology of Law*, Milano, 1988.

TORCAL LORIENTE, Mariano. El origen y la evolución del apoyo a la democracia en España: la construcción del apoyo incondicional en las nuevas democracias. *Revista Española de Ciencia Política*, Madrid, n. 18, p. 29-65, abr. 2008.

_____; CHHIBER, Pradeep. Elites, “cleavages” y sistema de partido en una democracia consolidada. *Reis: revista española de investigaciones sociológicas*. Madrid, n. 69, p. 7-38, 1995.

TRAXLER, Franz. Le metamorfosi del corporativismo: dai modelli classici ai modelli snelli. *Stato e Mercato*, Firenze, n. 69, p. 432-470, dic. 2003.

TREU, Tiziano. Cogestione e partecipazione. *Giornale di diritto del lavoro e di relazioni industriali*, Milano, anno 11, n. 44, p. 597-629, 1989.

_____. *La concertazione*. In: MONTUSCHI, Luigi (a cura di). *Un diritto in evoluzione: studi in onore a Yasuo Suwa*. Milano: Giuffrè, 2007.

_____. *Contratação colectiva e relações industriais*. Lisboa: Associação portuguesa dos gestores e técnicos de recursos humanos, 1984.

_____. L'accordo del 22 gennaio: implicazioni e aspetti giuridico-istituzionali, In: *CESOS: le relazioni sindacali in Italia, Rapporto 1982/83*. Roma: Edizioni Lavoro, 1984.

_____. L'accordo del 23 luglio 1993: assetto contrattuale e struttura della retribuzione. *Rivista Giuridica del Lavoro e della Previdenza Sociale*, Roma, v. 44, n.1., p. 215-242, 1993.

TREU, Tiziano. Negociación colectiva, consulta/concertación, negociación política. In: ESPINA, Alvaro (Coord.). *Concertación social, neocorporatismo y democracia*. Madrid: Ministerio del Trabajo y de la Seguridad Social, 1991.

_____. Le nuove relazioni industriali. In: TREU, Tiziano (a cura di). *Il patto contro l'inflazione: contenuti e documenti delle intese governo-sindacati*. Roma: Edizioni Lavoro, 1984.

_____. Le politiche del lavoro in Italia: *insegnamenti di un decennio*. Bologna: Il Mulino, 2001.

TRIONI, Guido. Il sistema del diritto sindacale: dalle rappresentanza alla rappresentatività. *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*, Milano, v.7, n. 27, p. 529-600, 1985.

TRUBEK, David. Comentários ao texto “a Cidadania dos Trabalhadores”, de Francisco C. Weffort. In: BENEVIDES, Maria Victoria; WEFFORT, Francisco C.; LAMOUNIER, Bolívar (Orgs.). *Direito, cidadania e participação*. São Paulo: TAQ, 1981.

TUMA, Fábila. *Participação nos lucros o resultados: incentivo à eficiência ou substituição dos salários?* São Paulo: LTr, 1999.

TURONE, Sergio. *Storia del sindacato in Itália: 1943-1980*. Roma-Bari: Laterza, 1981.

UNIÃO EUROPÉIA. Disponível em: <http://europa.eu/abc/treaties/index_pt.htm>. Acesso em: 23 mar. 2010.

UNION GENERAL DE LOS TRABAJADORES. Comisiones Obreras. Plataforma sindical prioritária. *Politica y sociedad*, Madrid, n. 5, p. 73-87, 1990.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? *Lua nova: revista de cultura e política*, São Paulo, v. 67, p. 191-228, 2006.

URIARTE, Roberto. *El mandato constitucional de participación de los trabajadores y la afectación de los derechos de propiedad y libre empresa*. Oñati: IVAP, 2004.

VACCARINETO, João. Entrevista. *O Estado de S. Paulo*, 16 dez. 1996, p. B-5.

VALDÉS DAL-RE, Fernando. El acuerdo de cobertura de vacíos. *Relaciones laborales: Revista crítica de teoría y práctica*, Madrid, n. 1, p. 106-120, 1997.

_____. El acuerdo interconfederal para la negociación colectiva 2003. *Relaciones laborales: revista critica de teoria y practica*. Madrid, n. 1, p. 119-134, 2003.

_____. Contratación temporal y trabajo a tiempo parcial em España: la normalización jurídica de la precariedad laboral. *Sociedad y utopia: revista de ciências sociales*, Madrid, n. 29, p. 243-270, 2007.

VALDÉS DAL-RE, Fernando. Notas sobre la estructura de la negociación colectiva. *Relaciones Laborales*, Madrid, n. 1, p. 263-298, 1995.

VALLEBONA, Antonio. *Instituzioni di diritto del diritto del lavoro*. 6. ed. Padova: CEDAM, 2008.

_____. Interesse generale e concertazione. *Argomenti di Diritto del Lavoro*, Padova, n. 1, 2008.

VARAS GARCÍA, Pilar. Acuerdo interconfederal para la estabilidad del empleo: una nota técnica. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, Madrid, n. 10, p. 225-228, 1997.

VENEZIANI, Bruno. Concertazione ed occupazione: um dialogo interrotto? In: *Rappresentanza, rappresentatività, sindacato in azienda ed altri studi*. Studi in onore di Mario Grandi. Padova: CEDAM, 2005.

_____. Legge e contrattazioni. Modelli de comparazione. *Giornale di Diritto del Lavoro e di Relazioni Industriali*, Milano, anno 3, n. 12, p. 621-670, 1981.

VIANNA, Luiz J. Werneck. 1964. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.2, p. 7-10, jul. 1994.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *A administração do “milagre”: o Conselho Monetário Nacional 1964-1974*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Lobismo*: um novo conceito para analisar a articulação de interesses no Brasil. Texto de discussão apresentado no âmbito do projeto “Grupos de Interesse Vs. Estado – Institucionalização do lobby no Brasil, desenvolvido pelo Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP) do IEI/UFRJ, jul. 1994.

VVAA. *La Transición política y los trabajadores*: anuário de las relaciones laborales en España, 1977. Madrid: Ediciones de La Torre, 1977.

WATERMAN, Peter. A new union model for a new world order. In: MUNCK, Ronaldo; WATERMAN, Peter (Orgs.). *Labour worldwide in the era of globalization*. London: Macmillian Press, 1999.

WEFFORT, Francisco C. *Qual democracia?* São Paulo: Schwarz Ed., 1992.

YOUNG, Iris. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ZACHERT, Ulrich. Formas de participación estatal en la concertación social. In: OJEDA AVILES, Antonio (Coord). *Concertación social tras la crisis*. Barcelona: Editorial Ariel, 1990.

ZAGO-GARELLI, Carlo. *La libertà sindacale*. Padova: CEDAM, 1979.

ZANGRANDO, Carlos Henrique da Silva. Breves considerações sobre a lei das centrais sindicais. *LTr: legislação do trabalho. Suplemento trabalhista*, São Paulo, v. 44, n. 52, p. 255-258, 2008.

ZUFIAUR NARVAIZA, José Maria. Etapas y retos de la concertación social en España. In: *Veinte años de concertación y dialogo social en España*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 1997.